



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Brasília – Abril/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014, bem como das orientações da Portaria nº 650/2014, da Controladoria-Geral da União.

Brasília – Abril/2015

SUMÁRIO

<i>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</i>	5
<i>LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS</i>	8
<i>QUADROS</i>	8
<i>FIGURAS</i>	10
<i>TABELAS</i>	10
<i>GRÁFICOS</i>	11
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.1 IDENTIFICAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	14
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	14
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL, COMPETÊNCIAS E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPECTIVOS TITULARES	17
1.3a Política Fiscal	19
1.3b Dívida Pública	20
1.3c Relações Financeiras Intergovernamentais	21
1.3d Planejamento e Estatísticas Fiscais	21
1.3e Contabilidade Pública	22
1.3f Assuntos Corporativos	22
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE, PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	24
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	26
2.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DA UNIDADE - COMITÊS DE GESTÃO DE TI E DE PESSOAS	26
2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	26
2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DA UJ	27
2.4 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS	27
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	28
3.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO À UJ	28
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	30
3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA UJ	30
3.4 CAMINHO DE ACESSO, NO PORTAL DA UJ NA INTERNET, ÀS INFORMAÇÕES SOBRE SUA ATUAÇÃO	30
3.5 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UJ NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	30
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	30
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	31
5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	31
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	55
5.3 OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO	83
5.4 IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES UTILIZADOS	107
5.5 AVALIAÇÃO SOBRE POSSÍVEIS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS CUSTOS	117
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	118
6.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	118
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	146
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	146
6.4 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	146
6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	151
6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO	151
6.7 RENÚNCIA DE RECEITAS	152
6.8 GESTÃO DE PRECATÓRIOS	152
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	153
7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	153
7.1a Demonstração da Força de Trabalho	153
7.1b Demonstração da distribuição da Força de Trabalho, discriminando efetivos e temporários	153
7.1c Eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da UJ	155
7.1d Descrição das iniciativas da UJ para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados	155
7.1e Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos	157
7.1f Ações Adotadas para identificar eventual Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos	160

7.1g Principais riscos identificados na gestão de pessoas da UJ e as providências adotadas para mitigá-los.....	160
7.1h Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas.....	160
7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	160
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	161
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	162
9.1 SISTEMAS COMPUTACIONAIS DIRETAMENTE RELACIONADOS AOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	162
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	171
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	172
11.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	172
11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	184
11.3 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	208
11.4 DEMONSTRAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAR DANO AO ERÁRIO.....	209
11.5 DEMONSTRAÇÃO REFERENTE À ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIASG E DO SICONV.....	209
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	211
12.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.....	211
12.2 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO E SISTEMÁTICA DE APURACAO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DA UJ.....	219
12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTAO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	224
12.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL - ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	231
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	233
13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.E EURE.....	233

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU - Advocacia-Geral da União
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASSEC - Assessoria Econômica
BDCO - Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAUC - Cadastro Único de Convênio
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CESEF - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
CFT-E - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional
CGU - Controladoria-Geral da União
CMN - Conselho Monetário Nacional
COAFI - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
COAPI - Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público
CODIN - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional
CODIP - Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIN - Coordenação-Geral de Programação Financeira
COFIS - Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais
COFSB - Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil
COGEP - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública
COGER - Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais
COGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos
COINT - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
COMITÊ DE GE - Comitê de Gestão Estratégica
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COPAR - Coordenação-Geral de Participações Societárias
COPEC - Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
COPEM - Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
COSIS - Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação
CPR - Contas a Pagar e a Receber
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DOU - Diário Oficial da União
DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
ESAF - Escola de Administração Fazendária
FC/RFFSA - Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S.A
FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais

FDIC - Fundos de Investimento em Direito Creditório
FFIE - Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização
FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos
FGO - Fundo de Garantia de Operações
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEL - Fundo para Pagamento de Prestações no Caso de Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM/FPE - Fundo de Participação dos Municípios/dos Estados
FSB – Fundo Soberano do Brasil
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GMM - Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
LLOYDBRÁS - Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEFP - Manual de Estatísticas de Finanças Públicas
MF – Ministério da Fazenda
NA – Não se aplica
NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
OOC – Operações Oficiais de Crédito
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACE - Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
PAF - Plano Anual de Financiamento
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PEDD - Padrão Especial de Disseminação de Dados
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S/A
PPA - Plano Plurianual
PPI – Projeto Piloto de Investimentos
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRODECER - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROEX - Promoção das Exportações
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVARZEAS - Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis
RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
RFB - Receita Federal do Brasil

RFFSA - Rede Ferroviária Federal
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RLR - Receita Líquida Real
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SDE - Secretaria de Direito Econômico
SECAD – Secretaria-Adjunta
SEGES - Secretaria de Gestão
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SH/SFH - Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC - Sistema de Custos para a Administração Pública Federal
SICAU - Sistema Integrado de Controle das Ações da União
SICOF - Sistema de Coleta de Dados Fiscais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISTC - Sistema de Transferências Constitucionais
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SOTN - Sistema de Operações do Tesouro Nacional
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPOA – subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
UCP – Unidade de Coordenação de Programa

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS e GRÁFICOS

QUADROS

Quadro 1.1.1 – Identificação da Unidade.....	12
Quadro 1.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	12
Quadro 1.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	13
Quadro 1.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões.....	13
Quadro 1.3.1 - Áreas ou Subunidades estratégicas.....	17
Quadro 1.4.1 – Macroprocessos e Principais Produtos.....	22
Quadro 3.1.1 – SIC – Manifestações Recebidas e Recursos.....	25
Quadro 3.1.2 – Ouvidoria – Total de Mensagens.....	25
Quadro 3.1.3 – Manifestações Recebidas pela Ouvidoria da STN pelo Sistema Ouvidor no ano de 2014.....	25
Quadro 3.1.4 – Mensagens Recebidas – Dívida Pública.....	26
Quadro 5.1.1 – Agenda de Reuniões.....	29
Quadro 5.2.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	49
Quadro 5.2.2 – Programação das Despesas Correntes.....	50
Quadro 5.2.3 – Programação das Despesas de Capital.....	50
Quadro 5.2.4 - Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	51
Quadro 5.2.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	51
Quadro 5.2.6 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	51
Quadro 5.2.7 – Informações Orçamentárias e Financeiras – Ação 00M4.....	52
Quadro 5.2.8 – Participação em Fundos.....	52
Quadro 5.2.9 – Ação 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab.....	53
Quadro 5.2.10 – Metas e Resultados – Ação 00CZ.....	53
Quadro 5.2.11 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	53
Quadro 5.2.12 – Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU.....	54
Quadro 5.2.13 – Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito.....	54
Quadro 5.2.14 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	56
Quadro 5.2.15 – Programação de Despesas.....	56
Quadro 5.2.16 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	57
Quadro 5.2.17 – Unidades Orçamentárias – Haveres Financeiros.....	60
Quadro 5.2.18 – Programação das Despesas Correntes.....	60
Quadro 5.2.19 – Programação das Despesas de Capital.....	61
Quadro 5.2.20 – Quadro Resumo da Programação das Despesas.....	62
Quadro 5.2.21 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade.....	63
Quadro 5.2.22 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 00M4.....	64
Quadro 5.2.23 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272.....	65
Quadro 5.2.24 – Programação de Despesas.....	66
Quadro 5.2.25 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	67
Quadro 5.2.26 – Programa Temático.....	69
Quadro 5.2.27 – Objetivo fixado pelo PPA.....	70
Quadro 5.2.28 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	70
Quadro 5.2.29 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	71
Quadro 5.2.30 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	71
Quadro 5.2.31 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	72
Quadro 5.2.32 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	72
Quadro 5.2.33 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	73
Quadro 5.2.34 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	73
Quadro 5.3.1 – Haveres Financeiros Administrados Pela COFIS – Saldos Devedores em 31/12/2014.....	74
Quadro 5.3.2 – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2014.....	85
Quadro 5.3.3 – Valores Recebidos – Exercício de 2014 versus Exercício de 2013.....	88
Quadro 5.3.4 – Processos Analisados.....	92
Quadro 5.3.5 – Operações de Crédito e Concessão de Garantias.....	93
Quadro 5.4.1 – Indicadores de desempenho – Ajuste Fiscal de Estados.....	97
Quadro 5.4.2 – Indicadores de desempenho – RLR dos Estados e Municípios.....	98
Quadro 5.4.3 – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa.....	99

Quadro 5.4.4 – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita.....	100
Quadro 5.4.5 – Ação 00M4 PO 00M – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	101
Quadro 5.4.6 – Ação 00M4 PO 002 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	102
Quadro 5.4.7 – Ação 0272 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	103
Quadro 5.4.8 – Recebimentos Realizados pela STN/COAFI – Exercício 2014.....	104
Quadro 5.4.9 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2014.....	105
Quadro 6.1.1 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	106
Quadro 6.1.2 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	107
Quadro 6.1.3 – Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600.....	110
Quadro 6.1.4 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	110
Quadro 6.1.5 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	110
Quadro 6.1.6 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	111
Quadro 6.1.7 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	111
Quadro 6.1.8 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento – Leis nº 12.096/09 e nº 12.409/11.....	111
Quadro 6.1.9 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009).....	112
Quadro 6.1.10 – Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012).....	112
Quadro 6.1.11 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991).....	113
Quadro 6.1.12 – Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007).....	113
Quadro 6.1.13 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992).....	114
Quadro 6.1.14 – Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.427, de 1992).....	114
Quadro 6.1.15 – Subvenção Econômica para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992).....	115
Quadro 6.1.16 – Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001).....	115
Quadro 6.1.17 – Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992).....	116
Quadro 6.1.18 – Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001).....	116
Quadro 6.1.19 – Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992).....	117
Quadro 6.1.20 – Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992).....	117
Quadro 6.1.21 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992).....	117
Quadro 6.1.22 – Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427/92).....	118
Quadro 6.1.23 – Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999).....	118
Quadro 6.1.24 – Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Etilíco Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012).....	119
Quadro 6.1.25 – Subvenção Econômica para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001).....	119
Quadro 6.1.26 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001).....	120
Quadro 6.1.27 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012).....	120
Quadro 6.1.28 – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011).....	121
Quadro 6.1.29 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	121
Quadro 6.1.30 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários.....	122
Quadro 6.1.31 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	122
Quadro 6.1.32 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários.....	123
Quadro 6.1.33 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	124
Quadro 6.1.34 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	125
Quadro 6.1.35 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	125
Quadro 6.1.36 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	126
Quadro 6.1.37 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	127
Quadro 6.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600.....	128

Quadro 6.4.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	128
Quadro 6.4.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	129
Quadro 6.4.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	130
Quadro 6.4.5 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512.....	130
Quadro 6.4.6 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	131
Quadro 6.5.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ.....	131
Quadro 7.1a.1 – Força de Trabalho da UJ.....	132
Quadro 7.1b.1 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	133
Quadro 7.1b.2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	133
Quadro 7.1d.1 – Cursos de Pós-Graduação.....	134
Quadro 7.1e.1 – Custos de pessoal.....	137
Quadro 7.2.1 – Composição do Quadro de Estagiários.....	138
Quadro 9.1a.1 – Principais Sistemas Computacionais utilizados e suas funções.....	139
Quadro 9.1c.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	144
Quadro 11.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	146
Quadro 11.1.2 – Situação das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento.....	148
Quadro 11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	155
Quadro 11.2.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	161
Quadro 11.3.1 – Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR.....	171
Quadro 11.5.1 – Declaração SIASG/SICONV.....	172
Quadro 12.1.1 – Provisões Matemáticas.....	174
Quadro 12.1.2 – Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	174
Quadro 12.2.1 – Apuração dos Custos dos Programas.....	180
Quadro 12.3.1 – Conformidade Contábil.....	182
Quadro 12.4.1 – Declaração do Contador.....	188
Quadro 13.1.1 – Principais Receitas.....	201
Quadro 13.1.2 – Orçamento e Execução.....	202
Quadro 13.1.3 – Plano de Trabalho 2014.....	203
Quadro 13.1.4 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	208
Quadro 13.1.5 – Contratos de Consultoria.....	208
Quadro 13.1.6 – Orçamento PREMEF 2014.....	213
Quadro 13.1.7 – Metas Físicas PREMEF 2014.....	213
Quadro 13.1.8 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	216
Quadro 13.1.9 – Contratos de Consultoria.....	216

FIGURAS

Figura 1.3.1 – Estrutura Organizacional da STN.....	16
Figura 5.1.1 – Objetivos Estratégicos.....	28
Figura 5.1.2 – Performance Institucional.....	31
Figura 5.1.3 – Metodologia de Planejamento 2015.....	37

TABELAS

Tabela 5.1.1 – Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF.....	40
Tabela 7.1d.1 – Ações de Capacitação.....	135
Tabela 9.1b.1 – Projetos de TI no ano 2014.....	143
Tabela 13.1.1 – Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens – 2014.....	190
Tabela 13.1.2 – Operações de Crédito Externo – 2004 A 2014.....	190
Tabela 13.1.3 – Concessão de Garantias Externas – 2004 A 2014.....	191
Tabela 13.1.4 – Contratos de Garantia Externa Assinados em 2014.....	191
Tabela 13.1.5 – Concessão de Garantias Internas – 2014.....	193
Tabela 13.1.6 – Concessão de Garantias Internas – 2014.....	194
Tabela 13.1.7 – Concessão de Contra garantias Internas – 2014.....	196
Tabela 13.1.8 – Demonstrativo das Garantias Concedidas.....	199
Tabela 13.1.9 – Evolução das Garantias Honradas pela União – 2004 a 2014.....	200

GRÁFICOS

Gráfico 3.1.1 – Ouvidoria STN 2014.....	26
Gráfico 5.1.1 – Status Geral do Plano Estratégico.....	30
Gráfico 5.1.2 – Evolução da composição da DPF.....	41
Gráfico 5.1.3 – Percentual Vencendo em 12 meses da DPF.....	42
Gráfico 5.1.4 – Prazo Médio e Vida Média da DPF.....	43
Gráfico 5.3.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 100 milhões em 2014.....	87
Gráfico 5.3.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 100 milhões a R\$ 1 bilhão em 2014.....	87
Gráfico 5.3.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2014.....	88
Gráfico 5.3.4 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos pela STN/COAFI para o Exercício de 2014.....	90
Gráfico 5.3.5 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela STN/COAFI em 31.12.2014.....	90
Gráfico 13.1.1 – Execução PACE 2004-2014 (US\$).....	207
Gráfico 13.1.2 – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$).....	216

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1.1.1 – Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria do Tesouro Nacional			
Denominação abreviada: STN			
Código SIORG: 073665	Código LOA: Não há	Código SIAFI: 1701	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0289-09	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412 2222	--	--
Endereço eletrônico: coger.df.stn@fazenda.gov.br			
Página da Internet: http://www.stn.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda, 2º Andar – CEP 70.048-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria a Secretaria do Tesouro Nacional – DOU de 11/03/1986.			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 – Aprova a Estrutura Regimental e o quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da STN – Portaria MF 244, de 16 de julho de 2012 – Publicada no DOU de 20.julho de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual SIAFI.			

Fonte: SIAFI – Transações CONORGAO, CONSUBORG e CONUG

Quadro 1.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170.007	COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CODIN
170.403	UCP/STN – PACE – RECURSOS EXTERNOS
170.453	STN/COAPI – PPI – TAL
170.500	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA
170.501	COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO
170.502	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/COFIN/STN
170.503	SETORIAL DE CONTABILIDADE – COFIN/STN
170.504	COFIN EXTERIOR – DOLAR
170.505	COFIN EXTERIOR – EURO
170.506	COFIN EXTERIOR – IENE
170.508	STN/COAPI – DOAÇÃO BIRD TF55483
170.509	COORDENAÇÃO-GERAL ANÁLISE ECON.-FISC.PROJ.INV.PUBLICO
170.510	COORDENAÇÃO-GERAL DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
170.512	COORDENACAO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS
170.515	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE EST.FISC.DE ESTADOS./MUNICIPIOS
170.518	COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS E FISCAIS
170.519	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJ. ESTRAT. DA DÍVIDA PUBLICA

170.521	COORDENAÇÃO-GERAL DE OPER. DE CRED. ESTADOS E MUNICIPIOS
170.526	COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNÇÃO DE PASSIVOS – PROJETO BIRD
170.528	COFIN EXTERIOR – FRANCO SUICO
170.562	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DO FUNDO SOBERANO DO BRASIL
170.600	COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA
170.601	PROGER – GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA
170.700	COORDENAÇÃO-GERAL DAS OPER. DE CRED. DO TESOURO NACIONAL
170.701	COPEC/EQ.INV./GARSUSPT/CUSTEIO/EGF/AGF/PRONAF
170.702	COPEC – PROEX
170.703	COPEC – U.RURAI/INDUST/RECOOP/PROAGRO/PESA
170.704	COPEC – U.RURAI/CACAU/PAPP/PRODECER/PNDR
170.705	COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAM. DE FUNDOS E OPER FISCAIS
170.710	COPEC/PROGRAMA REVITALIZAÇÃO DE COOP. DE PROD. AGROP. RECOOP
170.716	COPEC/U. INDUSTRIAIS/ALCOOL/PNDA
170.722	COPEC – PRONAF
170.800	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA
170.802	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA – CONTROLE
170.803	REGISTRO AUTOMATICO PARA IMPORTACAO DE DADOS – STN
170.804	PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.
170.850	GABINETE DO SECRETARIO DA STN
170.860	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE E INFORM. TRANSF. FIN. INTERGOV
170.998	COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS CONTAB. APL. À FEDERACAO
170.999	COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
179.999	STN – EXTERIOR – DIFERENÇA CAMBIAL

Fonte: SIAFI – Transação CONSUBORG – Suborgão 1701 – Secretaria do Tesouro Nacional

Quadro 1.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONGESTAO – Gestão 00001 – Tesouro Nacional

Quadro 1.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170.007	00001 – Tesouro Nacional
170.403	00001 – Tesouro Nacional
170.453	00001 – Tesouro Nacional
170.500	00001 – Tesouro Nacional
170.501	00001 – Tesouro Nacional
170.502	00001 – Tesouro Nacional
170.503	00001 – Tesouro Nacional
170.504	00001 – Tesouro Nacional
170.505	00001 – Tesouro Nacional
170.506	00001 – Tesouro Nacional
170.508	00001 – Tesouro Nacional
170.509	00001 – Tesouro Nacional
170.510	00001 – Tesouro Nacional
170.512	00001 – Tesouro Nacional
170.515	00001 – Tesouro Nacional
170.518	00001 – Tesouro Nacional
170.519	00001 – Tesouro Nacional

170.521	00001 – Tesouro Nacional
170.526	00001 – Tesouro Nacional
170.528	00001 – Tesouro Nacional
170.562	00001 – Tesouro Nacional
170.600	00001 – Tesouro Nacional
170.601	00001 – Tesouro Nacional
170.700	00001 – Tesouro Nacional
170.701	00001 – Tesouro Nacional
170.702	00001 – Tesouro Nacional
170.703	00001 – Tesouro Nacional
170.704	00001 – Tesouro Nacional
170.705	00001 – Tesouro Nacional
170.710	00001 – Tesouro Nacional
170.716	00001 – Tesouro Nacional
170.722	00001 – Tesouro Nacional
170.800	00001 – Tesouro Nacional
170.802	00001 – Tesouro Nacional
170.803	00001 – Tesouro Nacional
170.804	00001 – Tesouro Nacional
170.850	00001 – Tesouro Nacional
170.860	00001 – Tesouro Nacional
170.998	00001 – Tesouro Nacional
170.999	00001 – Tesouro Nacional
179.999	00001 – Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONORGEST

- Introdução

Este Relatório está estruturado de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, sendo que os poucos itens e/ou subitens que não se aplicam a esta UJ, ou em que não houve conteúdo a ser declarado, estão explicitados nos mesmos. As principais dificuldades e realizações do exercício estão devidamente descritas e comentadas nos itens próprios ao longo deste Relatório.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

- Competências Institucionais:

Conforme definido no Art. 21, Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que revogou o Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete:

- I - elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional;
- IV - manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou a organismos internacionais, bem como o gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;

- V - administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;
- VI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;
- VII - editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública; VIII - implementar as ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei;
- IX - editar normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública;
- X - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- XI - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- XII - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;
- XIII - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- XIV - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições;
- XV - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- XVI - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil; XVII - manter e aprimorar o Plano de Contas e o Manual de Procedimentos Contábeis da Administração Federal;
- XVIII - instituir, manter e aprimorar sistemas de registros contábeis para os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- XIX - instituir, manter e aprimorar sistemas de informação que permitam produzir informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial;
- XX - elaborar as demonstrações contábeis e relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República;
- XXI - editar normas gerais para consolidação das contas públicas nacionais;
- XXII - consolidar as contas públicas nacionais, mediante a agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- XXIII - promover a integração com os demais Poderes da União e das demais esferas de governo em assuntos contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- XXIV - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- XXV - elaborar e divulgar, no âmbito de sua competência, estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;
- XXVI - estabelecer, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e avaliar o cumprimento dos compromissos fiscais dos Municípios que firmaram contrato de refinanciamento de dívida com a União, no âmbito da legislação vigente;

XXVII - verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais;

XXVIII - divulgar, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, nos termos da legislação vigente;

XXIX - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos; XXX - gerir o Fundo Soberano do Brasil de que trata a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo, de que trata o art. 6º da referida Lei;

XXXI - verificar a adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

XXXII - operacionalizar e acompanhar a gestão de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e elaborar parecer prévio e fundamentado quanto à viabilidade da concessão de garantias e à sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004, para a contratação de parceria público-privada, consoante o inciso II do § 3º do art.

14 da citada Lei;

XXXIII - estruturar e articular o sistema federal de programação financeira, envolvendo os órgãos setoriais de programação financeira, com o objetivo de dar suporte à execução eficiente da despesa pública em geral, e dos projetos de investimento em particular;

XXXIV - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;

XXXV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais; XXXVI - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais; e

XXXVII - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, à verificação de capacidade de pagamento, à ocorrência de compromissos contingentes; a sistema de informações gerenciais, à administração de haveres e obrigações sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

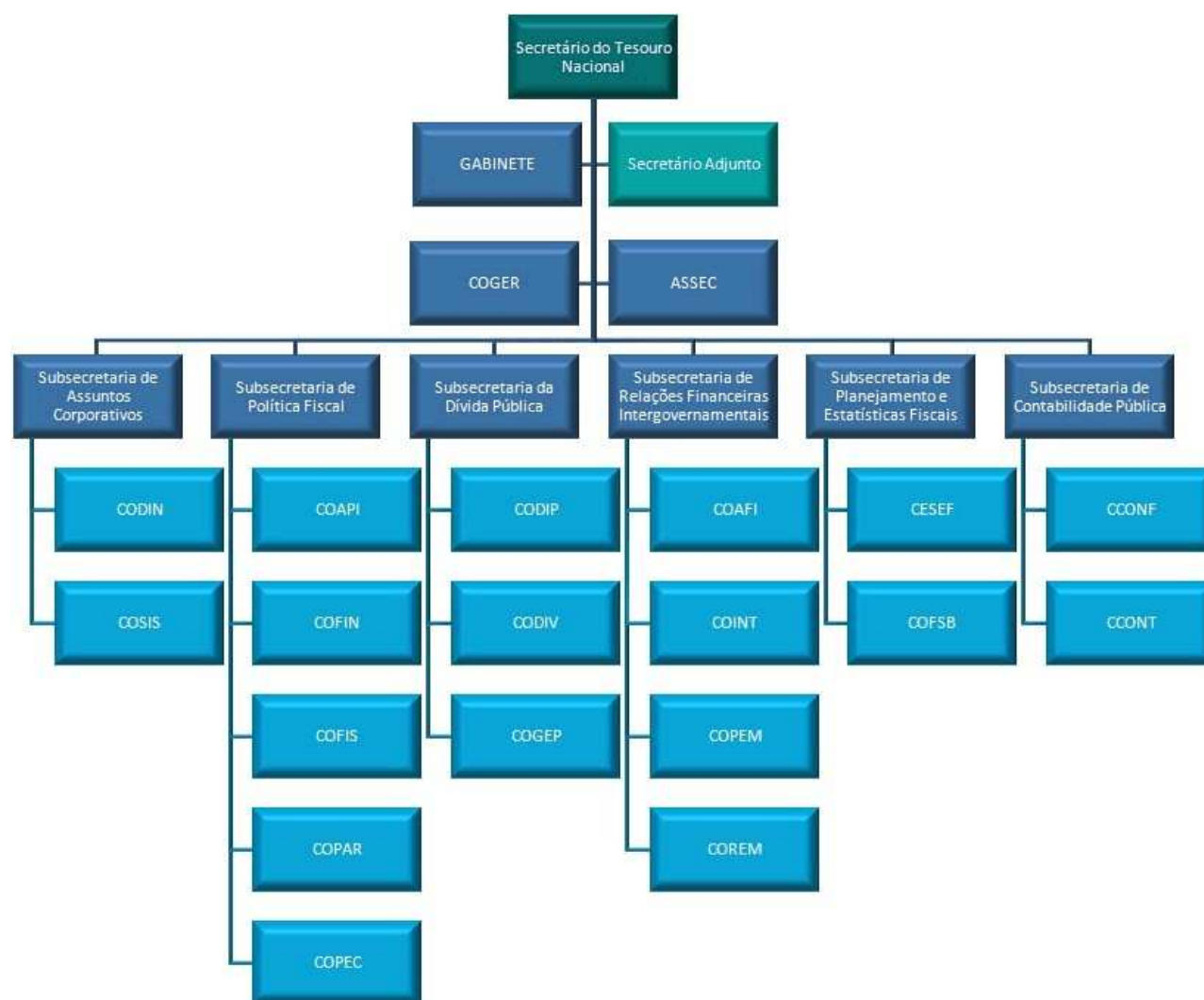
§ 1º No que se refere à despesa pública, inclusive aspectos associados à programação orçamentária, monitoramento e avaliação, conforme mencionado nos incisos VII, XI, XX, XXI, XXII e XXIII, a Secretaria do Tesouro Nacional deverá executar suas atribuições em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando suprir eventuais lacunas e aprimorar os procedimentos usuais nessa área.

§ 2º Os produtos gerados em decorrência da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional na área da despesa pública, em especial no que se refere às atividades de monitoramento e avaliação, deverão ser compartilhados com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a permitir sua plena integração com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL, COMPETÊNCIAS E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPECTIVOS TITULARES

Para o desempenho de suas atribuições regimentais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central dos sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, está estruturada em seis subsecretarias, dezenove coordenações-gerais e uma assessoria econômica, conforme organograma abaixo.

Figura 1.3.1 – Estrutura Organizacional da STN



Posição: Janeiro de 2014

- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro 1.3.1 - Áreas ou Subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
---------------------------------	--------------	---------	-------	--------------------

Subsecretaria de Assuntos Cooperativos - SUCOP	Responsável por viabilizar e implementar as ações estratégicas da STN mediante a melhor adequação dos Recursos Humanos e Orçamentários, de soluções e serviços de TI, de Logística, comunicação e informação, e do aprimoramento contínuo dos processos organizacionais.	Lísio Fábio de Brasil Camargo	Subsecretário de Assuntos Cooperativos	2014
Subsecretaria de Política Fiscal - SUPOF	Responsável pela gestão da despesa pública e da Conta Única, bem como pela formulação da política de financiamento da despesa pública e dos fundos e dos programas oficiais que estejam sob a responsabilidade do Tesouro Nacional. Efetua o acompanhamento das matérias societárias relativas às empresas estatais das quais a União tenha participação, das operações de crédito ao setor produtivo de fomento às exportações. Acompanha os investimentos da União e a gestão do Fundo	Marcus Pereira Aucélio	Subsecretário de Política Fiscal	2014
	Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP).			
Subsecretaria de Dívida Pública - SUDIP	A gestão da Dívida Pública Federal, incluindo as estratégias de financiamento são competências da SUDIP. Para tanto, elabora o planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, conduz as estratégias de financiamento interno e externo da União, elabora sua proposta orçamentária atual e realiza sua execução financeira.	Paulo Fontoura Vale	Subsecretário de Dívida Pública	2014
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais - SURIN	Administra os haveres financeiros do Tesouro Nacional junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, monitorando os compromissos fiscais assumidos por entes federados em contratos firmados com a União. Verifica os limites e condições para a execução de operações de crédito pelos entes federados, bem como a concessão de garantias da União a esses entes e realiza controle das transferências constitucionais e convênios firmados entre a União e os Estados, Distrito Federal e Municípios.	Eduardo Coutinho Guerra	Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais	2014
Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais - SUPEF	Coordena a elaboração, edição e divulgação de estatística e indicadores fiscais, demonstrativos e relatórios. Promove estudos e pesquisas em matéria fiscal. Elabora cenários de médio e longo prazo das finanças públicas. É responsável pela gestão do Fundo Soberano do Brasil.	Cleber de Ubiratan Oliveira	Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais	2014

Subsecretaria de Contabilidade Pública - SUCON	Estabelece normas e procedimentos contábeis para os órgãos e entidades da Administração Pública, promove o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil. Coordena a edição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-PCASP e MCASP e efetua o registro dos atos e fatos da Administração Pública. Define os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de responsabilidade, transparência, controle da gestão fiscal.	Gilvan da Silva Dantas	Subsecretário de Contabilidade Pública	2014
--	---	------------------------	--	------

Fonte: STN/CODIN

1.3a Política Fiscal

À Subsecretaria de Política Fiscal (SUPOF) compete:

- I - orientar e supervisionar o processo de programação financeira, de gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional e de formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - orientar e supervisionar a elaboração de cenários de finanças públicas e estudos em matéria fiscal com vistas à definição de diretrizes de política fiscal e de orientadores para a formulação da programação financeira, identificação de riscos fiscais e melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - orientar a normatização, o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;

-
V promover e administrar as ações relativas à integração do SIAFI ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, bem como monitorar as movimentações financeiras realizadas por meio do Sistema de Transferência de Reservas que impliquem entradas ou saídas de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional;

VI - orientar o processo de gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais, entidades governamentais estrangeiras de crédito e organização supranacional; VII - administrar os haveres financeiros cujos devedores não sejam entes federativos, bem como os haveres mobiliários do Tesouro Nacional e seus respectivos rendimentos e direitos;

VIII - avaliar, orientar e manifestar-se acerca da adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na [Lei nº 11.079, de 2004](#), e na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

IX - acompanhar a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e avaliar a viabilidade da concessão de garantias e a sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o [art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004](#), para a contratação de parceria público-privada, consoante o [inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei](#);

X - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional;

XI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;

XII - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação das ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei, incluindo operações de crédito e fomento agropecuários, agroindustriais, industriais, habitacionais, exportações e Operações Oficiais de Crédito;

XIII - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, participações societárias da União, contratos de gestão e fundos que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional;

XIV - manifestar-se sobre as questões envolvendo planos de benefícios de aposentadoria complementar de empresas públicas e sociedades de economia mista federais, sob a ótica dos riscos fiscais e aportes de recursos da União;

XV - propor e coordenar operações estruturadas e especiais envolvendo ativos e passivos do Tesouro Nacional, em conjunto com as demais áreas envolvidas, bem como propor programas de governo afetos ao Ministério da Fazenda;

XVI - manifestar-se sobre matérias societárias relativas a empresas em que a União tenha participação direta ou indireta no capital social, inclusive na condição de acionista minoritário; e

XVII - propor a indicação de representantes do Tesouro Nacional em conselhos fiscais ou órgãos equivalentes de empresas estatais e outras entidades, assim como de representantes do Ministério da Fazenda em comissões de acompanhamento e avaliação de contratos de gestão celebrados pela União.

1.3b Dívida Pública

À Subsecretaria da Dívida Pública (SUDIP) compete:

- I - elaborar o planejamento de curto, médio e longo prazos da dívida pública federal, nele incluídos o gerenciamento de riscos e custos, a projeção dos limites de endividamento da União, a elaboração de análises macroeconômicas e a proposição de operações com ativos e passivos que possam melhorar o seu perfil;
- II - conduzir as estratégias de financiamento interno e externo da União, nelas incluídas as contratações de operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos ou à aquisição de bens e serviços;
- III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e realizar as execuções orçamentária e financeira e os registros contábeis da dívida pública federal;
- IV - elaborar e divulgar informações acerca das operações da dívida pública federal, bem como outros temas a ela relacionados;
- V - coordenar o relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, formadores de opinião, imprensa, agências de classificação de risco e órgãos de governo no que se refere à dívida pública federal, bem como assessoramento às autoridades de Governo nesse tema;
- VI - fomentar o mercado de capitais, acompanhando e propondo, no âmbito de suas atribuições, normas reguladoras e disciplinadoras do mercado de títulos públicos;
- VII - articular com as Subsecretarias Fiscais sobre temas por elas coordenados que afetem direta ou indiretamente a gestão da dívida pública federal; e
- VIII - assistir o Secretário do Tesouro Nacional junto às instâncias colegiadas, fóruns de discussão e grupos de trabalho que envolvam matéria de responsabilidade da Subsecretaria.

1.3c Relações Financeiras Intergovernamentais

À Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN) compete:

- I - administrar os haveres financeiros do Tesouro Nacional junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- II - monitorar os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e demais compromissos fiscais assumidos por entes federados em contratos firmados com a União;
- III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;
- IV - analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;
- V - assistir ou representar o Secretário do Tesouro Nacional na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX relativamente às operações de crédito externo de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; VI - subsidiar a posição da Secretaria do Tesouro Nacional na Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV; e
- VII - divulgar as informações relativas às operações de crédito analisadas, inclusive com a garantia da União, as informações financeiras de Estados e Municípios, bem como as transferências financeiras intergovernamentais.

1.3d Planejamento e Estatísticas Fiscais

À Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais (SUPEF) compete:

- I - coordenar a elaboração, edição e divulgação de estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;
- II - gerir o Fundo Soberano do Brasil, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo de que trata o art. 6º da Lei nº 11.887, de 2008;
- III - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais; e
- V - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais.

1.3e Contabilidade Pública

À Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON) compete:

- I - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;
- II - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- III - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- IV - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;
- V - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- VI - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições; e
- VII - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

1.3f Assuntos Corporativos

À Subsecretaria de Assuntos Corporativos (SUCOP) compete:

- I - modernizar a gestão da Secretaria, no que tange a pessoas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho;
- II - gerenciar o planejamento estratégico da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como do plano plurianual, no que se refere aos programas de responsabilidade da Secretaria;
- III - realizar a gestão do orçamento, programação e execução financeira, aquisições, convênios e contratos referentes à manutenção administrativa e administração patrimonial;

- IV - promover a gestão de pessoas, abrangendo seleção, alocação, gestão do desempenho, movimentação, capacitação, desenvolvimento e administração de pessoal;
- V - zelar pela promoção da ética na Secretaria do Tesouro Nacional;
- VI - coordenar a gestão estratégica da informação no que tange a tecnologia e comunicação, bem como gerenciar os meios de comunicação institucionais;
- VII - coordenar, avaliar e aprovar a divulgação de produtos e serviços da Secretaria do Tesouro Nacional;
- VIII - planejar e coordenar as atividades relativas à tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IX - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, adquirir, desenvolver, homologar e implantar metodologias, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação para suporte às atividades da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando pela sua aplicabilidade e cumprimento;
- X gerenciar, manter e regulamentar o uso do SIAFI e dos demais sistemas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando por sua confiabilidade e disponibilidade;
- XI - definir, implementar e gerenciar a infraestrutura tecnológica necessária à operação dos sistemas e soluções informatizadas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- XII - definir e implementar padrões e procedimentos de segurança relativos aos recursos de tecnologia de informação e comunicação e aos sistemas sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE, PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

Na busca permanente de sua modernização institucional, a STN vem se estruturando por macroprocessos e processos, agrupados por afinidade. Essa organização permite a eliminação de superposições e fragmentações de ações, redução de custos, foco em produtos e serviços e redução de níveis hierárquicos e guarda consonância com o Decreto Nº 4.643, de 24/03/2003.

Atualmente, as subsecretarias respondem por cinco macroprocessos finalísticos e dois de apoio, conforme quadro abaixo:

Quadro 1.4.1 – Macroprocessos e Principais Produtos

SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Dívida Pública	GESTÃO DE OBRIGAÇÕES	Estratégia de financiamento elaborada; Operações de Crédito; Operacionalização das Obrigações; e Relacionamento com Investidores.	
	GESTÃO DE HAVERES	Haveres Financeiros Geridos; e Haveres Mobiliários Geridos.	
	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIOFINANCEIRA	Normas e análise da execução da despesa orçamentária; e Gestão Financeira.	

Política Fiscal	INVESTIMENTO PÚBLICO	Seleção, avaliação e monitoramento de projetos de investimento público e análise e acompanhamento dos projetos de PPPs (participação conjunta com outros órgãos); Execução orçamentária e financeira apurada; valor previsto x realizado do PAC e do Investimento Total acompanhados .	
Relações Financeiras Intergovernamentais Política Fiscal	ANÁLISE FISCAL E FINANCEIRA DE ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO	Análise Financeira da União; Análise Financeira de Estados e Municípios; Análise de Empresas Estatais e Entidades da Administração Pública Indireta.	Advocacia Geral da União – AGU; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN; Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEAIN/MP. Senado Federal
Contabilidade Pública	CONTABILIDADE GERAL DA UNIÃO	Contabilidade governamental.	

SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Planejamento e Estatísticas Fiscais	FUNDO SOBERANO	Estratégia de negócio desenvolvida e acompanhada; política de gestão de riscos do Fundo Soberano formulada e implantada; Portfólio de investimento do Fundo Soberano gerido; prestação de contas de gestão do Fundo Soberano;	
SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS DE APOIO	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Assuntos Corporativos	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Políticas de Recursos humanos elaboradas, implantadas e acompanhadas; planejamento institucional formulado, monitorado e avaliado; orçamento e execução orçamentária e financeira; Estrutura organizacional e projetos de modernização implantados e acompanhados; documentação e informação gerenciadas.	Ministério da Fazenda e secretarias; SPOA; ESAF; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Unidades da STN; servidores da STN.
	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	Planejamento Tecnológico elaborado, monitorado e avaliado; Novos Programas implantados e acompanhados; Produção de TI gerenciada. Serviços de Tecnologia de Informações geridos.	Órgãos públicos; unidades da STN; SERPRO.

Fonte: STN/CODIN

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DA UNIDADE

A Secretaria do Tesouro Nacional conta com alguns comitês de apoio à governança na área de gestão de pessoas, tecnologia da informação e comunicação:

- **Comitê de Capacitação:** define as diretrizes gerais das atividades de capacitação, analisa e delibera sobre os pedidos de pós-graduação e licença capacitação. Regulamentado pela Portaria STN nº 430, de 17/07/2009;
- **Comitê de Cessão:** deliberar sobre os pedidos de requisição, de cessão, de exercício em outros órgãos do Ministério da Fazenda, de exercício em áreas de programação financeira e contábil dos Ministérios Civis, de afastamentos superiores a seis meses e outros assuntos correlatos. Regulamentado pela Portaria STN nº 118, de 1/3/2007;
- **Comitê de Ética:** tem a missão de zelar pela divulgação e cumprimento do Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, orientando sobre a prática ética no compromisso com o serviço público. Regulamentado pela Portaria STN nº 602, de 05/09/2005, revogada pela Portaria STN nº 27, de 18/01/2008;
- **Comitê de TI:** responsável pelo estabelecimento de diretrizes e prioridades relacionadas à Tecnologia da Informação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido criado pela Portaria STN 481, de 03/09/2004;
- **Comitê SIAFI:** analisa as demandas de alterações do sistema que afetem o processo de abertura de um novo exercício, afetem o exercício corrente e excedam a um esforço de trabalho equivalente a 25 Pontos de Função (PF), sejam decorrentes de propostas de alterações em legislação vigente, atendam às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle e importem em risco ao projeto do Novo SIAFI. Foi instituído pela Portaria STN nº 495 de 14/08/2012;
- **Comitê web** (gestão da Intranet e Internet): Compete ao Comitê facilitar à sociedade a obtenção das informações produzidas pela Secretaria do Tesouro Nacional ou cuja divulgação seja de sua responsabilidade, estimular o desenvolvimento, a padronização, a integração e a normalização dos serviços de produção e disseminação eletrônica de informações de forma desconcentrada e descentralizada e, garantir a observância do conjunto de diretrizes, normas e procedimentos relativos à publicação de informações em meio eletrônico no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional. Criado pela Portaria STN 120 de 14 de março de 2002;
- **Comitê de Segurança da Informação e Comunicações:** assessora a STN na implementação e aperfeiçoamento das ações de segurança da informação e comunicações, constitui grupos de trabalho para tratar de temas, propor e implantar soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações; propõe Normas e Procedimentos internos relativos à segurança da informação e comunicações, em conformidade com as legislações existentes sobre o tema. Foi criado pela Portaria STN nº 65 de 07/02/2014;
- **Comitê Educacional:** O Comitê tem como atribuições, entre outras, coordenar o Tesouro Educacional e decidir sobre a integração de uma ação educativa ao programa. Composto por um representante e suplente de cada uma das subsecretarias da STN, além de um representante do Gabinete do Secretário do Tesouro. Foi instituído pela Portaria nº 416, de 18 de julho de 2014.

2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Não houve conteúdo a ser declarado.

2.4 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS

A avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos na STN é realizada dentro do âmbito das competências da COGER – Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais, por meio de avaliação do risco operacional, este definido como o risco de perdas financeiras resultantes de pessoas, sistemas, eventos externos ou processos internos inadequados ou deficientes. Depreende-se dessa definição que todas as Coordenações-Gerais da STN estão expostas ao risco operacional.

A STN adota, para a avaliação do Risco Operacional, metodologia baseada em autoavaliação, na qual o gestor de cada processo verifica a qualidade e suficiência dos controles existentes. A referida metodologia leva em consideração os possíveis impactos financeiros (perdas), a frequência com que o evento de risco se materializa na área e a frequência com que se espera que o evento de risco possa ocorrer vis-à-vis o histórico de operacionalização do processo. Para a realização da avaliação de riscos, a Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais (COGER) desenvolveu metodologia própria e se realiza conforme as definições constantes do planejamento estratégico da STN.

O objetivo principal deste trabalho, desenvolvido pela STN/COGER em parceria com as demais Coordenações-Gerais, é proporcionar segurança na operacionalização dos processos, evitando a possibilidade de perda financeira, bem como disseminar a cultura da gestão de riscos na STN. Esta ferramenta auxiliará o gestor na identificação das vulnerabilidades operacionais a que seus processos de trabalhos estão expostos, melhorando a eficiência operacional dos mesmos, permitindo maior segurança na sua operacionalização e definição de ações que mitiguem os riscos operacionais identificados na autoavaliação. Adicionalmente, é um importante mecanismo no fornecimento de subsídios para criação de planos de contingência para os processos críticos nas diferentes áreas da STN, garantindo a continuidade dos negócios quando os processos sofrerem algum tipo de descontinuidade, quer seja por interrupção de alguns dos canais institucionais utilizados na operacionalização dos processos de trabalho, quer seja motivado por algum evento externo (greves, invasões, catástrofes, etc.).

Assim, a Avaliação dos Riscos Operacionais provê ao gestor dados referentes aos riscos aos quais suas áreas estão expostas e fornece elementos que permitem uma análise dos mecanismos de Controles Internos adotados pela instituição. Ademais, dentro da gestão de riscos efetuada pela STN/COGER, inserem-se, também matérias relacionadas à segurança da informação, governança corporativa e controles internos, conforme estratégia definida pela alta administração do Secretaria do Tesouro Nacional.

Em 2014, a STN/COGER realizou avaliação de risco operacional em nove Coordenações-Gerais. Foram avaliadas (CCONT, CCONF, COINC, COPEC, COFIN, COGEP, CODIP, COPEM, COREM). Já em 2015, a avaliação será feita em todas as áreas do Tesouro Nacional.

Entendemos que a medida que a cultura da gestão de riscos for sendo disseminada na STN, serão feitas avaliações mais frequentes o que permitirá um melhor acompanhamento das ações de prevenção. Cabe ressaltar que a gestão de riscos deve ser um processo contínuo, dinâmico e que caminhe lado a lado com as mudanças organizacionais colaborando, conseqüentemente, com a melhoria dos controles internos.

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO À UJ

A STN possui os seguintes canais de acesso, disponibilizados ao cidadão:

- Ouvidoria STN;
- Fale Conosco;
- Fale Conosco – Tesouro Direto;
- Sistema de Informações ao Cidadão (SIC).

Quanto ao SIC, o mesmo registrou 150 manifestações recebidas, das quais 21 encontram-se em fase de recurso, sendo as demais atendidas, de acordo com o Quadro abaixo:

Quadro 3.1.1 – SIC – Manifestações Recebidas e Recursos

Anos	Quantidade	% de Atendimento	% de Recursos
2013	159	80,5%	19,5%
2014	150	86%	14%

Fonte: Ouvidoria Geral/MF

Em relação à Ouvidoria, o total de mensagens recebidas alcançou o nº de 484, conforme visualizado nos Quadros abaixo:

Quadro 3.1.2 – Ouvidoria – Total de Mensagens

Anos	Quantidade de Mensagens
2013	542
2014	484

Fonte: Ouvidoria Geral/MF

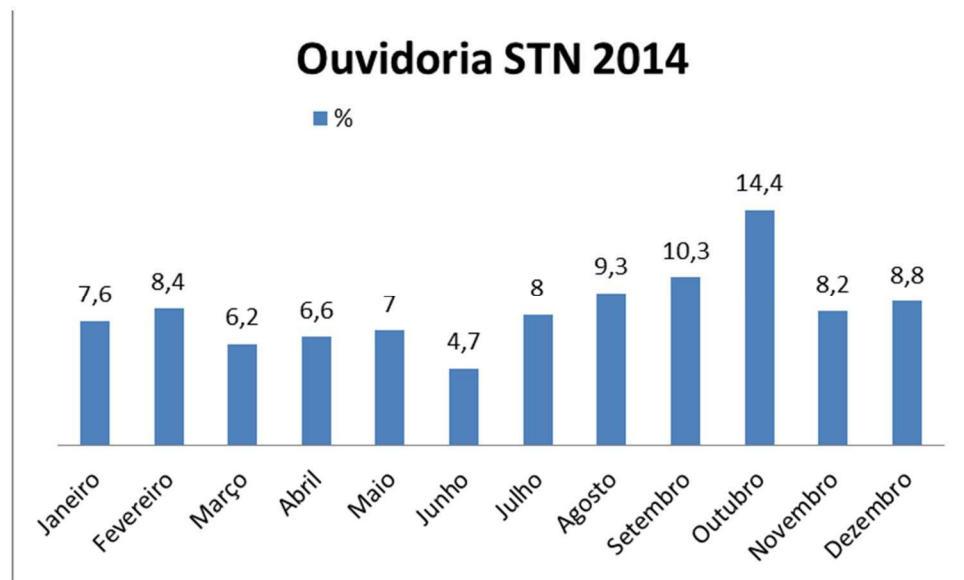
Quadro 3.1.3 – Manifestações Recebidas pela Ouvidoria da STN pelo Sistema Ouvidor no ano de 2014

Estatística de manifestações recebidas no SisOuvidor no Ano de 2014			
STN - Secretaria do Tesouro Nacional			
	Mês	Quantidade	%
1	Janeiro	37	7,6
2	Fevereiro	41	8,4
3	Março	30	6,2

4	Abril	32	6,6
5	Maio	34	7
6	Junho	23	4,7
7	Julho	39	8
8	Agosto	45	9,3
9	Setembro	50	10,3
10	Outubro	70	14,4
11	Novembro	40	8,2
12	Dezembro	43	8,8
Total		484	100%

Fonte: SISOuvidor

Gráfico 3.1.1 – Ouvidoria STN 2014



Fonte: SISOuvidor

Em referência ao Fale Conosco, este apontou o recebimento de 1.848 mensagens em 2014, ao passo que, em 2013, acusou o recebimento de 2.492 mensagens.

- Dívida Pública

Durante o exercício de 2014, a Dívida Pública Federal se destaca em relação a consultas referentes a apólices e títulos antigos, visando a esclarecer majoritariamente dúvidas sobre autenticidade desses ativos, e sobre os procedimentos a serem observados para sua aquisição de forma correta e segura.

As consultas recebidas no período foram respondidas, conforme registro a seguir:

Quadro 3.1.4 – Mensagens Recebidas – Dívida Pública

Classificação das Mensagens	Quantidade
Ouvidoria Do MF/STN	
Fale Conosco do Tesouro	182
OUVIDOR - email Institucional	296
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão	85
Questionamentos recebidos via Protocolo STN	
Títulos Antigos da Dívida Interna e Externa, LTN, DL. 6.019-43	45
Total Geral	608

Fonte: STN/CODIV – Posição em 31/12/2014

3.2 ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Não houve conteúdo a ser declarado.

3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

3.4 CAMINHO DE ACESSO, NO PORTAL DA UJ NA INTERNET, ÀS INFORMAÇÕES

As informações acerca da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional podem ser obtidas no portal www.tesouro.fazenda.gov.br, sendo que aquelas relacionadas à prestação de contas são visualizadas no endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorios-de-gestao.

3.5 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UJ NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Não houve conteúdo a ser declarado.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Não se aplica.

5 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA - Assuntos Corporativos

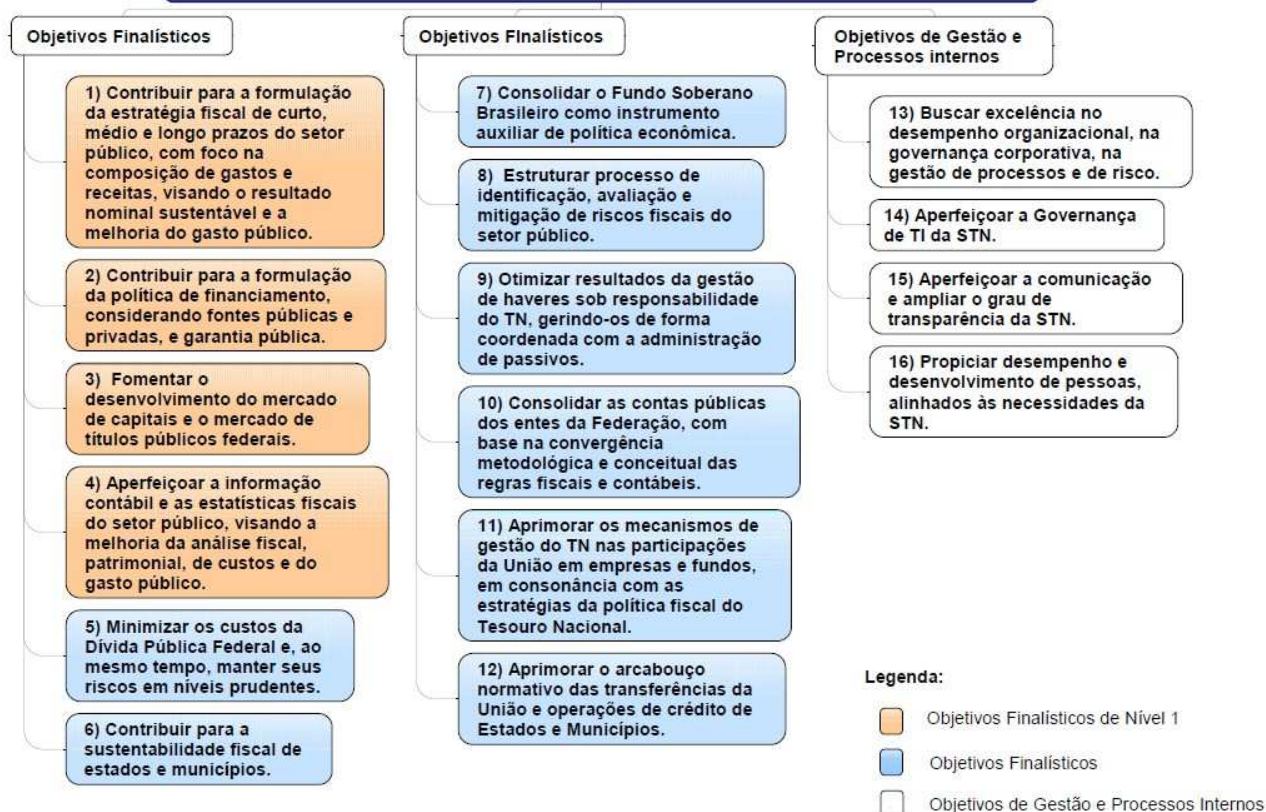
A introdução da prática do Planejamento Estratégico na Secretaria do Tesouro Nacional emergiu da necessidade de conferir materialidade aos propósitos de modernização institucional, sem perder de vista as peculiaridades culturais da organização, o preciso alinhamento entre os projetos e processos de trabalho e as atribuições regimentais das diversas áreas da instituição facilitando o cultivo de uma postura proativa perante os desafios que se configuram.

Embora a literatura sobre Estratégia e seus desdobramentos seja amplamente conhecida, nada torna mais verdadeira a teoria de que a metodologia mais adequada à organização é aquela que seja aderente à sua cultura. Tal afirmação faz toda diferença quando se analisam instituições como o Tesouro Nacional: problemas complexos, demandando soluções rápidas e criativas, profissionalismo na condução de trabalhos, inter-relação significativa entre as atividades, decisões sobre assuntos de grande vulto tomadas de forma rápida e resultado do trabalho como algo essencial na mensuração de desempenho.

A opção por uma metodologia integradora e conceitualmente tolerante e o respeito à maturidade de cada unidade vêm possibilitando ganhos incrementais para a instituição, haja vista o crescente reconhecimento que vem conquistando perante o Governo e a própria Sociedade. Nesse sentido, o Planejamento Institucional 2010-2014, aprovado e periodicamente monitorado pelo Comitê de Gestão Estratégica, confirmou a almejada consolidação do processo de planejamento estratégico no âmbito da STN e a crescente participação do corpo gerencial e de servidores na formulação e execução dos planos anuais.

Figura 5.1.1 – Objetivos Estratégicos

Secretaria Do Tesouro Nacional - Objetivos Estratégicos 2013-2014



Fonte: STN/CODIN

À luz dos objetivos estratégicos ora apresentados, foram empreendidos, ao longo de 2014, um conjunto de iniciativas direcionadas a propiciar maior integração entre as áreas da STN e ampliar a participação dos servidores nos processos de formulação estratégica e execução do Plano Estratégico Institucional.

Em 2014, encerrou-se, com êxito, a totalidade do ciclo de planejamento por visão institucional do período 2010-2014.

Vale destacar o esforço empreendido pela CODIN em flexibilizar a aplicação da metodologia de planejamento estratégico de forma a melhor se adaptar à cultura local das diversas áreas do Tesouro Nacional. Nesse sentido, optou-se pela customização do processo de discussão das metas, contexto em que foram oportunizados momentos interativos com cada uma de suas Coordenações, propiciando às equipes oportunidades de prestarem esclarecimentos com relação às expectativas previamente manifestas pelos Subsecretários.

Para o registro e acompanhamento de objetivos e metas contemplados no Plano Estratégico Institucional, as unidades da STN puderam contar com o apoio tecnológico do Sistema Estratégia, ferramenta de gestão estratégica aperfeiçoada ao longo de 2013, objetivando oferecer aos seus usuários em 2014 uma navegação mais ágil e amigável.

- Monitoramento

Sendo o processo de monitoramento de periodicidade quadrimestral, foram realizadas, no âmbito de cada Subsecretaria, três reuniões de monitoramento ao longo do ano das quais tomaram parte os respectivos titulares e representantes de cada uma de suas Coordenações-Gerais. Ao todo, foram monitoradas 65 metas, 40 destas classificadas como conjuntas e 15 como isoladas.

Concluído o monitoramento das metas conjuntas, o processo de monitoramento teve seguimento com reuniões customizadas por Subsecretaria que oportunizaram o monitoramento das metas próprias e a socialização das metas conjuntas, bem como debates estratégicos sobre metas específicas.

Ressalte-se que, conforme previsto, o ciclo de monitoramento ora descrito se repetiu a cada quadrimestre. No encerramento de cada quadrimestre, foram realizadas reuniões do Comitê de Gestão Estratégica para convalidar os status das metas desenvolvidas em 2014, bem como os apontamentos registrados pelas seis Subsecretarias).

A agenda de reuniões de planejamento realizadas ao longo do ano de 2014 encontra-se sintetizada no quadro a seguir:

Quadro 5.1.1 – Agenda de Reuniões

Atividade	Unidade da STN	Objetivo	Calendário
Planejamento Ciclo 5 - Atividades desenvolvidas em 2014			
1. Planejamento de metas	Comitê de Gestão mar/14 conjuntas	Elaborar as metas conjuntas das Estratégica da STN	subsecretarias da STN
2. Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da STN (Consolidação do Plano)	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Alinhar a compreensão sobre um conjunto de metas do Plano da STN e definir encaminhamentos necessários para a sua execução.	mar/14
Monitoramento e Avaliação Ciclo 5 - Atividades desenvolvidas em 2014			
3. Monitoramento do primeiro quadrimestre de 2014 - com as Subsecretarias	Todas as Subsecretarias (em separado)	Compartilhar o status de execução das metas 2014 da STN e definir os encaminhamentos necessários para aprimorar a execução do Plano.	abr/14
4. Monitoramento do primeiro quadrimestre de 2014 - com o Comitê de GE	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Compartilhar o status de execução das metas 2014 da STN e definir os encaminhamentos necessários para aprimorar a execução do Plano.	mai/14
5. Monitoramento do segundo quadrimestre de 2014 - com as Subsecretarias	Todas as Subsecretarias (em separado)	Compartilhar o status de execução das metas 2014 da STN e definir os encaminhamentos necessários para aprimorar a execução do Plano.	ago/14
6. Monitoramento do segundo quadrimestre de 2014 - com o	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Compartilhar o status de STN e definir os encaminhamentos necessários para aprimorar a execução do Plano.	set/14

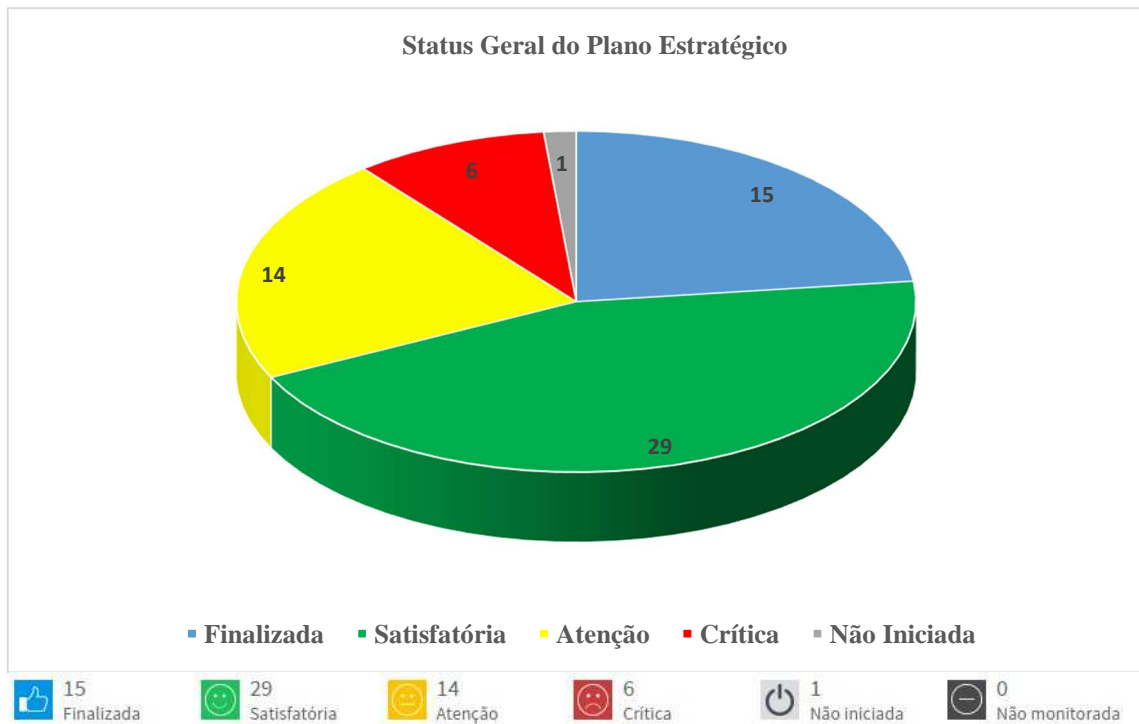
7. Avaliação (2008 - 2014) dos principais avanços e dificuldades temas	CODIN e Todas as Subsecretarias por	Levantamento dos principais temas e Objetivos Estratégicos abordados durante o período de 2008 a 2014 como subsídio para elaboração do Plano Estratégico 2015-2017	out/14
Planejamento Ciclo 6 - Atividades desenvolvidas em 2014			
8. Definição metodológica do processo de planejamento do Ciclo 6 - 2015/2017	CODIN e Comitê de Gestão Estratégica da STN	Definir metodologia de elaboração do Plano Estratégico da STN, Ciclo 6 - 2015/2017	ago e set/14
9. Definição de temas estratégicos para o planejamento do Ciclo 6 - 2015/ 2017	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Definir temas estratégicos para o Plano Estratégico do Ciclo 6 - 2015/2017	set/14
10. Identificação dos principais desafios dos temas estratégicos para a STN	Todas as Subsecretarias	Identificar os principais desafios dos temas estratégicos definidos para a STN pelo Comitê de Gestão Estratégica	out/14
11. Definição dos Objetivos Estratégicos por temas	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Formular Objetivos Estratégicos para a STN a partir dos temas estabelecidos pelo Comitê de Gestão Estratégica	out/14
12. Definição de Metas 2015 por Objetivos Estratégicos	Todas as Subsecretarias	Elaborar as metas de forma matricial da STN a partir dos Objetivos Estratégicos estabelecidos	nov e dez/14
13. Validação das Metas 2015 dos Objetivos Estratégicos	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Validar metas dos Objetivos Estratégicos da STN	dez/14

Fonte: STN/CODIN

- Avaliação de Resultados

Os gráficos a seguir sintetizam o resultado global alcançado pela STN quanto ao seu planejamento estratégico de 2014.

Gráfico 5.1.1



Da análise do gráfico apresentado, conclui-se que, apesar do esforço e envolvimento das diversas áreas da STN observa-se que, de maneira global, apenas 23% das metas pactuadas foram concluídas ao final de 2014. Porém, do total de metas ressalta-se que 44% foram monitoradas com o status “satisfatória” e apenas 9% chegaram ao final do exercício em situação crítica. Observa-se também que durante a definição do plano de ação de várias das metas, com o passar do ano ampliou-se o escopo dos projetos, desta forma ampliando-se também o tempo necessário para cumprir as metas.

Se analisarmos a performance institucional à luz dos objetivos estratégicos estabelecidos pela alta administração, observam-se resultados que variam de regular a bom, condição que pode ser melhor ilustrada pela Figura a seguir apresentada.

Figura 5.1.2 – Performance Institucional

Contribuir para a formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público, com foco na composição de gastos e receitas, visando o resultado nominal sustentável e a melhoria do gasto público



Estratégia Fiscal



11 metas

Contribuir para a formulação da política de financiamento, considerando fontes públicas e privadas, e garantia pública



Política de
Financiamento



2 metas

Fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais e o mercado de títulos públicos federais



Mercado
Mobiliário



4 metas

Aperfeiçoar a informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público



Dados Contábeis
e Estatísticas



9 metas

Minimizar os custos da Dívida Pública Federal e, ao mesmo tempo, manter seus riscos em níveis prudentes



Custos da Dívida



2 metas

Contribuir para a sustentabilidade fiscal de estados e municípios.



Sustentabilidade Fiscal dos Entes



3 metas

Consolidar o Fundo Soberano Brasileiro como instrumento auxiliar de política econômica



Fundo Soberano



2 metas

Estruturar processo de identificação, avaliação e mitigação de riscos fiscais do setor público



Riscos Fiscais



1 meta

Otimizar resultados da gestão de haveres sob responsabilidade do TN, gerindo-os de forma coordenada com a administração de passivos



Gestão de Haveres



5 metas

Consolidar as contas públicas dos entes da Federação, com base na convergência metodológica e conceitual das regras fiscais e contábeis



Regras Fiscais e Contábeis



2 metas

Aprimorar os mecanismos de gestão do TN nas participações da União em empresas e fundos, em consonância com as estratégias da política fiscal do Tesouro Nacional



Estatais e Fundos



2 metas

Aprimorar o arcabouço normativo das transferências da União e operações de crédito de Estados e Municípios



Transferências e Operações de Crédito



7 metas

Buscar excelência no desempenho organizacional, na governança corporativa, na gestão de processos e de risco.



Desempenho Organizacional



7 metas

Aperfeiçoar a Governança de TI da STN



Governança de TI



2 metas

Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o grau de transparência da STN



Comunicação e Transparência



4 metas

Propiciar desempenho e desenvolvimento de pessoas, alinhados às necessidades da STN.



Desenvolver Pessoas



2 metas

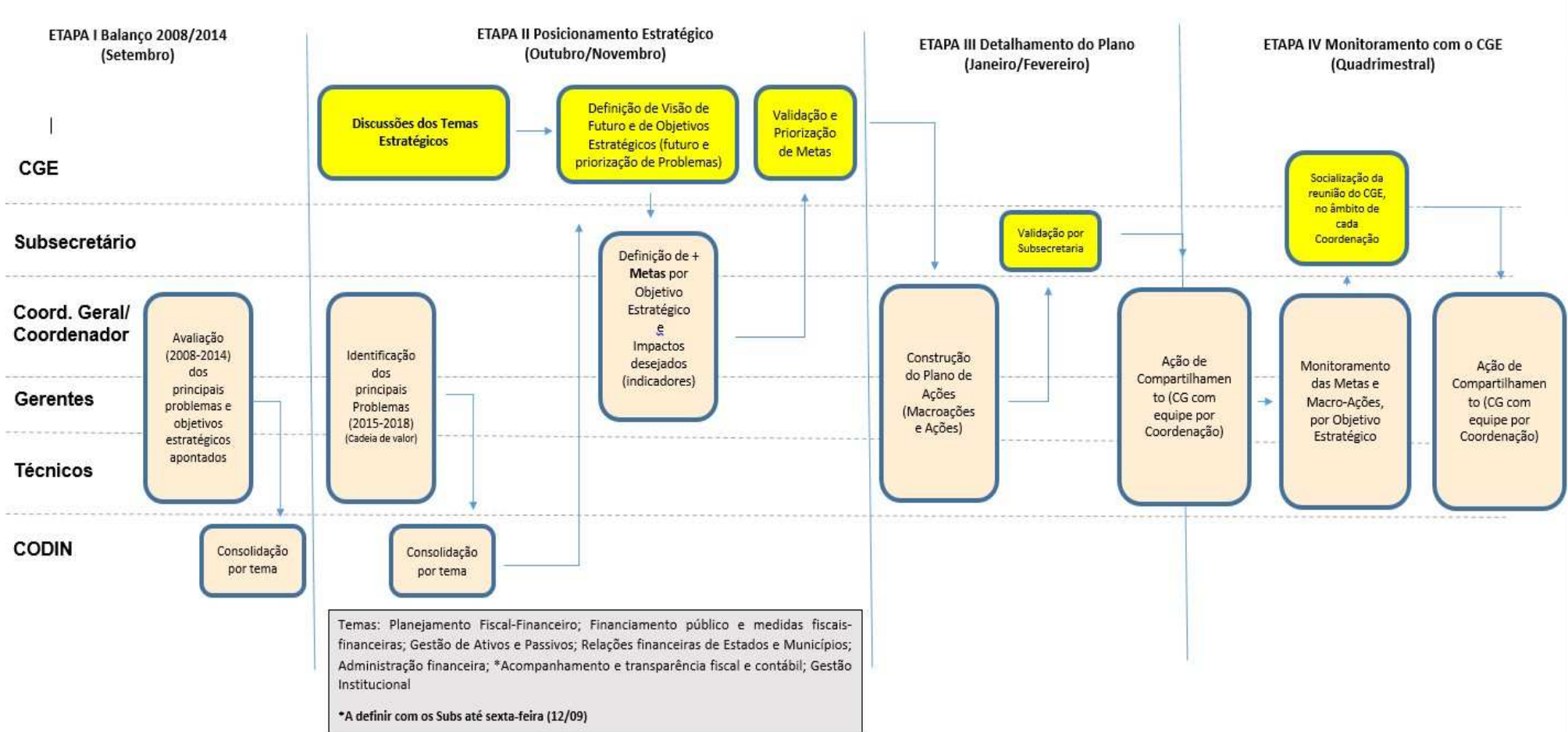
Fonte: STN/CODIN

Ressalta-se o notável esforço da alta administração em adequar os direcionadores estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional ao novo paradigma estabelecido para a Política Fiscal brasileira. A área institucional do Tesouro começou a definir sua identidade. Foi construído o modelo

de negócios, missão e consultoria em andamento para definir indicadores estratégicos, táticos e operacionais.

Durante o ano de 2014, a metodologia de planejamento foi igualmente aperfeiçoada com vistas ao incremento do grau de participação dos servidores no processo de formulação estratégica da STN. Para 2015, os Objetivos Estratégicos foram definidos a partir dos nomes dos macroprocessos da cadeia de valor do Tesouro. Foram identificados os desafios para o próximo ciclo de forma a atender cada tema estratégico, conforme Figura a seguir.

Figura 5.1.3 – Metodologia de Planejamento 2015



Fonte: STN/CODIN

- Dívida Pública

Na gestão de obrigações, para cada objetivo estratégico foram definidas metas que refletissem os esforços do Tesouro Nacional em buscar uma gestão eficiente da Dívida Pública Federal, tendo por referência o objetivo maior de minimizar seu custo de longo prazo, concomitante com a manutenção de seus riscos em níveis prudentes. Em 2014, as atividades foram guiadas pelas metas listadas a seguir:

a) Objetivo Estratégico: Contribuir para a formulação da política de financiamento, considerando fontes públicas e privadas, e garantia pública.

Meta: O fluxo de tomada de decisão do TN sobre concessão de garantias no setor público foi redesenhado e implementado.

Dando continuidade ao aprimoramento da governança do processo de acompanhamento das garantias concedidas pela União, foi formulado para o ano de 2014 o objetivo estratégico de mapear e apresentar um fluxograma completo do processo de análise, tomada de decisão, concessão e registro de garantias pela União.

A expectativa do produto desse trabalho é de se alcançar maior tempestividade e segurança quando das negociações de garantia e de contragarantia.

Foi feito o mapeamento dos procedimentos referentes à garantia da União e apresentada proposta de um novo modelo de tomada de decisão. O próximo passo será a implementação do modelo após sua devida validação.

b) Objetivo Estratégico: Fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais e o mercado de títulos públicos federais.

Meta: Foram implementadas propostas para o desenvolvimento do mercado de debêntures, em conjunto com os participantes do GTMK.

A condução da meta teve por base o relatório apresentado em 2013 à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda contendo 10 propostas para fomento do mercado de títulos privados.

O processo está em fase de discussões com atores que compõem o Grupo de Trabalho do Mercado de Capitais (GTMK), especialmente a ANBIMA e a CVM. Nesse contexto, a ANBIMA apresentou propostas para impulsionarem as emissões de valores imobiliários.

Meta: O ETF com apoio do Tesouro Nacional foi lançado.

Na busca de contribuir para a melhoria na composição da Dívida Pública e para a diminuição do nível de indexação dos ativos financeiros à taxa de juros de um dia no mercado brasileiro, o Tesouro Nacional deu continuidade ao projeto que visa o lançamento de ETF de Renda Fixa vinculado a índices de títulos públicos prefixados ou corrigidos por índices de preços.

Foram realizadas análises quanto ao impacto fiscal associado ao ETF e coordenadas ações para a publicação de normas tributárias e modificações na Lei 10.179, a qual já foi alterada por meio de MP que já foi convertida em lei, assim como é o caso da norma tributária.

Estão em andamento discussões com a PGFN com vistas a redação de decreto que discipline o processo seletivo do Gestor do ETF.

Meta: A participação no mercado secundário das negociações em plataformas eletrônicas ultrapassou 1%.

Visando o incremento da participação das negociações em plataformas eletrônicas no mercado secundário, foi desenvolvido um projeto de análise de viabilidade de concentração dos spreads e negócios em uma única plataforma eletrônica de negociação. Entende-se que isso traria maior liquidez e transparência no mercado secundário de títulos públicos.

Tal estudo passa por alterações no sistema de *dealers* visando gerar maior incentivo para as negociações e abertura de *spreads* em tela, alterações essas que se encontram em fase de discussão com o Banco Central.

Outra frente estabelecida, voltada à consecução dessa meta, foi o mapeamento das restrições que afastam os principais agentes, como fundos de pensão e *assets*, de operarem no mercado secundário de títulos públicos federais.

Nesse sentido, foram programados contatos com tais agentes, tendo se iniciado pelas *assets*, objetivando a coleta de informações que levem ao diagnóstico das restrições e de possíveis entraves. Esses dados servirão como base para o desenvolvimento de ações que superem tais fatores inibitórios e, assim, promovam o fomento pelo uso das plataformas eletrônicas por parte dos agentes.

Encontra-se em andamento por meio da ANBIMA discussões com as principais *assets* para que intensifiquem a utilização das plataformas eletrônicas, algo que os beneficiaria diretamente. O Tesouro Nacional visitou as 7 principais *assets* para entender as dificuldades postas para maior participação no mercado secundário em tela, ao passo que corroborou sua posição de fomentar a utilização dessas ferramentas de negociação, buscando comprometimento desses agentes para o objetivo proposto.

A participação no mercado secundário das negociações em plataformas eletrônicas alcançou 1% no mês de outubro, tendo ficado em torno de 0,5% nos demais meses do ano.

Meta: O Tesouro implementou as ações sugeridas no trabalho de planejamento estratégico para o Tesouro Direto.

O planejamento estratégico para o Tesouro Direto, finalizado em meados de 2014, listou uma série de melhorias a serem implementadas no programa, como forma de torná-lo mais acessível e atrativo a investidores atuais e potenciais. Dada a complexidade e o volume das ações elencadas, o planejamento acordado previu a divisão das entregas em dois grandes pacotes, ambos para serem lançados em 2015.

Nesse sentido, o trabalho no segundo semestre de 2014 focalizou a implementação das ações previstas no primeiro pacote de entregas, a saber: a possibilidade de recompra diária dos títulos, a reformulação do sítio do Tesouro Direto na Internet, a atualização do ambiente seguro de negociações do programa, a criação de uma ferramenta de orientação financeira a ser utilizada pelo investidor no momento da aplicação, a oferta de um título prefixado de longo prazo sem pagamento de juros (LTN 2021), a mudança nos nomes dos títulos e a atualização da logomarca do Tesouro Direto.

Considerando que todas essas novidades estarão prontas para serem lançadas no início de 2015, como previsto, pode-se afirmar que tal meta foi cumprida com sucesso.

c) **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público.

Meta: O TN aprimorou os procedimentos contábeis e estatísticos da Dívida Pública.

Em 2014, o Relatório Mensal da Dívida Pública, RMD, começou a divulgar todas as informações da Dívida Pública Externa com dados extraídos diretamente do SID. Além disso desde janeiro de 2014, o Tesouro Nacional divulga os dados de vida média utilizando nova metodologia denominada Average Term to Maturity – ATM, que é mais comumente encontrada na literatura internacional e, portanto, permite uma maior comparabilidade do Brasil com outros países no que se refere à maturidade da dívida pública.

A nova metodologia para a vida média é calculada por meio da média ponderada do tempo restante até o vencimento de cada um dos títulos que compõem a DPF, considerando apenas o principal. A ponderação ocorre pelo valor de cada título, utilizando-se o seu valor de face.

Na evolução da qualidade da informação, o Tesouro Nacional, através da CODIV, divulgou o primeiro Relatório Quadrimestral das Garantias Concedidas (RQGC), com posição ao final do 2º Quadrimestre de 2014.

Além disso, foi realizado um trabalho em relação as estatísticas relativas às emissões diretas realizadas pelo Tesouro Nacional, com intuito de prover uma série histórica de 5 anos detalhando os programas de governo e os valores para os respectivos anos..

d) Objetivo Estratégico: Minimizar os custos da Dívida Pública Federal e, ao mesmo tempo, manter seus riscos em níveis prudentes.

Meta: Os parâmetros definidos no Plano Anual de Financiamento foram alcançados.

O Tesouro Nacional busca projetar a estrutura da DPF estabelecendo metas anuais para seus principais indicadores, as quais são expressas sob a forma de intervalos máximos e mínimos no Plano Anual de Financiamento (PAF). Assim, tais limites trazem previsibilidade, ao mesmo tempo em que concedem flexibilidade à gestão da dívida pública, permitindo ao Tesouro nacional reagir às alterações nas condições de mercado, quando necessário.

A Tabela 5.1.1 mostra que os principais indicadores da DPF encerraram o exercício dentro dos intervalos definidos previamente no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2014. Ou seja, o Tesouro alcançou todas as metas relativas a estoque, composição (prefixados, índices de preços, flutuantes e câmbio) e estrutura de vencimentos (prazo médio e percentual vencimento em 12 meses). Em relação a 2013, observam-se mudanças marginais da composição da dívida, consolidando, assim, os avanços obtidos em anos anteriores. Além disso, o Tesouro logrou êxito na diretriz de alongamento do prazo médio da DPF.

Tabela 5.1.1 – Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF

Indicadores	dez/13	dez/14	PAF-2014	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	2.122,8	2.295,9	2.170,0	2.320,0

Composição do Estoque da DPF				
Prefixado (%)	42,0	41,6	40,0	44,0
Índice de Preços (%)	34,5	34,9	33,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	19,1	18,7	14,0	19,0
Câmbio (%)	4,4	4,9	3,0	5,0
Estrutura de Vencimentos				
Prazo Médio (anos)	4,2	4,4	4,3	4,5
% vincendo em 12 meses	24,8	24,0	21,0	25,0

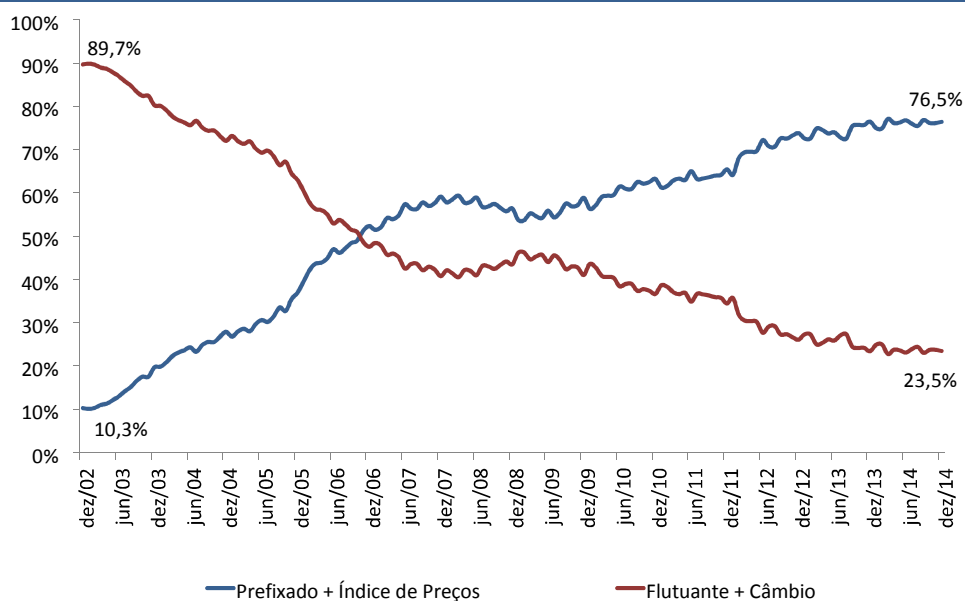
Fonte: Tesouro Nacional

O estoque da DPF encerrou o ano de 2014 em R\$ 2.295,90 bilhões, dentro dos limites do PAF. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 8,15%.

Em relação à composição da DPF, em 2014, houve estabilização na política do Tesouro Nacional de substituição de títulos vinculados a taxas de juros flutuantes (especialmente à taxa Selic), por dívida prefixada ou remunerada por índices de preços, em grande parte em função das incertezas geradas pelos cenários externo e interno. Em comparação com o ano anterior, aumentou a participação da dívida vinculada a índices de inflação (de 34,5% para 34,9%) e da dívida atrelada ao câmbio (de 4,4% para 4,9%). Em contrapartida, houve queda da parcela de flutuantes na DPF (de 19,1% para 18,7%) e dos prefixados (de 42,0% para 41,6%).

Colocando a composição da DPF em perspectiva temporal, o Gráfico 5.1.2 ilustra que, ao final de 2014, a parcela da dívida resultante da soma de títulos prefixados e remunerados por índices de preços representava 76,5% do total, contra apenas 10% em dezembro de 2002, enquanto os 23,5% restantes referem-se à soma de títulos indexados à taxa de juros Selic (flutuantes) ou expostos à variação cambial, os quais representavam 90% do estoque da DPF em 2002. Enquanto os prefixados trazem previsibilidade aos fluxos nominais da dívida, os instrumentos vinculados à inflação têm vantagens para a gestão de riscos globais, pois seu custo apresenta maior estabilidade em termos reais e tende a ser positivamente correlacionado com as receitas do governo. Além disso, esses títulos auxiliam de maneira importante o alongamento do prazo médio da dívida.

Gráfico 5.1.2 – Evolução da composição da DPF



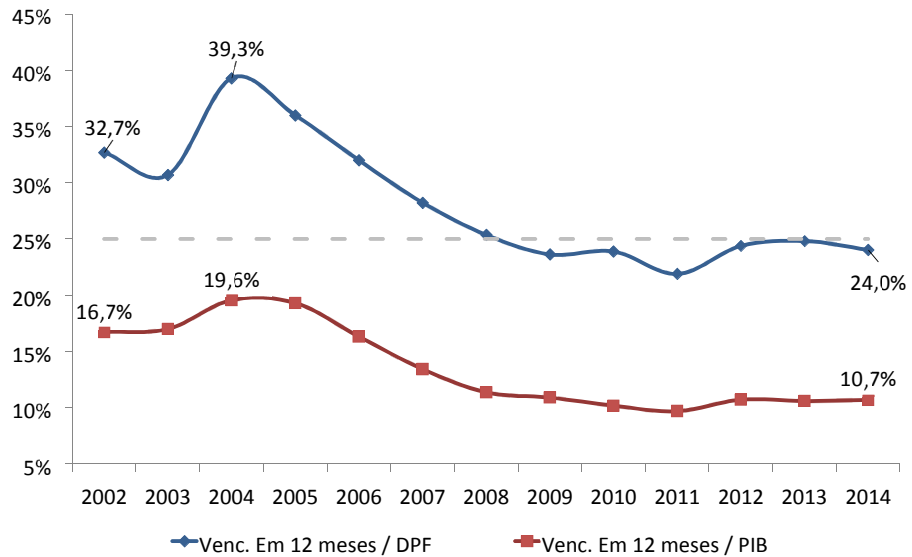
Fonte: Tesouro Nacional

A análise da estrutura de vencimentos da DPF mostra que o ano de 2014 trouxe avanços quanto à diretriz de alongamento da maturidade média da dívida. Com relação às metas do PAF, o prazo médio aumentou em relação ao final do ano anterior (de 4,2 anos para 4,4 anos), enquanto o percentual vincendo em 12 meses diminuiu (de 24,8% da DPF para 24,0% da DPF). Nos dois casos, os limites apontados pelo PAF foram respeitados.

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Este é dado pela possibilidade de o Tesouro Nacional, ao acessar o mercado para refinar sua dívida vincenda, encontrar condições financeiras adversas que impliquem elevação em seus custos de emissão, ou até, no limite, não conseguir levantar recursos no montante necessário para honrar seus pagamentos. Portanto, tal risco depende diretamente de quão concentrados em pontos específicos do tempo estão os vencimentos previstos da dívida.

Historicamente, o Tesouro tem obtido progressos na redução do seu risco de refinanciamento. Para ilustrar esse ponto, o Gráfico 5.1.3 mostra a evolução da concentração de vencimentos da DPF em até 12 meses, que apresentou forte tendência de queda na última década. Após atingir 39,3% da DPF, a parcela de títulos vincenda no curto prazo reduziu a 21,8% da DPF em 2011 e, apesar do aumento ocorrido nos últimos dois anos, tem se estabilizado abaixo de 25% da DPF, proporção esta que historicamente é considerada confortável para a gestão do risco de refinanciamento da dívida.

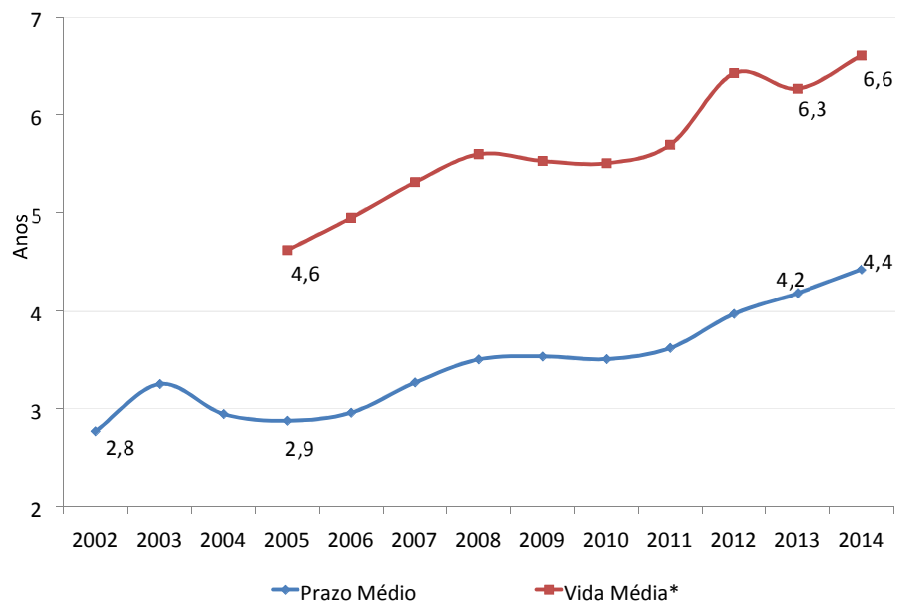
Gráfico 5.1.3 – Percentual Vincendo em 12 meses da DPF



Fonte: Tesouro Nacional

Essa suavização dos vencimentos acompanha os esforços para alongamento da dívida, como se observa no Gráfico 5.1.4. O prazo médio (*duration*¹) da DPF que em 2004 era de 2,9 anos atingiu em 2014 seu maior valor na série histórica anual, ao registrar 4,4 anos.

Gráfico 5.1.4 – Prazo Médio e Vida Média da DPF



Fonte: Tesouro Nacional

¹ O prazo médio divulgado para a DPF equivale ao conceito de *duration*. Entretanto, para fins de cálculo do valor presente dos fluxos, aplica-se a taxa de emissão dos títulos em estoque (em vez das taxas de desconto de mercado, como ocorre nas análises tradicionais de *duration*).

*A partir de janeiro de 2014, os dados de vida média são calculados com nova metodologia, mais comumente encontrada na literatura internacional, por meio da média ponderada do tempo restante até o vencimento de cada um dos títulos que compõem a DPF, considerando também as amortizações intermediárias para os títulos que possuem esta característica.

Vale destacar que a divulgação do Plano Anual de Financiamento 2014 foi feita por meio do sítio do Tesouro Nacional na Internet e se encontra disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Por sua vez, os resultados alcançados ao longo de 2014 são divulgados por meio do Relatório Anual da Dívida 2014, disponível no mesmo endereço de internet acima.

Meta: O TN aprimorou os instrumentos e práticas no gerenciamento da Dívida Pública.

Esta meta envolve uma série de ações, com o intento comum de melhoria no gerenciamento da dívida pública. Dessa forma, as ações abordadas foram em frentes diversas, tais como: aprimoramento nas projeções de indicadores de endividamento público, estudar o potencial e risco da participação de investidor não-residente na Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMFi), estudar a demanda potencial por títulos públicos no anos vindouros, definir marcos para a prescrição de títulos públicos, implantar nova nomenclatura para Títulos da Dívida Agrária (TDA), entre outras. Por meio das macroações dessa meta, os principais aprendizados foram:

1. Foi aperfeiçoado o modelo de projeção da Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral.
2. Realizou-se estudo sobre os potenciais ganhos e riscos do aumento da participação de não-residente na base de detentores de títulos públicos da DPMFi. Dessa forma, concluiu-se que, entre outros pontos, o Brasil ainda apresenta participação abaixo da média dos emergentes, que há o risco de aversão abrupta do influxo de capital para os títulos da DPMFi advindos desse investidor, que tende a sofrer menos o impacto dessa eventual reversão aquelas economias que buscarem bons fundamentos macroeconômicos e fiscais, e que não deve-se buscar um número mágico para a participação desse tipo de investidor.
3. Foi estudado o nível de demanda potencial por títulos públicos da dívida interna no horizonte dos próximos cinco anos, com especial atenção aos seguintes grupos demandantes: Bancos, Fundos de Investimento, Entidades Abertas de previdência complementar, Entidades Fechadas de previdência complementar, Seguradoras, Governo, Não-residente, outros.
4. Foi implementada a nova nomenclatura dos Títulos da Dívida Agrária (TDA).
5. Foram definidos marcos para a prescrição de títulos públicos.
6. Foi realizado treinamento para os novos analistas da Subsecretaria da Dívida Pública.

Devido à chegada de novos analistas ao longo do ano, algumas macroações estão em fase de conclusão até fevereiro de 2015. Estas estão relacionadas aos seguintes temas: i) sistematizar o *modus operandi* das principais agências de classificação de risco de crédito soberano; ii) estudar o efeito das LFT's e compromissadas sobre a potência da política monetária e iii) estudar alternativas de funding para os governos regionais e seus impactos na Dívida Pública Federal.

e) Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o grau de transparência da STN.

Meta: O site do TN foi aprimorado em temas relativos à dívida pública.

No segundo semestre de 2014, foi iniciado o trabalho de revisão do sítio atual da STN/SUDIP na Internet, bem como da governança do processo de atualização desse site.

O primeiro produto dessa meta foi a geração de uma matriz de responsabilidades, na qual foram explicitadas as responsabilidades de cada gerência no site, tanto na parte da adequação do texto, como da disponibilização tempestiva e precisa dos documentos e demais informações publicados.

Na sequência, a Gerência de Relacionamento Institucional (GERIN) discutiu com algumas gerências possibilidades de melhorias nas subseções do site mais carentes de aperfeiçoamento. Nesse sentido, foram acordadas propostas de ajuste na parte relativa à gestão da DPFe, bem como na página que apresenta as emissões diretas efetuadas pelo Tesouro Nacional.

Além disso, a própria GERIN passou a relacionar sugestões de alteração nas páginas sob sua gestão. Nesse caso, foram elencadas melhorias na subseção que apresenta os grandes números da dívida, na parte da agenda, entre outros. Também foram preparados textos para comporem novas subseções do site dedicadas aos temas legislação e tributação.

O resultado de todo esse trabalho foi um documento listando todas as ações de melhorias propostas, que precisam ser aprovadas pela cúpula da STN/SUDIP para que possam ser implementadas. Como a maior parte do trabalho foi executada, restando para 2015 apenas a aprovação das melhorias, entende-se a que a meta foi cumprida a contento.

- Planejamento e Estatísticas Fiscais – Estudos Econômico-Fiscais

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no âmbito de estudos, planejamento e estatísticas fiscais, podemos destacar as atividades vinculadas a dois grandes objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional: i) Formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público (*Objetivo Estratégico 1*) e ii) Aperfeiçoamento da informação contábil e das estatísticas fiscais do setor público (*Objetivo Estratégico 4*).

a) Objetivo Estratégico 1: *Contribuir para a formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público, com foco na composição de gastos e receitas, visando o resultado nominal sustentável e a melhoria do gasto público.*

Com o objetivo de contribuir para o planejamento fiscal, o equilíbrio macroeconômico e a melhoria do gasto público, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN realizou diversas atividades, como: participação no processo orçamentário, divulgação de relatórios, realização de estudos sobre a qualidade do gasto público e trabalhos de subsídios a organismos internacionais. As principais atividades e resultados de 2014 encontram-se abaixo.

A STN participou ativamente das análises e discussões do processo orçamentário durante 2014, o que envolveu o fornecimento tempestivo de informações necessárias à elaboração das peças legais que compõem o orçamento federal e o acompanhamento da sua tramitação legislativa. Neste último ponto, convém destacar a revisão dos projetos de lei do Poder Executivo, desde a redação até a avaliação dos dispositivos aprovados pelo Poder Legislativo para subsidiar eventuais vetos presidenciais. Além disso, a STN participou da análise de dispositivos legais relativos a diversos temas, posicionando-se sobre os aspectos orçamentário-financeiros das medidas.

Ainda dentro de sua participação no processo orçamentário, a STN produziu demonstrativos e relatórios, atendendo disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Dentre eles, destaca-se o “Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais”, elaborado nos meses de maio, setembro e fevereiro, englobando os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e as Empresas Estatais Federais não financeiras, e contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pela LDO para o Governo Federal. Este relatório é encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e subsidia audiência pública nos termos da legislação. Outro exemplo de relatório produzido pela STN é o Boletim “Resultado do Tesouro Nacional” –

RTN, que consiste na análise do Resultado Fiscal do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) e da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, em consonância com as divulgações de estatísticas fiscais dos demais órgãos da administração pública. Este documento tem o formato de informe mensal que apresenta o resultado primário do Governo Central, do mês e do ano correntes, apurado pela metodologia “acima-da-linha”. Nele são divulgadas informações sobre as receitas e despesas do Governo Central, além das transferências a Estados e Municípios. Além disso, o documento analisa a dívida líquida do Tesouro Nacional, interna e externa. Nesse informe consta ainda, como anexo, um boletim mensal comentando a arrecadação e as transferências relacionadas aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE/FPM/IPI-Exportação). Adicionalmente, cumpre destacar a publicação mensal do Demonstrativo do Resultado Primário da União e do Demonstrativo do Resultado Nominal do Governo Central, ambos componentes do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 5ª Edição (válido a partir de 2013). O Demonstrativo do Resultado Primário da União reflete o conjunto de receitas e despesas primárias para apuração do resultado primário do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central do Brasil, completamente consistente com os dados divulgados no RTN. O Demonstrativo do Resultado Nominal apresenta a Dívida Consolidada do Governo Central e suas deduções, de forma a se obter a dívida fiscal líquida e o resultado nominal.

Suplementarmente, também são produzidas estatísticas de finanças públicas conforme padrões internacionais e em atendimento aos acordos dos quais a União é partícipe, tais como estatísticas para o Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul, para o Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD, ou *Special Data Dissemination Standard – SDDS*, em inglês) e para o *International Finance Statistics (IFS)*, com periodicidade mensal e trimestral para Governo Central e anual para Governo Geral (Governo Central e Governos Regionais).

Relativamente aos esforços de melhoria da qualidade do gasto público, foram realizados estudos sobre temas como gasto público em áreas finalísticas - Educação e Benefícios Assistenciais, etc. Nesse contexto, foi realizada capacitação em técnicas de detecção de *outliers* em análise envoltória de dados. Ademais, foram desenvolvidos estudos com proposta de mecanismos de incentivos no âmbito do Programa Bolsa Família. Tais pesquisas têm o papel de identificar problemas na estrutura fiscal, fornecer elementos úteis à gestão das políticas públicas e gerir riscos ao equilíbrio fiscal.

No âmbito do Programa de Seminários de Política Fiscal, em 2014, destaca-se que a STN contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os Seminários de Política Fiscal visam desenvolver a capacidade técnica dos servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, permitindo o acesso a informações, novas teorias e técnicas utilizadas na fronteira do conhecimento, passíveis de serem aplicadas à administração das finanças públicas, além de estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas Aplicadas, a partir do intercâmbio de conhecimento entre os servidores dessa Secretaria, acadêmicos e profissionais especialistas. Assim, com o apoio de profissionais especialistas de outros órgãos, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Central do Brasil (BCB), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foram realizados, em 2014, pesquisas e seminários com foco preferencial em trabalhos acadêmicos, em nível de pós-graduação, que trataram de temas relacionados à Política Fiscal e Qualidade do Gasto Público.

Ainda como forma de promover o debate sobre temas de interesse da Secretaria, estimulando a produção e a disseminação do conhecimento científico do corpo funcional, a STN vem consolidando o processo administrativo de seleção e avaliação dos artigos submetidos à Série de Textos para Discussão.

A STN também se manifestou sobre estudos e pesquisas preparados por organismos internacionais, como o FMI. Tendo em vista a visibilidade dessas publicações, essa tarefa visa assegurar a fidedignidade das informações sobre o Brasil contidas naqueles documentos, contribuindo para a melhoria das análises sobre as finanças públicas brasileiras. Ainda no âmbito internacional, a STN teve participação ativa no processo de projeções fiscais de médio prazo e reportes de medidas de políticas fiscais adotadas, com vistas a subsidiar a participação brasileira nas discussões no âmbito do G-20. O objetivo foi coordenar ações macroeconômicas e políticas necessárias ao crescimento forte, sustentável e equilibrado.

Em 2014, com o objetivo de aprimorar a tomada de decisões, também ocorreram reuniões periódicas do comitê da STN de acompanhamento da política fiscal para tratar de cenários e questões da conjuntura econômico-fiscal. Dentro desse contexto, a STN continuou aprimorando as rotinas de projeção do resultado primário “abaixo da linha” dos governos regionais, do resultado nominal do setor público, da dívida líquida do setor público e da dívida bruta do governo geral.

Visando à sustentabilidade fiscal do setor público, a STN vem trabalhando para realizar o acompanhamento periódico do resultado primário dos governos regionais no método “acima-dalinha”, especialmente pela consolidação do processo de apuração no critério caixa. Esse esforço de desenvolvimento de estatísticas fiscais está sendo realizado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica STN/IPEA nº 17/2013, cujo principal objetivo é estruturar bases de dados trimestrais de finanças públicas dos governos subnacionais brasileiros com o uso de metodologias de extrapolação, desagregação temporal e projeção contemporânea desses dados, de modo a contribuir para a análise dos componentes do resultado fiscal, gastos e receitas do setor público, bem como melhorar a transparência. Ademais, o trabalho abarca ações de compatibilização dos resultados nos métodos acima e abaixo-da-linha e de elaboração de notas metodológicas e guias de compilação descritivas do processo. Por fim, o acompanhamento do resultado primário dos governos regionais pelo método acima-da-linha também vem sendo aprimorado pelos esforços de harmonização do Demonstrativo de Resultado Primário do RREO para entes subnacionais, buscada com estudos de conceitos e estrutura do referido demonstrativo e com a estruturação de propostas de mudanças nesse e no texto do Manual de Demonstrativos Fiscais.

Especificamente no que se refere às receitas públicas, a STN foi solicitada a contribuir com a elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República referente ao exercício de 2013 (PCPR 2013). Dentre as informações requisitadas à Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito do Ofício nº 35.670/2013/DECON/DE/SFC/CGU/PR, enviado pela Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União, destaca-se o item “p” do Anexo I: “p) Estimativa da Carga tributária Nacional relativa ao exercício de 2013, especificando a metodologia de estimação”. Nesse contexto, e tendo em vista os avanços obtidos nas estatísticas fiscais subnacionais no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica STN/IPEA nº 17/2013, a STN produziu como resposta o Ofício nº 68/2014/COGER/GABIN/STN/MF-DF no dia 1º de abril de 2014, contendo metodologia detalhada da estimativa da Carga Tributária Bruta (CTB) do Governo Geral (Governo Federal, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais) brasileiro, bem como Anexo com tabela apresentando as informações da estimativa da CTB desagregadas por esfera da federação e por tipo de imposto.

Ainda no âmbito da avaliação da política fiscal, a STN iniciou a internalização em seus processos da análise do impacto de suas operações no resultado nominal. Também foram realizadas análises sobre as implicações para as finanças públicas da política do reajuste do salário mínimo. E, com vistas a aumentar sua capacidade de avaliação dos impactos da política fiscal, a STN iniciou articulação com o IPEA para implantar um modelo de Equilíbrio Geral Dinâmico Estocásticos (modelo *DSGE – Dynamic Stochastic General Equilibrium Modelo*) desenvolvido por aquele instituto de pesquisa.

b) Objetivo Estratégico 4: *Aperfeiçoar a informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público.*

A STN publica e dissemina informações fiscais em conformidade com os critérios e normas vigentes no país e com padrões metodológicos decorrentes de acordos internacionais de que a União faça parte. Dentro desse objetivo, a Secretaria tem trabalhado na adoção da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas estabelecida pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas – MEFP-2014.

Em 2014, o Fundo Monetário Internacional publicou a revisão do MEFP 2001 (MEFP 2014) buscando a harmonização das diretrizes com as atualizações ocorridas em outros manuais estatísticos e guias, como o Sistema de Contas Nacionais 2008 (SNA 2008), o Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional – 6ª edição e o Manual de estatísticas da Dívida do Setor Público: Guia para Compiladores e Usuários. Este manual representa um avanço na compilação de estatísticas de finanças públicas, pois permite maior transparência das finanças e das operações governamentais. Seu propósito é proporcionar um marco conceitual que aperfeiçoe a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do setor público, composto pelo setor Governo Geral (Governo Central, Estadual e Local) e pelas entidades controladas pelo governo, denominadas Corporações, que exercem atividades empresariais.

No contexto da execução dos trabalhos de implantação da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas, o ano de 2014 foi marcado pelo trabalho conjunto entre STN e IBGE para avaliação e aprimoramento da metodologia de apuração das estatísticas fiscais, buscando identificar os impactos que a nova estrutura metodológica do Sistema de Contas Nacionais (SNA 2008) poderá gerar na Conta Intermediária de Governo e nas Estatísticas de Finanças Públicas. O trabalho foi estruturado conforme meta 4.8 do planejamento estratégico para o ano de 2014, intitulada “*Elaborada versão preliminar da conta intermediária de "Governo" do Sistema de Contas Nacionais, contemplando a sua inter-relação com as Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)*”, com ações para 2014. No decorrer do ano, foram realizadas reuniões do grupo técnico envolvendo a equipe da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE e analistas da STN para discussão e análise de informações contábeis e fiscais.

Com o objetivo de consolidar o processo de apuração do resultado primário dos governos regionais no critério caixa, conforme o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2001/2014 (MEFP 2001/2014) do Fundo Monetário Internacional (FMI), prosseguiu o Acordo de Cooperação Técnica entre a STN e o IPEA para aperfeiçoamento das estatísticas fiscais “acima da linha”, com o desenvolvimento de metodologia de (i) extrapolação; (ii) desagregação temporal; e (iii) previsão contemporânea de dados. Esse trabalho conjunto de aperfeiçoamento permitirá a publicação tempestiva de estatísticas de finanças públicas de Governo Geral em bases trimestrais e harmonizadas com o Sistema de Contas Nacionais, em atendimento às melhores práticas internacionais, aumentando a transparência e disseminando fontes de dados mais completas para a sociedade, analistas e pesquisadores.

Ademais, foi dada continuidade aos trabalhos relacionados às estatísticas fiscais harmonizadas no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul, que mantém reuniões trimestrais de análise dos indicadores harmonizados e de estudos, que subsidiam as reuniões semestrais de Ministros de Economia e Finanças e Presidentes de Banco Central dos países vinculados ao Bloco Econômico. O GMM formalizou a criação de Comissões Permanentes de Diálogo Macroeconômico; Finanças Públicas; Monetária e Financeira; e Balança de Pagamentos. A STN participa ativamente das atividades da Comissão Permanente de Finanças Públicas, inclusive presidindo essa Comissão desde julho de 2013. Em dezembro desse ano, foi realizada a reunião anual da Comissão de Finanças Públicas, que contou com a presença de representantes da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai. Como representante primário dessa Comissão, a STN

coordena os trabalhos dos países membros e associados no referido tema. Os principais assuntos tratados em 2014 foram: (i) avaliação da produção, validação e divulgação das estatísticas harmonizadas de finanças públicas; e (ii) aprovação das propostas de mudança desenvolvidas pela comissão brasileira na seção de Finanças Públicas do Boletim de Indicadores Macroeconômicos do Mercosul – BIMM, incluindo a produção de um texto harmonizado para a seção de Finanças Públicas na introdução do BIMM.

A STN consolida e divulga informações fiscais referentes às operações do Governo Central e Geral, para efeito de cumprimento aos termos de adesão do Brasil ao Padrão Especial de Disseminação de Dados do Fundo Monetário Internacional – PEDD/FMI. Para atender a esta demanda, são disponibilizadas as seguintes informações:

a) As estatísticas sobre operações do Governo Federal são divulgadas em reais e compreendem o Tesouro Nacional e a Previdência Social. Os dados são divulgados mensalmente pela STN: receitas, despesas primárias e despesas com juros nominais, conforme informação enviada pelo Banco Central. O resultado primário é consolidado e calculado em regime de caixa e os juros nominais em regime de competência. A apuração é efetuada pela STN e encaminhada para publicação no mesmo dia da divulgação do resultado do setor público consolidado, realizada pelo Banco Central do Brasil.

b) Os dados de Governo Geral são disseminados anualmente e compreendem: o Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência Social); 26 governos estaduais, Distrito Federal e governos locais. No caso dos municípios os dados primários abrangem em média 95% das prefeituras, sendo realizado procedimento estatístico de imputação dos dados faltantes a partir de 2009. O conjunto completo de informações divulgadas pelo Brasil conforme o Padrão Especial de Disseminação de Dados - PEDD (*Special Data Dissemination Standard – SDDS*) está disponível no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>) e no sítio do Tesouro Nacional (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/estatisticas-fiscais-harmonizadas>).

Para atender a demais acordos internacionais firmados pela União, inclusive compromissos estabelecidos no âmbito do G-20, a STN também produz um conjunto de informações estruturado conforme MEFP-2001, com elementos metodológicos e de apuração do MEFP-1986. Nesse sentido, são encaminhadas mensalmente as informações de alta frequência relativas a estatísticas sobre operações do Governo Federal para o FMI. Anualmente, são disponibilizados dados de Governo Geral para o Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (*Government Finance Statistics Yearbook – GFSY*) do FMI.

No que se refere às informações anuais, em 2014 foram empreendidos esforços para a incorporação dos avanços obtidos com o projeto de estruturação de estatísticas fiscais acima-da-linha dos governos subnacionais, mais especificamente: a utilização de técnicas estatísticas de imputação dos dados faltantes de governos municipais de 2009 a 2013; e o desenvolvimento de metodologia de desagregação temporal dos dados anuais para a construção de séries em bases trimestrais (esse último ainda em fase de refinamento, com conclusão prevista para o primeiro bimestre de 2015).

As informações supramencionadas são divulgadas tempestivamente, conforme cronograma previamente estabelecido, assegurando o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil. Essas informações, apuradas e divulgadas conforme metodologias padronizadas são utilizadas por investidores, acadêmicos, agentes públicos e demais interessados da comunidade internacional.

Cumprir ainda destacar o relevante papel exercido pela STN no âmbito da evolução internacional das estatísticas de finanças públicas. Por meio de seus analistas, a STN participa do *GFSM Advisory Committee*, um comitê de especialistas de vários países, coordenado pelo FMI, que orienta e define as diretrizes internacionais para implantação do MEFP no mundo. A STN também

contribuiu ativamente no Grupo de Trabalho Internacional vinculado ao processo de revisão do MEFP-2001, que culminou na publicação de versão prévia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014 em março desse ano. Adicionalmente, a STN tem representação no Grupo de Trabalho Internacional de alinhamento dos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público (as *IPSAS – International Public Sector Accounting Standards*). Esse último Grupo de Trabalho é coordenado pela Federação Internacional de Contadores (*IFAC – International Federation of Accountants*).

Adicionalmente, destaca-se que a gestão do Sistema de Coleta de Informações Contábeis e Fiscais – SICONFI – passou da Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF – para a Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF – a partir do dia 12 de setembro de 2014.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Operações de Crédito de Estados e Municípios

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal - RSF de nº 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM, cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Ademais, o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, inseriu nas atribuições da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais - SURIN, a análise da concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, nos termos da RSF nº 48, de 21/12/2007.

5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS - Dívida Pública

Quadro 5.2.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Fazenda	25101	170600
Encargos Financeiros da União-Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71.101	170600
Operações Oficiais de Crédito-Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional	74.101	170600
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal-Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	75.101	170600

Fonte: SIAFI

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

Na Unidade Gestora 170.600 – Controle da Dívida Pública, a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Quadro 5.2.2 – Programação das Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		2 – Juros e Encargos da Dívida (Proposta orçamentária)		2 – Juros e Encargos da Dívida (PLOA)		2 – Juros e Encargos da Dívida (LOA)	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		UO	PT	2013	2014	2013	2014
25101	04.123.0773.2077.0001	11.494.760		11.494.760		11.494.760	
	04.123.2039.20Z6.0001		9.338.255		9.338.255		9.338.255
71101	28.843.0905.0252.0001	26.040.136	27.763.650	26.040.136	27.763.650	26.040.136	27.763.650
	28.843.0905.0433.0001	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000
	28.843.0905.0455.0001	136.168.245.505	166.711.550.939	136.168.245.505	166.275.942.674	125.572.245.505	166.275.942.674
	28.843.0905.0811.0001	228.617.030	228.617.030	228.617.030	228.617.030	228.617.030	228.617.030
	28.844.0906.0262.0001	270.695.160	294.875.737	270.695.160	294.875.737	270.695.160	294.875.737
	28.844.0906.0371.0001	1.184.862	736.472	1.184.862	736.472	1.184.862	736.472
	28.844.0906.0409.0001	3.384.765	57.966	3.384.756	57.966	3.384.756	57.966
	28.844.0906.0419.0001	432.021.845	140.401.853	432.021.845	140.401.853	432.021.845	140.401.853
	28.844.0906.0425.0001	7.554.357.817	8.156.275.955	7.554.357.817	8.156.275.955	7.554.357.817	8.156.275.955
	28.846.0905.09HL.0001	14.953.482.225	10.691.614.934	14.953.482.225	10.691.614.934	14.953.482.225	10.691.614.934
	28.846.0909.0669.0001		1.090.000.000		1.090.000.000		1.090.000.000
74101	28.846.0902.0343.0001						
75101	28.841.0907.0365.0001						
	28.842.0908.0243.0003						
	28.842.0908.0367.0001						
Total		160.579.524.105	188.281.232.791	160.579.524.096	187.845.624.526	149.983.524.096	187.845.624.526

Fonte: LOA e SEORFI

Quadro 5.2.3 – Programação das Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Capital					
		6 – Amortização da Dívida (Proposta orçamentária)		6 – Amortização da Dívida (PLOA)		6 – Amortização da Dívida (LOA)	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		UO	PT	2013	2014	2013	2014
25101	04.123.0773.2077.0001						
	04.123.2039.20Z6.0001						
71101	28.843.0905.0252.0001	56.789.528	51.574.435	56.789.528	51.574.435	56.789.528	51.574.435
	28.843.0905.0433.0001	205.000.000	205.000.000	205.000.000	205.000.000	205.000.000	205.000.000
	28.843.0905.0455.0001	109.152.126.897	150.549.656.618	107.603.163.188	147.680.428.497	118.199.163.188	147.680.428.497
	28.843.0905.0811.0001	334.856.705	334.856.705	334.856.705	334.856.705	334.856.705	334.856.705
	28.844.0906.0262.0001	396.927.532	432.383.885	396.927.532	432.383.885	396.927.532	432.383.885
	28.844.0906.0371.0001	11.515.441	9.756.632	11.515.441	9.756.632	11.515.441	9.756.632
	28.844.0906.0409.0001						
	28.844.0906.0419.0001	1.404.108.126	587.246.591	1.404.108.126	587.246.591	1.404.108.126	587.246.591
	28.844.0906.0425.0001	498.129.617	146.946.201	498.129.617	146.946.201	498.129.617	146.946.201
	28.846.0905.09HL.0001	12.274.491.136	11.070.418.034	12.274.491.136	11.070.418.034	12.274.491.136	11.070.418.034

	28.846.0909.0669.0001		9.901.000.000		9.901.000.000		9.901.000.000
74101	28.846.0902.0343.0001 *	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000
75101	28.841.0907.0365.0001	600.418.932.533	632.154.869.501	601.967.896.252	634.329.133.899	601.967.896.242	634.434.345.009
	28.842.0908.0243.0001	5.876.377.703	4.379.871.880	5.876.377.703	4.379.871.800	5.876.377.703	4.379.871.880
	28.842.0908.0367.0001	74.018.810	71.924	74.018.810	71.924	74.018.810	71.924
Total		730.816.274.028	809.936.652.406	730.816.274.038	809.241.688.603	741.412.274.028	809.346.899.793

* inversão financeira – PROES

Fonte: LOA e SEORFI

Quadro 5.2.4 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
25101	04.123.0773.2077.0001	11.494.760					
			9.338.255				
71101	28.843.0905.0252.0001	26.040.136	27.763.650	56.789.528	51.574.435		
	28.843.0905.0433.0001	930.000.000	930.000.000	205.000.000	205.000.000		
	28.843.0905.0455.0001	125.572.245.505	166.275.942.674	118.199.163.188	147.680.428.497		
	28.843.0905.0811.0001	228.617.030	228.617.030	334.856.705	334.856.705		
	28.844.0906.0262.0001	270.695.160	294.875.737	396.927.532	432.383.885		
	28.844.0906.0371.0001	1.184.862	736.472	11.515.441	9.756.632		
	28.844.0906.0409.0001	3.384.756	57.966				
	28.844.0906.0419.0001	432.021.845	140.401.853	1.404.108.126	587.246.591		
	28.844.0906.0425.0001	7.554.357.817	8.156.275.955	498.129.617	146.946.201		
	28.846.0905.09HL.0001	14.953.482.225	10.691.614.934	12.274.491.136	11.070.418.034		
	28.846.0909.0669.0001		1.090.000.000		9.901.000.000		
74101	28.846.0902.0343.0001*			113.000.000	113.000.000		
75101	28.841.0907.0365.0001			601.967.896.242	634.434.345.009		
	28.842.0908.0243.0003			5.876.377.703	4.379.871.880		
	28.842.0908.0367.0001			74.018.810	71.924		
Total		149.983.524.096	187.845.624.526	741.412.274.028	809.346.899.793		

* inversão financeira – PROES

Fonte: LOA e SEORFI

b) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 5.2.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos				

	Recebidos	*diversas			413.000	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	*diversas				1.207.000

Fonte: LOA e SEORFI

Obs.: Movimentação orçamentária referente transferências dos contratos da Dívida Externa Contratual dos Ministérios totalmente desembolsadas para esta STN.

Quadro 5.2.6 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$1,00

MF	20101	36901	Total geral
Juros	297.000	116.000	413.000
Principal	574.000	633.000	1.207.000
Total geral	871.000	749.000	1.620.000

Fonte: LOA e SEORFI

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

Dentre as ações orçamentárias, destacam-se os gastos com agentes financeiros pela gestão de haveres da União. Estão compreendidos nessa ação (00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros), despesas com remuneração aos agentes financeiros pelo acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União, nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001, além de ressarcimento de despesas judiciais necessárias à condução das ações referentes aos processos de Empréstimo do Governo Federal e para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC. Para a citada ação, as despesas corridas em 2014 com a administração de programas como o de Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Fase II) – PRODECER II, despesas decorrentes dos Empréstimos do Governo Federal – EGF – ESPECIAL e do extinto BNCC atingiram o montante de R\$ 21.939.935,04.

Em R\$						
Dotação 2014		Despesa Empenhada em 2014	RP 2013	Despesa Liquidada em 2014	Valores Pagos 2014	Restos a Pagar a liquidar
Orçamento Inicial	Limite de Empenho Autorizado					
36.113.688,27	13.801.889,00	13.018.093,74	10.831.999,61	21.939.935,04	21.939.935,04	1.910.158,31

Quadro 5.2.7 – Informações Orçamentárias e Financeiras – Ação 00M4

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Quadro 5.2.8 – Participação em Fundos

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR		
FGI	561.199.252,80	1,27	714.595.711,23	454.132.226,18	578.263.316,53	80,92%	714.595.711,23
FGO	10.668.756,42	87,96	938.402.410,65	3.675.334,03	323.275.008,25	34,45%	938.402.410,65
FGCN	2.534.762.912	1,69	4.302.375.734,25	2.498.592.457	4.228.672.843,26	98,29%	4.302.375.734,25
FGHab	989.673.613,75	1,81	1.788.655.925,94	638.075.802,22	1.153.206.520,80	64,47%	1.788.655.925,94

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional (Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF));

FGI - Fundo Garantidor para Investimento (posição em 28/11/2014)

FGO - Fundo Garantidor de Operações (posição em 28/11/2014)

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval (posição em 31/12/2014)

FGHAB - Fundo Garantidor da Habitação Popular (posição em 31/12/2014)

- Unidade Gestora 170705 – Recursos Geridos pela STN/COFIS

Programa: 0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

Ação Orçamentária 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

Dados Gerais

Quadro 5.2.9 - Ação 00CZ - Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

-	Unidade de Medida: -	UO: 25101 M. da Fazenda
---	----------------------	-------------------------

Finalidade:

Integralizar cotas do FGHab, que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos no imóvel, para mutuários com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas do FGHab.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

Implementação da Ação:**Tipo:** Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGHab, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Decretos nº 6.820, de 13 de abril de 2009, e nº 7.499, de 16 de junho de 2011. Portarias do MF nº 160, de 13 de abril de 2009, nº 562, de 2 de dezembro de 2010, e nº 284, de 15 de agosto de 2012.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Quadro 5.2.10 – Metas e Resultados – Ação 00CZ

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
2.000.000 moradias ¹	160.000.000	1.658.626	-

¹Meta total do programa, conforme a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Quanto à meta física, até 29/11/2014, foram celebrados 1.658.626 financiamentos habitacionais com garantia do FGHab, sendo 1.520.630 pela CAIXA e 137.996 pelo Banco do Brasil, o que representam um acréscimo de 375.711 operações em relação à quantidade verificada ao final de 2013.

No que tange à meta financeira, em 2014 havia espaço para a União integralizar cotas do FGHab num total de R\$ 160 milhões, sendo R\$ 80 milhões correspondentes a ação orçamentária de 2013 inscrita em restos a pagar e R\$ 80 milhões relativos a ação do orçamento 2014. Ao longo do exercício 2014, todavia, verificou-se que o FGHab não necessitava de novos aportes, tendo em vista a situação atuarial do fundo e seu fluxo de caixa projetado. Diante disso, o crédito do orçamento 2014, no valor de R\$ 80 milhões, foi empenhado e inscrito em restos a pagar.

Considerando que a Lei nº 11.977/2009 autorizou a União a integralizar cotas do FGHab no valor de até R\$ 2,00 bilhões, ao final de 2014 ainda haveria espaço para o ente federal aportar recursos da ordem de R\$ 1,04 bilhão.

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional*- Identificação das Unidades Orçamentárias***Quadro 5.2.11 – Identificação das Unidades Orçamentárias**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71101	170700
Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	74101	170700

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Programação de Despesas Correntes e de Capital

Quadro 5.2.12 – Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)		3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)		3 – Outras Despesas Correntes (LOA)		3 – Outras Despesas Correntes (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
Ação orçamentária	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	210.000	200.000	210.000	200.000	210.000	80.000	210.000	80.000
28.846.0909.00EF.0001								
28.846.0909.00M3.0001	169.200.000	376.455.300	169.200.000	376.455.300	169.200.000	150.582.120	169.200.000	50.582.120
	257.028.000	2.460.767.155	257.028.000	2.460.767.155	257.028.000	984.306.862	257.028.000	2.460.767.155
28.846.0909.000K.0001								
	1.367.476.000	766.800.000	1.322.590.879	766.800.000	1.322.590.879	766.800.000	1.322.590.879	766.800.000
28.846.0909.0265.0001								
TOTAL	1.793.914.000	3.604.222.455	1.749.028.879	3.604.222.455	1.749.028.879	1.901.768.982	1.749.028.879	3.278.229.275

Fonte: STN/COPEC/GECAP e GEFIN

Quadro 5.2.13 – Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)		3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)		3 – Outras Despesas Correntes (LOA)		3 – Outras Despesas Correntes (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
Ação orçamentária	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
22.693.0902.009J.0001	32.643.000	20.000.000	32.643.000	20.000.000	32.643.000	8.000.000	32.643.000	8.000.000
20.605.2012.00GW.0001	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
20.605.2012.00GZ.0001	30.000.000	50.000.000	30.000.000	50.000.000	30.000.000	50.000.000	30.000.000	50.000.000
20.608.2012.0281.0001	3.345.378.555	3.155.946.788	3.345.378.555	3.155.946.788	3.345.378.555	3.155.946.788	3.345.378.555	3.437.946.788
28.608.2014.00GO.0001	58.000.000	0	58.000.000	0	58.000.000	0	58.000.000	0
20.605.2014.0294.0001	1.574.605.000	1.864.334.512	1.574.605.000	1.864.334.512	1.574.605.000	1.864.334.512	1.574.605.000	1.864.334.512
20.608.2014.0297.0001	5.292.000	7.100.000	7.392.000	7.100.000	7.392.000	7.100.000	7.392.000	7.100.000
20.605.2014.0298.0001	227.960.000	123.212.398	227.960.000	123.212.398	227.960.000	123.212.398	227.960.000	123.212.398
20.605.2014.0299.0001	450.000.000	800.000.000	450.000.000	800.000.000	450.000.000	800.000.000	450.000.000	800.000.000
20.605.2014.0300.0001	1.700.000.000	2.650.000.000	1.700.000.000	2.650.000.000	1.700.000.000	2.650.000.000	1.700.000.000	1.962.770.400
20.605.2014.0301.0001	1.710.623.000	1.077.210.951	1.710.623.000	1.077.210.951	1.710.623.000	1.077.210.951	1.710.623.000	877.210.951
20.605.2014.0611.0001	583.269.000	372.800.000	583.269.000	372.800.000	583.269.000	372.800.000	583.269.000	372.800.000
25.754.2022.00EL.0001	27.488.000	62.706.948	27.488.000	62.706.948	27.488.000	62.706.948	27.488.000	62.706.948
23.693.2024.0267.0001	1.060.847.000	1.063.020.000	1.060.847.000	1.063.020.000	1.060.847.000	1.025.208.000	1.060.847.000	1.230.249.600

08.242.2063.0E85.0001	15.000.000	16.900.000	16.900.000	16.900.000	16.900.000	6.760.000	16.900.000	6.760.000
11.334.2071.00JO.0001	400.000.000	835.000.000	439.000.000	835.000.000	439.000.000	334.000.000	439.000.000	734.000.000
T O T A L	11.371.105.555	12.248.231.597	11.414.105.555	12.248.231.597	11.414.105.555	11.687.279.597	11.414.105.555	11.687.091.597

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Capital R\$ 1,00							
	6 – Amortização de Dívida (Proposta)		6 – Amortização de Dívida (PLOA)		6 – Amortização de Dívida (LOA)		6 – Amortização de Dívida (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
Ação orçamentária	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
20.608.2012.0A81.0001	569.004.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000
23.693.2024.0A84.0001	2.190.375.000	2.900.000.000	1.500.000.000	2.900.000.000	1.500.000.000	2.900.000.000	1.500.000.000	2.900.000.000
T O T A L	2.759.379.000	3.250.000.000	1.850.000.000	3.250.000.000	1.850.000.000	3.250.000.000	1.850.000.000	3.250.000.000

Fonte: STN/COPEC/GECAP e GEFIN

Quadro 5.2.14 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

				R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	170600	2024.0267.0001			1.167.229.600,00
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	135100	2014.0300.0001			23.464.061,83
	Recebidos	135100	2012.00GW.0001			3.090.240,61
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Análise Crítica

A movimentação de recursos do PROEX está relacionada ao PROEX-Equalização. O apoio ao exportador é efetuado mediante emissão de Notas do Tesouro Nacional série I (NTN-I) ao banco mandatário da operação. A emissão é realizada a pedido da Coordenação-Geral das Operações de Crédito (COPEC) à Subsecretaria da Dívida Pública do Tesouro Nacional. Assim sendo, ainda que o orçamento original esteja na STN/COPEC, os recursos são movimentados para a Subsecretaria da Dívida Pública. Em 2014, foi descentralizado R\$ 1,17 bilhão da Equalização NTN-I para UG 170600.

A partir do exercício de 2014, passou a haver a descentralização de crédito e o respectivo repasse de recursos das ações “2014.0300.0001 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)” e “2012.00GW.0001 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos na Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)” para a UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, que é a responsável pela operacionalização dos programas.

- Política Fiscal – Participações Societárias

- Programação das Despesas

Na STN/COPAR, Unidade Gestora 170.510 – Gestão da Participação Acionária da União, a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Quadro 5.2.15 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda			Código UO: 25101		UGO: 170013	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			3- Outras Despesas Correntes
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL						57.681,00
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
Extraordinários		Reabertos				
	Abertos					
	Reabertos					
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)						57.681,00
Dotação final 2013(B)						8.038.701,00
Variação (A/B-1)*100						-99,28%
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL						
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos		165.281.000,00		
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						

Dotação final 2014 (A)		165.281.000,00		
Dotação final 2013(B)		180.194.386,00		
Variação (A/B-1)*100		-8,28%		

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em relação às Ações 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, o orçamento proposto pela STN sofreu uma redução substancial já no PLOA 2014, e outra maior ainda quando da aprovação da LOA 2014. Uma vez que estas ações referem-se a orçamento destinado ao pagamento de compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro, foi necessária, assim como em 2013, a solicitação de reabertura de crédito especial, realizada por meio do Decreto s/n, de 13/02/2014, para o pagamento da dívida assumida junto aos organismos internacionais. Contudo, não foram efetivadas as integralizações de cotas previstas em função da falta de limite de empenho para realizar a liquidação da obrigação, conforme descrito no item 6.1.1. O orçamento das demais ações foi aprovado conforme proposto.

- Ações

Quadro 5.2.16 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0809		Tipo: Operações Especiais			
Título	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.681,00	27.681,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Ressarcimento do Gestor			R\$	27.681,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	0	0	0

Identificação da Ação						
Código	0605		Tipo: Operações Especiais			
Título	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (lei nº 9.491/97)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Ressarcimento do Gestor			R\$	30.000,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0	0	0	

Identificação da Ação	
Código	0403 Tipo: Operações Especiais
Título	Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Contribuição Financeira à Organismos Internacionais Código:0193 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.176.786,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Integralização de Capital			R\$	44.063.400,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0	0	0	

Identificação da Ação						
Código	0544		Tipo: Operações Especiais			
Título	Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Contribuição Financeira à Organismos Internacionais Código: 0193 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.414.500,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Integralização de Capital			R\$	400.063.190,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Identificação da Ação						
Código	00IJ		Tipo: Operações Especiais			
Título	Integralização de Cotas da Corporação Financeira Internacional					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Contribuição Financeira à Organismos Internacionais Código: 0193 Tipo: Operações especiais					
Unidade Orçamentária	Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.603.100,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Integralização de Capital			R\$	44.063.400,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0	0	0	

Fonte: STN/COPAR

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

- Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro 5.2.17 – Unidades Orçamentárias – Haveres Financeiros

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda – Encargos Financeiros da União	71.101	170.512
Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71.104	170.512

Fonte: STN/COAFI

- Programação de Despesas Correntes e de Capital

Quadro 5.2.18 – Programação das Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes

		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
LOA	Dotação proposta pela UO 71.104	-	-	-	-	2.840.640,16	1.984.097,15
	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	1.818.782.771,78	347.177.077,00	-	-
	PLOA - UO 71.104	-	-	-	-	2.840.640,16	1.984.097,15
	PLOA - UO 71.101	-	-	1.818.782.771,00	347.177.077,00	-	-
	LOA - 71.104	-	-	-	-	2.840.640,16	1.984.097,15
	LOA - UO 71.101	-	-	1.818.782.771,00	347.177.077,00	-	-
TOTAL		-	-	1.818.782.771,00	347.177.077,00	2.840.640,16	1.984.097,15

Fontes: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Informações obtidas no endereço: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

Obs.1: A dotação inicial proposta para a UO 71.101 e apresentada no Quadro acima foi modificada com base no pedido de suplementação orçamentária consignado por meio do Memorando nº 46/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/2014, e da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14.

Obs.2: A dotação inicial proposta para a UO 71.104 e apresentada no Quadro acima foi modificada com base no pedido de suplementação orçamentária consignado por meio dos Memorandos nº 47/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/2014, e nº 155/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/09/2014, e da Nota Técnica nº 12/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14.

Quadro 5.2.19 – Programação das Despesas de Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas de Capital		
	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
	Exercícios	Exercícios	Exercícios

		2013	2014	2013	2014	2013	2014
LOA	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	-	-	4.516.880.577,44	993.995.514,49
	PLOA - UO 71.101	-	-	-	-	4.516.880.578,00	993.995.515,00
	LOA - UO 71.101	-	-	-	-	4.516.880.578,00	993.995.515,00
TOTAL		-	-	-	-	4.516.880.578,00	993.995.515,00

Fontes: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Informações obtidas no endereço:

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

Obs.1: A dotação inicial proposta para a UO 71.101 e apresentada no Quadro acima foi modificada com base no pedido de suplementação orçamentária consignado por meio do Memorando nº 46/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014, e da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14.

Quadro 5.2.20 – Quadro Resumo da Programação das Despesas

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
LOA	Dotação proposta pela UO 71.104	2.840.640,16	1.984.097,15	-	-	-	-
	Dotação proposta pela UO 71.101	1.818.782.771,78	347.177.077,00	4.516.880.577,44	993.995.514,49	-	-
	PLOA - UO 71.104	2.840.640,16	1.984.097,15	-	-	-	-
	PLOA - UO 71.101	1.818.782.771,00	347.177.077,00	4.516.880.578,00	993.995.515,00	-	-
	LOA - UO 71.104	2.840.640,16	1.984.097,15	-	-	-	-

LOA - UO 71.101	1.818.782.771,00	347.177.077,00	4.516.880.578,00	993.995.515,00	-	-
TOTAL	1.821.623.411,16	349.161.174,15	4.516.880.578,00	993.995.515,00	-	-

Fontes: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Informações obtidas no endereço: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014

Obs.1: A dotação inicial proposta para a UO 71.101 e apresentada no Quadro acima foi modificada com base no pedido de suplementação orçamentária consignado por meio do Memorando nº 46/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014, e da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14.

Obs.2: A dotação inicial proposta para a UO 71.104 e apresentada no Quadro acima foi modificada com base no pedido de suplementação orçamentária consignado por meio dos Memorandos nº 47/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/2014, e nº 155/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/09/2014, e da Nota Técnica nº 12/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14.

Análise crítica

Do ponto de vista orçamentário, a STNCOAFI é responsável pelas despesas referentes aos Programas:

- PNAFE e Carteira de Saneamento – UO 71.104 – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Juros – UO 71.101 – Despesa Corrente; e
- Lei nº 8.727/93 – Principal/Amortização – UO 71.101 – Despesa de Capital.

Os valores dispostos na Lei Orçamentária Anual – LOA – para a Unidade Orçamentária 71.101, embora em linha com as dotações propostas pela UG 170512, mostraram-se abaixo do necessário para cobertura das despesas previstas no exercício. Em suma, na preparação da Proposta Orçamentária não foram considerados os recebimentos relativos ao pagamento de resíduo de limite de comprometimento do programa a partir de 2014, e foram subestimados os valores relativos às despesas relativas às dívidas vincendas do programa de refinanciamento.

O problema foi solucionado mediante o pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, consignado por meio do Memorando nº 46/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/2014, e da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14. Cabe ressaltar que o pedido mencionado foi atendido em julho/2014.

Por sua vez, os valores dispostos na LOA para a Unidade Orçamentária 71.101 ficaram alinhados com as dotações propostas pela UG 170512. Entretanto, a MF/SPOA/COGEF informou cortes efetuados nos valores contidos na LOA, por meio da publicação de Limites de Movimentação e Empenhos, por meio do Memorando Circular nº 8/2014/SPOA/SE/MF-DF, de 31.03.2014. Com isso, os valores disponibilizados mostraram-se insuficientes para a quitação das despesas devidas à Caixa pela UG 170512, no âmbito dos programas Carteira de Saneamento e PNAFE.

Nesse sentido, foi encaminhado o pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, consignado por meio dos Memorandos nº 47/2014/COAFI/SURIN/STN/ MF-DF, de 02.04.2014, e nº 155/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.09.2014, e da Nota Técnica nº 12/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14. Cabe ressaltar que o pedido somente foi atendido em 31.12.2014, por meio da disponibilização de crédito, o qual foi empenhado na mencionada data. Com isso, os pagamentos referentes às despesas de agosto/2014 a dezembro/2014, tanto da Carteira de Saneamento como do PNAFE, foram quitadas como Restos a Pagar Não Processados em janeiro/2015.

- Ações Orçamentárias

A STN/COAFI possui participação na Ação 20Z6, incluída no âmbito do Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 5.2.21 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Identificação da Ação						
Código		203920760001				
Descrição		Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.				
Iniciativa		03N7 – Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional				
Unidade Orçamentária		25101 – Ministério da Fazenda				
Descrição da ação no âmbito da STN/COAFI – UG 170512		A STN/COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da ação 2076 – Gestão de Haveres da União.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (saldo)		Meta Financeira (recebimentos)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Previsto	R\$ mil	530.000.000	536.668.724	44.687.022	42.435.080
Análise do Resultado Alcançado						
A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2014 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 44,68 bilhões. Porém, o exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 42,43 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 2,25 bilhões (-5,04%) em relação ao volume orçado. As frustrações nos recebimentos ocorreram nos programas Lei 8.727/93 e royalties dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.						
Fonte: STN/COAFI						

□ Ação 00M4 – Remuneração do Agente Financeiro – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Ação inserida no Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros

- Objetivo Geral

Garantir o pagamento da remuneração devida pela União, a seu agente financeiro – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referente à prestação de serviços, para execução dos Programas PNAFE e Carteira de Saneamento.

Quadro 5.2.22 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 00M4

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.984.097,13	3.669.324,00	3.669.324,00	1.106.789,00	2.562.535,00	1.367.103,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2014	0,00%	37,26%	70,00%	37,26%
Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”.						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e os valores efetivamente empenhados no exercício.						
Análise do Resultado Alcançado: As despesas relacionadas ao PNAFE e a Carteira de Saneamento correspondem a 0,43% do valor recebido para esses Programas, conforme previsão contratual. A despesa realizada no exercício de 2014 ficou muito abaixo do esperado, em virtude do corte aplicado ao referencial orçamentário disponibilizado pela MF/SPOA para ambas as ações. Nesse sentido, a STN/COAFI encaminhou Nota Técnica nº 12/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14, solicitando suplementação orçamentária para a Ação 004M, Planos Orçamentários PO 0002 - PNAFE, e PO 000M - Carteira de Saneamento, nos montantes de R\$ 254.287,98 e 623.020,15, respectivamente. O pedido foi reiterado por meio do Memorando nº 155/2014/COAFI, nos valores de R\$ 254.288,00 e R\$ 900.000,00, para os POs 0002 e 000M, respectivamente. Os créditos foram disponibilizados em 31.12.2014 nos montantes de R\$ 397.689,00 e R\$ 2.164.846,00, respectivamente. Por este motivo, os valores devidos foram pagos em janeiro/2015, o que impactou o índice final para o exercício. O índice previsto no exercício é de 70% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 30% na estimativa orçamentária da presente despesa, devido ao risco de variação cambial relacionado às despesas do Programa PNAFE e à possibilidade de quitações antecipadas na Carteira de Saneamento.						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Obs.1: Como no âmbito do Programa 0911 a COAFI é responsável somente pela Ação 00M4 - Remuneração do Agente Financeiro, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 00M4 – Planos Orçamentários PO 0002 - PNAFE, e PO 000M - Carteira de Saneamento - foram apresentadas no quadro acima.

Obs.2: Os valores pagos no exercício de 2014 foram acrescidos de Restos a Pagar não processados pagos referentes ao exercício de 2013.

□ Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993 - Ação inserida no Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)

- Objetivo Geral

Fazer face às obrigações financeiras contratuais, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades da Administração Indireta junto aos órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, refinanciadas pela União.

Quadro 5.2.23 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272

Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00
Dotação				Valores Pagos

Inicial	Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados		
1.341.172.592	4.217.201.184	4.217.201.184	2.769.306.129	1.169.777.970	1.759.001.855,67	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2014	0	41,71%	70,00%	41,71%
Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”.						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento da instituição.						
Análise do Resultado Alcançado: A despesa relacionada à Lei nº 8.727/93 corresponde ao somatório dos percentuais recebidos pelo Tesouro Nacional e repassados aos demais credores do Programa, por força do disposto na Lei mencionada. Em virtude de insuficiência da dotação solicitada na Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, conforme descrito no item 13.1 do presente Relatório de Gestão, a STN/COAFI solicitou suplementação orçamentária no montante de R\$ 1.534.856.000,00, por meio da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14. A solicitação foi plenamente atendida dentro do exercício. O índice previsto no exercício é de 70% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa, acrescida da margem extra de 10% para despesas decorrentes de eventuais quitações antecipadas pelos mutuários em 2014, ano em que foi encerrada a parcela vencida da Lei nº 8.727/93. A despesa realizada no exercício de 2013 ficou abaixo do esperado em virtude da não concretização das quitações antecipadas esperadas em 2014. Maiores informações são fornecidas no item “Indicadores de Eficácia da Despesa”. Como a despesa em questão possui amparo em Lei, a mesma não é objeto de contingenciamento.						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Obs.: Os valores pagos no exercício de 2014 foram acrescidos de Restos a Pagar processados e não processados pagos referentes ao exercício de 2013.

Análise crítica

Quanto à execução orçamentária no exercício de 2014, verificou-se baixa execução em relação ao total empenhado: 37,26% para a Ação 004M – UO 71.104, correspondente às despesas da Carteira de Saneamento e do PNAFE, e de 41,71% para a Ação 0272 – UO 71.101, relacionada às despesas obrigatórias da Lei nº 8.727/93, correspondentes aos repasses aos demais credores no âmbito do programa de refinanciamento.

Para ambos os casos cabe ressaltar os pedidos de suplementação orçamentária descritos anteriormente, os quais foram atendidos em julho/2014 e em dezembro/2014 para as Ações Ação 0272 e 004M, respectivamente. Para a Lei nº 8.727/93, o pedido de suplementação contemplava margem adicional de segurança para eventuais quitações antecipadas por parte dos mutuários do programa, as quais não se verificaram ao longo do exercício, resultando na baixa execução verificada. Ademais, as questões judiciais da Lei nº 8727/93 também contribuem para a diferença verificada entre os valores previstos e efetivamente realizados. A propósito, ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional vem subsidiando tecnicamente a Advocacia-Geral da União - AGU com vistas à reversão de medidas que têm sobrestado total ou parcialmente o pagamento por parte de alguns devedores. Caso isso ocorra, e os valores acumulados venham a ser recebidos, é obrigação do Tesouro Nacional repassá-los aos credores originais.

As despesas previstas no âmbito da Ação 004M (Carteira de Saneamento e ao PNAFE) correspondem ao percentual equivalente a 0,43% do valor recebido para esse Programa. Em ambos os casos, devido ao contingenciamento de créditos orçamentários, foi efetuado pedido de

suplementação orçamentária, o qual somente foi atendido em 31.12.2014. Com isso, os valores das faturas de agosto/2014 a dezembro/2014 de ambos os programas foram quitados como Restos a Pagar não processados em janeiro/2015, o que resultou na baixa execução observada para a Ação em vista.

- Assuntos Corporativos

- Programação das Despesas

Quadro 5.2.24 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL						297.761.389,00
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)						297.761.389,00
Dotação final 2013(B)						282.548.325,00
Variação (A/B-1)*100						5,3842
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			44.448.600,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			44.448.600,00			
Dotação final 2013(B)			14.548.416,00			
Variação (A/B-1)*100			205,5219			

Fonte: SIAFI

- Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.2.25 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas		
	UG	Despesas Correntes

Origem da Movimentação	Concedente	Recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	170013		2510104364203905560000			35.000.000,00
Recebidos		170007	2510104364203905560000			35.000.000,00
Concedidos	170013		2510104123203920Z60002			4.968.228,97
Recebidos		170007	2510104123203920Z60002			4.968.228,97
Concedidos	170013		2510104123203920Z60004			1.001.893,60
Recebidos		170007	2510104123203920Z60004			1.001.893,60
Concedidos	170013		2510104123203920Z60003			1.732.825,20
Recebidos		170007	2510104123203920Z60003			1.732.825,20
Concedidos	170013		2510104126203920Z70003			58.688.680,25
Recebidos		170007	2510104126203920Z70003			58.688.680,25
Concedidos	170013		2510104126203920Z70001			134.452.658,30
Recebidos		170007	2510104126203920Z70001			134.452.658,30
Concedidos	170013		2510104126203920Z70004			991.683,81
Recebidos		170007	2510104126203920Z70004			991.683,81

Concedidos	170013		2510104123203920Z60007			168.154,99
Recebidos		170007	2510104123203920Z60007			168.154,99
Concedidos	170013		2510104126203920Z70002			46.202.995,84
Recebidos		170007	2510104126203920Z70002			46.202.995,84
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	170013		2510104123203920Z60002	1.036.590,11		
Recebidos		170007	2510104123203920Z60002	1.036.590,11		
Concedidos	170013		2510104126203920Z70003	9.943.908,62		
Recebidos		170007	2510104126203920Z70003	9.943.908,62		
Concedidos	170013		2510104126203920Z70001	4.990.213,49		

Recebidos		170007	251010412620392 0Z70001	4.990.213,49		
Concedidos	170013		251010412620392 0Z70004	3.676.557,83		
Recebidos		170007	251010412620392 0Z70004	3.676.557,83		
Concedidos	170013		251010412620392 0Z70002	9.444.094,78		
Recebidos		170007	251010412620392 0Z70002	9.444.094,78		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60002			83.754,12
Recebidos		170006	251010412320392 0Z60002			83.754,12
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60003			71.409,63
Recebidos		170006	251010412320392 0Z60003			71.409,63
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60004			85.189,51
Recebidos		170006	251010412320392 0Z60004			85.189,51
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60002			652.733,16
Recebidos		170009	251010412320392 0Z60002			652.733,16
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60004			7.462,82
Recebidos		170009	251010412320392 0Z60004			7.462,82
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60002			2.192.844,05
Recebidos		170531	251010412320392 0Z60002			2.192.844,05
Concedidos	170007		251010412620392 0Z70002			3.084.230,98
Recebidos		170531	251010412620392 0Z70002			3.084.230,98
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60003			1.829.644,11
Recebidos		170531	251010412320392 0Z60003			1.829.644,11
Concedidos	170007		251010412620392 0Z70004			224.723,07
Recebidos		170531	251010412620392 0Z70004			224.723,07
			170531	Despesas de Capital		

Origem da Movimentação	Concedente	Recebedora		4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 Amortização da Dívida
Concedidos	170007		251010412320392 0Z60002	862.931,47		
Recebidos		170531	251010412320392 0Z60002	862.931,47		
Concedidos	170007		251010412620392 0Z70002	8.308.158,09		
Recebidos		170531	251010412620392 0Z70002	8.308.158,09		

Fonte: SIAFI

- Programa Temático

□ Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

A seguir, as informações relativas ao Programa 2039, cujos valores foram executados na UG 170007 – STN/CODIN.

Quadro 5.2.26 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2039					
Título	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional					
Esfera de Recursos – PPA e LOA (em R\$ 1,00)						
Esfera		a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/ Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS			UG 170007 não possui dotação inicial	UG 170007 não possui dotação inicial		
Orçamento de Investimentos - OI						
Outras Fontes						
Total						
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014						(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014						
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento	
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada	
			h.1) Processados	h.2) Não Processados		
293.752.517,82	236.261.257,46	236.260.877,76	379,70	57.491.260,36		
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores						
Tipo	j) Posição 1/01/2014	em k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar	
Não processados	4.825.475,59	4.223.013,02	4.223.013,02	-598.150,49	4.312,08	

Processados		-			
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: SIAFI

Obs: Valores executados diretamente pela UG 170007 no Programa 2039.

- Análise situacional

Objetivo

Quadro 5.2.27 – Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	0887 – Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.					
Código		Órgão	STN, SAIN, SPE, BCB			
Programa				Código		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (meta de apuração da STN)	Bilhões de reais	116,072 (PLDO 2015)	-20,5 (déficit primário 2014 apurado pelo BCB)	140,9 (somatório dos superávits apurados entre 2012-2014)	121,3%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Fonte: STN/CODIN

Ações

Quadro 5.2.28 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2039.0556.0000			Tipo:		
Título	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Objetivo	Código:					
Código: 2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Programa					
Unidade Orçamentária	Tipo:					
Ação Prioritária	25101 - Ministério da Fazenda					
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Montante		
			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	
1/1/2014				medida		

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5.2.29 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	203920Z60002			Tipo:		
Título	Gestão Financeira e Contábil da União					
Iniciativa microeconômicas	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e					
Objetivo	Código:					
Código: 2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Programa					
Unidade Orçamentária	Tipo:					
Ação Prioritária	25101 - Ministério da Fazenda					
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.950.157,00	11.950.157,00	5.457.972,12	3.418.156,50	3.365.266,50		2.039.815,62
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Montante		
			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Resultado Elaborado						
			unidade	11	11	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	
1/1/2014				medida		

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5.2.30 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	203920Z60003				Tipo:	
Título	Gestão de Obrigações da União					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional				Código: 2039	
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.523.391,00	3.523.391,00	1.504.027,05	1.318.963,82	1.318.963,82		185.063,23
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Leilão realizado		unidade	154		161	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5.2.31 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	203920Z60004				Tipo:	
Título	Gestão de Haveres da União					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional				Código: 2039	
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.855.002,00	1.855.002,00	905.171,38	804.677,34	804.297,64		100.494,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Haver gerido		R\$ milhão	330.000	44.625	42.435	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em				Unidade de		

1/1/2014 Valor Liquidado Valor Cancelado Descrição da Meta Realizada medida

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5.2.32 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	203920Z60005				Tipo:	
Título	Gestão da Dívida Pública					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional				Código: 2039	
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.790.011,00	7.790.011,00	6.090.162,31	5.924.452,97	5.924.452,97		165.709,34
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Dívida gerida			unidade	75		67
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5.2.33 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	203920Z60006				Tipo:	
Título	Consolidação de Contas de Entes da Federação e Transparência da Gestão Fiscal					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Código: 2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional				Programa	
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de		Montante	
	medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Relatório divulgado	unidade	37.298		37.044
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas		
Valor em			Unidade de	
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Realizada
			medida	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5.2.34 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	203920Z60007					Tipo:
Título	Remuneração pela Utilização do Sistema de Transferência de Reservas					
Iniciativa	03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional					Código:
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.310,00	300.310,00	168.154,99	148.414,10	148.414,10		19.740,89
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
contrato remunerado			Reais	520.000		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial

As atividades de gestão orçamentária e financeira da STN/CODIN, UG 170007, estão inseridas no Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, Ações 20Z6 (com exceção dos Planos Orçamentários 1 e 5), 20Z7 (com exceção do Plano Orçamentário 5) e Operação Especial 0556.

Na LOA 2014, a UG 170007 dispunha de R\$ 342.209.989,00 de dotação orçamentária. Desse montante, foram autorizados para empenho R\$ 312.770.566,00 (91,39%). Foram empenhados e liquidados R\$ 253.414.909,90, o que representa uma execução orçamentária de 81,02% dos recursos disponibilizados para execução nas ações 20Z6, 20Z7 e 0556 do Programa. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 57.491.260,36 em razão da indisponibilidade de recursos financeiros.

5.3 OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO - Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

No que tange à Gestão dos Haveres da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais. No total, foi recebido, até dezembro/2014, o valor de R\$ 8.764.875.616,94 para uma previsão inicial de R\$ 21.571.687.627,52 orçados para todo o exercício.

Tal diferença entre o fluxo de recursos previsto e realizado deve-se, fundamentalmente, à renegociação de contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao amparo da Lei nº 12.872/2013, para prever condições financeiras mais lenientes ao Banco e prazos de carência para os pagamentos de principal e de juros. Em 14/03/2014, foram renegociados os Contratos nºs 477/2009, 485/2009, 488/2009 e 530/2010, convertidos no Contrato nº 922/2014, que totalizou R\$ 180.120.381.339,76. Nessa mesma data, os Contratos nºs 389/2007, 408/2008, 412/2008 e de Reconhecimento e Confissão de Dívida s/nº/2000 foram renegociados para o Contrato nº 923/2014, no montante de R\$ 13.948.986.983,37. Ademais, em 22/12/2014, R\$ 5 bilhões foram desmembrados do Contrato nº 577/2010 para enquadramento no Instrumento Elegível a Capital Principal nº 1.018/2014, nos termos da Lei nº 13.043/2014.

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31/12/2014:

Quadro 5.3.1 – Haveres Financeiros Administrados Pela COFIS – Saldos Devedores em 31/12/2014

GRUPO DE HAVERES	SALDO (R\$)			
	dez/13	dez/14	Variação	Variação (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.794.904.281,83	5.825.770.690,71	30.866.408,88	0,53
Haveres Originários de Operações Estruturadas	68.843.262.519,96	72.318.646.740,62	3.475.384.220,66	4,81
Haveres Originários de Privatizações	9.333.849.237,54	-	- 9.333.849.237,54	*
Haveres Originários de Legislação Específica	487.802.501.806,25	583.071.331.301,28	95.268.829.495,03	16,34
Haveres Originários do Crédito Rural	15.801.798.513,87	15.497.681.077,19	- 304.117.436,68	-1,96
TOTAL	587.576.316.359,45	676.713.429.809,80	89.137.113.450,35	13,17
(*) Obs: Durante o ano de 2014 os haveres do Grupo de Privatizações foram totalmente quitados.				
Fonte: STN/COFIS/GERAT				

A variação total no período considerado foi de aproximadamente R\$ 89,1 bilhões, representados principalmente por variações nos saldos de haveres originários de Legislação Específica (R\$ 95,27 bilhões) e de Operações Estruturadas (R\$ 3,48 bilhões). Da variação total no Grupo de Haveres Originários de Legislação Específica, R\$ 61 bilhões decorrem de três novas operações financeiras firmadas ao longo do exercício de 2014, a seguir especificadas. I – Com o BNDES, os seguintes Contratos: (i) nº 962/PGFN/CAF, de 24 de junho de 2014, amparado pela Lei nº 13.000/2014, o qual concedeu crédito no montante de R\$ 29.999.999.427,84; e (ii) nº 1.017/PGFN/CAF, de 16 de dezembro de 2014, ao amparo da MP 661/2014, o qual concedeu crédito no montante de R\$ 29.999.999.933,79. II – Com o Banco Da Amazônia S.A, o Instrumento Elegível a Capital Principal nº 1.016/PGFN/CAF, de 9 de dezembro de 2014, nos termos da Lei nº 12.712/2012, no valor de R\$ 999.999.442,39. Além disso, o aumento no saldo se explica também pela supramencionada renegociação dos Contratos com o BNDES, a qual prorrogou o prazo para pagamento de juros e amortizações de parcela considerável dos contratos (R\$ 199 bilhões). A variação nos Haveres Originários de Operações Estruturadas se dá pela atualização prevista nos saldos,

indexados à Selic, Dólar, IGP-DI ou IGP-M. Por último, a operação que constava na classificação de “Haveres Originários de Privatizações” foi liquidada.

- Política Fiscal – Programação Financeira

A Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, organizou sob a forma de sistemas as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal.

O Sistema de Administração Financeira Federal visa o equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreendem as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

As atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras a eles vinculadas/subordinadas e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando:

- assegurar às unidades gestoras, nos limites da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho;
- manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

A orientação técnico-normativa visa à eficiência e eficácia da gestão da execução orçamentária e financeira.

Integram o Sistema de Administração Financeira Federal:

- como órgão central, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- como órgãos setoriais, as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

Compete à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, no âmbito da programação financeira da União e da orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira:

- zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- gerenciar a conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;

- editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- gerir, em conjunto com os órgãos do Sistema de Contabilidade Federal, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); e
- promover a integração com os demais poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira.

Nesse contexto, a STN, para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), que dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), subsidiou a edição do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo Federal.

Dessa forma, após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, a STN, juntamente com a SOF, atuou com vistas à edição do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, que definiu as regras para a execução das despesas, bem como estabeleceu a respectiva programação orçamentária e financeira do exercício. As principais características do Decreto de Programação foram:

- Lei nº 12.919 de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (LDO 2014), que determina o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da LOA;
- os limites de movimentação e empenho e os valores autorizados para pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexos I e II do Decreto nº 8.197/2014;
- os valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 8.197/2014 foram detalhados respectivamente pela Portaria MPOG nº 58, de 21 de fevereiro de 2014, e pela Portaria MF nº 61, de 27 de fevereiro de 2014, em grupos de fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal. Os limites de movimentação e empenho do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R\$ 54.463.893 mil, foram destacadas no Anexo V da Portaria MPOG nº 58, de 21 de fevereiro de 2014;
- a Portaria SOF nº 33, de 08 de maio de 2014, detalhou os limites de movimentação e empenho de emendas individuais no valor de R\$ 6.462.614 mil.

Durante o exercício de 2014, foram efetuados vários ajustes e ampliações dos valores de movimentação e empenho e de pagamento autorizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Essas alterações foram efetivadas no intuito de se atingir o desenvolvimento das ações prioritárias do Governo e considerando as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados no decorrer do exercício Decretos Presidenciais e Portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em relação à execução financeira, cabe destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pelo acompanhamento, análise e programação das liberações de recursos

financeiros aos órgãos setoriais, bem como pela execução destas liberações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Assim, cabe à STN, no que se refere à liberação de recursos para despesas de custeio e investimento, tendo por base os valores autorizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, acompanhar o pagamento efetivo dos órgãos do Poder Executivo. Cabe registrar que tais atividades foram tempestivamente desempenhadas no decorrer do exercício de 2014, em observância às normas aplicáveis à matéria.

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais, a STN realizou as liberações de recursos para as transferências aos entes federados. Dentre as principais Transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, destacam-se o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), os Royalties da exploração e produção de petróleo e gás natural, a Participação Especial na exploração e produção de petróleo e gás natural, as compensações financeiras pela exploração de Recursos Minerais e as Compensações Financeiras pela utilização de recursos hídricos.

A STN monitorou as movimentações financeiras realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e analisou os pedidos de abertura de contas correntes dos órgãos federais no País e no exterior.

A STN coordenou a abertura e a manutenção das Contas Especiais, em moeda estrangeira, do Tesouro Nacional decorrentes de operações de crédito externo e contribuições financeiras não reembolsáveis firmadas entre a União e organismos internacionais, organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, nas instituições federais autorizadas.

O Tesouro implantou o Sistema de Gestão do Recolhimento da União – SISGRU, com o objetivo de disponibilizar aos órgãos arrecadadores da União uma aplicação para controle de sua arrecadação realizada por Guia de Recolhimento da União – GRU, de maneira que possam ser utilizados em seus sistemas internos.

O SISGRU é uma aplicação desenvolvida em ambiente web com interação com o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a qual permite a todos os usuários do SIAFI consultarem a arrecadação por meio de GRU de suas Unidades Gestoras, bem como estruturar suas consultas para fins gerenciais. A estrutura de consolidação e apresentação dessas consultas pode ser padronizada ou personalizada, conforme as necessidades de informações dos órgãos arrecadadores.

A STN, enquanto órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal, também possui como competência a orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, em 2014, a STN promoveu treinamentos para os Órgãos Setoriais de Programação Financeira sobre Guia de Recolhimento da União, Ordem Bancária e Programação Financeira, incluindo o treinamento para utilização no módulo de Programação Financeira no Novo SIAFI.

Ainda por intermédio da STN/COFIN, a Secretaria atendeu a diversas demandas encaminhadas pelos órgãos públicos e cidadãos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados, dentre os quais listamos o FALE CONOSCO, Ofícios e Memorandos do COMPROTDOC e Caixas Institucionais das Gerências da COFIN e do Gabinete da Coordenação Geral de Programação Financeira.

- Política Fiscal – Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público

A STN/COAPI tem como função institucional a análise dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada (PPP) e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos.

Em 2014, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da COAPI, acompanhou a execução dos principais investimentos do Governo Federal na área de infraestrutura, com foco na programação orçamentária e financeira destes investimentos. Nesse sentido, destaca-se o monitoramento das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executadas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que totalizaram R\$ 57,7 bilhões no exercício de 2014, o que representou crescimento de 29 % em relação ao realizado em 2013. Os principais setores foram o Programa Minha Casa Minha Vida, com pagamento de R\$ 17,4 bilhões, e o Ministério dos Transportes, com desembolso de R\$ 12,9 bilhões. O PAC contribuiu para o crescimento de 22,6% da taxa de investimento público do Governo Federal, exceto estatais, em 2014.

Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional participou, em 2014, juntamente com outros órgãos setoriais, do monitoramento dos empreendimentos vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, especialmente nos setores de aeroportos, mobilidade urbana e telecomunicações, e tem participado do monitoramento da carteira de investimentos necessários à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Como representante do Ministério da Fazenda, participou da análise de propostas de investimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em parcerias com empresas privadas das áreas de logística e de processamento e gestão eletrônica de dados.

A Secretaria do Tesouro continuou a acompanhar o cenário deficitário do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e reformulou propostas de alterações nos dois principais programas do fundo: Abono Salarial e Seguro Desemprego. Essas propostas resultaram na edição da medida provisória nº 665 de 30 de dezembro de 2014 que estabelece novos critérios de acesso a esses benefícios. Visando a contribuir para o incremento do investimento privado nos setores de infraestrutura, a Secretaria do Tesouro atuou fortemente na estruturação das concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos no contexto do Programa de Investimentos em Logística – PIL. Com participação destacada nas discussões sobre a modelagem econômico-financeira e nos instrumentos de mitigação de riscos dos projetos.

No setor energético, a exemplo do ano anterior, foi dada atenção especial à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, com o acompanhamento de suas receitas e despesas, bem como dos aportes financeiros, de forma a garantir a continuidade da política de modicidade tarifária do setor em momento de pressão de custos, resultante do regime hidrológico desfavorável e a consequente manutenção da utilização de usinas de fonte térmica. Adicionalmente, foi dado apoio às empresas do setor, o que resultou na estruturação de empréstimos bancários para suavizar a situação econômico-financeira das distribuidoras, e na repactuação de dívidas da Eletrobrás junto à BR e Petrobras. Além disso, foi dado apoio à reestruturação societária da CELG. A STN também participou de discussões referentes a revisão do Contrato de Cessão Onerosa.

Por fim, participamos das discussões de elaboração de programa de incentivo à aviação regional e da construção de aeroportos regionais.

- Planejamento e Estatísticas Fiscais – Fundo Soberano do Brasil

O Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, estabeleceu como competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) praticar os atos de gestão relacionados com o objeto do Fundo Soberano do Brasil (FSB). Diante disso, o planejamento estratégico da STN manteve em 2014 o objetivo estratégico de “Consolidar o Fundo Soberano Brasileiro como instrumento auxiliar de política econômica”, que já havia sido contemplado em 2013.

Para atingir esse objetivo, foram traçadas as duas metas a seguir relacionadas:

- **Meta: 7.1:** A STN consolidou o Fundo Soberano do Brasil, no sentido de gerir poupança pública de longo prazo e atuar de forma eficaz como instrumento de política econômica para a mitigação dos efeitos dos ciclos econômicos no Brasil.

- **Meta: 7.2:** A STN finalizou a implantação dos quatro pilares da Política de Investimentos do Fundo Soberano do Brasil.

□ *Estratégias de atuação*

Meta 7.1:

Para o atingimento da meta 7.1, foram definidas as seguintes macroações:

a. Finalizar consolidação de proposta, no âmbito da STN, sobre o papel estratégico do FSB.

Com o objetivo de realizar esta macroação, foram elaborados e entregues, em 2014, os seguintes produtos:

- Diagnóstico inicial dos Fundos de Riqueza Soberana (FRS).
- Relatório técnico com a revisão da literatura e das melhores práticas de fundos soberanos que possuem a função de estabilização fiscal.
- Relatório técnico analisando a utilização de FRS como instrumento auxiliar de política anticíclica, com incorporação de comentários e sugestões da STN.
- Workshop para apresentação dos resultados finais e do estudo de caso elaborado.

Em seguida, foi realizado e concluído na STN/COFSB estudo que avalia a aplicação dos resultados nos processos de trabalho da coordenação.

b. Elaborar estudo que discuta as melhores práticas sobre governança e compliance, que descreva a experiência internacional relacionada à gestão de Fundos Soberanos e que desenvolva um estudo de caso para o Brasil.

O estudo teve por objetivo identificar oportunidades de melhorias na estrutura de governança do FSB. Para tanto, foram abordados inicialmente os conceitos e princípios gerais de governança corporativa, buscando também identificar peculiaridades relevantes para o caso de órgãos públicos e de empresas que atuam no mercado financeiro.

Posteriormente, foram examinadas recomendações encontradas em estudos comparativos específicos de fundos soberanos, que foram complementados por uma análise mais aprofundada de fundos considerados referências em termos de governança.

Com esse conjunto de informações, foi possível conhecer detalhes sobre os princípios e melhores práticas adotados pelos principais fundos soberanos, a partir dos quais foi realizada análise crítica do estágio atual do FSB, a qual contemplou propostas de aprimoramento da estrutura de governança do Fundo.

Como produtos dessa macroação houve a apresentação e discussão dos principais pontos com a equipe da COFSB e a elaboração de nota técnica concluída em dezembro de 2014.

c. *Elaborar estudo de mensuração e monitoramento do ciclo econômico brasileiro, visando subsidiar as decisões do CDFSB.*

Inicialmente foram definidas a metodologia e a forma de encaminhamento da pesquisa. Foi ainda realizado estudo de *benchmarking* junto ao Banco Central do Brasil para avaliar a metodologia empregada para a mensuração de ciclos econômicos naquela instituição, bem como para verificar o alinhamento dos objetivos.

Em linhas gerais, o estudo teve como objetivo testar e validar três diferentes modelos de antecipação da ocorrência de ciclos econômicos recessivos, com vistas a subsidiar decisões estratégicas de realocação de ativos e controle da liquidez do portfólio de investimentos do FSB.

O estudo envolveu a construção de índices de probabilidade que podem antecipar a ocorrência de possíveis recessões em dado horizonte de tempo, definido, para os efeitos do estudo, em até um ano.

Os modelos e metodologias testados foram os seguintes: modelo de escolha qualitativa (Logit/Probit), modelo de mudança de regime Markoviano (Markov-Switching) e Modelo de Atualização Bayesiana não-paramétrico, todos construídos a partir da caracterização de ciclos econômicos definida pelo National Bureau of Economic Research – NBER dos EUA.

O estudo foi concluído em dezembro de 2014, tendo resultado em nota técnica elaborada pelos servidores da Coordenação.

Meta 7.2:

Com relação à meta 7.2, foram definidas as seguintes macroações:

a. *Finalizar acordos contratuais com Banco do Brasil e Banco Central do Brasil.*

Foi retomado o contato com o Banco Central do Brasil e a PGFN para aditamento ao convênio que disciplina a compra e venda de moeda estrangeira pelo FSB e com o Banco do Brasil para dar continuidade à finalização dos instrumentos contratuais em negociação.

As negociações, entretanto, foram suspensas temporariamente a espera de definição estratégica da instituição e deverão ser retomadas em momento oportuno.

b. *Aperfeiçoar a comunicação institucional do FSB.*

Esta macroação foi dividida em duas ações. A primeira refere-se à publicação de uma versão em inglês da página do FSB no site do Tesouro Nacional e, a segunda, à elaboração de versão do Relatório de Administração em inglês.

Ambas as ações foram concluídas. A versão em inglês da página já está disponível, e os Relatórios de Administração do 2º semestre de 2013 e do 1º semestre de 2014, em inglês, foram elaborados e encontram-se em fase de revisão para posterior publicação.

c. *Aperfeiçoar os processos de controle e compliance para o FSB, com base no mapeamento de processos já realizado.*

Com relação ao aprimoramento dos processos de controle, foi iniciado estudo para a migração da sistemática atual, baseada em planilhas Excel com significativa intervenção manual, para uma nova sistemática de registro e processamento de informações, calcada na unificação dos bancos

de dados, geração de séries históricas, automatização de rotinas manuais e revisão dos outputs e relatórios gerenciais, a serem viabilizados com o suporte da plataforma Scilab. A arquitetura do sistema e dos relatórios foi desenvolvida, restando agora a definição do cronograma de migração. Por sua vez, projeto de estruturação de processos de *compliance* iniciou seu trabalho elencando um conjunto de processos definidos como prioritários e, que por esse motivo, receberão maior atenção por parte dos gestores em um primeiro momento. Para cada processo, foi desenvolvido um trabalho para identificar os normativos pertinentes, os riscos de *compliance* e os procedimentos de controle interno adotados. Com base nesse estudo, procedeu-se ao aperfeiçoamento do sistema de controle interno, com a criação de medidas de mitigação e prevenção dos riscos operacionais, que juntamente com os novos mecanismos de alerta, serão monitorados pela área de *compliance*. O projeto encontra-se em sua fase final, aguardando a assinatura de Nota Técnica, a qual consolidou o trabalho realizado e os procedimentos a serem adotados e implantados na coordenação.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Transferências Financeiras

- Avaliação das Metas

□ **Meta 6.3** – Propostos projetos de lei para criação dos fundos de estabilização do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

- Avaliação: Foram feitas diversas simulações numéricas, bem como reuniões com o COFSB para discussão do tema, porém a meta não será concluída em 2014, o que motivou sua inclusão nas metas de 2015.

□ **Meta 12.1** – Publicada portaria sobre a interação automática entre o Banco do Brasil e o CEDIN (Cadastro de Inadimplentes do CNJ), para cumprimento da emenda constitucional 62 (que trata do regime especial de pagamento de precatórios).

- Avaliação: A conclusão da meta depende da modulação dos efeitos pelo Supremo Tribunal Federal na parte em que aquela corte julgou inconstitucional a norma de precatórios.

□ **Meta 12.4** – Estudada a proposta de regulamentação de parcelamento da devolução de recursos de transferências voluntárias cujos gastos não foram comprovados.

- Avaliação: A situação está satisfatória para a STN/COINT, tendo em vista que o estudo foi concluído. Porém, como o tema envolve aspectos jurídicos, nota técnica foi submetida à PGFN que ainda não deu retorno.

□ **Meta 12.5** – Realizado estudo para esclarecer os papéis e implicações para o TN com relação às transferências discricionárias da União não formalizadas na modalidade de transferências voluntárias.

- Avaliação: O estudo foi realizado com outros órgãos federais (CGU, MPOG e SOF) e por meio de seminário interno para discussão com áreas afins (CCONT, CCONF, COFIN, COREM). A conclusão será apresentada ao GT, criado pela Presidência da República, com objetivo similar e, uma vez homologado pelo GT, todos os órgãos federais deverão utilizar em suas estatísticas e publicações o padrão acordado.

□ **Meta 12.6** – O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias passou a consultar automaticamente a base do registro de CNPJ da Receita Federal.

- Avaliação: Os dados do CNPJ já estão sendo enviados pela RFB à STN. Mas a STN ainda não pode tratar esses dados porque o SERPRO está paralisado pela demanda de implantação do PCASP. Até que essa demanda termine, a leitura automática não poderá ser ultimada. Espera-se que a automação (leitura automática do CNPJ pelo CAUC) ocorra no 1º semestre de 2015.

□ **Meta: 12.7** – Definida a operacionalização da Lei Complementar nº 143, que trata dos critérios de repartição do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

- Avaliação: Houve diversas reuniões internas, bem como reuniões com órgãos externos (TCU, IBGE e BB) para discussão das alterações promovidas pela LC 143, nivelamento de entendimento e operacionalização dos procedimentos. Além disso, minutou-se nota técnica de consulta à PGFN visando buscar conforto jurídico para questões obscuras. Essa nota ainda não foi encaminhada à PGFN uma vez que restavam dúvidas, as quais foram elucidadas recentemente (4/12/14) em reunião.

- *Outras Ações*

- Difundir informações sobre as transferências citadas no art. 159 da Constituição Federal (fundos de participação), incluindo a incumbência de gerar os Boletins do FPM/FPE para divulgação e composição do Relatório do Tesouro Nacional; de divulgar, em atendimento ao art. 6º da Lei Complementar nº 62/89, da previsão do comportamento dos repasses nos 3 (três) meses seguintes ao da divulgação, os valores executados a título de transferências voluntárias e outras transferências legais; de divulgar anualmente as estimativas individualizadas das transferências constitucionais ou legais de repartição tributária para o exercício subsequente, com base nas informações prestadas pela Coordenação-Geral de Programação Financeira; de divulgar os valores individualizados transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- Elaborar, acompanhar e racionalizar normas relativas às exigências para o estabelecimento de transferência voluntária de recursos federais, conforme definido na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, principalmente, cujas exigências foram sintetizadas no art. 38 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, bem como orientar quanto ao seu cumprimento, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Controladoria-Geral da União.
- Administrar o acesso ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), via internet. O serviço é uma ferramenta criada por esta Secretaria para assegurar o cumprimento do princípio da transparência na gestão das transferências voluntárias.
- Dar suporte técnico aos Advogados da União e aos Procuradores Federais em ações judiciais que digam respeito às exigências para o estabelecimento de transferências voluntárias de recursos federais.
- Apoiar os representantes da STN na Comissão Gestora do SICONV na tarefa de normatizar aspectos relativos às transferências voluntárias de recursos federais.

Quanto às principais atividades relacionadas, pode-se destacar:

- Responder às consultas sobre a aplicação das normas de administração orçamentária, financeira e patrimonial, no que concerne às transferências voluntárias e constitucionais, formuladas pelas unidades gestoras federais e pelos gestores dos entes federativos;
- Atender a solicitações diversas quanto às demandas judiciais relativas às transferências voluntárias de recursos federais.
- Divulgar informações sobre as transferências constitucionais.
- Atender às demandas dos Tribunais de Justiça relativas aos precatórios, no âmbito do regime especial de pagamento de precatórios disposto na Emenda Constitucional nº 62. - Atender às demandas de informação dos entes federativos.

Em relação aos principais insumos, pode-se destacar:

- recursos humanos, sistemas, conhecimentos legais, recursos de informática e conhecimentos setoriais (para conseguir articular-se com os demais órgãos e entidades da Administração Federal).

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

Os haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

- Descrição dos Haveres da União perante Estados e Municípios:

a) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

- **Lei nº 8.727/93** – Refinanciamento pela União de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta, a ser pago no prazo de 20 anos. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Programa com pagamentos de prestações regulares encerrado em julho/2014, com exceção dos mutuários que apresentaram resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos, e dos contratos das dívidas assumidas da Caixa Econômica Federal ao amparo da Lei nº 8.727/93, com vencimento previsto para até junho de 2027;
- **Lei nº 9.496/97** – Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras – PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;

- **MP nº 2.185/2001** – Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. Apesar de contar com 6 contratos com vencimentos até 2020, a grande maioria das operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que possuem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos; e
- **MP nº 2.179/2001** – Crédito adquirido pela União do Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.– BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028.

b) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- **DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos** – Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01.01.1991 a 15.04.1994, do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15.04.1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond* e *Par Bond*) e um de juros (*El Bond*). Com exceção do *Par* e do *Discount Bond*, que possuem vencimento previsto para abril de 2024, todos os demais bônus já se encontram liquidados.

c) Retorno de Repasses de Recursos Externos

- **Acordo Brasil-França** – Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Os Acordos Brasil-França I e Brasil-França II têm finalização prevista para dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dezembro/2021; e
- **PNAFE** – Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa. Seu encerramento é previsto para março/2017.

d) Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- **Carteira de Saneamento** – Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (311 contratos, conforme posição de 31.12.2014), porém com aproximadamente 91% dos vencimentos previstos para o período de 2014 a 2016. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para julho/2024.

e) Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

- **Participações Governamentais** – Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro, originárias da exploração de petróleo e gás natural, e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12.08.2003. No caso dos *royalties* e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos estão previstos até fevereiro/2021. Por sua vez, no caso dos *royalties* e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

f) Outros

- **BNDES** – Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado integralmente em dezembro/2015.

- Recuperação de Haveres relativos a Pendências Judiciais

As operações controladas pela STN/COAFI estão distribuídas num total de 814 contratos, existindo, em janeiro de 2015, 175 ações judiciais, principais e subsidiárias, que podem implicar em frustração parcial ou total, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc., atende estritamente ao que a legislação específica determina, e está claramente definida nos competentes instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe:

“Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.”

Esses haveres contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado ou Município.

Portanto, no caso dos contratos em situação de normalidade de execução, os pagamentos são realizados regularmente conforme as condições contratadas e previsão legal. Inadimplências eventualmente ocorridas são solucionadas em curto prazo mediante a execução das garantias contratuais, não se registrando inadimplência persistente ou prolongada.

A administração desses contratos encontra-se a cargo de agentes financeiros da União designados legal e/ou contratualmente para tanto. São eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esses agentes são responsáveis pelo cálculo das prestações devidas, cobrança e execução das garantias contratuais em caso de inadimplência.

Contudo, como dito, o Tesouro registra alguns débitos/inadimplências decorrentes de decisões liminares deferidas no âmbito de ações judiciais, que suspendem parcial ou integralmente os pagamentos à União, ou a impedem de executar as garantias contratuais. Nestes casos, não há solução

ou providência administrativa para a cobrança, já que existem impedimentos judiciais. A solução será alcançada pela via judicial com o apoio da AGU.

Nesse sentido, a STN tem intensificado o relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, uma postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais. Esse procedimento tem permitido, em diversos casos, que, ao verificar movimentações processuais importantes, a STN/COAFI antecipe para a AGU os subsídios e/ou questionamentos cabíveis sem precisar aguardar o demorado trâmite das notificações judiciais.

- Conciliação Mensal dos Haveres

Esta Secretaria realiza mensalmente a conciliação dos saldos devedores dos Programas sob seu controle. Para essa conferência, são confrontadas as informações contidas nos relatórios dos agentes financeiros com os recebimentos registrados no SIAFI, sendo geradas planilhas contendo as informações para atualização do saldo devedor naquele sistema.

Além disso, é verificada, por amostragem, a consistência dos recebimentos a cargo dos agentes financeiros gerando-se planilhas de conferência, conforme orientação do Tribunal de Contas da União – TCU.

- Proposta Orçamentária versus Recebimentos no exercício de 2014

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2014 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 44,68 bilhões. O exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 42,43 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 2,25 bilhões (-5,04%) em relação ao volume orçado.

Quadro 5.3.2 – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2014

	R\$ mil		
PROGRAMA	PREVISTO	REALIZADO	Diferença %
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.034,36	3.603,90	18,77%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	266.558,24	308.164,96	15,61%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	337.299,07	429.187,31	27,24%
Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul	32.295,10	28.360,76	-12,18%
Royalties - Estado do Paraná	230.936,88	320.032,48	38,58%
Royalties - Estado do Rio de Janeiro	1.231.505,99	1.200.345,84	-2,53%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	3.307.985,67	1.664.627,89	-49,68%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	1.280.751,98	1.119.753,83	-12,57%
Lei nº 9.496/97	31.337.509,68	30.912.518,26	-1,36%
MP nº 2.185/01	5.275.783,60	5.025.425,30	-4,75%
PNAFE	74.284,65	84.365,47	13,57%
PNAFM	61.290,35	0,00	-100,00%
BACEN/BANERJ	1.247.786,84	1.338.693,54	7,29%
TOTAL	44.687.022,41	42.435.079,54	-5,04%

Fonte: SIAFI e STN/COAFI

Seguem as explicações para as maiores variações, tanto positivas como negativas:

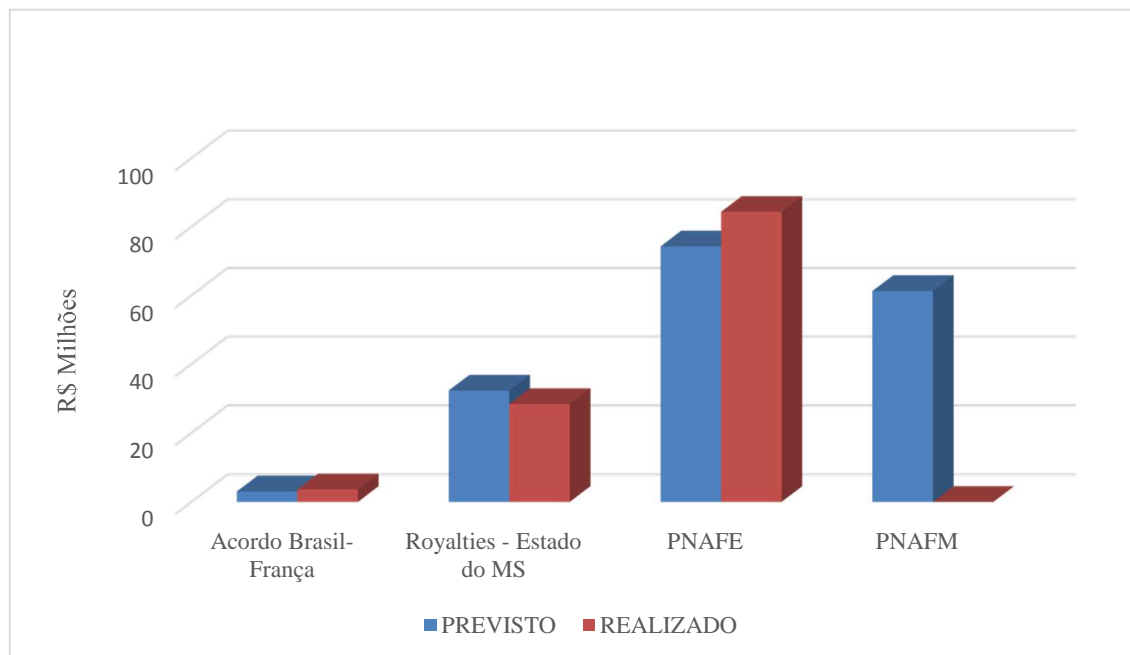
- 1) **Crítérios adotados nas propostas orçamentárias:** As propostas orçamentárias são elaboradas segundo critérios conservadores, uma vez que a projeção de recebimentos é considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional para fins de amortização de sua dívida pública mobiliária interna;
- 2) **Grade de Parâmetros Econômicos:** As propostas orçamentárias são construídas com base em indicadores econômicos fornecidos pela Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/COGEP (projeções para indicadores de juros, cotação do dólar, índices de preços e projeções para cotação do euro);
- 3) **Variações na Receita Líquida Real:** Ao longo de 2014, foi verificado crescimento da Receita Líquida Real – RLR – dos Estados e Municípios, a qual é base para o cálculo do limite de comprometimento e para a cobrança de parte das prestações mensais pela União. No caso, verificou-se, no período de janeiro/14 a dezembro/14, acréscimo de 11% na RLR dos Estados, e acréscimo de 6,3% na RLR do Município de São Paulo;
- 4) **Variação no câmbio para os programas indexados ao dólar:** A taxa média de câmbio do dólar verificada ao longo de 2014 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média apurada para o dólar (1 US\$: R\$ 2,36) ficou 18% acima da cotação média prevista para 2014 (1 US\$: R\$ 2,00), acarretando maior receita para os programas DMLP e PNAFE, indexados àquela moeda.
- 5) **Variação no câmbio para o programa indexado ao euro – Acordo Brasil-França:** A taxa média de câmbio do euro verificada ao longo de 2014 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média apurada para o euro (1 EUR: R\$ 3,12) ficou 18,32% acima da cotação média prevista para 2014 (1 EUR: R\$ 2,64), acarretando maior receita para o programa Acordo Brasil-França, indexado àquela moeda.
- 6) **Recebimentos abaixo do previsto – royalties do Mato Grosso do Sul:** a diferença entre o valor recebido em 2014 e o valor previsto para o caso dos *royalties* Mato Grosso do Sul pode ser explicada, principalmente, pela redução da quantidade de energia elétrica gerada pelas usinas vinculadas ao contrato;
- 7) **Recebimentos acima do previsto - royalties do Paraná:** No caso dos contratos de cessão de créditos celebrados entre os estados e a União, os valores recebidos pelo Estado do Paraná ficaram 38,58% acima dos valores previstos para 2014. Isso se deveu, principalmente, à variação média do dólar, que foi 18% maior que o previsto para o período, o que impacta diretamente essas operações. Além disso, o reajuste da TAR em cerca de 6% também contribuiu para o maior volume de recursos recebidos, quando comparado com o previsto.
- 8) **Recebimentos abaixo do previsto – Lei nº 8.727/93:** O volume de recebimentos realizados em 2014 para o programa, quando comparado com a previsão, ficou abaixo do esperado, tanto na rubrica “Demais Credores” (-49,68%), como na rubrica “Receitas da União” (-12,57%). No caso, durante o exercício de 2014 verificou-se o encerramento da parcela de dívida vencida do programa, acarretando redução do volume de recebimentos, restando apenas a parcela de dívidas vincendas e o pagamento de resíduo de limite de comprometimento acumulado, devido pelo Estado de Goiás. Entretanto, durante a elaboração da proposta orçamentária de

2014, em maio/2013, o pagamento de resíduo não foi considerado e o percentual de despesas relativas aos recebimentos das dívidas vincendas foi subestimado. Visando corrigir as distorções mencionadas, o Tesouro Nacional encaminhou pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, no volume de R\$ 1,53 bilhão, conforme Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014. O pedido em questão considerava ainda margem de segurança para eventuais quitações antecipadas por parte dos devedores restantes do programa. De forma a não haver incoerência entre as receitas e despesas previstas, o pedido de suplementação foi acompanhado de reestimativa em mesma medida das receitas previstas para o programa. A solicitação foi atendida, de forma que o repasse aos demais credores não sofreu interrupção ao longo do exercício. Contudo, o valor de suplementação recebido mostrou-se bem acima do realizado, tendo em vista que não ocorreram amortizações extraordinárias, o que explica a frustração nos recebimentos apresentada no Quadro acima.

9) Recebimentos abaixo do previsto – MP nº 2.185/01 e Lei nº 9.496/97: O fator determinante para os recebimentos abaixo do previsto, em 2014, nesses dois programas, foi a variação do IGP-DI verificada ao longo do ano, que foi 29,73% menor que a prevista na proposta orçamentária para o período. Além disso, vale ressaltar que o aumento da Receita Líquida Real acima do previsto para o período e a amortização extraordinária no montante de R\$ 176 milhões realizada pelo Município de Belo Horizonte, no Programa amparado pela MP nº 2.185, serviram, em parte, para compensar o efeito negativo do IGP-DI.

10) Recebimentos não realizados – PNAFM: As receitas do PNAFM foram incluídas na proposta orçamentária da STN/COAFI em virtude da possibilidade de transferência dos créditos relativos ao programa da MF/UCP para a STN/COAFI, o que não se concretizou ao longo do exercício de 2014.

Gráfico 5.3.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 100

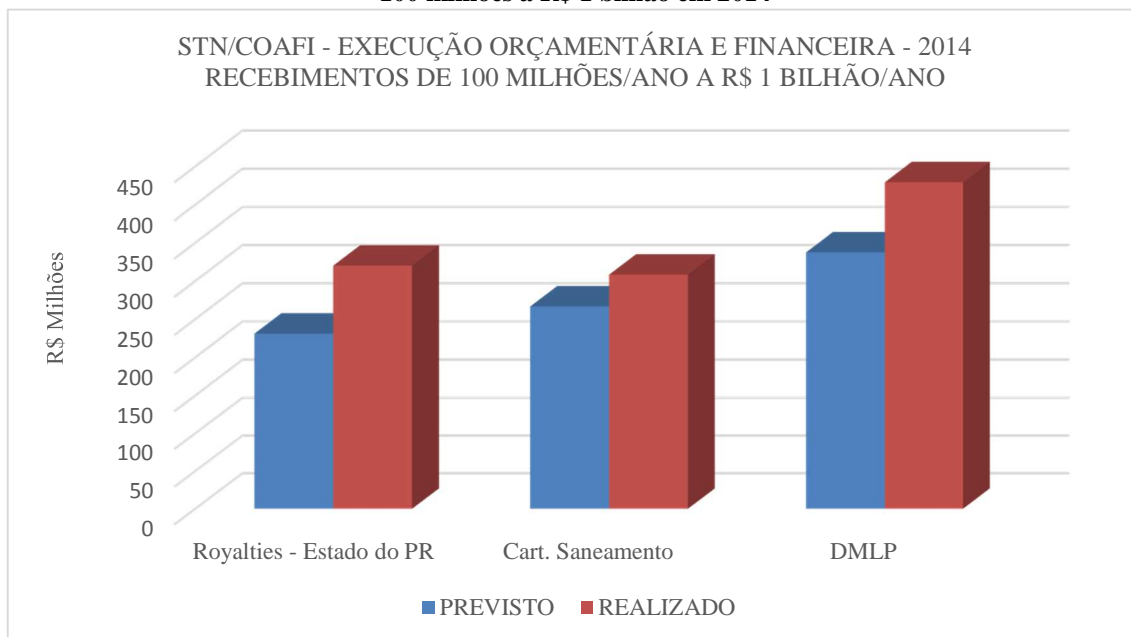


Fonte: STN/COAFI

milhões em 2014

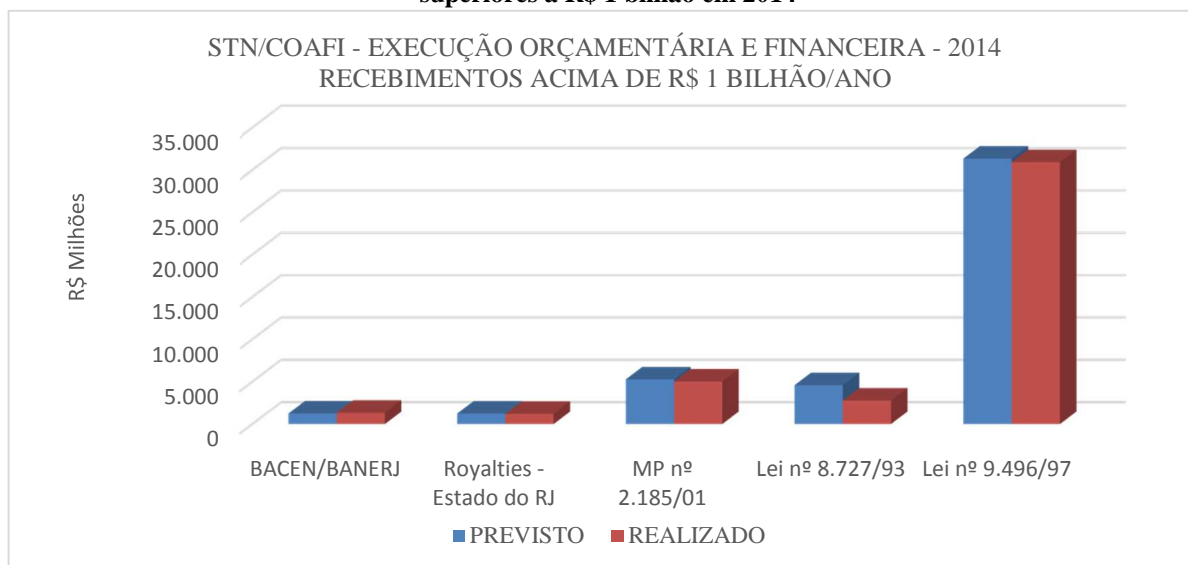
STN/COAFI - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2014
RECEBIMENTOS ATÉ R\$ 100 MILHÕES/ANO

Gráfico 5.3.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 100 milhões a R\$ 1 bilhão em 2014



Fonte: STN/COAFI

Gráfico 5.3.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2014



Fonte: STN/COAFI

- Recebimentos: Comparação do exercício de 2014 com o exercício de 2013

Na comparação da execução financeira do exercício de 2014 com o exercício de 2013, os recebimentos das receitas no ano ficaram 3,9% abaixo daquelas obtidas em 2013, vide Quadro abaixo.

Quadro 5.3.3 – Valores Recebidos – Exercício de 2014 versus Exercício de 2013

PROGRAMA	R\$ mil		DIFERENÇA (%)
	REALIZADO 2013	REALIZADO 2014	

ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.863,41	3.603,90	-6,7%
<i>BIB - Brazil Investment Bond</i>	15.702,66	-	-100,0%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	397.278,12	308.164,96	-22,4%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	523.818,83	429.187,31	-18,1%
<i>Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul</i>	34.390,47	28.360,76	-17,5%
<i>Royalties - Estado do Paraná</i>	287.913,81	320.032,48	11,2%
<i>Royalties - Estado do Rio de Janeiro</i>	1.292.995,46	1.200.345,84	-7,2%
<i>Royalties - Estado do Espírito Santo</i>	256.770,17	-	-100,0%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	3.481.487,48	1.664.627,89	-52,2%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	4.120.055,93	1.119.753,83	-72,8%
Lei nº 9.496/97	28.590.496,98	30.912.518,26	8,1%
MP nº 2.185/01	3.803.483,51	5.025.425,30	32,1%
PNAFE	82.672,28	84.365,47	2,0%
BACEN/BANERJ	1.258.177,80	1.338.693,54	6,4%
TOTAL	44.149.106,92	42.435.079,54	-3,9%

Fonte: STN/COAFI

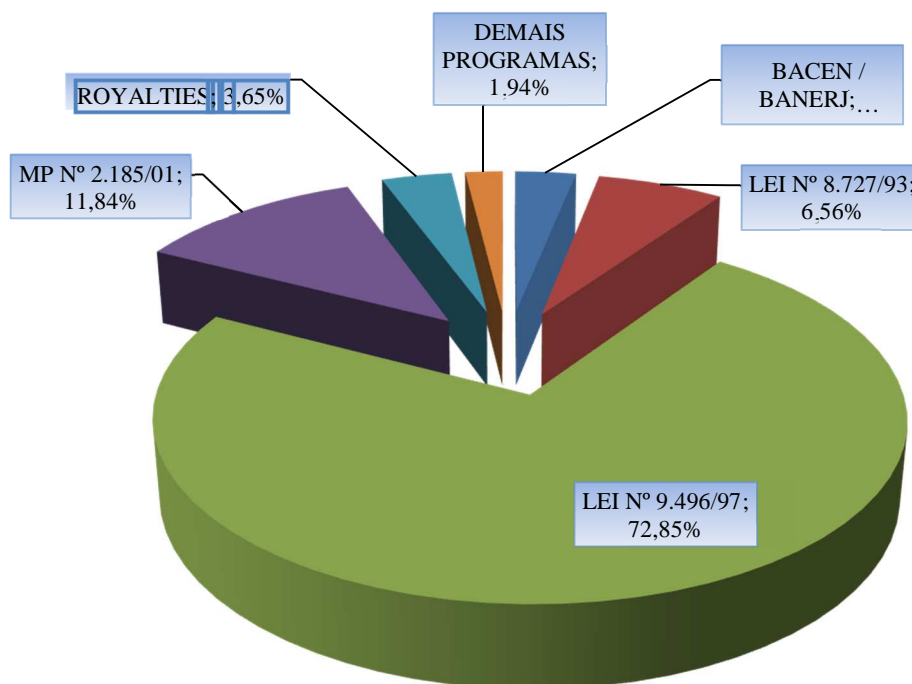
Abaixo, seguem as explicações resumidas para as variações positivas e negativas superiores a 10%:

- *Royalties – Espírito Santo e BIB*: todos os contratos referentes a esses programas foram encerrados em 2013;
- *Carteira de Saneamento (-22,4%)*: variação negativa devido ao encerramento de cerca de 380 contratos ao longo do exercício de 2014;
- *Dívidas de Médio e Longo Prazo – DMLP (-18,1%)*: variação negativa devido ao encerramento, em abril de 2014, do fluxo relativo ao *C-Bond*, um dos bônus que compõem o programa, implicando menor volume de pagamentos a partir do segundo semestre de 2014;
- *Cessão de Créditos do Estado do Mato Grosso do Sul (-17,5%)*: a redução do valor recebido em 2014, quando comparado com o exercício de 2013, pode ser explicada, principalmente, pela redução da quantidade de energia elétrica gerada pelas usinas vinculadas ao contrato;
- *Cessão de Créditos do Estado do Paraná (+11,2%)*: conforme descrito anteriormente, incremento de receitas devido à variação da cotação do dólar, combinado com a correção da Tarifa Atualizada de Referência – TAR, publicada pela ANEEL, aplicada sobre os recursos decorrentes da compensação financeira;
- *Lei nº 8.727/93 – Demais Credores e Receitas da União*: a redução verificada nos recebimentos desse programa ocorreu em virtude do encerramento de grande parte dos contratos da parcela de sua dívida vencida do programa, restando, então, para 2015 em diante, a parcela vincenda e os mutuários da parcela vencida que acumularam resíduo ou que possuem pendências;
- *MP 2.185/01 (32,1%)*: A variação positiva de 32,1% verificada nos recebimentos relativos à MP nº 2.185/01 se deve, em sua grande parte, ao recálculo realizado para a receita líquida real do Município de São Paulo, variável que possui grande influência sobre a estimativa do limite de comprometimento de tal mutuário em seus pagamentos referentes à dívida ao amparo da MP nº 2.185/01. Devido ao recálculo, o mutuário, no terceiro trimestre de 2013, teve o direito a um crédito. Parte desse crédito, cerca de R\$ 762,9 milhões, permitiu ao Município, nos meses de julho/2013, agosto/2013 e setembro/2013, não efetuar o pagamento de suas obrigações referentes a esse programa. Ainda observando pela ótica de cada mutuário, outro fator que contribuiu para a variação positiva foi a quitação integral de obrigações realizada em janeiro/2014 pelo Município de Belo Horizonte, no montante de 178 milhões.

- *Composição dos Recebimentos e do Estoque de Haveres geridos pela STN/COAFI*

Conforme pode ser observado no Gráfico abaixo, 72,85% dos recebimentos relacionados aos haveres geridos pela COAFI/STN se referem à Lei nº 9.496/97. Além disso, observa-se que os 3 principais programas (Lei nº 9.496/97, Lei nº 8.727/93 e MP nº 2.185) corresponderam a 91,25% do total dos recebimentos verificados no exercício de 2014.

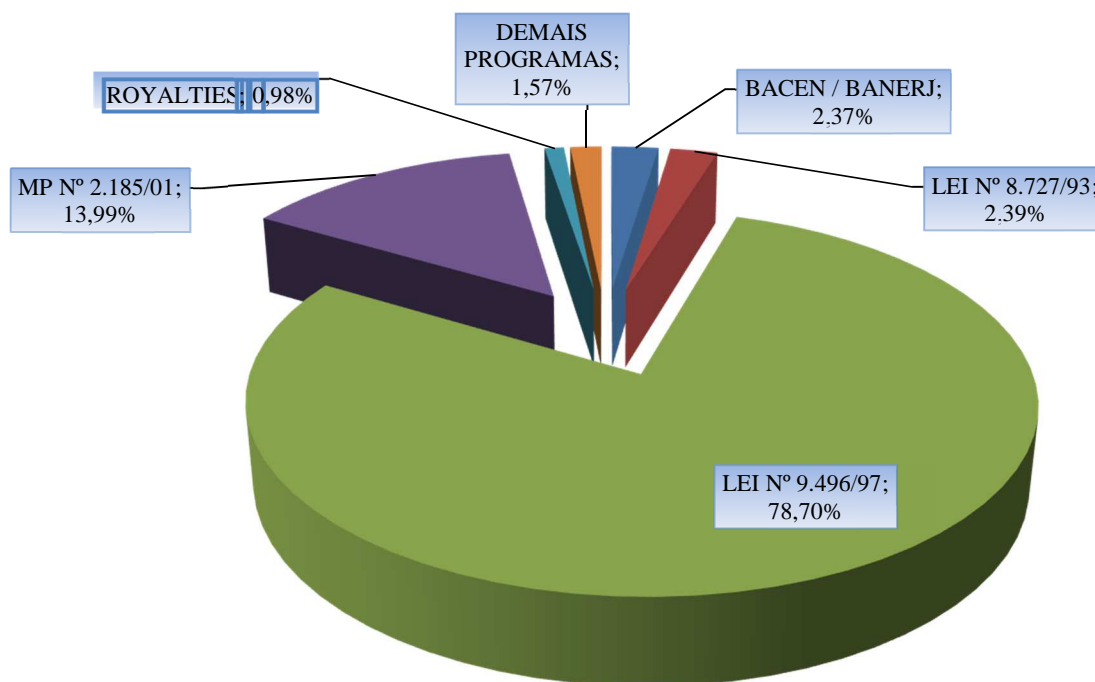
Gráfico 5.3.4 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos pela STN/COAFI para o Exercício de 2014
RECEBIMENTOS DOS PROGRAMAS - 2014



Fonte: STN/COAFI

Por sua vez, os haveres ao amparo da Lei nº 9.496/97 correspondem a 78,70% do total do estoque de haveres geridos pela COAFI/STN (valores de 31.12.2014), ao passo que os haveres no âmbito da MP nº 2.185/01 correspondem a 13,99% dos haveres, conforme apresentado no Gráfico abaixo. Por outro lado, apesar dos haveres ao amparo da Lei nº 8.727/93 terem correspondido a 6,56% dos recebimentos em 2014 (Gráfico acima), seu estoque corresponde apenas a 2,39% do total dos haveres (Gráfico abaixo). Isso se deve ao encerramento de boa parte dos contratos da parcela da dívida vencida desse Programa. No total, os saldos dos 3 (três) principais programas (Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e Lei nº 8.727/93) correspondem a 95,08% do estoque de haveres geridos pela COAFI/STN.

**Gráfico 5.3.5 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela STN/COAFI em 31.12.2014
ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2014**



Fonte: STN/COAFI

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Operações de Crédito de Estados e Municípios

Conforme registrado no Estratégia, a meta da STN/COPEM para o exercício de 2014 estava relacionada ao “Objetivo Estratégico 12 - Aprimorar o arcabouço normativo das transferências da União e operações de crédito de Estados e Municípios”.

Para o cumprimento do objetivo estratégico supracitado, ficaram sob responsabilidade da STN/COPEM as metas e macroações listadas a seguir:

- **Meta 2.3** – Proposta de alteração da resolução 43 do Senado Federal para determinar que seja vedada a contratação de operações de crédito externo de Estados e Municípios sem a garantia da União, apresentada ao Secretário do TN;

- Foram realizadas reuniões técnicas acerca da meta e, diante da complexidade do tema, entendeu-se necessário maior aprofundamento sobre o assunto, o que ensejou a necessidade de que as discussões adentrassem o exercício de 2015.

- **Meta 4.3** – O TN editou norma estabelecendo padrão mínimo metodológico para apresentação, pelos Estados e Municípios, de análise de custo-benefício de projetos financiados por operações de crédito;

- Foram elaborados modelos de pareceres técnicos, sendo dada ampla publicidade aos entes federativos.

- Como resultado das ações, foi editada a Nota nº 436/2013-STN/COPEM.

- **Meta 12.2** – Divulgadas por meio do Manual de Instrução de Pleitos (MIP) as interpretações da PGFN sobre os conceitos vigentes na LRF a respeito das operações de crédito;

- Macroação 12.2.1 – Definir em conjunto com PGFN por qual meio poderão ser divulgadas as suas interpretações sobre os conceitos vigentes na LRF a respeito das operações de crédito;
- Foram encaminhadas consultas à PGFN, entretanto, ainda está em discussão jurídica sobre a melhor forma em que serão divulgados os conceitos discutidos.

- Macroação 12.2.2 – Publicar MIP com o conteúdo das interpretações;
 - **Meta 12.3** – Adotadas as medidas para a implementação do dispositivo do PLP 238, que define competências às instituições financeiras de verificar limites e condições de operações de crédito de estados e municípios; e
 - **Meta 16.1** – Realização de quatro seminários internos sobre temas atuais relevantes para STN/SURIN/COPEM para melhorar/compartilhar o conhecimento interno.
- Devido ao grande volume de trabalhos e dificuldades de compatibilização de agendas, a realização dos seminários foi postergada para 2015.

Durante todo o ano de 2014, houve um grande volume de pleitos a serem analisados, o que dificultou sobremaneira a execução das ações necessárias para o cumprimento das metas. Diante disso, e do elevado nível de complexidade dos temas a serem tratados, foi necessário postergar a conclusão de alguns trabalhos.

Como resultado das ações realizadas, verificou-se maior celeridade, clareza e segurança na análise das operações de crédito de estados e municípios realizadas nesta Coordenação.

A STN/COPEM tem como principais atribuições:

- verificar o cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo de interesse de Estados, Distrito Federal e Municípios; e
- analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Conforme quadro abaixo, a STN concluiu a análise, entre janeiro e dezembro de 2014, de 1.227 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. O valor das operações de crédito interno sem concessão de garantia da União, para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal, totalizou R\$ 18.362.742.726,41 (dezoito bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos).

Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral, com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise.

Quadro 5.3.4 – Processos Analisados

	Cumprimento de limites e condições	Encaminhamento para análise de concessão de garantia	Processos Arquivados	Processos Indeferidos	Total
Estados	14	42	10	0	66
Municípios	1.006	14	141	0	1.161

Empresas	0	0	0	0	0
Total	1.020	56	151	0	1.227

Fonte: STN/COPEM

Especificamente no que tange à análise de concessão da garantia da União, foram analisadas e autorizadas 56 operações de crédito, totalizando R\$ R\$ 26.545.583.696,13 (vinte e seis bilhões, quinhentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e seis reais e treze centavos), distribuídos da seguinte forma:

Quadro 5.3.5 – Operações de Crédito e Concessão de Garantias

Operação de Crédito	Interessado	Quant.	Montante Autorizado ¹
Operações de crédito INTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	19	R\$ 11.550.419.257,99
	Pleitos de interesse de Municípios	12	R\$ 3.733.802.398,14
	Pleitos de interesse de Empresas	0	R\$ 0,00
Operações de crédito EXTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	23	R\$ 11.009.479.640,00
	Pleitos de interesse de Municípios	2	R\$ 251.882.400,00
	Pleitos de interesse de Empresas	0	R\$ 0,00
TOTAIS		56	R\$ 26.545.583.696,13

Fonte: Sistema de Análise de Crédito - SAC.

Observações:

1) As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação da data de emissão do Parecer relativo à RSF nº 48/07.

A partir da edição da Resolução nº 3.751 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 30/06/2009, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público passaram, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000. De maneira a dar efetividade ao disposto no normativo legal acima citado, a STN ministrou treinamentos às instituições financeiras e promoveu revisões no Manual para Instrução de Pleitos - MIP, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda, A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios>). A STN, por meio da COPEM, trabalhou na manutenção do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios, bem como no desenvolvimento de novo sistema de análise de processos.

- Contabilidade Pública

Em 2014, a STN/CCONF iniciou a implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, ferramenta destinada ao recebimento de informações

contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais de todos os poderes públicos e esferas de governo. Esse sistema visa substituir o atual SISTN e propiciar à Federação um mecanismo mais acessível para a coleta de dados e mais transparente para a publicação e disponibilização dos relatórios fiscais e demonstrações contábeis. A troca de informações por meio da linguagem XBRL (*eXtensible Business Reporting Language*) propicia a padronização, classificação e intercâmbio das informações coletadas. As estatísticas relacionadas ao sistema mostraram uma alta adesão dos entes à ferramenta. Nesse ano, mais de 5.200 municípios encaminharam suas contas anuais via Siconfi.

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à consolidação das Contas Nacionais, foi apresentado o Balanço do Setor Público Nacional –BSPN, referente ao exercício financeiro de 2013. O BSPN é o documento oficial que apresenta a consolidação anual, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação, constituindo, ainda, importante instrumento de transparência da gestão fiscal. Como parte das ações estratégicas para posicionar o Brasil entre os países que apresentam estágio mais avançado de práticas contábeis, a edição do BSPN publicada em 2014 traz, juntamente com demonstrativos e notas explicativas, a análise das demonstrações contábeis, com o intuito de fornecer ao usuário da informação contábil subsídios para avaliação das contas nacionais, tomada de decisões e contribuir para a *accountability*.

Normativos e orientações para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Federação Brasileira, bem como para o fortalecimento da transparência da gestão fiscal foram aprimorados, mediante a publicação da 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF; das Instruções de procedimentos contábeis – IPC, com vistas a auxiliar os entes da federação na implantação de novas normas; e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, válido para 2015, com vistas à consolidação das contas públicas para a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN.

Ainda tratando de normativos, foi publicada a 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que teve sua apresentação reformulada, sendo inteiramente diagramado. Outra alteração importante de caráter geral diz respeito à redação do MCASP, a qual foi revisada com o intuito de simplificar a linguagem e torná-lo mais objetivo, com foco nos aspectos contábeis. Além dos aspectos gerais, houve alterações no conteúdo do Manual visando colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio.

O apoio à Federação, no ano de 2014, se deu por meio da disponibilização e envio de manuais impressos (MCASP e MDF), do suporte técnico aos usuários do Siconfi, da implantação do Fórum da Contabilidade, além da promoção de eventos voltados à reciclagem, aperfeiçoamento e geração de conhecimentos relativos à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e aos Demonstrativos Fiscais, atingindo presencialmente 1.600 pessoas, distribuídas nas seguintes oportunidades: II SBCASP – Seminário Brasileiro de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em maio; GTCON, GTREL e GTSIS – Grupos Técnicos de Padronização de Procedimentos Contábeis, de Padronização de Relatórios e de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais, em maio, setembro e outubro; e ATP - Alinhamento Técnico e Pedagógico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e em Demonstrativos Fiscais, em agosto e setembro.

- Projeto PCASP

A Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, continua o processo de reforma da contabilidade pública federal, rumo à convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais de comparabilidade das nossas demonstrações com as de outros países.

O ano de 2014 foi um tempo muito especial para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e um grande avanço para a Administração Pública Brasileira, pois a STN, em seu Plano Estratégico,

deu continuidade e cumprimento à Meta Institucional 4.7 – *Implantados no âmbito da União as rotinas, procedimentos e demonstrativos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*.

A adoção do PCASP tem como objetivo maior o fortalecimento da informação patrimonial, conforme orientam a Portaria MF nº 184/2008 e a Portaria STN nº 634/2013, e ainda proporcionar a correta consolidação das contas públicas, uma vez que representa um forte instrumento de alinhamento conceitual da contabilidade pública à contabilidade patrimonial, para atender aos anseios dos cidadãos e representa um grande marco da modernização das finanças públicas brasileiras. O Projeto PCASP teve seu desenvolvimento e implantação estruturados em três grandes módulos:

- (i) PCASP – implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público com enfoque para os registros das operações contábeis no SIAFI Operacional;
- (ii) DCASP – implantação de novos demonstrativos contábeis, elaborados com base no novo Plano de Contas, e simultânea utilização de auditores contábeis e auditores de balanços; e
- (iii) TESOIRO GERENCIAL – com a geração de consultas gerenciais e de demonstrativos fiscais em plataforma Data Warehouse – DW.

A implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, das novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e o uso do Tesouro Gerencial ocorreu em 01 de janeiro de 2015 e se encontram em plena utilização no âmbito da União. Em 04 de dezembro de 2014, aconteceu o tão esperado marco das alterações da contabilidade pública: a Subsecretaria de Contabilidade Pública registrou, no Sistema SIAFI (aberto para o exercício 2015), o novo modelo PCASP/DCASP com a contabilização do PLOA 2015. Concomitantemente, um outro fato de grande relevância foi a implementação do controle por emendas parlamentares do orçamento, em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG.

- DCASP

As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do setor público. A implantação de novas demonstrações contábeis também visam a padronizar conceitos, regras e procedimentos, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas, conforme dispõe o MCASP.

Com a reformulação da quase totalidade das funcionalidades do SIAFI, tornou-se necessário criar novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que tiveram suas regras e layout alterados, com vistas à padronização contábil e a melhoria do processo de consolidação das contas públicas.

- Tesouro Gerencial

A informação contábil é revestida de maior importância à medida que chega aos cidadãos, e por estes é entendida e utilizada de forma inteligente e em tempo ideal.

As informações contábeis geradas no SIAFI, até o exercício de 2014, continuam sendo extraídas por meio do módulo SIAFI GERENCIAL, dentro dos princípios lógicos de entrada e saída de informações.

No entanto, no início do desenvolvimento do PCASP, surgiram necessidades prementes de aprimoramento das saídas de informações do SIAFI, devido à complexidade e alto nível de detalhamento do novo Plano de Contas.

Essa nova realidade levou a Secretaria do Tesouro Nacional a investir em uma nova tecnologia de tratamento de dados do SIAFI, capaz de combinar os inúmeros parâmetros e gerar relatórios muito mais amigáveis e de melhor utilização pelos gestores públicos. Surgiu, então, o TESOIRO GERENCIAL (TG), que substituiu o SIAFI Gerencial. Uma inovação tecnológica utilizada para tratar grandes quantidades de dados – o Data Warehouse – DW.

Essa ferramenta é utilizada para armazenar informações, de forma consolidada, e gerar informações estratégicas para a tomada de decisões, a partir de grandes volumes de dados coletados nos vários sistemas transacionais do Tesouro Nacional.

O TG utiliza uma plataforma tecnológica moderna e de alto desempenho, que permite processar os dados em tempo mínimo de resposta, gerando também gráficos e painéis gerenciais para auxiliar as análises.

Nesse contexto, surgiu a necessidade de integrar ao TESOIRO GERENCIAL outras soluções de Inteligência de Negócio em uso pela STN, tais como o Sistema de Informações de Custos - SIC, o Pagamento Efetivo - PAGEF e os demonstrativos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas - GFSM.

Para o futuro, o projeto contempla também o acesso, via Internet, de novas Consultas Públicas que permitirão criterioso acompanhamento dos gastos públicos.

5.4 IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES UTILIZADOS - Relações Financeiras Intergovernamentais – Análise Financeira de Estados e Municípios

- Indicadores Institucionais

1) Elaboração e avaliação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados

A Lei nº 9.496/97 estabeleceu critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, de diversas dívidas financeiras de responsabilidade de Estados e do Distrito Federal, inclusive dívida mobiliária, tendo como condição a assinatura de Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que passou a ser parte integrante do contrato de assunção e renegociação da dívida. Neste documento, o governo estadual se propõe a adotar ações que possibilitem alcançar metas ou compromissos anuais relativos a:

- relação dívida financeira / receita líquida real;
- resultado primário;
- despesas com funcionalismo público;
- receitas de arrecadação própria;
- reforma do estado, ajuste patrimonial e alienação de ativos; e □ despesas com investimento / receita líquida real.

No apoio e acompanhamento do processo de ajuste fiscal dos entes federativos, coube à Secretaria do Tesouro Nacional participar da elaboração dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinados pelos governadores dos 24 Estados e do Distrito Federal que refinanciaram suas dívidas (Amapá e Tocantins não o fizeram. Os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte já quitaram as dívidas referentes ao refinanciamento e, portanto, não possuem mais Programa), assim como

avaliar o cumprimento das metas anuais, por parte daqueles entes. A critério das partes, o Programa poderá deixar de ser renovado no ano, permanecendo em vigor as metas e compromissos já pactuados no Programa trienal vigente. Esses procedimentos deverão ser observados enquanto perdurar o contrato de refinanciamento.

Em linhas gerais, a Lei nº 9.496/97 propiciou a redução do saldo devedor da dívida financeira dos Estados e do Distrito Federal por meio do alongamento do prazo de pagamento, redução dos encargos financeiros incidentes e/ou concessão de subsídio. Em contrapartida a estes benefícios, os Estados e o Distrito Federal comprometeram-se a observar o adimplemento no pagamento das prestações da dívida refinanciada e a estabelecer e cumprir os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Quadro 5.4.1 – Indicadores de desempenho – Ajuste Fiscal de Estados

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
Índice de avaliação dos Programas de reestruturação e ajuste fiscal (Programa).	Mede o percentual anual de Programas avaliados em relação ao total de estados que têm Programa.	$(\text{número de Programas avaliados no ano} / \text{número de estados que têm Programas}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(23/23)*100=100\%$
Índice de revisão dos Programas.	Mede o percentual anual de Programas revisados em relação ao total de estados que têm Programa.	$(\text{número de Programas elaborados no ano} / \text{número de estados que têm Programa}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(20/23)*100=87\%$
Índice de realização das missões técnicas (missões)	Mede o percentual anual de missões realizadas em relação ao total de missões Programadas para o ano	$(\text{número de missões realizadas no ano} / \text{número de missões Programadas}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(23/23)*100=100\%$

Fonte: STN/COREM

No decorrer do ano de 2014, os técnicos da STN realizaram 23 missões técnicas com o intuito de conhecer em detalhes a situação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, de forma a reunir informações que possibilitassem a avaliação do cumprimento das metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal e a realização de projeções que servissem de base para a sua revisão para o próximo triênio.

Como resultado das análises fiscais, missões técnicas e negociações com representantes dos governos estaduais foram revisados 20 Programas. Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte não revisaram os Programas em razão de quitação antecipada da dívida e término do contrato, respectivamente.

2) Cálculo e publicação, mensal, da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados e Municípios cujas dívidas foram renegociadas junto ao Tesouro Nacional

O conceito de Receita Líquida Real – RLR para os Estados está expresso na Lei nº 9.496/97, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único. Para os municípios, encontra-se na Medida Provisória nº 2.185/01, instrumento legal referente ao refinanciamento das dívidas dos Municípios.

A RLR é apurada a partir das receitas orçamentárias extraídas dos balancetes enviados pelos Estados e Municípios, das quais são deduzidos os valores permitidos pela legislação. Os valores calculados são divulgados mensalmente por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional. A RLR é utilizada para apurar o limite de pagamento do serviço da dívida de Estados e Municípios renegociada com o Tesouro Nacional e para o cálculo da relação dívida financeira/receita líquida real. É também parâmetro dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados.

Quadro 5.4.2 – Indicadores de desempenho – RLR dos Estados e Municípios

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
Índice de cálculo da receita líquida real (RLR) para estados com refinanciamento	Mede o percentual mensal das RLR calculadas para de estados com refinanciamento em relação ao total de estados com refinanciamento.	(número de RLR calculadas para de estados com refinanciamento / número total de estados que têm refinanciamento) * 100	COREM	EFICÁCIA	(23/23)*100= 100% (*)
Índice de cálculo da RLR para municípios com refinanciamento da MP 2.185/01 (*)	Mede o percentual mensal das RLR calculadas para municípios com refinanciamento da MP 2.185/01 em relação ao total de municípios com refinanciamento da MP 2.185/01	(número de RLR calculadas para municípios com refinanciamento da MP 2.185/01* / número total de municípios com refinanciamento da MP 2.185/01*	COREM	EFICÁCIA	(10/17)*100= 59% (**)

Fonte: STN/COREM

(*) A partir de dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 12.348, de 15/12/2010, regulamentada pela Portaria STN nº 693, de 20/12/2010 passou-se a calcular a Receita Líquida Real apenas dos Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24/08/2001 e que utilizam do limite de pagamento previsto naquele normativo, assim como daqueles que apresentam pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas.

(**) Para os Municípios que não encaminharam todos os balancetes necessários ao cálculo houve a divulgação em Portarias com a seguinte situação: “FALTAM DADOS”.

- Resultados alcançados

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, cujas portarias divulgando os valores encontram-se disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

O processamento das informações necessárias para a implementação dos Programas de Ajuste Fiscal, análise da capacidade de pagamento, cálculo da RLR e monitoramento dos municípios cujas dívidas foram refinanciadas pela União é realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios - SIMEM.

3) Aprovação e Regulamentação do Programas de Acompanhamento Fiscal com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

A Lei Complementar nº 148/2014 dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências. Pela Lei Complementar, a União é autorizada a firmar Programas de Acompanhamento Fiscal, sob a gestão do Ministério da Fazenda, com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Os Programas de Acompanhamento Fiscal conterão, obrigatoriamente, além de objetivos específicos para cada unidade da Federação, metas ou compromissos quanto:

- I - à dívida financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR);
- II - ao resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras;
- III - às despesas com funcionalismo público;
- IV - às receitas de arrecadação próprias; V - à gestão pública; e VI - ao investimento.

A regulamentação dos Programas de Acompanhamento Fiscal dos entes federativos coube à Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio da elaboração de minuta de Decreto Presidencial com o objetivo de definir procedimentos para a formalização dos competentes termos aditivos, e dá outras providências. Além disso, são estabelecidos os procedimentos necessários para a operacionalização da autorização para firmar Programas de Acompanhamento Fiscal com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

□ Indicadores Institucionais

Para a análise do desempenho operacional das Ações que envolvem a execução das despesas de responsabilidade da STN/COAFI, foram utilizados os indicadores de eficácia abaixo representados. No caso, trata-se, especificamente, das Ações 00M4 – Plano Orçamentário 00M (referente à Carteira de Saneamento), 00M4 – Plano Orçamentário 002 (ref. ao PNAFE) e 0272 (ref. Lei nº 8.727/93), descritas no item “Ações Orçamentárias”.

Quadro 5.4.3 – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Índice de execução orçamentária	Relação entre a execução orçamentária e o orçamento do programa	Valor executado/ Valor empenhado	STN/COAFI
Índice de inscrição de Restos a Pagar	Avalia se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência	Valor inscrito em Restos a Pagar/ Valor empenhado	STN/COAFI

Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	Avalia se houve excesso de inscrições em Restos a Pagar	Valor de Restos a Pagar cancelado/ Valor inscrito em Restos a Pagar	STN/COAFI
---	---	---	-----------

Fonte: STN/COAFI

Cabe ressaltar que o valor inscrito em Restos a Pagar, no caso do “Índice de inscrição de Restos a Pagar”, trata do valor inscrito no final do exercício de 2014, ao passo que o valor de Restos a Pagar cancelado, para o “índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos”, trata do número/valor inscrito ao final do exercício de 2014 e cancelado no exercício de 2015.

Alternativamente, no caso da Ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União (antiga ação 2076), a qual envolve o recebimento de haveres pela União em sua execução, a STN/COAFI elaborou indicadores de desempenho, também denominados “Indicadores de Eficácia”. Tal iniciativa foi tomada visando instrumentalizar o processo de avaliação dessa ação de governo, e de forma a atender a uma recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Os indicadores correspondem a medições envolvendo os valores apurados em relação à totalidade dos programas geridos pela STN/COAFI. Nesse contexto, são trabalhados os valores devidos, apurados pelos agentes financeiros, bem como os valores efetivamente recebidos e aqueles não recebidos.

A seguir, são apresentados alguns desses indicadores, com o registro de que a STN/COAFI continuará analisando a elaboração de novos indicadores que possam contribuir para maior precisão do processo avaliativo.

Quadro 5.4.4 – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Recebimento Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos pontualmente relativamente ao volume de recursos devidos apurados mensalmente	Recebimento Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Recebimento não Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos com atraso dentro do mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento não Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Recebimento Pendente no mês	Mede o volume de recursos não recebidos no mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento Pendente no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Saldo Devedor Gerenciável	Mede o volume do saldo devedor não afetado por restrições ao seu recebimento.	Saldo devedor gerenciável sobre o saldo devedor total	STN/COAFI

Fonte: STN/COAFI

□ Definição das variáveis envolvidas no cálculo dos Indicadores de Eficácia – Execução da Receita:

- *Insumos:*

Valor Devido no Mês: valores apurados pelo agente financeiro, de acordo com as condições contratuais, para pagamento no mês;

Valor Exigível no Mês Seguinte: valores cujos vencimentos ocorreram no final do mês, em dia não útil, sendo o pagamento exigido no primeiro dia útil do mês seguinte;

Inadimplemento Sistemático: fluxo mensal da dívida provisionada, composto por parcelas não amortizadas por insuficiência de garantias e/ou impedidas judicialmente de cobrança (vencidas há mais de seis meses);

Pendência Jurídica no Mês: fluxo mensal da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Valor Devido Gerenciável no Mês: valores devidos no mês, deduzidos dos valores exigíveis no mês seguinte, dos inadimplementos sistemáticos e/ou das parcelas impedidas de cobrança em virtude de decisões judiciais; **Saldo Devedor Total:** estoque da dívida;

Pendência Jurídica: parte do estoque da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Inadimplência de difícil recebimento: saldo provisionado composto por dívidas que não têm garantias suficientes para amortizá-lo e dívidas decorrentes de decisões judiciais impedindo a cobrança.

- *Indicadores:*

Recebimento Pontual no Mês: valores efetivamente recebidos no dia do seu vencimento;
Recebimento não Pontual no Mês: é a inadimplência do mês recebida dentro do próprio mês;

Recebimento Pendente: é a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte; **Saldo Devedor Gerenciável:** saldo devedor total deduzido dos valores **exigíveis no mês seguinte**, das inadimplências de difícil recebimento e/ou das pendências jurídicas, ou seja, excluídos os valores que fogem à gerência da Coordenação.

- *Aplicação dos Indicadores:*

□ Programa 0911 – Operações Especiais: Remuneração de Agentes Financeiros

Ação 00M4 Plano Orçamentário 00M – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento

Consiste na remuneração, por parte da União, a seu agente financeiro – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, de percentual sobre o valor total arrecadado no mês.

A meta física prevista foi de R\$ 3,047 milhões (valor empenhado), enquanto foi utilizado o valor de R\$ 1,142 milhões (37,49% do empenhado). Cabe ressaltar que neste montante incluem-se os restos a pagar executados em janeiro de 2014, relativos à competência de dezembro de 2013.

Quadro 5.4.5 – Ação 00M4 PO 00M – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO			
	2011	2012	2013	2014
Índice de execução orçamentária	95,12	91,26	65,12	37,49
Índice de inscrição de Restos a Pagar	12,90	17,44	41,15	71,05
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	79,36	60,40	74,29	79,19

Fonte:STN/COAFI

A diferença entre o empenhado e o realizado, que corresponde a 62,51%, deve-se ao corte aplicado ao referencial orçamentário disponibilizado pela MF/SPOA para a ação. Nesse sentido, a STN/COAFI encaminhou Nota Técnica nº 12/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.14, solicitando suplementação orçamentária para a Ação 004M, Plano Orçamentário PO 000M no montante de R\$ 623.020,15. O pedido foi reiterado por meio do Memorando nº 155/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.09.2014, no valor de R\$ 900.000,00. O crédito foi disponibilizado em 31.12.2014 no montante de R\$ 2.164.846,00. Por este motivo, os valores devidos foram pagos em janeiro/2015, o que impactou o índice final para o exercício.

O índice de execução orçamentária previsto no exercício é de 70%, tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 30% na estimativa orçamentária da presente despesa, devido à possibilidade de quitações antecipadas e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, não existindo, assim, medidas a serem implementadas por parte da STN/COAFI.

O Índice de Inscrição de Restos a Pagar atingiu 71,05% em virtude da liberação, somente em 31.12.2014, pela MF/SPOA, dos créditos relativos à Ação 00M4 PO 00M, solicitados mediante pedido de suplementação orçamentária. Com isso, os valores referentes às faturas pendentes de agosto/2014 a dezembro/2014 foram desembolsados em janeiro/2015, por meio de Restos a Pagar não processados pagos.

Finalmente, o Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos atingiu 79,19% por conta de dois fatores: o valor solicitado via suplementação orçamentária contemplava a possibilidade de quitações antecipadas por parte de mutuários ao longo do exercício de 2014, o que não foi verificado, e o valor liberado pela MF/SPOA, em 31.12.2014 (R\$ 2.164.846,00), foi superior ao valor solicitado pela UG 17512, por meio do Memorando nº 155/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.09.2014. Ambos os fatores contribuíram para o Índice obtido.

Ação 00M4 Plano Orçamentário 002 – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE

Esta ação refere-se ao pagamento semestral de remuneração à CAIXA, como agente financeiro do PNAFE, por serviços prestados na execução dos contratos de subempréstimos dos Estados e do Distrito Federal. Desde 2008, com o fim do desembolso do Programa, ocorrido em 2006, o pagamento se dá efetivamente pelos serviços de cobrança dos encargos e amortização dos contratos de subempréstimos.

Esta ação tem execução semestral e se verificará continuamente até 2017, quando se encerra o contrato de empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O valor empenhado foi de R\$ 622,54 mil em 2014, sendo que o valor realizado foi de R\$ 224,85 mil (36,12% do montante empenhado).

Quadro 5.4.6 – Ação 00M4 PO 002 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

Em %

ÍNDICE	ANO			
	2011	2012	2013	2014
Índice de execução orçamentária	75,51	84,75	88,63	36,12
Índice de inscrição de Restos a Pagar	24,49	0,00	11,37	63,88
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	100	n/d	100	64,06

Fonte: STN/COAFI

A diferença de 63,88% entre o empenhado e o realizado deve-se se ao corte aplicado ao referencial orçamentário disponibilizado pela MF/SPOA para a ação. Nesse sentido, a STN/COAFI

encaminhou Nota Técnica nº 12/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02/04/14, solicitando suplementação orçamentária para a Ação 004M, Plano Orçamentário PO 0002 no montante de R\$ 254.287,98. O pedido foi reiterado por meio do Memorando nº 155/2014/COAFI, no valor de R\$ 254.288,00. O crédito foi disponibilizado em 31.12.2014 no montante de R\$ 397.689,00. Por este motivo, os valores devidos foram pagos em janeiro/2015, o que impactou o índice final para o exercício

O índice previsto no exercício é de 70%, tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 30% na estimativa orçamentária da presente despesa, devido ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, influenciados pela variação cambial, não existindo, assim, medidas a serem implementadas pela STN/COAFI.

O Índice de Inscrição de Restos a Pagar atingiu 63,88%, em virtude da liberação somente, em 31.12.2014, pela MF/SPOA dos créditos relativos à Ação 00M4 PO 002, solicitados mediante pedido de suplementação orçamentária. Com isso, o valor referente à fatura pendente de setembro/2014 foi desembolsado em janeiro/2015, por meio de Restos a Pagar não processados pagos.

Finalmente, o Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos atingiu 64,06% por conta do valor liberado pela MF/SPOA, em 31.12.2014 (R\$ 397.689,00), ter sido superior ao valor solicitado pela UG 17512 por meio do Memorando nº 155/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.09.2014.

□ Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)

Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.

A meta prevista foi de R\$ 4.217,20 milhões (valor empenhado), enquanto o montante realizado alcançou a cifra de R\$ 1.735,60 milhões.

A diferença entre o valor empenhado e o realizado, R\$ 2.481,61 milhões, corresponde a 41,16%, devendo-se principalmente ao fato de que a previsão orçamentária foi realizada considerando-se os seguintes pontos:

- a) insuficiência da dotação solicitada na Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, conforme descrito no item 13.1 do presente Relatório de Gestão. A STN/COAFI solicitou suplementação orçamentária no montante de R\$ 1.534.856.000,00, por meio da Nota Técnica nº 11/2014/COAFI, de 02.04.2014. A solicitação foi plenamente atendida dentro do exercício.
- b) parte dos pagamentos varia de acordo com a Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios devedores, que têm as prestações correspondentes a 11% dessa Receita Líquida Real;
- c) encerramento das parcelas da dívida em virtude do término do programa em 2014;
- d) não concretização de amortizações extraordinárias esperadas para o exercício, previstas em virtude da proximidade do encerramento do programa em 2014; e
- e) margem de segurança quanto às possíveis variações dos cenários oficiais.

Quadro 5.4.7 – Ação 0272 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO
	Em %

	2011	2012	2013	2014
Índice de execução orçamentária	93,47	60,28	57,91	40,46
Índice de inscrição de Restos a Pagar	8,12	41,13	1,02	28,29
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	93,14	96,31	18,52	98,04

Fonte: STN/COAFI

Com isso, o Índice de Execução Orçamentária ficou em 40,46%. O índice previsto no exercício é de 70%, tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa, acrescida da margem extra de 10% para despesas decorrentes de eventuais quitações antecipadas pelos mutuários em 2014, ano em que foi encerrada a parcela vencida da Lei nº 8.727/93.

Por sua vez, o Índice de Inscrição de Restos a Pagar ficou em 28,29%, sendo que o volume de R\$ 1,19 bilhão inscrito decorre da margem de segurança e da não ocorrência de amortizações antecipadas que poderiam ocorrer no exercício.

Finalmente, o Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos atingiu 98,04% pelo fato de que, no caso da Lei nº 8.727/93 somente são quitadas despesas com Restos a Pagar (processados ou não processados) nos dois primeiros dias úteis do exercício. Isto decorre da obrigatoriedade da União de repassar aos credores originais todo e qualquer recurso recebido no prazo máximo de dois dias úteis, conforme estipulado no Art. 11º da Lei nº 8.727/93. Assim, os valores recebidos no penúltimo e último dia útil do exercício anterior terão que ser pagos com restos a pagar no primeiro e segundo dia útil do exercício subsequente. Qualquer valor recebido a partir do 1º dia útil do ano subsequente já será repassado utilizando orçamento do novo exercício.

Deve-se notar ainda que, dentre as diversas variáveis envolvidas na elaboração orçamentária, as questões judiciais contribuem também para a diferença verificada entre os valores previstos e efetivamente realizados. A propósito, ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional vem subsidiando tecnicamente a Advocacia-Geral da União – AGU com vistas à reversão de medidas que têm sobrestado total ou parcialmente o pagamento por parte de alguns devedores. Caso isso ocorra, e os valores acumulados venham a ser recebidos, é obrigação do Tesouro Nacional repassá-los aos credores originais.

□ Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Iniciativa 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

Ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União

Meta física: 44,687 bilhões (valor orçado para 2014).

Valor Realizado: 42,390 bilhões (valor recebido em 2014).

Quadro 5.4.8 – Recebimentos Realizados pela STN/COAFI – Exercício 2014

R\$ mil

PROGRAMAS	SALDO DEVEDOR 31/12/2013	INCORPORAÇÕES e BAIXAS	RECEBIMENTOS			SALDO DEVEDOR 31/12/2014
			PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	
AC. BRASILFRANÇA	23.100	364	3.171	433	3.604	19.860
BNDES	1.719.043	70.460	0	0	0	1.789.503
CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.351.471	148.117	230.094	79.042	309.137	1.190.451

ROYALTIES	6.424.659	374.300	1.548.739	0	1.548.739	5.250.220
DMLP	5.184.565	482.927	244.289	198.130	442.420	5.225.072
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	12.564.732	1.481.377	575.029	763.665	1.338.694	12.707.415
LEI Nº 8.727/93	15.087.768	487.127	2.076.494	684.999	2.761.493	12.813.401
LEI Nº 9.496/97	410.414.150	42.906.298	17.009.193	13.923.885	30.933.078	422.387.370
MP 2.185	70.700.107	9.348.979	1.275.955	3.685.785	4.961.740	75.087.346
PNAFE	279.396	30.332	84.943	6.210	91.153	218.576
TOTAL	523.748.991	55.330.281	23.047.907	19.342.149	42.390.056	536.689.215

Fonte: COAFI/STN

A STN/COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da meta física da ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União. O Quadro acima evidencia os recebimentos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativamente aos haveres geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, no ano de 2014.

Em 2014 foram recebidos R\$ 42,39 bilhões contra a previsão de R\$ 44,69 bilhões orçados para todo o exercício. A arrecadação a menor no montante de R\$ 2,3 bilhão equivale a -5,14% do valor orçado. O volume menor de recebimentos realizados em 2014, quando comparado ao previsto, observado no programa da Lei nº 8.727/93, se explica devido ao encerramento da parcela de dívida vencida do programa, acarretando redução do volume de recebimentos, restando apenas a parcela de dívidas vincendas e o pagamento de resíduo de limite de comprometimento acumulado, a ser pago pelo Estado de Goiás.

Entretanto, durante a elaboração da proposta orçamentária de 2014, em maio/2013, o pagamento de resíduo da Lei 8.727/93 não foi considerado e o percentual de despesas relativas aos recebimentos das dívidas vincendas foi subestimado. Visando corrigir as distorções mencionadas, o Tesouro Nacional encaminhou pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, no volume de R\$ 1,53 bilhão, conforme Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014. O pedido em questão considerava ainda margem de segurança para eventuais quitações antecipadas por parte dos devedores restantes do programa. De forma a não haver incoerência entre as receitas e despesas previstas, o pedido de suplementação foi acompanhado de reestimativa em mesma medida das receitas previstas para o programa. A solicitação foi atendida, de forma que o repasse aos demais credores não sofreu interrupção ao longo do exercício. Contudo, o valor de suplementação recebido mostrou-se bem acima do realizado, tendo em vista que não ocorreram amortizações extraordinárias, o que explica a frustração nos recebimentos.

Além disso, o recebimento abaixo do previsto para 2014 também foi resultado da arrecadação a menor no programa da MP nº 2.185/01, ocasionado principalmente variação do IGPDI verificada ao longo do ano, que foi 29,73% menor que a prevista na proposta orçamentária para o período. Além disso, vale ressaltar que o aumento da Receita Líquida Real acima do previsto para o período e a amortização extraordinária no montante de R\$ 176 milhões realizada pelo Município de Belo Horizonte, no Programa amparado pela MP nº 2.185, serviram, em parte, para compensar o efeito negativo do IGP-DI.

Os haveres constantes do Quadro acima são decorrentes de operações de crédito entre a União, os Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades de suas administrações indiretas e empresas privatizadas, caracterizados por diversos programas de empréstimos, financiamentos,

refinanciamentos, reestruturação de dívidas, repasse de recursos externos, honra de avais e aquisições de participações governamentais.

Quadro 5.4.9 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2014

ÍNDICES	Em%												
	ANUAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Recebimento Pontual no mês	99,48	99,72	99,94	99,84	99,84	99,91	99,51	99,90	97,39	99,43	99,60	99,41	99,29
Recebimento não Pontual no mês	0,15	0,28	0,06	0,15	0,15	0,08	0,02	0,07	0,04	0,30	0,08	0,22	0,33
Recebimento Pendente no mês	0,37	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,47	0,03	2,57	0,27	0,32	0,37	0,38
Saldo Devedor Gerenciável	98,60	98,59	98,57	98,55	98,60	98,58	98,68	98,66	98,66	98,62	98,60	98,58	98,56

Fonte: COAFI/STN

No exercício de 2014, os valores recebidos pontualmente dentro do próprio mês alcançaram, em média, o percentual de 99,48%, enquanto os valores dos pagamentos recebidos com atraso dentro do próprio mês registraram a média de 0,15%, conforme Quadro acima.

Já a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte, também no exercício de 2014, em média foi da ordem de 0,37%. Vale destacar que a maior parte do percentual não recebido dentro do mês de competência decorre da concentração de vencimentos nos últimos dias úteis de cada mês, cujos recebimentos se dão, em sua grande maioria, até o dia dez do mês subsequente, mediante pagamentos voluntários ou execução de garantias.

Em 2014 a média de 98,60% mostra o percentual do saldo devedor dos haveres contratuais administrados pela Coordenação que não possuem restrições ao seu recebimento regular.

5.5 AVALIAÇÃO SOBRE POSSÍVEIS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS CUSTOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS - Dívida Pública

- Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade

Quadro 6.1.1 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
2 - Juros e Encargos da Dívida	140.665.181.309,48	169.591.461.343,30	140.665.181.309,48	169.591.461.343,30	-	-	140.665.181.309,48	169.591.461.343,30
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	292.502.102,02	3.587.545.797,46	292.502.102,02	3.587.545.797,46		-	292.502.102,02	3.587.545.797,46
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	332.575.208,24	-	332.575.208,24	-		-	332.575.208,24	-
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	140.018.557.098,97	165.968.757.740,44	140.018.557.098,97	165.968.757.740,44		-	140.018.557.098,97	165.968.757.740,44
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	21.546.900,25	35.157.805,40	21.546.900,25	35.157.805,40		-	21.546.900,25	35.157.805,40
3 - Outras Despesas Correntes	318.607.342,41	319.912.385,92	318.607.342,41	319.912.385,92	887.352.918,59	853.407.376,39	521.694.530,61	825.938.253,09
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.424.049,69	5.924.452,97	5.424.049,69	5.924.452,97	536.211,31	165.709,34	5.517.950,71	6.030.784,47
45 - Equalização de Preços e Taxas	313.183.292,72	289.218.746,15	313.183.292,72	289.218.746,15	886.816.707,28	853.241.667,05	516.176.579,90	795.138.281,82
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	24.769.186,80	-	24.769.186,80	-		-	24.769.186,80

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
6 - Amortização da Dívida	572.773.843.952,80	804.809.896.672,03	572.773.843.952,80	804.809.896.672,03	-	-	572.773.843.952,80	804.809.896.672,03
71 - Principal da Dívida por Contrato		61.125.902.605,87		61.125.902.605,87		-		61.125.902.605,87
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	114.757.952.009,06	128.267.309.875,52	114.757.952.009,06	128.267.309.875,52		-	114.757.952.009,06	128.267.309.875,52
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada		-		-		-		-

76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	452.253.036.823,08	614.854.065.632,00	452.253.036.823,08	614.854.065.632,00		-	452.253.036.823,08	614.854.065.632,00
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	5.762.855.120,66	562.618.558,64	5.762.855.120,66	562.618.558,64		-	5.762.855.120,66	562.618.558,64

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

Quadro 6.1.2 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

04.123.2039.20Z6.0001 - GESTAO DE POLITICAS ECONOMICAS E FISCAIS - NACIONAL PTRES 063385

Grupos de Despesa	Dotação		Saldo		Variação	
	Autorizada	Executado	Orçamentário	Percentual		
3 - Outras Despesas Correntes	6.064.402,22	5.924.452,97	139.949,25		2%	
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	6.064.402,22	5.924.452,97	139.949,25		2%	

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

23.693.2024.0267.0001 - SUBV ECONOMICA PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001) - NACIONAL PTRES 063308

Grupos de Despesa	Dotação		Saldo		Variação	
	Autorizada	Executado	Orçamentário	Percentual		
3 - Outras Despesas Correntes	313.987.932,95	313.987.932,95	-		0%	
45 - Subvenções Econômicas	289.218.746,15	289.218.746,15	-		0%	
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	24.769.186,80	24.769.186,80	-		0%	

COMENTÁRIOS:

28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL PTRES 063260

Grupos de Despesa	Dotação		Saldo		Variação	
	Autorizada	Executado	Orçamentário	Percentual		
6 - Amortização da Dívida	734.727.837.478,00	611.986.859.539,29	122.740.977.938,71		17%	
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	734.727.837.478,00	611.986.859.539,29	122.740.977.938,71		17%	

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.

28.842.0908.0243.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL PTRES 063261

Grupos de Despesa	Dotação		Saldo		Variação	
	Autorizada	Executado	Orçamentário	Percentual		
6 - Amortização da Dívida	8.879.871.880,00	2.867.206.092,71	6.012.665.787,29		68%	
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	8.879.871.880,00	2.867.206.092,71	6.012.665.787,29		68%	

COMENTÁRIOS: Houve uma suplementação orçamentária ao longo do exercício no sentido de aumentar a previsão de resgate antecipado dentro do programa de recompra de títulos, no entanto, devido as condições desfavoráveis no mercado internacional as recompras ocorreram em volume menor que o estimado.

28.842.0908.0367.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA EXTERNA DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO - NACIONAL PTRES 063262

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada		Executado	Saldo Orçamentário		Variação Percentual	
6 - Amortização da Dívida	71.924,00		-	71.924,00		100%	
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	71.924,00		-	71.924,00		100%	

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista a existência de saldo suficiente nos agentes pagadores.

28.843.0905.0252.0001 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL PTRES 063239

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada		Executado	Saldo Orçamentário		Variação Percentual	
2 - Juros e Encargos da Dívida	27.763.650,00		25.334.863,80	2.428.786,20		9%	
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	27.763.650,00		25.334.863,80	2.428.786,20		9%	

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

28.843.0905.0433.0001 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA - NACIONAL PTRES 063241

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	923.500.000,00	-	923.500.000,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	923.500.000,00	-	923.500.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotação orçamentária preventiva, visando permitir a regularização de valores que ainda não foram formalmente reconhecidos pela União, inviabilizando o pagamento.

28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL PTRES 063242

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	174.231.596.674,00	159.387.735.307,61	14.843.861.366,39	9%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	174.231.596.674,00	159.387.735.307,61	14.843.861.366,39	9%
6 - Amortização da Dívida	148.926.234.692,00	128.082.169.674,52	20.844.065.017,48	14%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	148.926.234.692,00	128.082.169.674,52	20.844.065.017,48	14%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado

28.843.0905.0811.0001 - HONRA DE COMPROMISSO INTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL PTRES 063243

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	215.817.030,00	-	215.817.030,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	215.817.030,00	-	215.817.030,00	100%
6 - Amortização da Dívida	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos internos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

28.843.0905.09HL.0001 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DE NOVACAO DE DIVIDAS DO FUNDO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS - FCVS (LEI Nº10.150, DE 2000) - NACIONAL PTRES 063244

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	10.691.614.934,00	-	10.691.614.934,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	10.691.614.934,00	-	10.691.614.934,00	100%

COMENTÁRIOS: A previsão inicial de novas emissões, decorrente da novação de dívidas não se concretizou. Além disso, a previsão de resgate antecipado de títulos, para o pagamento de dividendos devidos à União não ocorreu, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.844.0906.0262.0001 - HONRA DE COMPROMISSO EXTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (DECRETOSLEIS Nº 1.928, DE 1982 E 2.169, DE 1984) - NACIONAL PTRES 063245

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	294.875.737,00	-	294.875.737,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	270.591.857,00	-	270.591.857,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	24.283.880,00	-	24.283.880,00	100%
6 - Amortização da Dívida	432.383.885,00	-	432.383.885,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	432.383.885,00	-	432.383.885,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos externos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

28.844.0906.0371.0001 - DIVIDAS EXTERNAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTOS PARA OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO (DECRETO Nº 94.444, DE 1987) - NACIONAL PTRES 063246

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	736.472,00	655.134,68	81.337,32	11%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	736.472,00	655.134,68	81.337,32	11%
6 - Amortização da Dívida	9.756.632,00	8.621.990,00	1.134.642,00	12%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	9.756.632,00	8.621.990,00	1.134.642,00	12%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2013 foi próxima às cotações em 2014, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.844.0906.0409.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO - NACIONAL PTRES 063247

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	57.966,00	-	57.966,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	57.966,00	-	57.966,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista a existência de saldo suficiente nos agentes pagadores.

28.844.0906.0419.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - NACIONAL PTRES 063248

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	142.313.598,00	135.231.755,33	7.081.842,67	5%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	142.313.598,00	135.231.755,33	7.081.842,67	5%
6 - Amortização da Dívida	590.143.604,00	555.696.568,64	34.447.035,36	6%
71 - Principal da Dívida por Contrato	1.700.000,00	1.700.000,00	-	0%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	588.443.604,00	553.996.568,64	34.447.035,36	6%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2013 foi próxima às cotações em 2014, quando da execução orçamentária. Esclarecemos ainda que este Programa de Trabalho abriga todos os pagamentos dos empréstimos transferidos do Órgão de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06.

28.844.0906.0425.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL PTRES 063249

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	8.656.275.955,00	6.590.845.374,43	2.065.430.580,57	24%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	8.618.429.080,00	6.555.687.569,03	2.062.741.510,97	24%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	37.846.875,00	35.157.805,40	2.689.069,60	7%
6 - Amortização da Dívida	185.140.201,00	185.140.201,00	-	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	185.140.201,00	185.140.201,00	-	0%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2013 foi próxima às cotações em 2014, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a pequena variação e o saldo orçamentário.

28.846.0902.0343.0001 - PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCIA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL PTRES 063258

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
5 - Inversões Financeiras	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista que não foram atendidas condições de efetividade nos contratos assinados.

28.846.0909.0669.0001 - COBERTURA DO RESULTADO NEGATIVO APURADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL PTRES 003661

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	6.102.800.000,00	3.451.658.907,45	2.651.141.092,55	43%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	6.102.800.000,00	3.451.658.907,45	2.651.141.092,55	43%
6 - Amortização da Dívida	61.401.000.000,00	61.124.202.605,87	276.797.394,13	0%
71 - Principal da Dívida por Contrato	61.401.000.000,00	61.124.202.605,87	276.797.394,13	0%

COMENTÁRIOS: A variação dos juros deve-se ao tempo estimado para a liquidação do principal, como houve antecipação de pagamento a estimativa dos juros tornou-se superior ao necessário.

Fonte: SIAFI

Quadro 6.1.3 – Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600

TOTAL				
Grupos de Despesa	Dotação		Saldo	
	Autorizada	Executado	Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	201.287.352.016,00	169.591.461.343,30	31.695.890.672,70	16%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	6.732.258.957,00	3.587.545.797,46	3.144.713.159,54	47%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	24.283.880,00	-	24.283.880,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	194.492.962.304,00	165.968.757.740,44	28.524.204.563,56	15%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	37.846.875,00	35.157.805,40	2.689.069,60	7%
3 - Outras Despesas Correntes	320.052.335,17	319.912.385,92	139.949,25	0%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	6.064.402,22	5.924.452,97	139.949,25	2%
45 - Equalização de Preços e Taxas	289.218.746,15	289.218.746,15	-	0%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	24.769.186,80	24.769.186,80	-	0%
5 - Inversões Financeiras	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	955.487.297.001,00	804.809.896.672,03	150.677.400.328,97	16%
71 - Principal da Dívida por Contrato	61.402.700.000,00	61.125.902.605,87	276.797.394,13	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	149.111.374.893,00	128.267.309.875,52	20.844.065.017,48	14%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	743.607.781.282,00	614.854.065.632,00	128.753.715.650,00	17%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	1.365.440.826,00	562.618.558,64	802.822.267,36	59%
TOTAL GERAL	1.157.207.701.352,17	974.721.270.401,25	182.486.430.950,92	16%

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

*- Execução Orçamentária de Créditos Originários da STN
Recursos Geridos pela STN/COPEC – UG 170700*

Despesas Correntes e de Capital por Grupo de Despesa

Órgão 71.000 – Encargos Financeiros da União

Quadro 6.1.4 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

RS 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014

3 – Outras Desp. Correntes								
45 - Subvenções Econômicas	257.238.000	2.498.207.853	121.858.878	107.610.637	135.379.121	2.390.597.216	121.858.878	107.610.637
93 - Indenizações e Restituições	550.000.000	620.000.000	100.000.000	0	450.000.000	620.000.000	100.000.000	0

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Quadro 6.1.5 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
5 – Inversões Financeiras								
63 – Aquisição de Títulos de Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Quadro 6.1.6 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
3 – Outras Desp. Correntes								
45 - Subvenções Econômicas	9.074.728.991	7.708.310.005	1.657.999.413	842.248.526	7.416.729.577	6.866.061.478	1.657.999.413	842.248.526

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Quadro 6.1.7 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
5 – Inversões Financeiras								
66 - Conc. de Emp. e Financ.	1.705.297.378	2.717.028.568	795.560.142	851.185.392	909.737.235	1.865.843.175	795.560.142	851.185.392

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União

□ 0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais ➤ Ação: 28.846.0909.000K.0001

Quadro 6.1.8 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e nº 12.409/11

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	984.306.862,00	1.476.460.293,00	105.532.660,73	2.355.234.494,00

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à FINEP, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grânéis líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar, nos termos da Lei nº 12.096, de 24.11.2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25.05.2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiveram

situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal. A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

COMENTÁRIOS: Em 2014, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 2.460,8 milhões, já incluídos R\$ 1.476,5 milhões referentes à suplementação de recursos, que teve como compensação a fonte 188 - Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, mediante prévio remanejamento de valor correspondente no orçamento da dívida pública alocado nessa fonte para a fonte 348 - Operações de Crédito Externo em Moeda (superávit financeiro de 2013).

Da dotação final, R\$ 105,5 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em Restos a Pagar/2014 foi de R\$ 2.355,2 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

Ao final de 2013, o programa contava com um limite de recursos passíveis de subvenção de R\$ 372 bilhões, com prazo de contratação das operações até dezembro de 2014. Quando da conversão da MP nº 633/2013 na Lei nº 13.000, de 18.06.2014, foi ampliado o volume total de recursos disponíveis em R\$ 30 bilhões, passando de R\$ 372 bilhões para R\$ 402 bilhões. Além disso, em novembro de 2014 foi incluído o setor de armazenamento nacional de açúcar entre os itens financiáveis. Finalmente, com a proximidade do término do prazo de contratação das operações, a Medida Provisória nº 663, de 19.12.2014, elevou o limite total de financiamentos passíveis de subvenção de R\$ 402 bilhões para R\$ 452 bilhões e prorrogou o prazo de contratação das operações para até 31 de dezembro de 2015.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 28.846.0909.00EF.0001

Quadro 6.1.9 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	80.000	0	0	80.000

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

COMENTÁRIOS: Em 2014, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 80 mil, mas não houve execução durante o exercício. A execução da despesa foi prejudicada porque a Caixa Econômica Federal não conseguiu comprovar a utilização dos recursos desembolsados pelo BNDES, de modo que o contrato realizado entre essas instituições foi liquidado. Ocorre que o cálculo da equalização devida é realizado a partir dos valores efetivamente contratados e liberados aos mutuários finais e o seu pagamento depende do cumprimento da finalidade do contrato. Assim, diante da não comprovação da utilização dos recursos, não haverá mais o pagamento de subvenção econômica referente a esta linha de financiamento. Por esse motivo, não houve inscrição em Restos a Pagar.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 28.846.0909.00M3.0001**

Quadro 6.1.10 – Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	150.582.120,00	(100.000.000,00)	2.077.976,70	48.504.143,3

FINALIDADE: Concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia – FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro-Oeste - FDCO. A subvenção econômica corresponde ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração a que fazem jus os agentes financeiros.

COMENTÁRIOS: Em 2014, a ação contou com dotação orçamentária de inicial de R\$ 150,6 milhões, dos quais R\$ 100 milhões foram cancelados para compensar a suplementação da ação “00P4 – Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da SUDENE” (R\$ 70 milhões) e parte da suplementação da ação “0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – PRONAF” (R\$ 30 milhões). Da dotação final de R\$ 50,6 milhões, R\$ 2,1 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em Restos a Pagar/2014 foi de R\$ 35,4 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 28.846.0909.0265.0001**

Quadro 6.1.11 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
93 - Indenizações e Restituições	766.800.000	0	0	766.800.000

FINALIDADE: O PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171, de 14.1.91) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2014, foram alocados R\$ 766,8 milhões para esta ação orçamentária, mas não houve execução durante o período. Foram inscritos R\$ 620 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo de 2015.

Fonte: STN/COPEC

Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

□ 0902 – Operações Especiais – Financiamentos com Retorno ➤ Ação: 22.693.0902.009J.0001

Quadro 6.1.12 – Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	8.000.000,00	0	1.155.950,19	6.844.049,81

FINALIDADE: Concessão de subvenção, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, em operações de financiamento, com recursos do BNDES, destinadas às empresas especificadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007. A subvenção de equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do spread do agente financeiro.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2014, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 8 milhões, dos quais foi executado R\$ 1,2 milhão. Houve também a execução de R\$ 1,7 milhão referentes a Restos a Pagar de exercícios anteriores. A inscrição em Restos a Pagar/2014 foi de R\$ 2,2 milhões, com previsão de pagamento ao longo de 2015.

Fonte: STN/COPEC

□ 2012 – Agricultura Familiar ➤ Ação: 20.605.2012.00GW.0001

Quadro 6.1.13 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	150.000.000,00	0	3.090.240,61	146.909.759,39

FINALIDADE: Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP, Prêmio de Equalização pago ao Produtor – PEPRO, Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas - PROP e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

COMENTÁRIOS: A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 150 milhões em 2014. Destaque-se que, a partir desse exercício, passou a haver a descentralização e repasse de recursos dessa ação orçamentária para a UG 135100 – CONAB. O desempenho da ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da CONAB. Desse modo, foram descentralizados R\$ 3,1 milhões, conforme a necessidade de utilização de tais instrumentos.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.605.2012.00GZ.0001**

Quadro 6.1.14 – Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	50.000.000,00	0	0	50.000.000,00

FINALIDADE: Resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF, cuja produção seja feita por agricultores familiares, através da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

COMENTÁRIOS: A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF contou com dotação orçamentária de R\$ 50 milhões. Não houve execução ao longo do exercício, uma vez que, no ano de 2014, não houve demanda por recursos desta ação orçamentária para cobrir eventuais despesas decorrentes da diferença entre o valor da venda dos produtos (adquiridos de agricultores familiares) que compõem os estoques oficiais e os custos de aquisição e carregamento dos mesmos, no âmbito da agricultura familiar.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.608.2012.0281.0001**

Quadro 6.1.15 – Subvenção Econômica para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				

45 - Subvenções Econômicas	3.155.946.788,00	282.000.000,00	56.268.070,11	3.381.678.717,89
----------------------------	------------------	----------------	---------------	------------------

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária “0A81 Financiamento para Agricultura Familiar”.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 3.155,9 milhões, além de R\$ 282 milhões suplementados durante o exercício, mediante compensação de recursos provenientes de superávit financeiro (R\$ 52 milhões) e cancelamento de recursos das ações “0301 – Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial” (R\$ 200 milhões) e “00M3 – Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional” (30 milhões).

Da dotação final de R\$ 3.437,9 milhões, foram executados R\$ 56,2 milhões em 2014, sendo que deste montante executado R\$ 33,9 milhões correspondem a despesas de exercícios anteriores - DEA. Adicionalmente, foram executados R\$ 400,3 milhões referentes a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Houve inscrição de R\$ 3.381,7 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foram disponibilizados cerca de R\$ 17.470 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 0,5% a.a. a 3,5% a.a., destinados a agricultores familiares.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.608.2012.0A81.0001**

Quadro 6.1.16 – Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
66 – Conc. de Empréstimos	350.000.000,00	0	156.292.823,80	193.707.176,20

FINALIDADE: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do PRONAF que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recurso do crédito rural junto às instituições financeiras.

COMENTÁRIOS: Em 2014, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 350 milhões, dos quais R\$ 156,3 milhões foram executados ao longo do exercício. Também foram pagos R\$ 30,6 milhões relativos a Restos a Pagar do ano anterior. Houve a inscrição de R\$ 20 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo de 2014. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no PRONAF junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para a prestação de serviço.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.605.2014.0294.0001**

Quadro 6.1.17 – Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				

45 - Subvenções Econômicas	1.864.334.512,00	0	188.213.331,84	1.676.121.180,16
----------------------------	------------------	---	----------------	------------------

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.864,3 milhões. Durante o exercício foram executados R\$ 188,2 milhões. Além disso, foram pagos R\$ 452,3 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R\$ 1.676,1 milhões em Restos a Pagar 2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foram disponibilizados cerca de R\$ 26.505,5 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 5,0% a.a. a 6,5% a.a., destinados ao custeio agropecuário.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.608.2014.0297.0001**

Quadro 6.1.18 – Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	7.100.000	0	0	7.100.000

FINALIDADE: Concessão de subvenção econômica a produtores de cacau em financiamentos no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana sob a forma de equalização de taxas de juros e bônus de adimplência. A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13.04.2009, nº 12.058, de 13.10.2009, e nº 12.380, de 2011, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29.11.1995.

COMENTÁRIOS: No orçamento de 2014, foram previstos R\$ 7,1 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor não foi executado e nem inscrito em Restos a Pagar, uma vez que a execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.605.2014.0298.0001**

Quadro 6.1.19 – Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	123.212.398,00	0	22.174,70	123.190.223,30

FINALIDADE: Concessão de subvenção econômica a produtores rurais e suas cooperativas em operações de crédito de comercialização rural para estocagem de produtos agropecuários constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 123,2 milhões, dos quais foram executados R\$ 22,2 milhões. Também foram pagos R\$ 7,6 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R\$ 121,1 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foi disponibilizado cerca de R\$ 1.695,7 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas de 6,5% a.a., destinados ao crédito de comercialização.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.605.2014.0299.0001**

Quadro 6.1.20 – Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	800.000.000,00	0	274.157.003,93	525.842.996,07

FINALIDADE: Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque. A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal – AGF.

COMENTÁRIOS: A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 800 milhões. Foram executados R\$ 274,2 milhões relativos ao orçamento de 2014 e R\$ 55 milhões referentes a Restos a Pagar do exercício anterior.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.605.2014.0300.0001**

Quadro 6.1.21 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				

45 - Subvenções Econômicas	2.650.000.000,00	(687.229.600,00)	23.464.061,83	1.939.306.338,17
----------------------------	------------------	------------------	---------------	------------------

FINALIDADE: Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP, Prêmio de Equalização pago ao Produtor - PEPRO, Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas - PROP e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

COMENTÁRIOS: Em 2014 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 2.650 milhões, dos quais R\$ 687,2 milhões foram cancelados para compensar a suplementação das ações “0267 – Subvenção Econômica para Promoção das Exportações – PROEX” (R\$ 167,2 milhões); “00JO – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado” (R\$ 400 milhões); e “00FS – Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu” (R\$ 120 milhões).

A partir do exercício de 2014 passou a haver a descentralização de crédito e o respectivo repasse de recursos dessa ação para a UG 135100 – Conab, que é a responsável pela operacionalização do programa, de modo que houve a descentralização de R\$ 23,5 milhões durante o período. Ainda foram pagos R\$ 427,6 milhões referentes a Restos a Pagar do exercício anterior.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela CONAB. Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0301.0001

Quadro 6.1.22 – Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	1.077.210.951,00	(200.000.000,00)	13.548.430,54	863.662.520,46

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.077,2 milhões, dos quais R\$ 200.000 milhões foram cancelados para compensar parte da suplementação da ação “0281 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar – PRONAF”.

Do total de R\$ 877,2 milhões ao final do exercício, foram executados R\$ 13,5 milhões. Adicionalmente, foram executados R\$ 98,5 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Foram inscritos R\$ 863,7 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

No ano de 2014, para a Safra 2014/2015 foram disponibilizados cerca de R\$ 23.945 milhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 3,0% a.a. a 7,5% a.a., destinados ao investimento rural.

Fonte: STN/COPEC

➤ **Ação: 20.605.2014.0611.0001**

Quadro 6.1.23 – Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	372.800.000,00	0	71.373.266,42	301.426.733,58

FINALIDADE: Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs. 9.866/1999 e 10.437/2002.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2014, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 372,8 milhões, dos quais foram executados R\$ 71,4 milhões, sendo que deste montante executado R\$ 16,3 milhões correspondem a despesas de exercícios anteriores – DEA. Foram inscritos R\$ 293,6 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

Fonte: STN/COPEC

□ **2022 – Combustíveis ➤ Ação: 25.754.2022.00EI.0001**

Quadro 6.1.24 – Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Etílico Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	62.706.948	0	0	62.706.948

FINALIDADE: Pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à estocagem de álcool etílico combustível e à renovação e implantação de canaviais, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta de álcool.

A subvenção de equalização de taxas de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário e o custo da fonte, acrescido da remuneração dos agentes financeiros.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2014, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 62,7 milhões, porém, não houve execução durante o exercício. Pela conjuntura das taxas de juros em 2014, não houve necessidade de subvenção econômica para as operações de estocagem de álcool, uma vez que o custo de captação dos recursos, acrescido da remuneração das instituições financeiras, não foi superior às taxas cobradas dos tomadores do crédito.

Fonte: STN/COPEC

□ **2024 – Comércio Exterior ➤ Ação: 23.693.2024.0267.0001**

Quadro 6.1.25 – Subvenção Econômica para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado*	Saldo Orçamentário*
-------------------	--------------------	----------------------------	------------	---------------------

3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	1.025.208.000,00	205.041.600,00	351.785.540,74	878.464.059,26

(*) **Do total do executado, R\$ 313.987.932,95 foram realizados pela UG 170600.** Do total do saldo orçamentário, R\$ 853.241.667,05 foram descentralizados para UG 170600 para inscrição em restos a pagar.

FINALIDADE: O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na

fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Equalização, a subvenção econômica acontece na forma de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações. O crédito ao exportador é concedido diretamente por instituições financeiras nacionais ou estrangeiras e o PROEX arca com parte dos encargos financeiros, de forma que o exportador brasileiro obtenha as mesmas condições de financiamento, em termos de encargos financeiros, de seus concorrentes no mercado internacional. O *spread* de equalização do PROEX é limitado a até 2,5% a.a. e definido em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), emitida em função do *spread* de equalização definido para a operação e indexada à variação cambial.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2014, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1 bilhão para Equalização e R\$ 25,2 milhões para o pagamento de despesas operacionais do Programa, totalizando R\$ 1,025 bilhão. No ano, houve duas suplementações do PROEX: para emissão de NTN-I no valor de R\$ 167,2 milhões (mediante cancelamento do valor correspondente na ação “0300 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários”), conforme Decreto publicado em 10.09.2014, e para o pagamento de despesas operacionais no valor de R\$ 37,8 milhões (mediante recursos de superávit financeiro), conforme Decreto publicado em 27.06.2014. Em 2014, foram executados R\$ 313,9 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600), sendo R\$ 24,8 milhões referentes a Despesas de Exercícios Anteriores – DEA. Já para o pagamento de despesas operacionais foram executados R\$ 37,8 milhões. Em relação aos Restos a Pagar do exercício anterior, foram executados R\$ 505,9 milhões para emissão de NTN-I e R\$ 2,1 milhões para despesas operacionais. Quanto aos Restos a Pagar/2014, foram inscritos R\$ 853,2 milhões para emissão de NTN-I (descentralizado para UG 170600) e R\$ 25,2 milhões para despesas operacionais em possível execução ao longo de 2015.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 23.693.2024.0A84.0001

Quadro 6.1.26 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
66 – Conc. de Empréstimos	2.900.000.000,00	0	694.892.568,91	2.205.107.431,09

FINALIDADE: O Programa de Financiamento às Exportações – PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores (*supplier's credit*) ou aos importadores (*buyer's credit*) por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2014, foi consignada a dotação orçamentária de R\$ 2,9 bilhões. Houve execução durante o exercício de R\$ 694,9 milhões, além de R\$ 377,4 milhões relativos a Restos a Pagar do exercício anterior. Foram inscritos R\$ 1,8 bilhão em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015.

Fonte: STN/COPEC

□ 2063 – Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência ➤ Ação: 08.242.2063.0E85.0001

Quadro 6.1.27 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
45 - Subvenções Econômicas	6.760.000,00	0	834.287,23	5.925.712,77

FINALIDADE: Concessão de subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência por meio do acesso a produtos e serviços assistivos, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2014, foi consignada no orçamento a dotação de R\$ 6,8 milhões. As despesas pagas corresponderam a R\$ 0,8 milhão referentes ao orçamento de 2014. Foram inscritos R\$ 2,3 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015. As contratações atingiram o número de 12.029 operações em 2014, totalizando cerca de R\$ 75 milhões concedidos por meio dessa linha de financiamento no período.

Fonte: STN/COPEC

□ 2071 – Trabalho, Emprego e Renda ➤ Ação: 11.334.2071.00JO.000

Quadro 6.1.28 – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
45 - Subvenções Econômicas	334.000.000	400.000.000	249.131.596,11	484.868.403,89

FINALIDADE: Concessão de subvenção sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. A subvenção de equalização de parte dos custos corresponde a montante fixo por operação contratada e tem como objetivo fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2014, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 334 milhões.

Com o objetivo de proporcionar um maior volume de recursos para aplicação no Programa, a Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014, abriu crédito extraordinário para o pagamento de subvenção econômica no valor de R\$ 400 milhões. Como compensação, foi oferecido o cancelamento do valor correspondente da ação “0300 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários”.

Assim, a dotação disponível atingiu R\$ 734 milhões no exercício. Foram executados R\$ 249,1 milhões dos recursos do orçamento de 2014, bem como R\$ 118,2 milhões de Restos a Pagar do exercício anterior. Também foram inscritos R\$ 484,9 milhões em Restos a Pagar/2014, com previsão de execução em 2015.

Fonte: STN/COPEC

- Política Fiscal – Participações Societárias

Quadro 6.1.29 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda		Código UO:25101		UGO:170013	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros	0,00	180.436.640,38	0,00	146.355.990,00	
6. Total (1+2+3+4+5)	0,00	180.436.640,38	0,00	146.355.990,00	

Fonte: SIAFI

Quadro 6.1.30 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: 25101		Código UO: 25101		UGO:170013	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros	0,00	180.194.386,00	0,00	146.355.990,00	
6. Total (1+2+3+4+5)	0,00	180.194.386,00	0,00	146.355.990,00	

Fonte: SIAFI

Quadro 6.1.31 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda		Código UO: 25101		UGO:170013				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	242.254,38	0,00	242.254,38	0,00	0,00	0,00	242.254,38
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	180.194.386,00		180.194.386,00	0,00	0,00	0,00	146.355.990,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Quadro 6.1.32 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Ministério da Fazenda				Código UO:25101			UGO:170013	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	180.194.386,00	0,00	180.194.386,00	0,00	0,00	0,00	146.355.990,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Foi consignado no Orçamento de 2014, o montante total de R\$ 165.281.000,00 referentes às despesas com a integralização de cotas em Organismos Financeiros Internacionais (BIRD, CFI e AID). Entretanto, não houve a liberação de limite de empenho para a liquidação das referidas despesas.

A integralização da participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais, até meados de 2007, era classificada como Despesa Obrigatória, representando obrigação legal da União e, por isso, não estava sujeita a corte orçamentário. Não obstante, a despesa foi reclassificada como discricionária, o que favoreceu o corte elevado da ação por parte do Congresso Nacional. Desde então, nos últimos anos, tem sido necessária a suplementação dos recursos para honrar os compromissos assumidos com o Organismo.

Em relação a ação Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização não houve despesas incorridas no ano de 2014 no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND. Não houve ressarcimento de despesas ao BNDES referente à alienação de ações depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD. A previsão de despesa no valor de R\$ 27.681,00 (aproximadamente 2% do total previsto de arrecadação com a venda de ações depositadas e a depositar no FAD em 2014) não se constitui necessariamente meta a ser atingida, em razão do fato de que a venda de ações depende de oportunidade de mercado e ação do agente gestor do FAD.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros

No âmbito da STN/COAFI, Unidade Gestora 170.512, foram realizadas as seguintes despesas:

Quadro 6.1.33 – Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2014	2013	2014
Contratações Diretas	1.803.077,91	1.106.789,00	1.957.439,00	1.367.103,00
Inexigibilidade - Parágrafo 16 do Voto CMN nº 206, de 27.11.1996, e Art. 2º da Res. no 91, do Senado Federal, de 23.09.1997 – PNAFE - Ação 00M4 – PO 0002.	355.460,01	224.848,00	355.460,00	224.848,00
Inexigibilidade – Art. 16 da MP nº 2.196/2001 – Carteira de Saneamento - Ação 00M4 – PO 000M	1.447.617,90	881.941,00	1.601.979,00	1.142.255,00

Fonte: SIAFI

Obs.: As despesas pagas nos exercícios 2013 e 2014 foram acrescidas de Restos a Pagar não processados pagos referentes aos exercícios de 2012 e 2013, respectivamente.

Quadro 6.1.34 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
1-Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2-Juros e Encargos da Dívida	1.818.782.771,00	895.515.154,00	680.488.455,00	547.781.559,00	11.988.862,58	200.320.959,76	702.427.109,00	349.978.075,00
3290.21- Juros da dívida contr. c/ inst. financeiras	1.818.782.771,00	895.515.154,00	680.488.455,00	547.781.559,00	11.988.862,58	200.320.959,76	702.427.109,00	349.978.075,00
3 – Outras Despesas Correntes	2.861.042,30	3.669.324,00	1.803.078,00	1.106.789,00	1.057.964,00	2.562.535,00	1.957.439,00	1.367.103,00
3390.39 – serviços bancários	2.861.042,30	3.669.324,00	1.803.078,00	1.106.789,00	1.057.964,00	2.562.535,00	1.957.439,00	1.367.103,00

Fonte: SIAFI

Obs.: Os valores pagos nos exercícios 2013 e 2014 foram acrescidos de Restos a Pagar processados e não processados pagos referentes aos anos de 2012 e 2013, respectivamente.

Quadro 6.1.35 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	4.516.880.578,00	3.321.686.030,00	2.944.383.935,00	2.221.524.570,14	-	969.457.010,63	2.966.581.384,00	1.385.612.491,00
4690.71 Amortiz. da dívida contrat. c/ instituições Financeiras	4.516.880.578,00	3.321.686.030,00	2.944.383.935,00	2.221.524.570,14	-	969.457.010,63	2.966.581.384,00	1.385.612.491,00

Fonte: SIAFI

Obs.: Os valores pagos nos exercícios 2013 e 2014 foram acrescidos de Restos a Pagar processados e não processados pagos referentes aos anos de 2012 e 2013, respectivamente.

- Assuntos Corporativos

- Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 6.1.36 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	249.589,14	276.758,69	249.589,14	272.769,75
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	249.589,14	276.758,69	249.589,14	272.769,75
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	200.665.885,95	217.660.539,96	200.665.885,95	213.010.900,17
h) Dispensa	199.670.700,88	216.568.308,67	199.670.700,88	212.120.175,75
i) Inexigibilidade	995.185,07	1.092.231,29	995.185,07	890.724,42
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	177.109,99	164.689,46	176.730,29	164.689,46
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	177.109,99	164.689,46	176.730,29	164.689,46
5. Outros	35.168.672,38	-	35.168.672,38	-
6. Total (1+2+3+4+5)	236.261.257,46	218.101.988,11	236.260.877,76	213.448.359,38

Fonte: SIAFI

- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 6.1.37 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação DESPESAS

CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
3- Outras Despesas Correntes	273.991.385,67	248.724.700,09	216.963.588,87	245.402.823,05	57.027.796,80	3.321.877,04	216.963.209,17	245.402.823,05
14 - Diárias	177.109,99	163.639,75	177.109,99	163.639,75			176.730,29	163.639,75
30 - Material de Consumo	8.595,80	21.695,90	8.595,80	21.695,90			8.595,80	21.695,90
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	294.322,55	274.856,49	249.589,14	270.867,55	44.733,41	3.988,94	249.589,14	270.867,55
36 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	414,20	1.049,71	414,20	1.049,71			414,20	1.049,71
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	238.490.672,17	211.834.705,28	181.521.539,12	208.521.143,34	56.969.133,05	3.313.561,94	181.521.539,12	208.521.143,34
41 - Contribuições	35.000.000,00	36.400.666,67	35.000.000,00	36.400.666,67		-	35.000.000,00	36.400.666,67
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	7.261,48	27.940,00	6.340,62	23.613,84	920,86	4.326,16	6.340,62	23.613,84
92 - Despesas de Exercícios Anteriores -	146,29	146,29		146,29				
93 - Indenizações e Restituições	13.009,48	-	13.009,48		-			
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	19.761.132,15	6.101.540,08	19.297.668,59	4.658.971,67	463.463,56	1.503.598,55	19.297.668,59	4.658.971,67
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	19.746.616,63	6.097.708,01	19.283.649,21	4.655.139,60	462.967,42	1.503.598,55	19.283.649,21	4.655.139,60
52 - Equipamentos e Material Permanente	14.515,52	3.832,07	14.019,38	3.832,07	496,14	-	14.019,38	3.832,07

Fonte: SIAFI

6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Não se aplica.

6.3 PASSIVOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO SEM RESPECTIVOS CRÉDITOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

6.4 DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR - Dívida Pública

Quadro 6.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600

RESTOS A PAGAR INSCRITO e PAGOS

23.693.2024.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL PTRES 063308

Grupos de Despesa	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Varição
	Inscrito	Pagos	Saldo	Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	1.740.058.374,33	505.919.535,67	1.234.138.838,66	71%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2013)	886.816.707,28	505.919.535,67	380.897.171,61	43%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2014)	853.241.667,05		853.241.667,05	100%

COMENTÁRIOS: A execução parcial dos valores inscritos de RP 2013 decorre de demanda da STN/COPEC, responsável pelo gerenciamento do PROEX. Como ainda existem compromissos relativos a 2013, a STN/COPEC solicitou a CODIV a reinscrição do saldo de RP de 2013. A COPEC solicitou a inscrição do saldo empenhado de 2014 de R\$ 853.241.667,05.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

04.123.2039.20Z6.0001 - GESTÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E FISCAIS - NACIONAL PTRES 063385

Grupos de Despesa	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Varição
	Inscrito	Pagos	Saldo	Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	701.920,65	106.331,50	595.589,15	85%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2013)	536.211,31	106.331,50	429.879,81	80%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2014)	165.709,34		165.709,34	100%

COMENTÁRIOS: A execução da despesa deste programa de trabalho são em sua maioria efetuadas em dólar, portanto quando da inscrição de RP não foi possível prever o valor em reais, portanto foi inscrito valor maior para garantir o pagamento da despesa. Portanto o saldo de RP inscrito em 2013 foi devidamente cancelado.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- Recursos Geridos pela STN/COPEC – UG 170700

Orgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU

Quadro 6.4.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2014

2011	3.384.725.102,62	0	0	3.384.725.102,62
2012	2.952.053.321,78	0	0	2.952.053.321,78
2013	585.379.121,36	210.000,00	5.212.183,48	579.956.937,88

Observações: Com base no Decreto nº 7.654, de 2011, foi inscrito o valor de R\$ 6.916.735 mil referentes às seguintes ações:

28.846.0909.000K.0001 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e 12.409/11 – R\$ 6.461.735 mil

28.846.0909.0265 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) – R\$ 450.000 mil

28.848.0909.00DD.0001 – Aquisições de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do Pronaf - R\$ 5.000 mil

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Orgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Quadro 6.4.3 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2014
2010	26.764.157,37	0	0	26.764.157,37
2011	679.696.541,56	0	30.124.272,66	649.572.268,90
2012	2.624.003.409,84	0	549.444.850,0	2.074.558.559,76
2013	8.326.466.812,97	30.000.000,00	1.656.426.336,69	6.640.040.476,28

Observações: Com base no Decreto nº 7.654, de 2011, foi inscrito o montante de R\$ 9.390.935 mil, referentes às seguintes ações:

20.608.2012.0281.0001 – Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - R\$ 4.070.550 mil

20.605.2014.0301.0001 – Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - R\$ 2.281.077 mil

20.605.2014.0294.0001 – Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) R\$ 1.656.150 mil

23.693.2024.0A84.0001 - Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - R\$ 1.102.862 mil

20.605.2014.0298.0001 – Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - R\$ 122.494 mil

20.605.2014.0300.0001 – Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) – R\$ 122.421 mil

20.605.2014.0611.0001 – Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999) – R\$ 9.521 mil

20.608.2014.0297.0029 – Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - R\$ 9.234 mil

28.601.0909.00GO.0001 - Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249, de 2010) – R\$ 8.372 mil

23.693.2024.0267.0001 – Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) – R\$ 5.012 mil

22.693.0902.009J.0001 – Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) – R\$ 1.312 mil

08.242.2063.0E85.0001 - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012) – R\$ 1.000 mil

11.334.2071.00JO.000 - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011) – R\$ 931 mil

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Política Fiscal – Participações Societárias

Quadro 6.4.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013				
2012				
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	180.194.386	0,00	0,00	180.194.386
2012	268.585.880	0,00	0,00	268.585.880
...				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em relação às Ações 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID e 00IJ – Integralização de Cotas da Corporação Financeira Internacional – CFI, o pagamento da dívida assumida junto aos organismos internacionais não foi efetivado em função da falta de limite de pagamento (financeiro) para a quitação da obrigação referente aos anos de 2012 e 2013.

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Haveres Financeiros**Quadro 6.4.5 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512**

Em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)
2014	23.411.289,67	0	23.411.289,67	0
2013	52.751.233,86	0	52.751.233,86	0
2012	79.609.508,85	0	79.609.508,85	0
2011	68.189.944,26	0	68.189.944,26	0
2010	81.045.598,19	0	81.045.598,19	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)
2014	1.172.340.505,39	1.171.747.112,95	593.392,44	0
2013	13.046.826,97	12.786.513,33	260.313,64	0
2012	2.548.922.516,91	2.531.490.328,34	17.432.188,57	0
2011	347.528.254,72	325.282.161,34	22.152.255,65	93.837,73
2010	1.102.154.969,77	1.101.949.455,78	205.513,99	0

Fonte: SIAFI e STN/COAFI

(*) Dos valores inscritos, foram subtraídos os cancelamentos e pagamentos processados no Siafi do ano subsequente ao de inscrição desses valores em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados (por ex: inscrição 2014, cancelamentos e pagamentos realizados em 2015).

Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados referem-se especificamente à Lei nº 8.727, de 1993, Ação 0272, cujos valores para pagamento já são conhecidos no final de dezembro, fato esse que permite proceder à liquidação da despesa dentro do próprio mês e efetuar o pagamento no início do mês de janeiro do ano seguinte.

No total de Restos a Pagar não Processados, cujos empenhos foram indicados pelo gestor para serem inscritos pelo sistema, foram computados os valores referentes à Ação 00M4, PO 00M – Carteira de Saneamento e PO 002 – PNAFE e parte da Ação 0272 – Lei nº 8.727, que não foram objeto de liquidação na forma acima descrita.

O valor de R\$ 593.392,44, informado na coluna de pagamentos efetuados, diz respeito à Ação 00M4, PO 000M e PO 0002, referente à remuneração, por parte da União, ao agente financeiro Caixa Econômica Federal pelos serviços prestados no exercício de 2014.

Ainda em relação ao exercício de 2014, registre-se que o saldo a pagar no valor de R\$ 1.171.747.112,95 foi cancelado ainda no mês de janeiro, por meio das 2014NE000010/11 e 12.

Unidade Concedente

Nome:	
CNPJ:	UG/GESTÃO:

- Assuntos Corporativos

Quadro 6.4.6 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	4.764.445,45	4.223.013,02	-537.120,35	4.312,08
2012	61.030,14	0,00	-61.030,14	0,00
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013				
2012				
...				

Fonte: SIAFI

6.5 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS - Assuntos Corporativos

- Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 6.5.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ

Valores em R\$ 1,00

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	--	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	1.525.000,00	-

Fonte: SIAFI

6.6 SUPRIMENTOS DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO

Não houve conteúdo a ser declarado.

6.7 INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica.

6.8 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

7.1a Demonstração da Força de Trabalho

Quadro 7.1a.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		882	235	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		882	235	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		857	231	28
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		24	4	5
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		4	0	0

Fonte:STN/CODIN

7.1b Demonstração da distribuição da Força de Trabalho

Quadro 7.1b.1 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3+1.4)	178	704
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	175	682
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	21
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	3

4. Total de Servidores (1+2+3)	179	707
---------------------------------------	------------	------------

Fonte:STN/CODIN

Quadro 7.1b.2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		191	40	21
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		191	40	21
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		181	38	21
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		7	2	0
1.2.4. Servidores CLT-44		0	0	0
1.2.5. Sem vínculo		3	0	0
1.2.6. Aposentados		0	0	0
2. Funções gratificadas (FGR)		44	13	7
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		43	13	7
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
2.3 Servidores de outros órgãos e esferas		1	0	0
2.4 Servidores CLT-44		0	0	0
2.5 Sem vínculo		0	0	0
2.6 Aposentados		0	0	0
3. Função Comissionada Técnica (FCT)		1	0	0
3.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		1	0	0
3.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
3.3 Servidores de outros órgãos e esferas		0	0	0
3.4 Servidores CLT-44		0	0	0
3.5 Sem vínculo		0	0	0
3.6 Aposentados		0	0	0
		0	0	0
4. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)		0	0	0
4.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		0	0	0
4.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
4.3 Servidores de outros órgãos e esferas		0	0	0

4.4 Servidores CLT-44		0	0	0
4.5 Sem vínculo		0	0	0
4.6 Aposentados		0	0	0
5. Total de servidores em cargo e em função (1+2+3+4)		236	53	28

Fonte: Fita-Espelho Dez2014

7.1c Eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da UJ

Não houve conteúdo a ser declarado.

7.1d Iniciativas da UJ para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados

As ações de capacitação do Tesouro Nacional têm o objetivo de promover a qualificação profissional dos servidores, por meio de eventos de aperfeiçoamento, atualização e especialização no país e no exterior, tendo como metas o alinhamento das competências técnicas e comportamentais dos servidores às necessidades das funções de trabalho, além da formação de sucessores e melhoria na alocação do corpo técnico da Secretaria.

A participação de servidores em curso de capacitação está condicionada a uma série de requisitos conforme a Portaria STN nº 430, de 17 de julho de 2009, que aprova a Regulamentação das Atividades de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

□ Pós-Graduação

Houve uma melhoria dos processos de contratação de instituições de ensino e dos processos de afastamento com ônus limitado. Em 2014 8 (oito) servidores deram início a cursos de PósGraduação por contratação de instituições de ensino por inexigibilidade. Destes, 2 (dois) com afastamento e ônus limitado. Os cursos de pós graduação são:

Quadro 7.1d.1 – Cursos de Pós-Graduação

Curso	Tipo	Afastamento	Instituição
MBA em Finanças	Lato Sensu	Não	IBMEC
Mestrado em Economia	Stricto Sensu	Não	Universidade Católica de Brasília
MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública	Lato Sensu	Não	Fundação Getúlio Vargas - FGV
Mestrado em Economia	Stricto Sensu	Não	Universidade Católica de Brasília
Doutorado em economia	Strictu sensu	Sim	Universidade de Brasília
Mestrado em Economia do Setor Público	Strictu sensu	Não	ESAF/UNB

Doutorado em Economia	Strictu Sensu	Sim	Universidade Autônoma de Barcelona
MBA em Finanças	Lato Sensu	Não	IBMEC

Fonte: STN/CODIN

Os investimentos em Pós-Graduação no exercício 2014 somaram R\$100.635,47 (Cem mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos), relativos a pagamentos de mensalidades.

□ Eventos Programados e não Programados

Durante o exercício 2014, o Tesouro Nacional enviou servidores a seminários e cursos de alto nível, ministrado por renomados profissionais, palestrantes e professores, tais como Pedro Mandelli, Mário Sérgio Cortella, Christian Barbosa, Dado Schneider, Rivadávia Drummond, dentre outros.

Os treinamentos contemplaram o desenvolvimento comportamental dos servidores do Tesouro Nacional em especial de seu quadro gerencial, com 121 participações, em eventos com os temas abordados: Comunicação, Gestão do Conhecimento, Inovação, Gestão do Tempo e Educação para o Trabalho, sem deixar de atender demandas específicas de cada unidade solicitante por meio dos eventos não programados.

Para a contratação dos eventos foram analisadas as ações cadastradas no Plano de Orientação Profissional e Pessoal – POPPE, importante indicador de demandas alinhado às atividades da STN e instrumento de compromisso do servidor com a instituição quanto ao seu desenvolvimento profissional.

O Tesouro Nacional investiu R\$ 469.312,65 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e doze reais e sessenta e cinco centavos) em eventos de capacitação programados e não programados, distribuídos em 148 eventos: 57 no campo de conhecimento em gestão e 91 no campo técnico, os quais atenderam a 712 participantes no total. Para a prestação dos eventos foram contratadas 63 empresas diferentes, situadas principalmente em Brasília-DF.

□ Licença Capacitação

O Comitê de Capacitação aprovou 43 pedidos de licença em 2014 sendo 19 na reunião do primeiro semestre e 24 na reunião do segundo semestre.

Quanto ao tipo de curso, aproximadamente, 88% dos servidores solicitaram a licença capacitação para desenvolver seus conhecimentos em outros idiomas, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

Tabela 7.1d.1 – Ações de Capacitação

Ação de Capacitação	Quantidade	%
Idiomas	38	88,4
Trabalho de Conclusão de Curso	5	11,6
Total	43	100

Fonte: STN/CODIN

Os custos com afastamentos de servidores em gozo de licença capacitação no exercício 2014 totalizaram R\$2.537.086,77 (Dois milhões quinhentos e trinta e sete mil, oitenta e seis reais e setenta e sete centavos).

7.1e Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 7.1e.1 – Custos de pessoal

STN

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	127.721.043,21	4.914.043,33	11.366.830,73	3.557.107,64	3.369.760,11	2.123.023,37	-	11.761,47	208.590,42	153.272.160,28
	2013	104.109.129,04	4.768.410,35	8.943.587,89	3.125.873,52	2.884.890,05	1.969.481,22	184,71	32.461,79	166.567,45	126.000.586,02
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	503.332,85	255.289,48	90.211,67	24.446,16	95,00	3.833,86	-	-	-	877.209,02
	2013	601.409,46	246.195,54	72.986,03	27.880,42	-	3.216,60	-	-	-	951.688,05
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	-	332.806,31	27.599,32	9.325,27	18.474,00	28.297,48	-	-	-	416.502,38
	2013	-	324.626,72	26.643,90	15.314,50	18.622,00	-	38,46	-	-	385.245,58
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014										

		18.135.208,24	1.286,66	1.505.328,26	514.612,35	392.712,30	457.234,97	-	1.153,86	86.953,35	21.094.489,99
	2013	16.634.228,72	-	1.384.655,47	454.168,16	391.736,97	454.116,09	-	19.529,74	78.901,54	19.417.336,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014										
	2013										

Fonte: STN/CODIN

7.1f Ações adotadas para identificar eventual irregularidade, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos

Não se aplica.

7.1g Riscos identificados na gestão de pessoas da UJ e as providências adotadas para mitigá-los

Não houve conteúdo a ser declarado.

7.1h Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A gestão dos processos de trabalho de recursos humanos é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda – COGEP/MF. A Secretaria do Tesouro Nacional tem feito gestões junto à COGEP para a adoção de políticas de controle de absenteísmo, acidentes de trabalho, demandas trabalhistas e doenças ocupacionais bem como a criação de indicadores de desempenho funcional, satisfação e motivação

7.2 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 7.2.1 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	23	25	25	21	184.364,30
1.1 Área Fim *00001	23	25	25	21	184.364,30
1.2 Área Meio	-	-	-	-	0,00
2. Nível Médio	4	6	9	7	31.549,12
2.1 Área Fim	-	-	-	-	0,00
2.2 Área Meio *00002	4	6	9	7	31.549,12
3. Total (1+2)	27	31	34	28	215.913,42

Fonte: Fita-Espelho 2013 (ETG-66 e ETG-67)

*00001	ESTAGIÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR - ETG-66
*00002	ESTAGIÁRIO DE NÍVEL MÉDIO - ETG-66

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

9.1 INFORMAÇÕES SOBRE SISTEMAS COMPUTACIONAIS

A STN/COSIS, tem como atribuição planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à tecnologia da informação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional. A STN como órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, possui diversas atividades específicas e vem numa constante busca de automação de seus serviços. Desta forma procura desenvolver Sistemas Informatizados sempre com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das suas diversas atribuições finalísticas, dentre as quais destacamos a Gestão da Dívida Pública, a gestão de haveres e obrigações e o endividamento dos estados e municípios e a Contabilidade Pública da União.

9.1a Relação dos sistemas e a função de cada um deles

A STN sempre teve sua atuação apoiada por uma plataforma tecnológica de grande complexidade e importância. O alinhamento das ações de TI aos objetivos estratégicos da organização é fator crítico para o sucesso de grande parte das iniciativas, assim como os projetos que a STN empreende.

A seguir estão relacionados os principais sistemas que hoje já suportam as atividades e os processos de negócio da STN, bem como aqueles que ora se encontram em desenvolvimento.

Quadro 9.1a.1 – Principais Sistemas Computacionais utilizados e suas funções

Sigla	Nome	Funções
SIAFI/ NOVO SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira	O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.
SIAFI GERENCIAL	SIAFI Gerencial	O SIAFI Gerencial é uma ferramenta analítica que disponibiliza consultas às informações do SIAFI Operacional, além de consultas construídas e a geração de Relatórios para o Balanço Geral da União.
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro	Ferramenta Web destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais de todos os entes federativos (União, Estados e Municípios), em substituição ao SISTN.
SOTN	Sistema de Operações do Tesouro Nacional	O Sistema de Operações do Tesouro Nacional constitui o sistema de monitoração da Conta Única do Tesouro Nacional, possibilitando verificar sua movimentação financeira, além de permitir o relacionamento da União com o Sistema Financeiro Nacional.
SID	Sistema Integrado da Dívida	O Sistema Integrado da Dívida é responsável pela automação dos processos de negócio da área da STN responsável pelo controle e acompanhamento dívida pública interna e externa brasileira.
SIC	Sistema de Informações de Custos	Ferramenta tecnológica que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do Governo Federal em uma única base de dados, armazenando e reunindo

		informações de custos que permitem o apoio à tomada de decisões.
CAUC	Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias	O CAUC é um subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional. Seu objetivo é simplificar a verificação, pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento, pelos convenientes e entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável.
PAGEF	DW - Pagamento Efetivo	Base de dados orçamentários e extra-orçamentários que viabiliza a identificação de todo pagamento financeiro efetuado pelos gestores públicos, por meio de consultas gerenciais não estruturadas para apoio e suporte ao processo de decisão da STN.

DPI-DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	Sistema de títulos da dívida pública mobiliária federal interna	Sistema de registro dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna, emitidos pela STN. Imprescindível para registro, acompanhamento e controle da dívida pública federal.
ELABORA	Sistema de elaboração da proposta de previsão de recursos orçamentários	Promover a elaboração da proposta de previsão de recursos orçamentários, previstos em lei, para fazer face às despesas da União, definindo o montante de recursos necessários ao pagamento de principal e encargos da Dívida Pública e geração de títulos destinados a equalização da taxa PROEX, desoneração do ICMS e outras despesas, para os próximos 5 (cinco) exercícios.
GERIR	Sistema de Planejamento Estratégico e Gestão de Risco da Dívida Pública	O Sistema de Planejamento Estratégico e Gestão de Risco da Dívida Pública (GERIR) é utilizado para monitoramento da evolução de diversos indicadores da DPF a partir de estratégias de financiamento da Dívida Pública Federal - DPF, possibilitando a avaliação de seus custos e riscos e o acompanhamento do Plano Anual de Financiamento, bem como subsídios à tomada de decisão pelo Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública.
O2C	Operações Oficiais de Crédito	Executa o cadastro de contratos e atualizações de saldos do O2C, operações oficiais de crédito de controle da COPEC.
SAC	Sistema de Acompanhamento de Análise de Crédito	O Sistema de Acompanhamento de Análise de Crédito - SAC, tem como objetivo o auxílio aos Analistas de Finanças e Controle, lotados nesta COPEM, na verificação do cumprimento dos limites e condições para contratação de operação de crédito pleiteadas pelos Entes Federativos à Secretaria do Tesouro Nacional.

SADIP/AGRÍCOLA	Sistema de Administração da Dívida Pública Federal Interna - Módulo Agrícola	O SADIP/Agrícola foi desenvolvido para suportar a administração da dívida originária da securitização de contratos celebrados entre agricultores e a rede bancária, no âmbito da Lei n.º 9.138, de 29 de novembro de 1995, realizando o processamento de haveres, deveres e a equalização de operações relacionadas ao sistema BNDES/FINAME.
SIMEM	Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios	Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios tem como atribuição apoiar o acompanhamento dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, da dívida financeira dos Estados, calcular a Receita Líquida Real – RLR e a Capacidade de Pagamento das Unidades da Federação.
SISGRU	Sistema de Gestão de Recolhimento da União	O SISGRU é uma aplicação desenvolvida em ambiente web com interação com o SIAFI Operacional, a qual permite a todos os usuários do SIAFI consultarem a arrecadação por meio de GRU de suas Unidades Gestoras, bem como estruturar suas consultas para fins gerenciais.
SISTEMA HAVERES	Sistema Haveres	Sistema criado para aprimorar e auxiliar na gestão dos haveres financeiros sob controle da COAFI e COFIS, na STN. Atualmente, no âmbito da COFIS, o sistema tem sido a principal ferramenta para controle dos recebimentos e acompanhamento dos saldos das operações amparadas pela Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, nos termos da MP 2.196/2001.
STRATEGIA	Sistema de Planejamento Estratégico	Sistema que suporta o Planejamento Estratégico da STN.
PERSONA	Sistema de Gestão de Recursos Humanos	Sistema de Gestão de Recursos Humanos, que contém informações cadastrais, pessoais e funcionais dos servidores da STN.
PORTAL TESOURO	Portal Tesouro	Portal institucional do Tesouro Nacional, responsável por disponibilizar serviços e informações de acesso público, relacionados à Instituição, ao SIAFI, ao Tesouro Direto, entre outros.
PORTAL SIAFI	Portal SIAFI	Ambiente Web que reúne serviços e informações, com interação e dinamismo para toda a comunidade SIAFI, que compreende os usuários operadores, executivos do Governo, cadastradores de habilitação, profissionais ou entidades de áreas afins, estudantes, sociedade, dentre outros públicos a serem atendidos.

Fonte: Escritório de Projetos – STN/COSIS

9.1b Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

Durante o ano de 2014, a STN continuou no desempenho de suas atividades visando aperfeiçoar os seus mecanismos de acompanhamento e controle, através do desenvolvimento de novos sistemas internos, adequação de funcionalidades em sistemas já existentes, manutenções corretivas e apoio técnico ao serviço de produção. Foram levantadas necessidades de novos sistemas de informação que geraram projetos de software. Dentre os projetos que mereceram destaque no exercício podemos citar:

- Programa NCASP

Execução do projeto: 100%.

Previsão de entrega: Dezembro/2014.

- *Projeto PCASP*

Com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, a STN, em conjunto com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), elaborou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), adequado aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais.

Em função disso houve necessidade de adequações diversas no SIAFI e em todos os sistemas (externos e internos) que interagem com ele. As referidas adequações foram realizadas por meio do Projeto PCASP no período de 23/Jul/2012 a 31/Dez/2014, possibilitando que o SIAFI passasse a operar a partir de 01/Jan/2015 em conformidade com o novo PCASP.

- *Projeto DCASP*

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) tem como objetivo padronizar os conceitos, as regras e os procedimentos relativos às demonstrações contábeis do setor público a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O projeto DCASP foi executado no período de 11/Dez/2012 a 31/Dez/2014 e possibilitará a emissão dos demonstrativos, por parte da União, já a partir de 01/Jan/2015, através da utilização das novas funcionalidades desenvolvidas no Novo SIAFI.

- *Projeto SAHEM*

Execução do projeto: 32%.

Previsão de entrega: Julho/2016.

O Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios – SAHEM tem como objetivo reduzir o risco tecnológico associado à solução de software atualmente em uso pela STN/COAFI (Sistema Resolução 43), especialmente no que tange à capacidade de armazenamento de grande volume de informação, à segurança dos dados armazenados, à estabilidade do sistema e à garantia de que este poderá ser mantido e aprimorado no futuro.

Não se trata apenas de um projeto de migração de plataforma, mas sim um sistema com o objetivo de substituir os dois principais sistemas em uso pela STN/COAFI/GEFIG e automatizar os seus principais processos de trabalho, aumentando a sua produtividade e reduzindo o nível de trabalho manual.

Em 2014, o projeto SAHEM concluiu as duas primeiras *Releases*. Segundo os próprios usuários da STN/COAFI, o novo sistema diminuiu o risco operacional dessa Coordenação, quando estabeleceu um canal mais confiável de recebimento dos dados de inadimplência provenientes dos agentes financeiros, assim como eliminou as indisponibilidades de sistema, antes frequentes. Outro grande benefício do projeto foi a substituição dos antigos sistemas, os quais apresentavam sérios problemas de manutenção e estabilidade.

Para 2015 o projeto prevê a ampliação da integração com os agentes financeiros, recebendo e processando a totalidade das informações referentes aos contratos geridos. Além disto planeja-se aumentar a integração com outras Coordenações através da comunicação de seus sistemas com o SAHEM, melhorando a produtividade de rotinas selecionadas.

- Projeto SICONFI

Execução do projeto: 80%.

Previsão de entrega: Dezembro/2015.

A STN lançou em 02 de abril o SICONFI, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, uma ferramenta eficiente e eficaz no recebimento, tratamento e divulgação de dados relativos à Contabilidade Pública, em estrutura padronizada e formato aberto. Na primeira versão, foram coletadas as contas anuais (DCA e QDCC) de todos os poderes executivos municipal e estadual. Em 2015, este sistema substituirá o SISTN, sistema hoje mantido pela Caixa Econômica, e coletará também, os demonstrativos de RREO, RGF, CDP (antigo COC) e fará integração automática com o CAUC.

As declarações anteriores recebidas pelo SISTN também estarão disponíveis para consulta no SICONFI. Com o crescente acessos da população em busca destas informações, espera-se em um médio prazo, uma significativa melhora na acuidade das análises e publicações de informações sobre o setor público no Brasil.

- Projeto SADIPEM

Execução do projeto: 87%.

Previsão de entrega: Março/2015.

O Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM é um sistema via WEB para o envio e análise dos pleitos de operações de crédito dos entes federativos.

A ferramenta permitirá o envio de grande parte da documentação relativa aos pleitos de operações de crédito das instituições financeiras e dos entes federativos para a STN. Os objetivos almejados com a criação do SADIPEM são:

- Aumentar a comunicação entre as partes envolvidas no processo;
- Propiciar agilidade, transparência e controle no envio à STN e na análise de operações de crédito e de garantias da união;
- Dar clareza a análise apontando de maneira célere as falhas documentais que, por ventura, possam ocorrer no momento do preenchimento; e
- Automatizar rotinas com confiabilidade tecnológica.

- Projeto Tesouro Gerencial

Percentual de execução física: 80% (implantação dos temas Consultas Gerenciais, Pagamento Efetivo e SIC).

O Tesouro Gerencial é um sistema de consulta de informações, a partir de dados do SIAFI, construído na plataforma de business intelligence Microstrategy (a mesma utilizada no Sistema de

Informações de Custos), que a partir de 2015 consolidará as informações do SIAFI Gerencial e das soluções de data warehouse (DW) da STN numa base de dados única, com cinco temas:

- Consultas Gerenciais;
- Pagamento Efetivo;
- Custos;
- LRF; e
- GFSM.

Seus benefícios em relação às atuais soluções são: a ampliação expressiva da abrangência e a atomicidade dos dados (praticamente todos os dados do SIAFI, no mesmo nível de detalhe), a geração de relatórios dinâmicos (com funcionalidades como pivotagem, drill e filtros de exibição), a modularidade, a construção de documentos complexos e painéis (dashboards) e o agendamento de consultas.

A implantação dos primeiros temas (Consultas Gerenciais, Pagamento Efetivo e Custos) ocorrerá em 01/01/15. No primeiro trimestre de 2015, os dados do atual Sistema de Custos (SIC) serão migrados para o Tesouro Gerencial e o SIC deverá ser descontinuado, sendo totalmente substituído pelo Tesouro Gerencial até o final do primeiro semestre do ano que vem. Ainda no primeiro trimestre, o tema LRF estará concluído. Já o tema GFSM será implantado no primeiro semestre de 2015.

- *Projeto SIPAR*

Execução do projeto: 22%.

Previsão de entrega: Julho/2016.

O Sistema de Participações Societárias – SIPAR visa ao controle de todos os atos e fatos contábeis das empresas estatais que afetem a STN/COPAR, a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos conselheiros fiscais e a Análise econômico financeira das empresas estatais federais.

Segue abaixo, tabela contendo lista de projetos que foram conduzidos pela área de Tecnologia da informação durante o ano 2014:

Tabela 9.1b.1 – Projetos de TI no ano 2014

Área	Projeto	Término	Status
Subsec I (Assuntos Corp.)	Projeto Persona - Evoluções do Cadastro e Módulo de Frequência	30/05/2014	Concluído
	Projeto Persona – Módulo Férias	15/10/2014	Concluído
	Projeto Persona – Módulo Desempenho	27/02/2015	Execução
	Projeto Nova Intranet	05/01/2015	Execução
Subsec II (Política Fical)	Projeto Novos Marcos do Agrícola	-	Cancelado
	Projeto SISPROFI Fase II - Exploração de dados	-	Suspensão
	Projeto Programação Financeira	31/01/2014	Concluído
	Projeto Participações Societárias do SIPAR - Módulo 1: Sistemas de Participações Societárias	31/12/2014	Execução
	PMO Crescer	30/04/2015	Suspensão
	Projeto SID - Fase II	-	Cancelado

Subsec III (Dívida Pública)	Projeto Sistema de apuração de Leilões	-	Cancelado
	Projeto Integração SID-SIAFI (CONDIVEX)	31/10/2014	Concluído
	Projeto SID - Estabilização do E1	30/06/2015	Execução
Subsec IV (Relações Financeiras Intergov.)	Projeto Resolução 43 (SAHEM)	31/07/2016	Execução
	Projeto SADIPEM (SAC)	26/02/2015	Execução
Subsec V (Planej. Estatísticas Fiscais)	Projeto SICONFI	31/12/2015	Execução
Subsec VI (Contab. Pública)	Projeto SIC - Fase II	23/05/2014	Concluído
SIAFI	Projeto SISGRU – Etapas de Consulta e Retificação	15/09/2014	Concluído
	Projeto CAUC: 2ª fase	31/12/2014	Suspensão
	Projeto Novo PCASP (Núcleo Contábil)	31/12/2014	Execução
	Projeto DCASP – Etapa 1	31/12/2014	Execução
	Projeto DCASP – Etapa 2		Não Iniciado

Fonte: Escritório de Projetos – STN/COSIS

9.1c Relação dos Contratos de TI 2014

Este tópico trata do estabelecimento de contrato de prestação de serviços entre a STN e seus fornecedores no que se refere aos serviços de Tecnologia da Informação. Consiste basicamente na contratação de empresas para manter e desenvolver os soluções de Tecnologia da Informação no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura; serviços técnicos complementares.

Como em todo ano, o principal fornecedor da STN no apoio a prestação de serviços de TI foi o SERPRO. Este contrato trata da manutenção dos sistemas que compõem o Complexo SIAFI, principal sistema estruturante do Governo Federal, dentro outras soluções tecnológicas. Durante o ano de 2014, considerando todos os fornecedores, a STN desembolsou um total de R\$ 215.857.957,43.

Outro ponto de destaque durante o ano foi a aquisição de 1.250 novas estações de trabalho no valor de R\$ 3.513.250,00 que teve por objetivo a modernização do parque computacional da STN. Abaixo segue tabela contendo os contratos vigentes da área de Tecnologia da Informação da STN durante o exercício de 2014:

Quadro 9.1c.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
2014LS002	Licenças de uso permanente de softwares aplicativos e sistemas operacionais Microsoft	14/01/2014 a 13/01/2017	710799000100	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda	4.668.963,57	1.556.321,19

15/2013	Prestação de serviços de configuração, parametrização e customização da Solução de Gerenciamento de Projetos	29/07/2013 a 28/07/2015	11011091000187	Casutim Informática Ltda	1.133.385,58	198.657,17
36/2012	Apoio a Gestão - Serviço de Monitoração	28/12/2013 a 28/12/2014	7171299000196	Central IT Tecnologia da Informação Ltda	110.448,00	30.886,20
34/2013	Suporte e Licenças XBRL	19/12/2013 a 18/12/2015	43456599000185	Fujitsu do Brasil Ltda	1.074.956,72	453.285,91
40/2011	Assinaturas ao acesso a Base de Conhecimento em TIC	15/12/2013 a 15/12/2015	2593165000140	Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda	495.859,92	289.216,62
22/2012	Renovação e Suporte do software e-Views Enterprise Edition	19/11/2012 a 18/11/2015	8658727000172	Horizonte Digital Informática Ltda	48.259,32	52.811,78
21/2013	Prestação de serviços de técnicos especializados de TIC para a execução de atividades de sustentação da infraestrutura tecnológica da STN	09/09/2013 a 08/09/2015	38056404000170	IOS Informática Organização e Sistemas S.A.	4.797.384,48	797.792,52
33/2013	Serviços de Apoio a Execução de Processos de Governança de TI	14/12/2013 a 13/12/2015	660928000100	Life Tecnologia e Consultoria Ltda	2.990.000,00	136.261,60
44/2011	Infraestrutura e suporte de ferramentas de datacenter e switches	13/12/2013 a 12/12/2015	71738132000163	MTEL Tecnologia Ltda	195.888,92	97.944,96
46/2011 - UG 170007	Suporte Oracle	29/07/2011 a 28/07/2015	59456277000338	Oracle do Brasil Ltda	61.819,20	54.413,16
15/2012 - UG 170007	SERPRO	03/05/2012 a 02/05/2015	33683111000280	SERPRO	249.296.963,63	207.543.092,25
17/2010	Suporte Padrão IX - INGES Solução tecnológica para utilização de dados do SIAFI em Olap para DW	07/05/2011 a 06/05/2014	26460584000171	Padrão IX Informática Sistemas Abertos S.A	2.298.817,44	216.328,10
46/2011	Solução Data Discovery QlikView	29/12/2013 a 28/12/2015	8689089000157	Toccatto Tecnologia em Sistemas LTDA	639.592,00	306.012,18
1353/2013	Estações de Trabalho	2014	3619767000191	Torino Informática Ltda	3.513.250,00	3.513.250,00
30/2014	Solução Data Discovery QlikView	13/10/2014 a 12/10/2017	8689089000157	Toccatto Tecnologia em Sistemas LTDA	1.142.791,53	385.487,29
19/2014	JBOSS (Licenças)	23/09/2014 a 22/09/2017	2699081200015	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial LTDA	759.394,70	207.558,00
20/2014	JBOSS (Licenças)	23/09/2014 a 22/09/2015	2699081200015	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial LTDA	109.999,00	15.005,00

21/2014	JBOSS (Consultoria)	23/09/2014 a 22/09/2015	2699081200015	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial LTDA	698.750,00	3.633,50
---------	---------------------	----------------------------	---------------	--	------------	----------

Fonte: STN/COSIS

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Não se aplica.

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

- Deliberações do TCU

Quadro 11.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-026.768/2012-7	2142/2014	9.2	DE	Aviso nº 937/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda que encaminhem ao TCU manifestação, no prazo de 90 (noventa dias), a contar da ciência deste Acórdão, sobre os fatos noticiados pelo Representante a respeito de possíveis irregularidades relacionadas com leis do Estado de Goiás, que concederam ao setor automotivo benefícios fiscais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Envio do Memorando COGER nº 507/2014 à AECI/MF contendo a Nota Técnica COINT nº 13/2014 e o Parecer PGFN nº 1753/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Esclarecimento da questão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC-002.901/2014-5	2153/2014	9.2	DE	Ofício nº 335/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que proceda às alterações no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para 2014 e demais anos subsequentes, no sentido de deixar clara a obrigatoriedade de publicação do Relatório de Gestão Fiscal por todos os órgãos autônomos, independentemente da data de criação, consoante o art. 54, c/c os arts. 48, 20 e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento do Ofício COGER nº 408/2014 contendo as providências tomadas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Maior transparência fiscal.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	TC-015.015/2014-9	2378/2014	9.5	DE	Ofício nº 351/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
No prazo de 15 dias, o Comando da Marinha do Brasil e as Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e de Orçamento Federal (SOF) informem a este Tribunal os motivos da assunção, reconhecimento e confissão de dívida externa evidenciada no valor de R\$ 608,3 milhões no Demonstrativo de Operações de Crédito da União do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal referente ao 1º quadrimestre de 2014;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Enviado o Ofício COGER nº 412/2014 contendo o Ofício Marinha do Brasil nº 84/2014 e o Parecer nº 21/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Esclarecimento da questão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	TC-008.046/2009-0	5659/2014	1.8	DE	Ofício nº 2701/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					

Determinar à Secretaria do. Tesouro Nacional as providências cabíveis para os acertos no Sistema Siafi do recolhimento do débito, realizado indevidamente, que foi efetivado até a parcela 4/36, até 30/7/2014, bem como de outras que tenham sido recolhidas até a presente data, para UG/Gestão - Tesouro Nacional, código 18836-0, nos valores a seguir:		
DATA	VALOR (R\$)	COFRES
14/4/2014	5.877,25	Tesouro Nacional
15/5/2014	5.945,00	Tesouro Nacional
30/7/2014	6.022,03	Tesouro Nacional
30/7/2014	6.022,03	Tesouro Nacional
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional		073665
Síntese da Providência Adotada		
Encaminhado o Ofício COGER nº 566/2014 contendo os esclarecimentos necessários.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Esclarecimento da questão.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Fonte: STN/COGER

Quadro 11.1.2 – Situação das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-007.081/2013-8	618/2014	9.3	RE	Ofício nº 353/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomendar aos Ministérios da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda que adotem, em colaboração com as respectivas Secretarias Estaduais e Municipais, medidas para gerenciar o risco do cumprimento da Meta 3 do PLPNE, com a alocação dos recursos de infraestrutura necessários ao ensino médio.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não cabe à STN propor os recursos orçamentários para tal finalidade. Esta ação deve ser realizada, em conjunto, pelos Ministérios da Educação e do Planejamento. Uma vez definidos e aprovados os recursos orçamentários, as liberações financeiras serão efetuadas, de acordo com a Programação Financeira Anual.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC-004.888/2010-3	806/2014	9.2	DE	Ofício nº 159/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério da Fazenda que apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, esclarecimentos a esta Corte de Contas sobre as medidas a serem adotadas para fins de dar cumprimento do disposto no § 4o do art. 32 da Lei Complementar 101/2000 e no art. 27 da Resolução do Senado Federal 43/2001, visando à implantação do sistema eletrônico centralizado de transparência do endividamento público por parte da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Os estudos estão sendo realizados, com a oitiva do TCU, em torno da visão preliminar do Sistema Eletrônico da Dívida..					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	TC-012.606/2012-0	809/2014	9.4	DE	Ofício nº 165/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério da Fazenda que, quando da proposição de ato normativo que conceda renúncias de receitas tributárias de sua iniciativa ou submetido à sua apreciação, observe o teor do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a fazer constar da exposição de motivos:					
<ul style="list-style-type: none"> - estimativa de impacto orçamentário-financeiro dessas medidas no exercício em que devam iniciar sua vigência e nos dois seguintes; - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias ou, alternativamente, indicação da adoção de uma das medidas de compensação constantes do inciso II do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Serão adotadas quando da proposição dos atos de renúncia tributária pela Secretaria Executiva na Exposição de Motivos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	TC-028.636/2013-9	1089/2014	9.2	RE	Ofício nº 338/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomendar aos Ministérios da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda que adotem medidas com os objetivos de aumentar, substancialmente, a participação da função educação no total da despesa empenhada, e de garantir a efetiva execução dos programas de .governo para a área educacional.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não cabe à STN propor os recursos orçamentários para tal finalidade. Esta ação deve ser realizada, em conjunto, pelos Ministérios da Educação e do Planejamento. Uma vez definidos e aprovados os recursos orçamentários, as liberações financeiras serão efetuadas, de acordo com a Programação Financeira Anual.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	TC-005.956/2014-5	1338/2014	2	RE	Ofício nº 269/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					

Recomendar:

1 - À Secretaria de Orçamento Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que, em conjunto, apresentem, no prazo de noventa dias, estudo no sentido de que as devoluções de recursos ao Fisco originadas de restituições tributárias sejam apropriadas nas naturezas de receitas correspondentes às respectivas espécies de tributo, de modo a assegurar a estrita observância do princípio orçamentário da discriminação e a correta destinação dos recursos arrecadados;

2 - ao Banco Central do Brasil que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, adote providências para o registro contábil dos créditos inscritos em dívida ativa no órgão Siafi 25201 – Banco Central (Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social);

3 - à Secretaria de Política Econômica e à Secretaria do Tesouro Nacional que, no prazo de noventa dias, elaborem e apresentem as projeções anuais, para este e os próximos três exercícios (2014 a 2017), dos valores correspondentes aos benefícios financeiros e creditícios decorrentes das operações de crédito concedidas pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 2008, incluindo as respectivas despesas financeiras relativas aos juros e demais encargos decorrentes da captação de recursos pelo Tesouro Nacional, em cumprimento aos itens 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão 3.071/2012-TCU-Plenário, medida que visa a dar maior transparência às ações de governo e contribuir para que a sociedade possa conhecer e avaliar o custo das operações realizadas;

4 - ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que:

a) tomem as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às despesas com militares inativos das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2014 e seguintes;

b) tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação

no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2014 e seguintes;

5 - à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério da Previdência Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social que realizem, por iniciativa própria ou por meio da contratação de consultoria especializada, estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas da previdência social, incluindo no escopo do estudo a necessidade de elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação atuarial da previdência social, de modo a subsidiar o processo decisório sobre a sustentabilidade previdenciária no Brasil;

6 - à Secretaria do Tesouro Nacional que:

a) na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, nos termos do art. 11, inciso 1, da Lei 10.180/2001, e em observância aos pressupostos do planejamento e da transparência na gestão fiscal, insculpidos no art. 1º, § 1º da Lei Complementar 101/2000, apure, discrimine e evidencie, em item específico do relatório "Resultado do Tesouro Nacional", o efeito fiscal decorrente de receitas extraordinárias, de quaisquer naturezas, que vierem a ser arrecadadas durante o exercício, com vistas a minimizar a assimetria de informação entre a sociedade, os órgãos de controle e o governo federal, em reiteração a recomendação proferida nas Contas do Governo de 2012;

b) inclua, em notas explicativas do Balanço Geral da União, o balanço atuarial do Regime Geral da Previdência Social a partir do exercício de 2014;

c) oriente os órgãos setoriais para a implementação efetiva do que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes, em especial a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal, responsáveis pelas principais demandas judiciais da União;

d) apresente, em nota explicativa, a eventual divergência do saldo dos restos a pagar processados em comparação com aquele constante do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado, bem como as razões e qualquer informação adicional que seja relevante para compreensão dessa diferença;

e) em reiteração à recomendação expedida nas Contas do Governo de 2012, divulgue em notas explicativas o valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data do Balanço Geral da União e as datas das demonstrações financeiras das empresas participadas;

f) adeque as notas explicativas sobre transações com partes relacionadas aos padrões e boas práticas internacionais, inclusive quanto a denominação e numeração, de modo a facilitar a identificação e a compreensão pelos usuários externos do Balanço Geral da União;

g) na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabeleça normas e procedimentos para a adequada evidenciação contábil das renúncias de receitas dos órgãos e entidades federais, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009;

h) inclua, em notas explicativas sobre as receitas de dividendos arrecadadas pela União, elementos mínimos sobre a política de dividendos das principais participações societárias do governo federal, bem como o histórico de arrecadação desse tipo de receita em relação ao resultado primário do exercício a que se referem as demonstrações contábeis e dos quatro exercícios anteriores;

i) como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal e em atendimento ao art. 7º, inciso IX, do Decreto 6.976/2009, supervisione, diretamente e por meio dos órgãos superiores do sistema, as declarações dos contadores de modo a garantir com razoável segurança que estejam atestando a realidade da situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas;

j) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a justificar a permanência das restrições contábeis no final do exercício, por meio da Declaração do Contador, com o objetivo de estimular a correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e de esclarecer os motivos daqueles remanescentes;

k) crie setorial contábil específica para realizar a conformidade contábil de seus registros contábeis e também para emitir Declaração do Contador sobre suas demonstrações contábeis;

7 - à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que inclua notas explicativas sobre as divergências de créditos da dívida ativa entre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e o Sistema Integrado da Dívida Ativa;

8 - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, que realize o estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e, imprescindivelmente, de critérios de classificação de créditos que espelhem sua real possibilidade de recuperação, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular;

9 - à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União, no sentido de implementar a depreciação de bens imóveis na política contábil atual do governo federal;

10 - ao Ministério da Educação, como órgão superior; e à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que aprimorem os procedimentos de supervisão dos órgãos setoriais para evitar

que erros contábeis materialmente relevantes, como o observado na depreciação de bens móveis da Fundação Universidade Federal do Piauí, permaneçam no encerramento do exercício.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
<p>1 - Encaminhado o Ofício COGER nº 340/2014 com informações demandadas.</p> <p>2 - Enviado o Ofício STN/SUCON nº 15/2014. O BACEN procedeu o registro do crédito por meio da 2014NL700512. 3 - Encaminhado o Ofício COGER nº 71/2014 contendo os esclarecimentos necessários.</p> <p>4a - Segundo o entendimento do Ministério da Defesa, as despesas com inativos das Forças Armadas são encargos constitucionais da União, tendo em vista o regime jurídico próprio dos militares. Não haveria, portanto, obrigação jurídica para evidenciação contábil do passivo atuarial, uma vez que os militares das Forças Armadas não são mencionados nas normas que tratam das obrigações contábeis e atuariais:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Constituição, art. 40 (esp. § 20), que trata do Regime Próprio; . Lei Complementar 101/00 (LRF), que trata da obrigação de avaliação da situação financeira dos regimes gerais e próprio; e . Lei nº 9.717/98, que também só traz em seu escopo os regimes próprios, sem tratar dos militares federais (trata dos militares dos Estados e DF). <p>A CGU solicitou em Out/2014 o aprofundamento da matéria pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa. 4b - De acordo com o MD, é possível viabilizar a elaboração de balanço atuarial para os pensionistas, uma vez que se trata de um regime de natureza previdenciária, com aportes efetuados pelos militares para garantia de benefícios futuros aos respectivos pensionistas. MD avaliará se essa disposição de efetuar o cálculo e evidenciar/contabilizar o balanço atuarial dos pensionistas pode fragilizar a tese/premissa por trás da questão dos inativos.</p> <p>O MD discutirá com o MP, por ocasião da elaboração do PLOA 2016, a revisão da ação orçamentária que suporta o pagamento dos inativos, equivocadamente identificada como ação de “previdência”.</p> <p>5 - Será sugerida a elaboração de Portaria conjunta (Secretários Executivos) da Casa Civil, MPS e MF, constituindo GT para organizar as atividades relativas ao Estudo sobre o RGPS. A STN fez estudo preliminar sobre práticas contábeis de regimes gerais e encaminhará esse estudo para MPS e Casa Civil. Considerando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o RGPS, conforme recomendado pelo próprio Tribunal, as recomendações XIX e XX serão posteriormente discutidas com o TCU.</p> <p>6a - Nos termos apresentados, manifestamos nosso entendimento de que o conjunto das publicações oficiais das estatísticas de finanças públicas – aí incluído o boletim Resultado do Tesouro Nacional – já cumprem de forma integrada a recomendação exarada no inciso IX do Parecer Prévio sobre as contas da Presidenta da República no exercício de 2013.</p> <p>6b - Será sugerida a elaboração de Portaria conjunta (Secretários Executivos) da Casa Civil, MPS e MF, constituindo GT para organizar as atividades relativas ao Estudo sobre o RGPS. A STN fez estudo preliminar sobre práticas contábeis de regimes gerais e encaminhará esse estudo para MPS e Casa Civil. Considerando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o RGPS, conforme recomendado pelo próprio Tribunal, as recomendações XIX e XX serão posteriormente discutidas com o TCU.</p> <p>6c - Em alinhamento promovido pela PGF, PGFN, PGU e PGBC, foi identificado que a sistemática da PGBC não pode ser adotada pela PGF, PGU ou PGFN, uma vez que somente a PGF cadastrou em 2013 mais de 2,4 milhões de novos processos, número infinitamente superior ao fluxo de ações em que o BACEN é parte no polo passivo. De acordo com a PGFN, ainda que existisse um setor contábil estruturado dentro da PGFN, ele não seria capaz de fornecer os cálculos do impacto financeiro de uma eventual derrota da União em um dado tema tributário, competência que, de acordo com a PGFN, deve ser tarefa cometida à RFB. A Seccional contábil da PGFN já foi estruturada. No caso da PGU/PGF, essas Procuradorias fornecem informações e órgãos setoriais efetuam registros contábeis, não havendo a necessidade de estruturação e uma seccional contábil. AGU normatizará os critérios de probabilidade de perda, buscando estabelecimento dos parâmetros verificáveis como, por exemplo, a explicitação do voto do relator da ação. Nessa normatização, as perdas remotas e possíveis não seriam provisionadas. PGFN identificará em que medida esses novos critérios serão aplicáveis aos seus processos, para fins de identificação de perdas prováveis em demandas judiciais nas quais a Fazenda Nacional está no polo passivo. Esses critérios serão utilizados já para o exercício de 2014. As provisões serão contabilizadas de forma agregada nas setoriais contábeis específicas de cada órgão, a partir das informações repassadas pelas Procuradorias, garantindo o sigilo às informações e evitando que esses registros sejam utilizados pelos advogados das partes em desfavor da União. Para subsidiar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, os novos critérios serão utilizados quando da apresentação do PLDO de 2016.</p> <p>6d - Será incluída Nota Explicativa no BGU/2014, a exemplo do que foi apresentado em 2013.</p> <p>6e - Será incluída, Nota Explicativa do valor das participações societárias, a ser elaborada pela STN/COPAR para o BGU/2014.</p> <p>6f - atenderá até o final do exercício.</p>	

6g - Divulgação da Nota Técnica nº 04/2013 CCONF/SUCON sobre a evidenciação das renúncias de receitas. 6h - Será incluída Nota Explicativa sobre o valor das receitas de dividendos, a ser elaborada pela COPAR para o BGU/2014.

6i - Em andamento. Divulgar no Manual SIAFI as orientações para supervisão dos órgãos superiores em relação às informações contidas nas declarações do contador dos órgãos subordinados.

6j - Em andamento. Divulgar no Manual SIAFI as orientações para justificar a permanência das restrições contábeis.

6k - Foi acordado entre a SPOA/MF e STN adoção de medidas de ampliação do corpo técnico da Setorial Contábil do MF de forma a absorver as atribuições concernentes à Setorial Contábil do Tesouro Nacional.

7 – Desde a edição do Acórdão TCU nº. 1204/2012 a Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União da PGFN apresenta, anualmente, notas explicativas sobre as divergências existentes entre os dados de arrecadação e estoque contidos em seus sistemas gerenciais e aqueles constantes do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Em 2014 o Ministério da Fazenda constituiu Grupo de Trabalho, com integrantes de sua Secretaria Executiva, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil, para desenvolver estudos e apresentar soluções relacionadas à contabilização dos créditos tributários e não tributários, administrados pela RFB e PGFN, e respectivo ajuste de perdas prováveis, nos termos da Portaria nº. 310, de 04/05/2014, publicada no DOU nº. 66, de 07/05/2014. O GT tem avançado na identificação das razões das divergências e na definição de metodologia para conciliação do SIAFI e do Sistema da Dívida. As divergências serão evidenciadas em notas explicativas ao BGU. Como resultado do Grupo de Trabalho, a Seccional Contábil da PGFN, em 13.11.2014, efetuou os registros contábeis da regularização das divergências de saldos, com base no levantamento realizado por aquela unidade contábil, discriminando as unidades responsáveis e as contas correntes específicas a cada tributo. Foi apurado um montante de R\$136.024.567.009,39 (cento e trinta e seis bilhões, vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, nove reais e trinta e nove centavos). Os ajustes da Dívida Ativa/Exercício Anterior foram realizados na conta contábil 1.2.2.1.1.03.01 – DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (NÃO PREVIDENCIÁRIA), nas Unidades Gestoras da PGFN, com os seguintes saldos:

SALDOS	DIVERGÊNCIAS DW E/OU SIAFI
Saldo antes do ajuste - 2013	R\$136.243.453.603,63

Saldo após ajuste - 2014 R\$7.070.325.649,16

8 - A PGFN, por meio da Nota Técnica PGFN/CDA nº. 90/2014, iniciou os estudos para a classificação do crédito e pormenorização do seu índice de recuperabilidade e incluiu no Programa de Modernização do Ministério da Fazenda, a ação de classificação dos créditos, dentro do programa de Cobrança indireta. O Grupo Técnico apresentou o resultado dos levantamentos referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. O ajuste para perdas da dívida ativa tributária foi realizado pelo mesmo critério de 2013, conforme definido pelo GT. Tal critério consiste na adoção de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial, e aos créditos restantes foi aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, critério definido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nesse período (2012 a 2014), a média dos recebimentos em relação à média dos estoques (mesmo período) foi de 1,18%. O estoque restante, ou seja, os créditos que não dispõem de decisão judicial, garantias e parcelamentos, apresentaram o percentual para perdas da ordem de 83,82%, com base nos recebimentos passados. O GT decidiu adotar para as perdas o percentual de 82,83%, que corresponde a 98,82% de 83,82%. A PGFN está desenvolvendo um projeto com o objetivo de identificar o estoque irrecuperável da Dívida Ativa da União - DAU por meio de critérios técnicos, com vistas a disponibilizar informações que venham contribuir para a eficiência da cobrança dos créditos.

9 - A partir de Grupo de Trabalho – GT instituído pela Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31 de dezembro de 2013, encontra-se em fase final de formulação portaria conjunta para o estabelecimento de procedimentos de mensuração, atualização e depreciação dos imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais. Após estudos técnicos e seleção da metodologia de depreciação a ser aplicada aos imóveis de uso especial, foi preparada pela SPU estimativa da depreciação para fins de avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União, assim como das autarquias e fundações públicas federais. O valor depreciado foi apurado sobre o valor da área construída dos imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União - SPIUNET, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. Portaria com a definição de metodologia para imóveis de uso especial será editada em 2014, com efeitos contábeis ainda para esse exercício. Na hipótese de que a Portaria não seja publicada, ainda assim os lançamentos contábeis serão realizados na posição de 31/12/2014, com base nos estudos promovidos pelo Grupo de Trabalho.

10 - Criação de auditor contábil para identificar possíveis valores inconsistentes.

Este Acórdão pondera que as recomendações encontram-se em atendimento e/ou parcialmente atendidas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	TC-034.097/2013-9	2071/2014	9.5	DE	Aviso nº 922/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda que, após a emissão do parecer técnico que avalia a capacidade de pagamento dos entes subnacionais nos pleitos de operação de crédito externo, dê ciência formal à respectiva entidade credora sobre a nota obtida pelo ente subnacional, quando este for classificado em quaisquer das categorias “C” ou “D”, a fim de garantir a evidenciação de informações relevantes à parte credora, em observância aos princípios sobre a promoção do endividamento soberano responsável, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD);					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O Ofício COGER nº 325/2014 encaminhou o Pedido de Reexame da determinação contida no Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	TC-011.223/2014-6	2565/2014	9.2	DE	Ofício nº 441/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Fazenda que envidem esforços no sentido de regularizar:					
<ul style="list-style-type: none"> - o pagamento das indenizações das concessionárias que renovaram as concessões, nos termos do art. 4º da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1/1 1/2012; - os repasses da CDE à Eletrobras, notadamente a rubrica CCC, destinada aos fornecedores de combustíveis para os sistemas isolados, de fôrma a evitar o colapso de abastecimento da região Norte. 					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Os estudos estão sendo realizados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	TC-007.349/2014-9	3130/2014	9.3	RE	Aviso nº 2039/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomendar ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil da Presidência da República que, em conjunto e com oitiva do Codefat, avaliem a possibilidade de inserir, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, dispositivo que preveja as despesas com Intermediação de Mão de Obra e Qualificação Social e Profissional entre aquelas não sujeitas a cortes orçamentários, tendo em vista a identificação de que os reiterados cortes orçamentários verificados em tais programas podem representar causa relevante do incremento de gastos com o seguro-desemprego.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não cabe à STN propor os recursos orçamentários para tal finalidade. Esta ação deve ser realizada, em conjunto, pelos Ministérios do Trabalho e do Planejamento. Uma vez definidos e aprovados os recursos orçamentários, as liberações financeiras serão efetuadas, de acordo com a Programação Financeira Anual.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: STN/COGER

11.2 RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA CGU

- Recomendações da CGU

Quadro 11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório Anual de Contas nº 2014/05750	2.3.1, 2.4.1, 2.6.2, 2.7.1, 2.8.1 e 2.2.1	Memorando AECI nº 63/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			

- a) Com fulcro na presente constatação, se for o caso, solicitar orientação da PGFN para conduzir eventuais controvérsias de natureza jurídica que eventualmente venham a ser motivadas.
- b) Cientificar esta Controladoria-Geral da União até 30/09/2013 acerca das providências implementadas e seus resultados.
- c) Identificada a ocorrência de informações dúbias compondo os autos dos processos de PVL, cuja interpretação equivocada tenha potencial para ocasionar interpretações insubsistentes, considerado o processo de análise de PVLs desenvolvido pela UG, formalizar na documentação que suporta o resultante da análise esclarecimento conciso elidindo a possibilidade aventada.

- d) Considerando os benefícios proporcionados pelo exercício pleno de funções segmentadas, reavaliar a necessidade de promover maior efetividade ao exercício segregado das funções dedicadas ao processo de exames de PVLs, desenvolvendo documentação destinada a dar suporte ao resultado da etapa de execução da análise de PVLs, a ser subscrita pelo analista responsável por esse feito, instruindo o processo ao qual estiver vinculada.
- e) Promover a utilização dos canais de interlocução já instalados na Unidade, como forma de dirimir dúvidas que se apresentem em momento anterior ao encaminhamento do processo de PVL, para análise pela CGU e ao cumprimento de exigências.
- f) Compor os autos dos processos de PVLs autorizados, com base nas decisões judiciais liminares retro mencionadas, com a documentação representativa das ações adotadas a partir dos procedimentos instaurados, na forma da recomendação anterior.
- g) Com fulcro no conhecimento acerca das falhas na instrução processual dos PVLs, realizar a transferência das informações previstas na Resolução CMN nº 3.751/09, por períodos bimestrais e em até 30 dias do fechamento do período, e exercer uma maior interlocução com o BACEN, com o fim de privilegiar um intercâmbio de informações que proporcione contribuições à efetividade do normativo sob destaque.
- h) Sistematizar e ampliar a oferta de treinamentos dirigidos à capacitação de empregados de instituições financeiras, com o fim de transferir o conhecimento necessário ao aperfeiçoamento da análise de conformidade documental dos processos de PVLs realizada pelas instituições de crédito. Nesse sentido, amparar-se em modelos de treinamento passíveis de desenvolvimento em sala de aula, os quais, na opinião desta UCI, refletem melhor adequação diante da ação que se requer implementar e dos limites estruturais da UG.
- i) Pugnar, caso ainda não consolidada, pela conclusão do mapeamento atualizado dos processos executados pela UG, de forma que o resultado dessa ação subsidie o desenvolvimento da nova Tecnologia de Informação da Unidade, motivando soluções capazes de amparar sua execução plena.
- j) Encaminhar a esta Controladoria-Geral da União, em 30/08/2014, relatórios circunstanciados acerca das providências adotadas em razão da matéria sob exame, sobretudo consideradas as recomendações ora editadas, além de informar sobre seus efeitos.
- k) Nos próximos Relatórios de Gestão da UJ, ampliar o escopo das informações apresentadas acerca da execução de Acordos de Cooperação Técnica que estejam em vigor, esclarecendo suas metas físicas e financeiras programadas e realizadas, circunstanciando as razões de eventuais descumprimentos dessas metas, além de apresentar o montante de custos, explícitos ou implícitos, que incidentalmente tenham sido ocasionados pelo descumprimento de metas.
- l) Conciliar o valor dos recursos financeiros disponibilizados ao PNUD, no seu limite máximo, com a programação estabelecida em razão da efetiva previsão de despesas a realizar por exercício anual. m) Atualizar o Plano Estratégico (PETI), acrescentando as seguintes informações:
- m.1) Descrição do atual ambiente de Tecnologia da Informação do órgão, relatando os recursos de hardware, software, humanos e financeiros disponíveis quando do início da elaboração do PETI; m.2) Descrição da metodologia utilizada para elaboração do plano;
- m.3) Proposta do plano, descrevendo os projetos a serem realizados e suas prioridades frente aos objetivos e às metas da instituição, bem como os recursos de hardware, software, humanos e financeiros necessários para sua efetiva implementação. Relatando, ainda:
- m.3.1) o cronograma de execução dos projetos;
- m.3.2) os principais resultados/benefícios esperados;
- m.3.3) os fatores críticos de sucesso, ou seja, aquelas atividades que são essenciais e merecem especial atenção para que se alcancem os objetivos.
- n) Quando da atualização do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, proceder a identificação de todos os potenciais riscos bem como definir as medidas para mitigar seus impactos.
- o) Incluir no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) sessão específica sobre a política de aquisição e substituição de equipamentos, em conformidade ao parágrafo 2º do art. 7º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MP.
- p) Aprovar uma Política de Segurança da Informação (PSI) que contenha as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação e que declare explicitamente o comprometimento da direção da instituição com a segurança da informação.
- q) Elaborar um ou mais indicadores que, em conjunto, possibilitem a realização de análises quantitativas capazes de sustentar a emissão de posicionamento objetivo acerca da economicidade dos preços dos títulos negociados pela STN e a formulação de estratégias orientadas ao aperfeiçoamento de desempenho, nos casos em que restar configurada a oportunidade desse feito, sem prejuízo da eficácia e efetividade que deve permear o financiamento da DPFMi.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação

Código SIORG

Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Síntese da Providência Adotada	

a) Ofício nº 74/2014/COGER/GABIN/STN/MF-DF, de 07/04/2014: A solicitação por orientação da PGFN para sanar eventuais controvérsias jurídicas acerca dos valores devidos realizada pelo Grupo de Trabalho citado no Plano de Providências Permanente, Constatação 6, Recomendação 2.

b) Enviado o Ofício nº 167/2013/GEFUP/COFIS/SUPOF/STN/MF-DF, de 30/09/2013.

c) Ofício nº 1018/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 10/03/2014: Ademais, cumpre esclarecer que, a fim de que seja evitada a ocorrência de dúvidas quanto à metodologia e composição dos cronogramas de dívida, esta Coordenação-Geral fará constar texto de esclarecimento em observação no Cronograma de Pagamento. Isto ocorrerá, por exemplo, no caso de contratos que tenham a amortização condicionada a limites de comprometimento de receitas ou mecanismos de capitalização de juros, situações de exceção à regra geral, tendo em vista que, apesar de não se refletirem na DCL atual, desde já condicionam o comportamento da dívida e das amortizações no futuro.

d) Cumpre informar inicialmente que as rotinas de trabalho estabelecidas nesta STN/COPEM sempre primaram pela segurança, tendo em vista a criticidade, a relevância e a peculiaridade próprias da atividade. Sempre foi entendimento desta Coordenação-Geral que a elaboração de um único parecer em que são apresentadas todas as informações relevantes do pleito, subscrito por todos os participantes no processo, é a opção que oferece mais segurança e imparcialidade, pois há o comprometimento de todos os servidores que participam do processo. É, portanto, o parecer que apresenta formalmente todos os elementos de análise e constitui a peça de responsabilização dos signatários, do analista ao subsecretário. O Sistema SAC é um mero instrumento de registro e facilitador no tratamento das informações, mas não é, de maneira alguma, a fonte suficiente de qualquer ato administrativo subsequente. Na elaboração do parecer, todos os elementos de análise são incorporados ao respectivo processo, e os signatários avaliam um a um os documentos presentes, independentemente de qualquer informação já presente no sistema.

Deve-se ressaltar que é preocupação constante desta Coordenação-Geral propiciar ambiente favorável à manifestação dos analistas quanto à adequação da documentação necessária à instrução, bem como quanto ao cumprimento dos limites e condições. Assim, em atendimento a esse princípio, é possível ao analista manifestar-se por meio de observações que podem ser inseridas nos próprios Pareceres de Deferimento ou de Indeferimento, ou ainda, inseridas no SAC e impressas no check-list, o qual é anexado aos processos. Todos os envolvidos no processo podem e, sempre que necessário, registram suas posições em relação aos temas abordados, ainda que divergentes.

Não se vislumbra ganho do ponto de vista de maior segurança um procedimento por meio do qual se separem as responsabilidades de análise de documentação e elaboração do parecer conclusivo. Segregar tais funções significaria, ao contrário, elevar os riscos.

Assim, no que tange à elaboração de Pareceres de Deferimento ou de Indeferimento de operações de crédito, esta Coordenação-Geral entende adequados os procedimentos adotados, mantendo a posição consignada na página 3 da Nota COPEM/STN nº 942/2013, segundo a qual:

Desta forma, considerando que a análise dos processos contempla também uma conclusão quanto ao atendimento aos limites e condições necessários à contratação de operações de crédito dos Estados, DF e Municípios, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e que se materializa na forma da emissão de um parecer, esta STN/COPEM entende pertinente e importante a participação dos analistas como integrantes das gerências nos correspondentes pareceres de verificação de limites e condições, e tendo em vista que esta é a prática atualmente adotada, considera-se a recomendação atendida.

e) A STN/COPEM já disponibiliza e utiliza diversos canais de comunicação para dirimir dúvidas técnicas. Essas formas de esclarecimento de dúvidas estão disponíveis, conforme esclarece o MIP, a todos os envolvidos no processo: instituições financeiras e entes federativos. Entre esses canais, destacam-se: atendimento telefônico, correio eletrônico institucional (mip.stn@fazenda.gov.br), ouvidoria e atendimento presencial.

Para aumentar a efetividade desses mecanismos de comunicação, nos cursos a serem ministrados pela equipe desta Secretaria, bem como na próxima revisão do Manual para Instrução de Pleitos, haverá orientações para ampliação e melhor utilização dessas ferramentas.

No treinamento realizado em 19 e 20/8/2014 deu-se ênfase à disponibilização dos canais de comunicação como forma de dirimirem-se dúvidas técnicas.

Na última revisão do Manual Procedimentos Internos (MPI), foram acrescentados e esclarecidos procedimentos para garantir maior eficiência na comunicação realizada com os clientes externos desta Coordenação.

Criou-se, ainda, canal de comunicação na modalidade email institucional (sadipem@fazenda.gov.br) para divulgação e esclarecimento de dúvidas relativas ao SADIPEM.

Ademais, esta Coordenação publica no site do Tesouro Nacional e na página do SICONFI na internet informações destinadas à divulgação do SADIPEM e do Cadastro da Dívida Pública (CDP), com a finalidade de disseminar informações, procedimentos e legislação concernentes aos aludidos sistemas.

f) Além dos documentos e informações relatadas no item anterior, serão anexados aos citados processos os Ofícios dirigidos à AGU, informando sobre o deferimento de pleitos com base em decisões judiciais liminares e solicitando providências para a defesa da União.

Após definição dos procedimentos, conforme recomendação anterior, serão anexados ao processo a comunicação estabelecida em conjunto com a AGU.

Elaborado comunicado interno estabelecendo o seguinte procedimento: “*Ante a necessidade de fornecimento tempestivo de subsídios para que a Advocacia-Geral da União (AGU) possa promover a defesa dos interesses da União em juízo, bem como com vistas a motivar ação jurídica efetiva e dirigida à apreciação definitiva de decisões judiciais provisórias, sempre que forem deferidas operações de crédito por força de ação judicial, deverá ser enviado à AGU/PRU email contendo, anexo, os ofícios de deferimento da operação de crédito em questão. Deverá ser anexado ao processo comprovante de envio do citado e-mail.*”.

g) Esta Secretaria encaminhará o Relatório, conforme recomendado, ao BACEN, com periodicidade bimestral e em até 30 dias após o fechamento do período, de forma a garantir maior tempestividade ao feito.

Quanto à instauração de maior interlocução entre esta Secretaria e o BACEN, serão buscados mecanismos para propiciar maior troca de informações entre as duas instituições. Tal ação terá o escopo de encontrar soluções que visem a uma melhor atuação das instituições financeiras para promover a correta instrução dos pleitos de operações de crédito. Nesse sentido, será realizada reunião com o BACEN para tratar do assunto.

Além disso, cabe salientar que, com a implantação do SADIPEM, haverá menor número de devoluções e de exigências, tendo em vista a forma como está sendo concebido o novo Sistema, que não permitirá o envio de documentação que não atenda a requisitos mínimos definidos pela STN.

Tendo em vista que a Portaria STN nº 259, de 13/5/2014, determina que os pleitos de operações de crédito protocolados na Secretaria do Tesouro Nacional tenham os respectivos processos imediatamente formalizados para a verificação do cumprimento dos limites e condições conforme legislação em vigor, os procedimentos relativos à comunicação ao BACEN de pleitos instruídos de forma inadequada estão em reavaliação.

Além disso, a implementação do SADIPEM impossibilitará em grande parte o envio de documentação em desconformidade com o MIP.

Considerando a impossibilidade técnica do SAC registrar os pleitos indevidamente instruídos na forma do MIP, e tendo em vista que a Portaria STN nº 259, de 13/5/2014, estabelece que os pleitos de operações de crédito protocolados na Secretaria do Tesouro Nacional tenham os respectivos processos imediatamente formalizados, independente da eventual necessidade de devolução, a comunicação ao BACEN será realizada concomitantemente quando a devolução à instituição financeira for determinada pelo Sr. Secretário do TN.

h) Conforme informado na Nota COPEM/STN nº 942/2013, os treinamentos são oferecidos mediante demanda das instituições financeiras, ou seja, não há como realizá-los se não houver interesse dessas instituições em enviar seus empregados para participarem das referidas ações de capacitação.

Entretanto, para sistematizar e ampliar a oferta dessas ações, além das medidas já adotadas, desenvolve-se, no âmbito desta Secretaria, Projeto Educacional, que tem como objetivo, dentre outros, proporcionar maior visibilidade à STN por meio da oferta de treinamentos ao público externo. Assim, esta Coordenação verificará a melhor forma de integrar-se ao referido Projeto, com o objetivo de ampliar a oferta de treinamento às instituições financeiras. Dessa forma, será examinada, junto às áreas competentes, a possibilidade de inserir no âmbito da Semana Orçamentária ou de ação de capacitação similar, já existente ou a ser desenvolvida, treinamentos voltados ao repasse de conhecimentos referentes à verificação de limites e condições para contratação de operações de crédito e concessão de garantia da União. Assim, aproveitar-se-á da estrutura e do conhecimento já desenvolvidos nesta Instituição para possibilitar a ampliação da oferta e a sistematização das ações de treinamento.

Enquanto não concretizada essa medida, poderá ser elaborado plano de capacitação para o exercício de 2014, com a oferta de pelo menos dois treinamentos, um no primeiro semestre, logo após a divulgação da revisão MIP, e outro no segundo semestre.

Realizou-se treinamento em sala de aula, conforme recomendação da CGU, nos dias 19 e 20/8/2014.

Diante da iminência da implementação do SADIPEM, os recursos para que se ministrassem treinamentos focados no MIP foram redirecionados para a realização de cursos destinados à disseminação de conhecimentos e homologação do referido Sistema entre as instituições financeiras e o corpo técnico desta Coordenação. Dessa forma, realizaram-se treinamentos às instituições financeiras e aos técnicos da Coordenação nas seguintes datas:

No mapeamento de treinamentos no âmbito do Projeto Educacional, foram informadas à CODIN as necessidades desta Coordenação. Tais necessidades foram analisadas e devidamente aprovadas pelo Comitê do Tesouro Educacional, de forma que, no 1º Semestre de 2015, estão previstas, no âmbito deste Projeto, as seguintes ações: Semana Orçamentária (Oper. de Crédito) e Treinamento MIP/SADIPEM.

Destaca-se que outros treinamentos, embora não previstos no Projeto Tesouro Educacional, poderão ser realizados, de acordo com as necessidades de implementação do SADIPEM.

i) No âmbito do Projeto STN/COPEM, o mapeamento dos processos de trabalho foi concluído e serviu de subsídio para a especificação de funcionalidades do SADIPEM.

j) Foi enviada a Nota nº 158/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 25/8/2014, por meio do Ofício nº 3611/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de mesma data, com as informações solicitadas.

k) A UCP/STN quando da elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013, encaminhou à área responsável pela consolidação dos dados, relatório, no qual foram acrescentadas informações referentes às metas financeiras e físicas pactuadas, conforme solicitado. No citado documento, consta também justificativa circunstanciada sobre o não cumprimento das metas:

“Não obstante a sua reformulação, diversos fatores contribuíram para que as metas físicas não fossem integralmente cumpridas, em desacordo com o cronograma estabelecido para a execução. Dentre eles, de maior impacto foi sido a dificuldade em realizar os processos licitatórios de forma ágil e tecnicamente adequados. Tais fatores geraram atrasos, ultrapassando, em alguns casos, em vários meses a previsão inicialmente constante do PRODOC, impedindo, desta forma, que as atividades constantes na programação se realizassem com a presteza e agilidade previstas.

Assim, vários projetos somente iniciaram sua execução no primeiro semestre de 2013, inviabilizando o cronograma anteriormente fixado o qual estabelecia o término das atividades ainda no exercício de 2013.

Dentre os principais projetos afetados por esta situação, se pode citar: a) Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional; b) Elaboração do Projeto Tesouro Educacional; c) Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal – SICONFI; d) Disseminação das Técnicas de Avaliação da Qualidade do Gasto Público junto a Gestores Públicos nos Níveis Federal, Estadual e Municipal; e e) Diagnóstico Organizacional da STN.”. Contudo, a mensuração de eventuais custos implícitos ou explícitos decorrentes do não cumprimento das metas no prazo previsto se torna praticamente impossível, vez que não se identifica prejuízo ao erário, uma vez que o dispêndio de recursos só se dá quando do recebimento dos produtos.

l) Ofício nº 74/2014/COGER/GABIN/STN/MF-DF, de 07/04/2014: Diversos fatores contribuíram para que os gastos anuais fossem efetivamente menores do que os previstos. Entre eles, a dificuldade em realizar processos licitatórios de forma ágil. Tais fatores geraram atrasos, ultrapassando, em alguns casos, em vários meses a previsão inicialmente constante do PRODOC, impedindo que a execução se desse com a presteza e agilidade anteriormente previstas. Vários projetos somente iniciaram sua execução no 1º Semestre de 2013 não estando seus custos refletidos, ainda, na execução financeira, o que ocorrerá apenas no final do exercício.

Elaboração de nova Revisão Substantiva I, conciliando a programação de atividades saldo do projeto existente no PNUD, devidamente aprovada pela ABC/MRE.

m) Resposta à SA nº 201405750/001, de 05/05/2014: Encaminhado o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional 2014-2017 contendo as informações solicitadas.

n) Resposta à SA nº 201405750/001, de 05/05/2014: Encaminhado o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional 2014-2017. Neste documento foi incluído relatório de diagnóstico, utilizando como Framework o Cobit 4.1 levantando potenciais de risco e avaliação de maturidade dos processos.

o) Resposta à SA nº 201405750/001, de 05/05/2014: Encaminhado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014/2015. O tema que trata do assunto supra citado encontra-se no Objetivo Estratégico 6 – Produzir e entregar Soluções de Negócio de Maneira ágil e confiável. Iniciativa 18 – Definir mecanismo para antecipar necessidades relacionadas a infraestrutura.

p) Resposta à SA nº 201405750/001, de 05/05/2014: Encaminhada a Portaria nº 65, de 07 de fevereiro de 2014, que institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tesouro Nacional.

q) O GT criado para avaliar a possibilidade de criação de indicadores a serem acompanhados na tomada de decisão dos leilões de títulos públicos prefixados (objeto da recomendação) concluiu pelo acompanhamento extensivo e criação de base de dados das taxas/prêmios pagos pelas operações compromissadas cursadas pelo Banco Central do Brasil (BC).

O Tesouro Nacional (TN) tem monitorado minuciosamente o saldo e os detalhes das compromissadas, principalmente em função do aumento significativo de seu estoque de 2012 para cá (média em 2012 em torno de R\$ 450 bilhões; estoque atual: R\$ 950 bilhões), dado que o instrumento acaba interferindo na gestão da dívida pública especialmente de curto e médio prazos.

As operações compromissadas do BC são um importante instrumento de política monetária para controle da oferta de moeda junto ao mercado financeiro. Atualmente, existem quatro modalidades, em função de seus prazos. Suas definições e principais características se encontram abaixo:

- Over (também conhecida como go around): realizada diariamente, das 9 às 9:15, com a liquidação financeira em D+0 e não tem limite de oferta. Nos dias em que houver a Copom-Copom, seu horário vai de 9:17 às 9:32; é aberta exclusivamente aos dealers, dado que não possuem como lastro títulos públicos de livre movimentação.

- Copom-Copom (também conhecida como go around longa): realizada geralmente em dia de Copom, com duração até a próxima reunião do Comitê. Seu horário é de 9 às 9:15 e a liquidação também ocorre em D+0 e não tem limite de oferta. É aberta exclusivamente aos dealers, dado que não possuem como lastro títulos públicos de livre movimentação.

- 3 meses: a partir de 22/abril/2013, passou a ser realizada diariamente. Seu horário é de 12h às 12:30 e a liquidação ocorre em D+1; às sextas-feiras, dia em que ocorre também a de 6 meses, seu horário é de 11:30 às 12h; é aberta a todo o mercado, dado que possuem como lastro títulos públicos de livre movimentação. A oferta é de no máximo R\$ 5 bilhões.

- 6 meses: realizada somente às sextas-feiras e a liquidação também ocorre em D+1. Seu horário é de 12h às 12:30. É aberta a todo o mercado, dado que possuem como lastro títulos públicos de livre movimentação. A oferta é de no máximo R\$ 10 bilhões.

Embora com finalidades distintas, as operações compromissadas assim como os títulos públicos são instrumentos de captação/enxugamento de recursos advindos de ampla e concorrente base de investidores, majoritariamente acessados por meio de bancos, ainda que em algumas situações em nome de terceiros. Além de objetivos distintos, os instrumentos se diferenciam não apenas pelos prazos mas também pela existência de mercado secundário e marcação a mercado no caso dos títulos, não sendo o mesmo verdade no caso das compromissadas.

Apesar das diferenças, as duas aplicações são diretamente comparadas pelos investidores do mercado de renda fixa antes de sua tomada de decisão. Tendo em vista a forte preferência dos investidores nacionais por aplicações de curto prazo e baixa volatilidade (características das operações compromissadas), para que o Tesouro Nacional obtenha êxito na rolagem de sua dívida é preciso que as taxas/prêmios estejam competitivos frente aos oferecidos pelas compromissadas.

Neste sentido, decidiu-se por utilizar como parâmetro nos leilões de títulos prefixados o prêmio (em pontos-base) sobre o contrato de juros futuros de prazo equivalente (DI - depósito interfinanceiro) oferecido pelas compromissadas do BC. Para que instrumentos de prazos distintos (títulos e compromissadas) sejam comparáveis, esse prêmio em pontos-base é calculado no formato de % do CDI (certificado de depósito interfinanceiro, equivalente à taxa de juros de 1 dia). Finalmente, o prêmio em pontos-base sobre o DI utilizado como balizador nos leilões será o que gerar um % do CDI equivalente ao da operação compromissada que vier oferecendo o maior prêmio.

O indicador descrito já está sendo considerado nos atuais leilões de títulos prefixados, para todos os prazos oferecidos pelo BC e pelo Tesouro Nacional, assim como o armazenamento dessas informações em banco de dados já está sendo executado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 2014/06139	1.1.9.2	Solicitação de Auditoria nº 201406139
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>a) Autuar devidamente os processos administrativos referentes às contratações de serviços de consultoria no âmbito do BRA/06/024.</p> <p>b) Estabelecer Fluxograma de contratação de Consultoria que contemple o pleno atendimento aos procedimentos e requisitos estabelecidos na legislação aplicável, determinando sua fiel aplicação pelos servidores responsáveis pela condução dos processos.</p> <p>c) Revisar os modelos de Termos de Referência e Editais relativos aos processos de seleção de consultores, de forma que os mesmos prevejam:</p> <p>c.i) que a fase de entrevista, quando necessária, se limite à validação e/ou esclarecimentos quanto as qualificações e experiência profissional dos consultores informadas em seu currículo, ou, se classificatória, que estabeleça critérios de classificação razoáveis, sem prejuízo da pontuação atribuída aos quesitos de avaliação objetiva;</p> <p>c.ii) a disponibilização de informações sobre o resultado do certame a todos os candidatos participantes;</p> <p>c.iii) a possibilidade de interposição de recursos pelos candidatos.</p> <p>d) Observar rigorosamente a ordem classificatória nos processos de seleção de consultorias realizadas no âmbito do Projeto.</p> <p>e) Que o Diretor Nacional do Projeto adote medidas preliminares para a apuração dos fatos que resultaram na contratação do consultor vinculado ao Contrato PNUD 952/2012, não observando a ordem de classificação no processo de seleção de consultoria para o projeto, e se, observado indícios de irregularidade, encaminhe o relatório final para a Corregedoria-Geral do Ministério/MF para a adoção dos procedimentos pertinentes.</p>			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Síntese da Providência Adotada	
<p>a) Todos os processos referentes às contratações de serviços de consultoria no âmbito do BRA 06/024 passaram a ser devidamente autuados.</p> <p>b) Fluxograma estabelecido.</p> <p>c) Os modelos de Termos de Referência e Editais foram revistos de forma a atender às recomendações.</p> <p>d) A ordem classificatória está sendo rigorosamente cumprida.</p> <p>e) Foram adotadas medidas preliminares para apuração dos fatos, não tendo sido observado indícios de irregularidade que justificassem o encaminhamento do relatório final para a Corregedoria do Ministério/MF. Foram tomadas as devidas providências para que o fato não ocorra novamente</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: STN/COGER

Quadro 11.2.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>a) Implementar, em caráter de urgência, softwares que possibilitem um melhor controle do histórico das operações de leilões, escolha das melhores propostas, restrição de acesso à documentação sigilosa, entre outros elementos de controle necessários às atividades realizadas pela CODIP/STN.</p> <p>b) Adotar procedimentos para que todas as conversas telefônicas, não apenas do front Office, mas também do middle Office sejam gravadas.</p> <p>c) Realizar testes periódicos nas gravações mencionadas na recomendação anterior, no intuito de se verificar a qualidade e o teor das conversas gravadas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			

<p>a) Não existe um dossiê formal na CODIP com as informações solicitadas pela CGU, e por isto foram enviadas as cópias dos documentos correspondentes.</p> <p>Por meio do Ofício STN/CODIP nº 15/2012, informamos que existe manual normativo das ofertas públicas da dívida pública, assim como fluxograma dessas operações, documentos esses elaborados em conjunto com as áreas competentes da STN. São também observadas boas práticas no que se refere à segurança da informação e acesso a informações confidenciais.</p> <p>Existe um sistema informatizado utilizado pela CODIP em seus respectivos leilões, que consiste principalmente na armazenagem e produção de relatórios gerenciais por meio de recursos do Microsoft Office, sistema este implementado recentemente e que ainda se encontra em fase de aperfeiçoamento. A manualização do sistema está sendo realizada em parceria com a Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS em uma meta conjunta entre as áreas para o aprimoramento do sistema dos leilões, meta esta constante do Planejamento Estratégico do Tesouro Nacional para o ano de 2012. Cabe ressaltar que há previsão do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID substituir os sistemas de leilões existentes na CODIP, no entanto ainda não há previsão de data para tal.</p> <p>Há software desenvolvido internamente para escolha das melhores propostas e para controle do histórico das operações de leilões; há restrição de acesso à documentação sigilosa; está em estudo o desenvolvimento de um novo sistema de leilões.</p> <p>b) Foi solicitada à Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODIN/STN) a manifestação sobre a viabilidade de atendimento da solicitação.</p> <p>c) Os testes serão realizados a partir do atendimento da recomendação anterior.</p>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório Anual de Contas nº 2014/05750	2.3.1	Memorando AECI nº 63/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<ul style="list-style-type: none"> - Promover a revisão do ato administrativo que determinou o pagamento de “taxa de administração” ao IRB no patamar de “0,45% a.a”, revogando-se essas duas condições. - Pugnar pela devolução ao Tesouro Nacional dos valores pagos ao IRB a título de taxa de administração, assegurando-se a manutenção do seu valor real mediante a aplicação de índice de correção razoável sobre os valores originais. - Implementar, na forma descrita nos fatos que compuseram a presente constatação, as providências que se fizerem cabíveis para apuração de custos incorridos pelo IRB em razão de serviços que tenha efetivamente realizado, face suas responsabilidades com ativo do EURE/GGF entre 1992 e 2010 e, se for o caso, proceder ao seu devido ressarcimento, assegurando-se a manutenção do seu valor real mediante a aplicação do mesmo índice de correção previsto na Recomendação 02. - Com fulcro na presente constatação, se for o caso, solicitar orientação da PGFN para conduzir eventuais controvérsias de natureza jurídica que eventualmente venham a ser motivadas. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			

<p>Em referência às atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MF nº 23, de 14/01/2014, com o objetivo de apurar o valor devido ao IRB Brasil Resseguros S.A. – IRB Brasil</p> <p>Re, com relação à gestão do Excedente Único de Riscos Extraordinários com Garantia do Governo Federal – EURE/GGF, em reunião do Grupo de Trabalho realizada em 09/05/2014, os</p> <p>Representantes desta Secretaria foram informados que o IRB-Brasil Re está contratando empresas especializadas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar parecer jurídico acerca da previsão legal ou normativa para o pagamento pela União de taxa pela administração pela gestão do EURE/GGF no período de 1992 a 2010 ou, alternativamente, para o ressarcimento das despesas incorridas no processo mediante indenização, conforme o caso; e • Realizar perícia contábil para levantamento dos serviços prestados na gestão do EURE/GGF no período de 1992 a 2010, seu detalhamento e precificação. <p>Dessa forma, foi proposta pelo Grupo de Trabalho a prorrogação do prazo para a conclusão dos seus trabalhos por mais 180 dias, conforme facultado pelo art. 3º da Portaria MF nº 03, de 2014.</p> <p>Em relação ao andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho, cabe informar que foi contratado pelo IRB Brasil Re, em 29/10/2014, serviço de Perícia Contábil, com duração de até 3 meses e sem previsão de prorrogação, com vistas ao levantamento dos serviços prestados na gestão do EURE/GGF no período de 1992 a 2010, seu detalhamento e precificação.</p> <p>Ademais, cabe mencionar que a contratação de consultoria jurídica, responsável pela avaliação da previsão legal ou normativa para o pagamento pela União de taxa de administração pela gestão do EURE/GGF ou, alternativamente, para o ressarcimento das despesas incorridas no processo, só será efetivada após a conclusão dos trabalhos pela perícia contábil.</p> <p>Cabe lembrar que, após o término de ambas as fases, será necessário ainda submeter o parecer jurídico elaborado pela consultoria contratada pelo IRB Brasil Re à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para avaliação.</p> <p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Relatório Anual de Contas nº 2014/05750	2.4.1	Memorando AECI nº 63/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			

- a) Considerando os riscos decorrentes da ausência de dados quantitativos substanciando as demonstrações de custobenefício associadas às operações de financiamento objeto de PVLs, reavaliar a necessidade de:
- a.i) aperfeiçoar o normativo que orienta a estruturação dos pareceres técnicos, de forma a motivar que o seu conteúdo passe a abranger, de maneira efetiva, não só qualitativa, mas também quantitativamente, a relação custo-benefício associada à operação, possibilitando, em termos razoáveis, a avaliação dos resultados alcançados diante dos objetivos previstos;
 - a.ii) atuar no sentido de assegurar a conformidade dos pareceres técnicos associados aos PVLs com a norma delineada pela COPEM.
- b) Ampliar as medidas de transparência adotadas pela UG em prol do controle social e institucional da gestão financeira da Administração Pública, divulgando, em conjunto com os dados sobre PVLs tramitados na UG e já publicados no sítio da STN na Internet, as peças principais desses pleitos, quais sejam: o próprio PVL; os pareceres técnicos e jurídicos; e a documentação da UG que emana o resultado da análise do pleito, incluindo os relatórios dos analistas e os pareceres dos dirigentes.
- c) Amparando-se na assessoria jurídica da PGFN, regulamentar procedimentos no sentido de motivar ação jurídica efetiva e dirigida à apreciação definitiva de decisões judiciais provisórias com potencial para afetar as decisões que ordinariamente resultariam do exame de PVLs.
- d) Sistematize o conhecimento detido pela STN/COPEM, desenvolvendo relatórios gerenciais que contemplem ao menos:
- d.i) indicadores que respondam sobre a demanda de trabalho que afeta a Unidade em homem-hora, considerando para esse efeito a quantidade dos PVLs protocolados para exame, sua complexidade e a estimativa de horas que se fazem necessárias para exame dos pleitos;
 - d.ii) crescimento esperado para demandas futuras, considerando, ao menos, períodos anuais;
 - d.iii) capacidade de produção ordinariamente instalada na Unidade em homem-hora e a capacidade de possível acionamento em regime de contingência;
 - d.iv) indicadores capazes de responder acerca das causas motivadoras da devolução de PVLs para saneamento da sua instrução, bem como da abertura de exigências realizada com a mesma finalidade.
- e) Com base no conhecimento acumulado pela UG acerca das concentrações de demanda a que se expõe, elaborar estratégias proativas para o enfrentamento efetivo dessas ocorrências.
- f) Ainda com base no conhecimento acerca das falhas na instrução processual dos PVLs, subsidiar a elaboração de capacitação dos atores envolvidos e acompanhar a eficácia dessas capacitações.
- g) Acompanhar o trâmite legislativo do PLC nº 99/2013, com ênfase no seu artigo 10º, e, em caso de aprovação, em defesa da segurança do processo de exame de PVLs, pugnar no sentido de que o ato normativo a ser editado pelo Ministério da Fazenda contemple as seguintes premissas:
- g.i) que a descentralização dos exames dos pleitos se limite às operações de menor risco fiscal, considerando critérios de materialidade, relevância e criticidade, definidos de forma prudencial na edição da norma pelo MF;
 - g.ii) que a elegibilidade de pleitos para exame pelas instituições de crédito observe, além do risco fiscal individual, aquele derivado do somatório das operações examinadas, para o ente federado, por exercício;
 - g.iii) que seja estabelecida a necessidade de homologação pela STN/COPEM de amostra dos processos examinados por cada instituição financeira a cada ano, dimensionando-se a representatividade mínima dessa amostra, considerada a materialidade, a relevância e a criticidade do universo sob enfoque;
 - g.iv) finalmente, propor ainda a definição do tratamento a ser aplicado às instituições financeiras, em razão da identificação de exames realizados em desacordo com requisitos regulamentados, quando essa situação for identificada nos exames amostrais realizados de forma delineada no registro antecedente.

- h) Promover os esforços necessários junto aos atores responsáveis pelo desenvolvimento do novo sistema de informática, a ser dedicado à UG, em defesa da celeridade da execução do projeto que orienta o desenvolvimento da nova Tecnologia de Informação a ser dedicada à Unidade.
- i) Atuar no sentido de que a nova Tecnologia de Informação proporcione segurança ao exercício pleno e à continuidade regular das operações da UG, sejam elas de natureza operacional ou gerencial, mitigando operações manuais e seus riscos à gestão, como forma de favorecer ganhos de produtividade, além de propiciar a implementação de ações gerenciais proativas em prol da excelência da gestão da Unidade.
- j) Pactuar prazos exequíveis, porém razoáveis, para a execução do projeto da nova Tecnologia de Informação intentada pela UG, tendo presente a premente necessidade de aperfeiçoamento e ampliação de soluções informatizadas que se apresentam à Unidade.
- k) Proceder ao levantamento necessário e passar a contemplar nos pareceres de análise de concessão de garantias em regime de excepcionalidade as seguintes informações:
- k.i) Com base em posição atualizada, ressaltar o valor consolidado das garantias concedidas pela União, o valor concedido em rito ordinário, o valor concedido em regime de exceção, suas representatividades no universo em que estão inseridos e sua evolução nos três últimos exercícios;
- k.ii) Observada a estrutura delineada na alínea anterior, dispor informações acerca das garantias concedidas pela União ao Ente interessado no PVL;
- k.iii) Esclarecer se houve a execução de garantias da União em favor do Ente titular do PVL;
- k.iv) Promover a publicidade dos pareceres que amparam a concessão de garantia da União sob a forma de exceção, ato que se coaduna com o procedimento já recomendado no item 2.2 do Relatório de Auditoria nº 201216731.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

Justificativa para o seu não Cumprimento

- a) Publicou-se, no endereço eletrônico <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoes-de-credito-para-estados-emunicipios>, modelo de Parecer do Órgão Técnico com sugestões detalhadas de abordagens metodológicas possíveis. Além disso, em treinamento realizado com instituições financeiras em 19 e 20/8/2014, disseminou-se a importância de um Parecer Técnico bem elaborado para a verificação do cumprimento dos limites e condições. Estão em andamento discussões técnicas e jurídicas quanto à possibilidade de divulgação dos Pareceres Técnicos na internet.
- b) Esta Secretaria tem se empenhado, ao longo dos últimos anos em disponibilizar informações na rede mundial de computadores (Internet) sobre o trâmite e operações de crédito de estados e municípios. Atualmente, não há ferramenta disponível para que seja realizada a divulgação, além da relação das operações e sua tramitação, o conteúdo das peças principais desses pleitos. Entretanto, com a implementação do SADIPEM, tal divulgação será possível.
- O projeto do novo Sistema encontra-se em andamento, com prazo previsto de conclusão no final deste ano. Adicionalmente, esta Coordenação-Geral entende necessário verificar, enquanto é desenvolvido o sistema, se existe risco jurídico da divulgação das peças principais do processo, entre as quais se incluem o próprio PVL e os Pareceres Técnicos e Jurídicos. Dessa forma, será formalizada consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para obter o conforto jurídico necessário para a possível adoção de tal providência.
- Encontra-se em discussão técnica qual a ferramenta mais adequada para a publicação dos referidos documentos, bem como quais fatos jurídicos serão submetidos à consulta da PGFN.
- c) Esta Coordenação-Geral entende que a STN tem se empenhado em motivar ação jurídica dirigida à apreciação definitiva de decisões judiciais provisórias com potencial para afetar as decisões que ordinariamente resultariam do exame dos PVLs. Obviamente, as ações possíveis são: c.1) fornecimento tempestivo de subsídios para que os órgãos competentes possam promover a defesa dos interesses da União em juízo; c.2) reuniões com a Advocacia-Geral da União (AGU) para estimular esforços adicionais perante o Supremo Tribunal Federal, para julgamento dos principais litígios que orientariam decisões futuras; e c.3) em caso de eventual questionamento da AGU ou do Poder Judiciário em alegação de perda do objeto da ação, tendo em vista a contratação da operação de crédito, esta Secretaria manifestar-se-á pela não aceitação do arquivamento da referida ação, até que haja o julgamento do mérito.
- No entanto, os fatores que dificultam a efetividade das ações empreendidas extrapolam a capacidade desta Secretaria e, muito provavelmente, da própria AGU, a qual, nas diversas ocasiões, relatou ainda não ter tido resultados satisfatórios perante o Supremo Tribunal Federal.
- Obviamente, existem os procedimentos adotados cotidianamente em todos os processos em que haja decisão liminar: c.4) somente se dá andamento ao pleito após existência de manifestação formal da AGU para cumprimento da decisão, que implica verificação da força executória; c.5) é realizada análise da clareza e escopo da decisão, de maneira a verificar se esta atinge a operação objeto do parecer; c.6) sempre que há dúvida quanto à clareza do comando ou abrangência da decisão, são formuladas consultas à AGU e à PGFN; c.7) o parecer, com pronunciamento da STN,

registra o objeto do litígio, a decisão judicial na íntegra e as manifestações da AGU e PGFN relacionadas àquela liminar.

Diante do exposto, além de todas as medidas que já são adotadas para a verificação de cumprimento de limites e condições baseadas em decisões judiciais liminares, atuação essa pautada pela prudência, conforme registrado no Relatório de Auditoria nº 201216731, esta Coordenação entende que podem ser adotadas ainda as seguintes ações: c.8) incluir no Manual de Procedimentos Internos um item mais detalhado dos procedimentos relacionados ao tratamento das decisões em caráter liminar; c.9) emitir regularmente comunicação à AGU, por intermédio de Ofício, informando sobre o deferimento de pleito com base em decisões judiciais liminares e solicitando providências para a defesa da União; e c.10) realizar mais uma reunião com a AGU, de maneira a avaliar as perspectivas de julgamento mais tempestivo das principais ações no Supremo Tribunal Federal.

Elaborado comunicado interno estabelecendo o seguinte procedimento: *“Ante a necessidade de fornecimento tempestivo de subsídios para que a Advocacia-Geral da União (AGU) possa promover a defesa dos interesses da União em juízo, bem como com vistas a motivar ação jurídica efetiva e dirigida à apreciação definitiva de decisões judiciais provisórias, sempre que forem deferidas operações de crédito por força de ação judicial, deverá ser enviado à AGU/PRU email contendo, anexo, os ofícios de deferimento da operação de crédito em questão. Deverá ser anexado ao processo comprovante de envio do citado e-mail.”*

d) O projeto STN/COPEM foi concluído e os indicadores apresentados estão sob avaliação para verificar se atendem ao escopo recomendado e posterior implementação no projeto SADIPEM.

e) Esta STN/COPEM sempre traça estratégias para lidar com a concentração de demandas por análise de operações de crédito. O desenho de tais estratégias baseia-se, em geral, na estimativa da quantidade de operações de crédito a serem enviadas pelas instituições financeiras, com fulcro em informações de operações analisadas em períodos pretéritos, bem como em levantamentos feitos junto às citadas instituições.

Entretanto, deve-se salientar que a oferta de crédito ao Setor Público depende de variáveis que estão além da esfera de atuação do Tesouro Nacional, que resultam, em geral, de políticas governamentais de oferta de crédito (PROUCA, PAC, PROINVESTE, etc.), de decisão das instituições financeiras, que podem vir a oferecer novos produtos no mercado (BDMG Máq., BDMG Urbaniza, BDMG Saneamento, etc.), além das necessidades dos próprios entes federativos. As concentrações não ocorrem com regularidade, tal como pode parecer à primeira vista, à exceção de uma maior demanda de conclusão de operações externas no final do exercício para envio ao Senado Federal e uma maior demanda nos períodos anteriores às eleições, em face da redução de prazos para contratação ou desembolso, situações que são levadas em consideração, apesar de não se poder estimar com precisão a quantidade ou o tempo remanescente para realização das análises.

Feitas essas considerações, esta STN/COPEM deverá incluir, na elaboração de estratégias proativas para o enfrentamento efetivo de demandas concentradas, os indicadores elaborados em conjunto com a STN/CODIN. O projeto STN/COPEM foi concluído e os indicadores apresentados estão sob avaliação para verificar se atendem ao escopo recomendado e posterior implementação no projeto SADIPEM.

f) Os treinamentos ministrados pela equipe da STN/COPEM já observam essa premissa. Quanto ao acompanhamento da eficácia dessas ações de capacitação, esta Secretaria avaliará quais as medidas poderão ser implementadas para possibilitar o atendimento dessa recomendação.

Com a implementação do SADIPEM, que será precedida de treinamento, os entes estarão impossibilitados, em grande parte, de enviar documentação em desconformidade com o MIP. Assim, com o uso do SADIPEM, serão reavaliados os treinamentos a serem ministrados por esta Secretaria.

g) **Ofício COPEM/SURIN/STN nº 1017, de 10/03/2014:** Conforme já informado na Nota nº 942/2013, no caso de aprovação do PLC nº 238-D, de 2013, após o adequado trâmite legislativo e posterior sanção pela Presidente da República, caberá ao Ministério da Fazenda editar normativo, de modo a definir os critérios para implementar o artigo 10 da nova lei e, com isso, mitigar a concentração de demandas que atingem esta Coordenação-Geral, conforme identificado no Relatório de Auditoria 201216731.

Em relação ao assunto, informamos que, no processo de elaboração do citado normativo, serão observadas as recomendações propostas no Relatório de Auditoria, com as quais concordamos. Entretanto, deve-se salientar que os itens relacionados à fiscalização da atuação das instituições financeiras terão que ser melhor avaliados, sobretudo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em razão dos aspectos jurídicos envolvidos.

O PLC 99/2013 foi convertido na Lei Complementar nº 148, de 25/11/2014. A meta 12.3 do Plano Estratégico desta Secretaria propõe edição de Portaria do Ministro da Fazenda definindo os critérios a serem atendidos pelos entes para que tenham seus pleitos de contratação de operação de crédito analisados diretamente pela Instituição Financeira até março de 2015. Desta forma, foi elaborada minuta de nota para estabelecer o procedimento disposto no artigo 10 da LC 148, de 25/11/2014, a qual se encontra em apreciação pela STN/SURIN.

h) **Ofício COPEM/SURIN/STN nº 1017, de 10/03/2014:** Já existe um cronograma de atividades relativas ao desenvolvimento do SADIPEM, cuja conclusão prevista dar-se-á no final deste ano. Da forma como se elaborou o cronograma, não se vislumbra a possibilidade de antecipação da conclusão do novo Sistema. Assim, esta COPEM envidará esforços para a observância dos prazos já fixados no Cronograma.

O cronograma original permanece, com previsão de conclusão do desenvolvimento abril/2015, todavia. Atualmente, de acordo com a Metodologia Ágil de desenvolvimento de sistemas, o projeto encontra-se na 4ª *sprint* da 3ª *release*.

<p>i) Ofício COPEM/SURIN/STN nº 1017, de 10/03/2014: O SADIPEM está sendo desenvolvido, seguindo, entre outras, as premissas constantes desta recomendação. Em termos de Requisitos Não Funcionais (RNF), vem sendo realizados testes periódicos com o objetivo de garantir a estabilidade, disponibilidade e segurança do sistema. Com relação a relatórios gerenciais, estes serão implementados após a entrada do sistema em produção, pois considera-se que que o sistema provocará alterações significativas nos gargalos dos processos de trabalho da coordenação, de maneira que não seria produtivo elaborar relatórios baseados na realidade atual.</p> <p>j) Ofício COPEM/SURIN/STN nº 1017, de 10/03/2014: O cronograma de desenvolvimento do SADIPEM foi elaborado seguindo, entre outras, essas premissas. O cronograma do projeto foi alongado até abril/2015 devido à necessidade de ajustes e correções de <i>bugs</i> identificados nas homologações com usuários internos e externos. Por outro lado, já teve início em janeiro de 2015 a substituição do COC pelo CDP, bem como do SISTN pelo SICONFI, o que permitirá, respectivamente, uma identificação mais precisa das operações de crédito verificadas pela STN (nº do processo), bem como autonomia desta Secretaria na compilação e disponibilização das informações financeiras dos entes.</p> <p>k.i) Será verificada, em conjunto com outras áreas desta Secretaria, a possibilidade de disponibilizar as referidas informações nos Pareceres de Concessão de Garantia da União;</p> <p>k.ii) O levantamento dos dados necessários ao atendimento da Recomendação está em fase de elaboração, para que possa ser verificada a melhor forma de apresentação dessas informações nos Pareceres;</p> <p>k.iii) Os pareceres informarão, conforme recomendado, o histórico de adimplência do ente considerado em operações garantidas pela União, sendo que está em avaliação nesta Secretaria a melhor forma de apresentação das informações; após consulta via correio eletrônico à CODIV (ao gerente da GEROR, com cópia para Coordenador-Geral e Coordenador), será informado no Parecer relativo à concessão de Garantia (RSF nº48/2007) se e quantas vezes a União foi chamada a honrar aval do ente pleiteante da garantia.</p> <p>k.iv) Conforme informado na Nota COPEM/STN nº 17/2014/, de 7/3/2014, atualmente, não há ferramenta disponível para que seja realizada a divulgação, em conjunto com os dados sobre PVLs tramitados na STN e já publicados no sítio da STN na internet, das peças principais desses pleitos. Entretanto, com a implementação do SADIPEM, tal divulgação será possível. Dessa forma, considerando que o projeto do novo Sistema encontra-se em andamento, não é vantajoso para a Administração Pública, tampouco exequível até o final de 2014, o desenvolvimento de uma ferramenta cuja única finalidade será suplantada pelo novo Sistema. Também estão em andamento discussões técnicas e jurídicas quanto à possibilidade de divulgação dos referidos documentos na internet.</p>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	Relatório Anual de Contas nº 2014/05750	2.5.1	Memorando AECI nº 63/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			

Recomenda-se que a Secretaria do Tesouro Nacional aprimore os controles internos necessários para evitar ressalvas e respectivas recomendações, decorrentes de atribuições exercidas sob sua responsabilidade, na apreciação conclusiva do Tribunal de Contas da União sobre as Contas do Governo da República conforme disposto no Acórdão TCU nº 1274/2013, atualizado pelo Acórdão TCU nº 1338/2014.

Recomendar:

1 - À Secretaria de Orçamento Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que, em conjunto, apresentem, no prazo de noventa dias, estudo no sentido de que as devoluções de recursos ao Fisco originadas de restituições tributárias sejam apropriadas nas naturezas de receitas correspondentes às respectivas espécies de tributo, de modo a assegurar a estrita observância do princípio orçamentário da discriminação e a correta destinação dos recursos arrecadados;

- 2 - ao Banco Central do Brasil que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, adote providências para o registro contábil dos créditos inscritos em dívida ativa no órgão Siafi 25201 – Banco Central (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social);
- 3 - à Secretaria de Política Econômica e à Secretaria do Tesouro Nacional que, no prazo de noventa dias, elaborem e apresentem as projeções anuais, para este e os próximos três exercícios (2014 a 2017), dos valores correspondentes aos benefícios financeiros e creditícios decorrentes das operações de crédito concedidas pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 2008, incluindo as respectivas despesas financeiras relativas aos juros e demais encargos decorrentes da captação de recursos pelo Tesouro Nacional, em cumprimento aos itens 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão 3.071/2012-TCU-Plenário, medida que visa a dar maior transparência às ações de governo e contribuir para que a sociedade possa conhecer e avaliar o custo das operações realizadas;
- 4 - ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que:
- a) tomem as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às despesas com militares inativos das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2014 e seguintes;
- b) tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo atuarial referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2014 e seguintes;
- 5 - à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério da Previdência Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social que realizem, por iniciativa própria ou por meio da contratação de consultoria especializada, estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas da previdência social, incluindo no escopo do estudo a necessidade de elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação atuarial da previdência social, de modo a subsidiar o processo decisório sobre a sustentabilidade previdenciária no Brasil;
- 6 - à Secretaria do Tesouro Nacional que:
- a) na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, nos termos do art. 11, inciso 1, da Lei 10.180/2001, e em observância aos pressupostos do planejamento e da transparência na gestão fiscal, insculpidos no art. 1º, § 1º da Lei Complementar 101/2000, apure, discrimine e evidencie, em item específico do relatório "Resultado do Tesouro Nacional", o efeito fiscal decorrente de receitas extraordinárias, de quaisquer naturezas, que vierem a ser arrecadadas durante o exercício, com vistas a minimizar a assimetria de informação entre a sociedade, os órgãos de controle e o governo federal, em reiteração a recomendação proferida nas Contas do Governo de 2012;
- b) inclua, em notas explicativas do Balanço Geral da União, o balanço atuarial do Regime Geral da Previdência Social a partir do exercício de 2014;
- c) oriente os órgãos setoriais para a implementação efetiva do que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes, em especial a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal, responsáveis pelas principais demandas judiciais da União;
- d) apresente, em nota explicativa, a eventual divergência do saldo dos restos a pagar processados em comparação com aquele constante do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado, bem como as razões e qualquer informação adicional que seja relevante para compreensão dessa diferença;
- e) em reiteração à recomendação expedida nas Contas do Governo de 2012, divulgue em notas explicativas o valor das participações societárias em 31 de dezembro, de modo que o usuário do Balanço Patrimonial possa compreender os efeitos da defasagem entre a data do Balanço Geral da União e as datas das demonstrações financeiras das empresas participadas;
- f) adeque as notas explicativas sobre transações com partes relacionadas aos padrões e boas práticas internacionais, inclusive quanto a denominação e numeração, de modo a facilitar a identificação e a compreensão pelos usuários externos do Balanço Geral da União;
- g) na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabeleça normas e procedimentos para a adequada evidenciação contábil das renúncias de receitas dos órgãos e entidades federais, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009;
- h) inclua, em notas explicativas sobre as receitas de dividendos arrecadadas pela União, elementos mínimos sobre a política de dividendos das principais participações societárias do governo federal, bem como o histórico de arrecadação desse tipo de receita em relação ao resultado primário do exercício a que se referem as demonstrações contábeis e dos quatro exercícios anteriores;
- i) como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal e em atendimento ao art. 7º, inciso IX, do Decreto 6.976/2009, supervise, diretamente e por meio dos órgãos superiores do sistema, as declarações dos contadores de

modo a garantir com razoável segurança que estejam atestando a realidade da situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas;

- j) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a justificar a permanência das restrições contábeis no final do exercício, por meio da Declaração do Contador, com o objetivo de estimular a correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e de esclarecer os motivos daqueles remanescentes;
- k) crie setorial contábil específica para realizar a conformidade contábil de seus registros contábeis e também para emitir Declaração do Contador sobre suas demonstrações contábeis;
- 7 - à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que inclua notas explicativas sobre as divergências de créditos da dívida ativa entre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e o Sistema Integrado da Dívida Ativa;
- 8 - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, que realize o estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e, imprescindivelmente, de critérios de classificação de créditos que espelhem sua real possibilidade de recuperação, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular;
- 9 - à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União, no sentido de implementar a depreciação de bens imóveis na política contábil atual do governo federal;
- 10 - ao Ministério da Educação, como órgão superior; e à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que aprimorem os procedimentos de supervisão dos órgãos setoriais para evitar que erros contábeis materialmente relevantes, como o observado na depreciação de bens móveis da Fundação Universidade Federal do Piauí, permaneçam no encerramento do exercício.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Síntese das Providências Adotadas	

- 1 - Encaminhado o Ofício COGER nº 340/2014 com informações demandadas.
- 2 - Enviado o Ofício STN/SUCON nº 15/2014. O BACEN procedeu o registro do crédito por meio da 2014NL700512. 3 - Encaminhado o Ofício COGER nº 71/2014 contendo os esclarecimentos abaixo transcritos:
“- Cabe lembrar que todos os subsídios ou operações de créditos objeto do referido Acórdão cumpriram seu rito legal de aprovação e respeitaram os princípios constitucionais da publicidade, além de constarem das informações complementares aos Projetos de Lei Orçamentária Anual, bem como das Contas do Governo da República. Com relação à divulgação de informações o relatório apresenta apontamentos formais, conceituais e operacionais que em grande parte foram solucionados por meio da atualização da edição da Portaria nº 57/2013, que substituiu a Portaria nº 130/2009;
- Diferentemente das informações referentes ao ano de 2013, que estamos disponibilizando ao Tribunal e que atendem aos objetivos de avaliação das Contas do Governo da República de 2013, as projeções merecem um estudo mais aprofundado e por esta razão estamos estudando o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação adequada para a projeção dos benefícios financeiros e creditícios, objeto do referidos itens 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão nº 3.071/2012; - Conforme destacamos, em 2014, estamos prestando as primeiras informações referentes aos itens 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5 e 9.3.6 do Acórdão, de forma a dar cumprimento às suas recomendações/determinações. Ocorre que em relação às informações prospectivas, ou seja, àquelas que exigem a projeção de valores de diversas variáveis macroeconômicas para períodos longos, esta Secretaria em conjunto com a Secretaria de Política Econômica - SPE está estudando o desenvolvimento de metodologia de estimativas para que a informação seja útil e reflita todos os aspectos necessários à avaliação dos benefícios financeiros e creditícios, assim como foi realizado por ocasião da edição da Portaria nº 57/2013;
- Quanto às estimativas, há que se ressaltar a volatilidade e complexidade do cálculo do impacto futuro, que dependerá do comportamento das taxas de juros, câmbio, inflação e etc. de modo que sua explicitação prévia seria mera estimativa com base em cenários de difícil prospecção, em especial, para longos períodos, como é o caso presente;
- Cabe esclarecer, ainda, que as operações de empréstimos realizadas entre a União e o BNDES, não constituem despesa efetiva. Dessa forma, os repasses foram realizados, por meio da colocação direta de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, ou seja, não houve captação de recursos em mercado. A emissão dos títulos foi registrada na conta 523310201 – Operações de Crédito – Internas, com reflexo nas contas de Passivo de Curto (212310101) e Longo Prazos (222110100). Em contrapartida ao crédito concedido, e respeitando a equivalência econômica, foram registrados haveres contra o BNDES, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, à conta de ativo 122310000 – Empréstimos Concedidos. As amortizações são realizadas conforme termos contratuais, por meio de GRU, e evidenciadas na própria conta do haver 122310000;
- Portanto, as informações estão disponíveis no SIAFI, e no que se refere às projeções estas são consideradas na elaboração dos Orçamentos públicos (PPA, LDO e LOA), e nas avaliações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial às relativas ao cumprimento das metas definidas na LDO, sendo que as projeções para todo o período de duração dos empréstimos são exercícios de alta complexidade, conforme dito anteriormente, e sujeitos a grande volatilidade dos parâmetros, o que torna a informação prestada à sociedade altamente instável antes as hipóteses que poderiam ser adotadas. Em nosso entendimento os relatórios atualmente disponíveis atendem à

necessidade de informação da sociedade em relação às operações, sem prejuízo de se estudar metodologia para projeção dos impactos dessas operações;

- Além dos argumentos apontados anteriormente em relação às projeções, cabe destacar que, com relação à Dívida Pública, não faz sentido, segmentar a gestão da mesma, pois a administração da dívida e o alcance dos resultados estabelecidos no Plano Anual de Financiamento se fazem de maneira global e não especificamente em relação às políticas públicas que necessitaram de financiamento via emissão de títulos;

- Ante as razões expostas apresentamos em anexo os demais itens necessários ao processo de avaliação das Contas da Presidenta da República constantes do Acórdão nº3.071/2012.

4a - Segundo o entendimento do Ministério da Defesa, as despesas com inativos das Forças Armadas são encargos constitucionais da União, tendo em vista o regime jurídico próprio dos militares. Não haveria, portanto, obrigação jurídica para evidenciação contábil do passivo atuarial, uma vez que os militares das Forças Armadas não são mencionados nas normas que tratam das obrigações contábeis e atuariais:

. Constituição, art. 40 (esp. § 20), que trata do Regime Próprio;

. Lei Complementar 101/00 (LRF), que trata da obrigação de avaliação da situação financeira dos regimes gerais e próprio; e

. Lei nº 9.717/98, que também só traz em seu escopo os regimes próprios, sem tratar dos militares federais (trata dos militares dos Estados e DF).

A CGU solicitou em Out/2014 o aprofundamento da matéria pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa. 4b - De acordo com o MD, é possível viabilizar a elaboração de balanço atuarial para os pensionistas, uma vez que se trata de um regime de natureza previdenciária, com aportes efetuados pelos militares para garantia de benefícios futuros aos respectivos pensionistas. MD avaliará se essa disposição de efetuar o cálculo e evidenciar/contabilizar o balanço atuarial dos pensionistas pode fragilizar a tese/premissa por trás da questão dos inativos.

O MD discutirá com o MP, por ocasião da elaboração do PLOA 2016, a revisão da ação orçamentária que suporta o pagamento dos inativos, equivocadamente identificada como ação de “previdência”.

5 - Será sugerida a elaboração de Portaria conjunta (Secretários Executivos) da Casa Civil, MPS e MF, constituindo GT para organizar as atividades relativas ao Estudo sobre o RGPS. A STN fez estudo preliminar sobre práticas contábeis de regimes gerais e encaminhará esse estudo para MPS e Casa Civil. Considerando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o RGPS, conforme recomendado pelo próprio Tribunal, as recomendações XIX e XX serão posteriormente discutidas com o TCU.

6a - Nos termos apresentados, manifestamos nosso entendimento de que o conjunto das publicações oficiais das estatísticas de finanças públicas – aí incluído o boletim Resultado do Tesouro Nacional – já cumprem de forma integrada a recomendação exarada no inciso IX do Parecer Prévio sobre as contas da Presidenta da República no exercício de 2013.

6b - Será sugerida a elaboração de Portaria conjunta (Secretários Executivos) da Casa Civil, MPS e MF, constituindo GT para organizar as atividades relativas ao Estudo sobre o RGPS. A STN fez estudo preliminar sobre práticas contábeis de regimes gerais e encaminhará esse estudo para MPS e Casa Civil. Considerando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o RGPS, conforme recomendado pelo próprio Tribunal, as recomendações XIX e XX serão posteriormente discutidas com o TCU.

6c - Em alinhamento promovido pela PGF, PGFN, PGU e PGBC, foi identificado que a sistemática da PGBC não pode ser adotada pela PGF, PGU ou PGFN, uma vez que somente a PGF cadastrou em 2013 mais de 2,4 milhões de novos processos, número infinitamente superior ao fluxo de ações em que o BACEN é parte no polo passivo. De acordo com a PGFN, ainda que existisse um setor contábil estruturado dentro da PGFN, ele não seria capaz de fornecer os cálculos do impacto financeiro de uma eventual derrota da União em um dado tema tributário, competência que, de acordo com a PGFN, deve ser tarefa cometida à RFB. A Seccional contábil da PGFN já foi estruturada. No caso da PGU/PGF, essas Procuradorias fornecem informações e órgãos setoriais efetuam registros contábeis, não havendo a necessidade de estruturação e uma seccional contábil. AGU normatizará os critérios de probabilidade de perda, buscando estabelecimento dos parâmetros verificáveis como, por exemplo, a explicitação do voto do relator da ação. Nessa normatização, as perdas remotas e possíveis não seriam provisionadas. PGFN identificará em que medida esses novos critérios serão aplicáveis aos seus processos, para fins de identificação de perdas prováveis em demandas judiciais nas quais a Fazenda Nacional está no polo passivo. Esses critérios serão utilizados já para o exercício de 2014. As provisões serão contabilizadas de forma agregada nas setoriais contábeis específicas de cada órgão, a partir das informações repassadas pelas Procuradorias, garantindo o sigilo às informações e evitando que esses registros sejam utilizados pelos advogados das partes em desfavor da União. Para subsidiar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, os novos critérios serão utilizados quando da apresentação do PLDO de 2016.

6d - Será incluída Nota Explicativa no BGU/2014, a exemplo do que foi apresentado em 2013.

6e - Será incluída, Nota Explicativa do valor das participações societárias, a ser elaborada pela STN/COPAR para o BGU/2014.

6f - atenderá até o final do exercício.

6g - Divulgação da Nota Técnica nº 04/2013 CCONF/SUCON sobre a evidenciação das renúncias de receitas. 6h - Será incluída Nota Explicativa sobre o valor das receitas de dividendos, a ser elaborada pela COPAR para o BGU/2014.

6i - Em andamento. Divulgar no Manual SIAFI as orientações para supervisão dos órgãos superiores em relação às informações contidas nas declarações do contador dos órgãos subordinados.

6j - Em andamento. Divulgar no Manual SIAFI as orientações para justificar a permanência das restrições contábeis.

6k - Foi acordado entre a SPOA/MF e STN adoção de medidas de ampliação do corpo técnico da Setorial Contábil do MF de forma a absorver as atribuições concernentes à Setorial Contábil do Tesouro Nacional.

7 - Desde a edição do Acórdão TCU nº. 1204/2012 a Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União da PGFN apresenta, anualmente, notas explicativas sobre as divergências existentes entre os dados de arrecadação e estoque contidos em seus sistemas gerenciais e aqueles constantes do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Em 2014 o Ministério da Fazenda constituiu Grupo de Trabalho, com integrantes de sua Secretaria Executiva, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil, para desenvolver estudos e apresentar soluções relacionadas à contabilização dos créditos tributários e não tributários, administrados pela RFB e PGFN, e respectivo ajuste de perdas prováveis, nos termos da Portaria nº. 310, de 04/05/2014, publicada no DOU nº. 66, de 07/05/2014. O GT tem avançado na identificação das razões das divergências e na definição de metodologia para conciliação do SIAFI e do Sistema da Dívida. As divergências serão evidenciadas em notas explicativas ao BGU. Como resultado do Grupo de Trabalho, a Seccional Contábil da PGFN, em 13.11.2014, efetuou os registros contábeis da regularização das divergências de saldos, com base no levantamento realizado por aquela unidade contábil, discriminando as unidades responsáveis e as contas correntes específicas a cada tributo. Foi apurado um montante de R\$136.024.567.009,39 (cento e trinta e seis bilhões, vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, nove reais e trinta e nove centavos). Os ajustes da Dívida Ativa/Exercício Anterior foram realizados na conta contábil 1.2.2.1.1.03.01 – DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (NÃO PREVIDENCIÁRIA), nas Unidades Gestoras da PGFN, com os seguintes saldos:

SALDOS	DIVERGÊNCIAS DW E/OU SIAFI	
Saldo antes do ajuste - 2013	R\$136.243.453.603,63	
Saldo após ajuste - 2014	R\$7.070.325.649,16	

8 - A PGFN, por meio da Nota Técnica PGFN/CDA nº. 90/2014, iniciou os estudos para a classificação do crédito e pormenorização do seu índice de recuperabilidade e incluiu no Programa de Modernização do Ministério da Fazenda, a ação de classificação dos créditos, dentro do programa de Cobrança indireta. O Grupo Técnico apresentou o resultado dos levantamentos referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. O ajuste para perdas da dívida ativa tributária foi realizado pelo mesmo critério de 2013, conforme definido pelo GT. Tal critério consiste na adoção de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial, e aos créditos restantes foi aplicada a metodologia do histórico de recebimentos passados, critério definido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nesse período (2012 a 2014), a média dos recebimentos em relação à média dos estoques (mesmo período) foi de 1,18%. O estoque restante, ou seja, os créditos que não dispõem de decisão judicial, garantias e parcelamentos, apresentaram o percentual para perdas da ordem de 83,82%, com base nos recebimentos passados. O GT decidiu adotar para as perdas o percentual de 82,83%, que corresponde a 98,82% de 83,82%. A PGFN está desenvolvendo um projeto com o objetivo de identificar o estoque irrecuperável da Dívida Ativa da União - DAU por meio de critérios técnicos, com vistas a disponibilizar informações que venham contribuir para a eficiência da cobrança dos créditos.

9 - A partir de Grupo de Trabalho – GT instituído pela Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31 de dezembro de 2013, encontra-se em fase final de formulação portaria conjunta para o estabelecimento de procedimentos de mensuração, atualização e depreciação dos imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais. Após estudos técnicos e seleção da metodologia de depreciação a ser aplicada aos imóveis de uso especial, foi preparada pela SPU estimativa da depreciação para fins de avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União, assim como das autarquias e fundações públicas federais. O valor depreciado foi apurado sobre o valor da área construída dos imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União - SPIUNET, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. Portaria com a definição de metodologia para imóveis de uso especial será editada em 2014, com efeitos contábeis ainda para esse exercício. Na hipótese de que a Portaria não seja publicada, ainda assim os lançamentos contábeis serão realizados na posição de 31/12/2014, com base nos estudos promovidos pelo Grupo de Trabalho.

10 - Criação de auditor contábil para identificar possíveis valores inconsistentes.

Este Acórdão pondera que as recomendações encontram-se em atendimento e/ou parcialmente atendidas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	Relatório Anual de Contas nº 2014/05750	2.6.1 e 2.6.2	Memorando AECI nº 63/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>a) Realizar estudos de dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, impacto das vacâncias, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades.</p> <p>b) Restituir ao Tesouro Nacional os valores alocados em favor do PNUD que extrapolarem o montante das despesas previstas para execução por período anual, passando a fazer o suprimento desses recursos a cada exercício.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>a) Novo sistema de Recursos Humanos – PERSONA, que contempla todas as unidades da STN, está sendo implantado por módulos e já nos permite identificar o fluxo de entradas e saídas de servidores (levantamento do perfil, vacâncias previstas, aposentadorias, cessões etc.), o que garante a estabilidade do quadro. Não obstante, com vistas a complementar as informações e garantir maior precisão no dimensionamento da força de trabalho, foi identificada a necessidade de elaboração de um estudo tendo como base os processos de trabalho, as funções de trabalho e as competências técnicas dos servidores.</p> <p>A Secretaria do Tesouro Nacional está concluindo o processo de contratação de consultoria que deverá desenvolver uma metodologia de dimensionamento da força de trabalho na STN.</p> <p>Serão utilizados os seguintes insumos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) Elementos dos processos mapeados (processos, atividades, levantamento do tempo de execução etc.); 2.) Competências e funções de trabalho (existentes, necessárias, gaps); 3.) Informações relativas à composição, perfil e saída de servidores. (Essas informações já estão disponíveis no novo sistema de Recursos Humanos – PERSONA, que contempla todas as unidades da STN). <p>A equipe de Recursos Humanos será capacitada na nova metodologia e também na gestão.</p> <p>b) Cabe informar que a devolução à Conta Única de eventuais recursos não utilizados no exercício corrente ocasionaria a desvinculação total desses valores do Projeto, encerrando-o, já que não há previsão na LOA de alocação de recursos com essa finalidade. Entretanto, como foi elaborada a nova Revisão Substantiva J, que será a última prorrogação do projeto, os recursos foram realocados em novas atividades, estabelecendo o final da vigência para 30/10/2016, ajustando o orçamento do ACT BRA 06/024 de forma efetiva.</p> <p>Ao final da vigência do projeto, em 30/10/2016, eventuais recursos não utilizados serão devolvidos ao Tesouro Nacional.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: STN/COGER

11.3 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (DBR)

Quadro 11.3.1 – Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
			Emprego ou Função	
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	36		
	Entregaram a DBR	36		
	Não cumpriram a obrigação	-		

Fonte: STN/CODIN

11.4 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAR DANO AO ERÁRIO

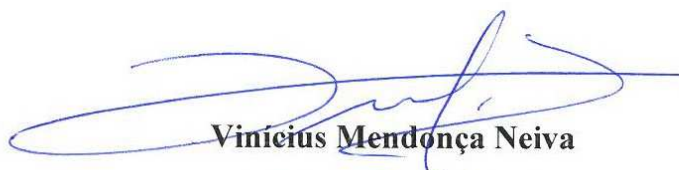
Não se aplica.

11.5 DEMONSTRAÇÃO DA CORREÇÃO E TEMPESTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIASG E DO SICONV**Quadro 11.5.1 – Declaração SIASG/SICONV**

DECLARAÇÃO

Eu, Vinícius Mendonça Neiva, CPF nº 610.120.501-06, Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade Gestora 170007 – CODIN – estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 23 de janeiro de 2015.



Vinícius Mendonça Neiva

CPF: 610.120.501-06

Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional

Secretaria do Tesouro Nacional

Fonte: STN/CODIN

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE

A contabilização da depreciação dos bens imóveis encontra-se a cargo da Secretaria do Patrimônio da União. Em 2014 representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Subsecretaria de Contabilidade Pública, e da Secretaria de Patrimônio da União aprofundaram a discussão acerca dos procedimentos contábeis do reconhecimento, mensuração, depreciação e baixa do valor contábil dos bens imóveis da União, registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - Spiunet, de modo a sedimentar a rotina da depreciação nos sistemas de controle patrimonial de bens imóveis da SPU.

Nesse sentido e em continuidade ao Projeto de Reestruturação Sistêmica, que se encontra em andamento na SPU, foram realizadas inúmeras reuniões entre essa Secretaria e a STN, para propor adequações nas funcionalidades do Spiunet, com vistas ao registro da depreciação e da baixa do valor contábil dos bens imóveis de uso especial da União constantes do Sistema.

Para viabilizar as ações necessárias à implantação das funcionalidades, foi publicada em 23.01.2014 a Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31.12.2013, no Diário Oficial da União, Seção 2, designando servidores das duas Secretarias para comporem Grupo de Trabalho - GT sob a coordenação da SPU. O objetivo seria estudar e apresentar soluções para o atendimento das recomendações exaradas no Acórdão TCU-Plenário nº 1.274/2013, referente às Contas do Governo da República - Exercício de 2012.

Os trabalhos do GT resultaram na publicação da Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais. Esse instrumento legal visa disciplinar a uniformização dos métodos e critérios de contabilização dos bens imóveis dominiais e de uso especial, e a compatibilização das normas e conceitos de contabilidade e de gestão patrimonial imobiliária. A metodologia utilizada encontra-se disponível no sítio eletrônico da STN.

Cumprir destacar que os bens imóveis correspondentes a rodovias e ferrovias federais, bem como os demais bens atípicos, que não possam ser discriminados fisicamente ou cadastrados nos sistemas corporativos da SPU conforme as regras atuais, poderão ser contabilizados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Os imóveis situados no exterior, independentemente de suas naturezas, deverão ser mensurados necessariamente com base no valor justo.

- Avaliação do Passivo Atuarial da União

Considerando a recomendação constante do Acórdão nº 1.338/2014-TCU/Plenário, item XVI, objeto do Ofício nº 20/GAB/SPPS/MPS, de 08.01.2015, que complementou o Ofício nº 006/GAB/SPPS/MPF, de 06.01.2015, o Ministério da Previdência Social encaminhou à STN minuta de Nota Explicativa sobre os valores das provisões matemáticas previdenciárias apurados na avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União – RPPS, com a data focal da avaliação posicionada em 31 de dezembro de 2014.

Em reconhecimento do passivo atuarial do RPPS e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, o Ministério da Fazenda efetuou os registros na Unidade Gestora 170579 – STN – RPPS – Atuarial, nas contas do subgrupo 2.2.2.5.2.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, cujos valores encontram-se identificados a seguir:


Quadro 12.1.1 – Provisões Matemáticas

2.2.2.5.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIARIAS	1.208.428.653.500,77
2.2.2.5.5.00.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO	1.208.428.653.500,77
2.2.2.5.5.01.00	PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	570.149.603.627,84
2.2.2.5.5.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENE	602.203.825.330,06
2.2.2.5.5.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO INATIVOS	-24.571.374.772,39
2.2.2.5.5.01.04	CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS	-7.482.846.929,83
2.2.2.5.5.02.00	PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	638.279.049.872,93
2.2.2.5.5.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENE	1.002.324.696.595,79
2.2.2.5.5.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	-213.966.132.361,82
2.2.2.5.5.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO	-150.079.514.361,04

Fonte: SIAFI

Conforme informação do MPS, tais registros estão em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, e atendem à Portaria MPS nº 509, de 12/12/2013.

Quadro 12.1.2 - Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil
--	--

Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

a.1) As unidades jurisdicionadas a esta setorial contábil atendem, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item “F” (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido). No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

b) Justificativa em caso de resposta negativa à alínea “a” acima

b.1) Reconhecimento e mensuração do intangível: projeto em fase de levantamento dos itens que o compõem, principalmente os sistemas corporativos do Ministério, e de negociação com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial para aplicação ao caso.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

c.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

c.2) Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

c.3) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

c.4) Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 142120200-Aeronaves e 142122000-Embarcações, não previstos na norma da anterior.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

d.1) O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação n

= vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

- Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

- Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- O valor residual será estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

d.2) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

e) As taxas utilizadas para os cálculos

e.1) Depreciação

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (10%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	10
142120600	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laborat. e hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
142122600	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
142122800	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	10
142123600	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
142123800	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
142123900	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
142124000	Máquinas, equipam. e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em geral	10	10
142124600	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
142124800	Veículos diversos	15	10
142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
142125200	Veículos de tração mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para automóveis	5	10
142125800	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
142126000	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito do Ministério da Fazenda para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

f.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial ou a qualquer tempo.

A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

f.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Destaca-se que a dívida pública federal é atualizada até o dia 31.12.2014, pelos índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV, e do IPCA, divulgado pelo IBGE. Em razão do fechamento do SIAFI ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente. A contabilização dos tributos federais administrados pela RFB foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Visa atender, especificamente, aos princípios da competência e da oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, além da Lei nº 4.320/1964, artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem.

Os créditos de dívida ativa também são reconhecidos no SIAFI em atendimento às normas supracitadas, todos no realizável a longo prazo, tendo os seus registros atualizados no sistema mensalmente, tal como ocorre com os créditos administrados pela RFB.

Considerando a recomendação do TCU (Acórdão 1274/2011), referente à conciliação e quantificação dos valores do estoque da dívida ativa da união, foi constituído um Grupo de Trabalho formado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), por meio da Portaria GM/MF nº 310 de 04/04/2014. Como resultado do Grupo de Trabalho, a Seccional Contábil da PGFN efetuou os registros de ajustes nos créditos.

Além disso, destacam-se os haveres financeiros juntos a Estados e Municípios e os créditos de fundos e operações fiscais, além de outros créditos como os por cessão de pessoal e diversos responsáveis, os quais são atualizados até a data do balanço.

As provisões (ajustes) para perdas são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f.3) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o preço médio ponderado. O Ministério da Fazenda realiza o controle dos seus estoques por intermédio do SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

Além dos materiais de consumo, também são registrados e controlados os Selos de Controle utilizados pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 46 da Lei 4.502/64 e do art. 284 do Regulamento do IPI, cujo controle é realizado por meio do Sistema de Administração de Selos de Controle – SELECON.

f.4) Investimentos

Os investimentos são avaliados, em sua maioria, pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos que não sejam de coligadas ou controladas, ou aqueles investimentos em coligadas, porém não considerados relevantes, bem como as participações em organismos internacionais, são avaliados pelo método de custo.

f.5) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNET. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f.6) Intangível

O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de custo. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Ressalta-se que alguns itens não estão reconhecidos contabilmente, principalmente os sistemas corporativos do Ministério, estando em fase de levantamento por parte dos órgãos. Ainda não está em prática o registro da amortização do intangível e redução ao valor incorporável.

f.7) Diferido

O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. Este Ministério não dispõe de registros contábeis neste item.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

O primeiro impacto corresponde à apresentação do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, grupo de contas do Resultado Extra Orçamentário, onde é possível identificar uma variação líquida positiva (constituição menos as reversões) de R\$ 255.889.854.906,36, considerando apenas os saldos vinculados aos ajustes para perdas nos itens do ativo, reconhecimento dos créditos tributários, reconhecimento de passivos sem dotação orçamentária e registro das provisões da folha de salários conforme quadro abaixo. Ressalta-se que ocorreram impactos também em elementos patrimoniais sem contrapartida no resultado do período, mas como ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido. O segundo impacto diz respeito à aproximação entre as informações dispostas nas demonstrações contábeis geradas no setor público e as do setor privado, contribuindo, inclusive, com a implantação do sistema de custos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

	DVP	Impactos NBCT	DVP sem os Impactos
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(300.854.778.139,83)	-	(300.854.778.139,83)
Variações ativas	5.067.969.958.273,86		5.067.969.958.273,86
Variações passivas	5.368.824.736.413,69		5.368.824.736.413,69
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	340.565.539.194,53	255.889.854.906,36	84.675.684.288,17
Variações ativas	6.247.450.271.651,84	529.843.125.482,40	5.717.607.146.169,44
<i>Incorporação de direitos</i>		383.321.014.012,21	
<i>Ajustes de créditos</i>		143.101.112.168,92	
<i>Desincorporação de passivos</i>		3.420.999.301,27	
Variações passivas	5.906.884.732.457,31	273.953.270.576,04	5.632.931.461.881,27
<i>Baixa de direitos</i>		253.926.775.041,49	
<i>Ajustes de créditos</i>		17.999.602.680,99	
<i>Depreciação</i>		100.694.084,72	
<i>Incorporação de passivos</i>		1.926.198.768,84	
RESULTADO PATRIMONIAL	39.710.761.054,70		(216.179.093.851,66)

Data	Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2015.
Assinatura	<hr/> Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

12.2 DESENVOLVIMENTO E SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS

Em 2014, a Subsecretaria de Contabilidade Pública da STN deu continuidade ao processo de implantação e desenvolvimento da temática de custos no Setor Público com a realização de congressos, seminários, *workshops*, palestras, reuniões estratégicas e técnicas com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Dentre as principais atividades desempenhadas em 2014, podem ser citadas:

- Realização do “Workshop Sobre Custos no Setor Público” em Brasília, apresentando experiências práticas, funcionalidades do Sistema de Informações de Custos – SIC e ferramentas para melhor detalhamento da informação de custos;
- Consolidação e envio à CGU do relatório de custos que compôs a Prestação de Contas da Presidente da República (PCPR2013), e realização da Orientação Normativa Nº 1, de 5 de dezembro de 2014 que dispõe sobre os procedimentos para elaboração do relatório de custos da PCPR2014;
- Participação no treinamento ministrado pelo SERPRO sobre o Tesouro Gerencial, a nova ferramenta de Data Warehouse (DW) do Tesouro Nacional, contribuindo com a homologação e implantação do sistema;
- Realização do treinamento “Entendendo e utilizando o SIC” com objetivo de capacitar usuários nas funcionalidades do sistema para atuarem como multiplicadores; e
- Realização do “Treinamento Módulo III - Abordagem Prática - Geração e Análise da Informação de Custos”, o qual foi constituído de reuniões estratégicas e técnicas, contando com o apoio da consultoria da FGV, com órgãos dos três poderes.

Em 2014, foram realizados 5 eventos do “I Seminário Regional de Informação de Custo e Qualidade do Gasto no Setor Público”, que busca estimular a criação e consolidação de um ambiente de debate focado no desenvolvimento e implantação de sistema de informação de custos para Estado e municípios. Também foi realizado o “II Encontro de Gestão de Custos do Setor Público: Objetos de Custos e Relatos de Experiências”. Este evento teve o objetivo de divulgar a estratégia de implantação dos Órgãos Setoriais de Custos, bem como apresentar ferramentas para permitir melhor detalhamento da informação de custos, a saber: Plano Orçamentário-PO, Plano Interno-PI e Detalhamento de Custos – DETACUSTO. Além disso, houve a realização do “IV Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público”, que objetivou sistematizar e ampliar as discussões iniciadas pelos Seminários Regionais, bem como pelos Congressos I, II e III, realizados respectivamente em 2010, 2012 e 2013.

Foi realizada a análise de todas as situações do CPR atual e do novo PCASP para o exercício de 2015 quanto ao indicador “Afeta Centro de Custos”, promovendo os ajustes necessários para permitir a apropriação dos custos pelos órgãos que já utilizam centro de custos. Outro trabalho realizado foi a “Categorização das experiências de custos”. O objetivo foi fazer um levantamento, junto aos órgãos, do nível de desenvolvimento da temática de custos já alcançado até o momento. Foram realizados estudos de temas característicos do setor público que ainda estão em busca de uma sedimentação conceitual quanto ao seu correto tratamento sob o aspecto de custo. Esses temas se referem a despesas de exercícios anteriores, pessoal cedido, doação, transferências voluntárias e obrigatórias, e custo sem desembolso financeiro.

A COINC/SUCON também faz parte do grupo de trabalho do MF que está trabalhando na definição da “Cadeia de Valor” do Ministério. O objetivo geral é desenvolver e implantar o modelo


de mensuração dos custos do MF, de maneira a contribuir para a avaliação da eficiência das ações governamentais.

Foram realizadas palestras sobre custos em eventos que abordaram outros temas, como contabilidade pública e orçamento. Nesse sentido, houve participação da COINC/SUCON nos seguintes eventos:

- XVIII Encontro Sul-Mato-Grossense de Contabilidade Pública;
- 11ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas;
- Seminário “Sistema de Informação de Custos no Governo Federal – Implantação no Ministério da Justiça”;
- Workshop de custos do Ministério da Educação MEC;
- Workshop de custos do Superior Tribunal de Justiça STJ; e □ III Seminário de Contabilidade do Exército Brasileiro.

Ademais, foram realizadas outras atividades pela STN, a saber: Ajuste nas métricas de custos, tratando os efeitos decorrentes do PCASP e mudanças em virtude da metodologia de apuração de custos - novembro de 2014; Adequações no SIC para harmonização com o novo PCASP – “De/Para” das contas do Plano de Contas Atual para as do PCASP. No que se refere à manutenção e ao desenvolvimento tecnológico do SIC, destacam-se: reuniões com SERPRO e gestores dos sistemas estruturantes; integração ao Novo SIORG; revisão, alteração e criação de Métricas de custos; revisão e alteração de Atributos; verificação da exatidão dos dados; e construção do Manual de Métricas, visando orientar o usuário de perfil “gestor do Sistema” na construção de novas métricas que permitam a produção de informações de custos.

Quadro 12.2.1 – Apuração dos Custos dos Programas

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil</p>
---	---

Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), na condição de órgão setorial do Sistema de Contabilidade Federal, é responsável pelo projeto “Frente de Custos do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF)”, programa criado em 2011 e coordenado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva do MF (SGE/SE/MF).

O projeto foi abordado na Portaria GMF nº 324, de 24/07/2014, a qual estabelece que o Comitê Estratégico de Gestão (CEG), órgão colegiado do MF, tem por competência e finalidade estabelecer políticas relacionadas à gestão de custos, dentre outros, podendo solicitar aos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MF quaisquer informações necessárias para a realização dos seus trabalhos (art. 2º).

Nesse sentido, o projeto conta com a participação de representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), além da Secretaria Executiva, por meio da composição de dois grupos, constituídos em 28/05/2014: o grupo de interface e o grupo técnico de mensuração.

A primeira etapa de execução do projeto foi concluída em 25/06/2014, quando o grupo técnico identificou, preliminarmente, os objetos de custo do Ministério, segregados por ator.

Validados os objetos de custo, a etapa seguinte consistiu na alocação dos custos de pessoal por unidade organizacional aos objetos identificados, conforme planilhas desenvolvidas no grupo técnico de mensuração. Tal etapa teve como prazo a data de 27/08/2014.

A partir de 1º de outubro, passou-se à próxima etapa, que consistiu na execução de um piloto por parte das UG's executoras da SPOA, as quais apropriam a maior parte dos custos para todo o MF. Com isso, o projeto foi validado para implantação em todo o Ministério a partir de 1º de janeiro de 2015.

Dessa maneira, foi disponibilizado o Manual de Mensuração dos Custos, de adoção obrigatória por parte das Unidades do Ministério, além de apresentação em PowerPoint e planilhas auxiliares, no seguinte endereço eletrônico da internet:

<http://www.pmimf.fazenda.gov.br/frentes-de-atuacao-do-pmimf/custos/arquivos-para-download>.

Com a implantação do projeto, os resultados esperados consistem na geração de informações sobre os custos das políticas públicas e dos programas executados pelo Ministério, permitindo fornecer subsídios para a tomada de decisões que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público e para avaliação dos resultados.

Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado no Ministério é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC. Conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional, o SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan (SIOP), para a geração de informações.

A informação de custo surge a partir de ajustes efetuados na informação inicial obtida do SIAFI. O estágio da despesa orçamentária que mais se aproxima da informação de custo é o da liquidação, sendo, portanto a despesa liquidada o ponto de partida da informação que deve alimentar o sistema de custos.

Os ajustes contábeis são efetuados em duas etapas. Na primeira, o ajuste inicial consiste na identificação e carregamento de informações baseadas em contas contábeis que trazem a informação orçamentária e não orçamentária, ajustando-se por acréscimo ou exclusão dos valores, conforme conceitos de contabilidade de custos. A segunda etapa do ajuste consiste na exclusão de informações que estejam nas contas acima, mas que não compõem a informação de custo.

Sua existência atende ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. E, conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

Para fins de definição dos objetos para alocação dos custos incorridos e apurados no SIAFI, foi utilizada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda, que corresponde ao conjunto de todos os macroprocessos corporativos (finalísticos e de estratégia, gestão e suporte), executados de forma inter-relacionada pelos órgãos responsáveis pela entrega de valor para a sociedade. A utilização da Cadeia de Valor se justifica, portanto, pelo fato dela representar da melhor forma a descrição dos serviços resultantes da atuação do Ministério, especialmente decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos. Adicionalmente, o SIC produz de forma automática informações de custos baseados nas classificações programática, institucional, por unidade gestora responsável e por natureza, dentre outras. Para os objetos de custo, foi desenvolvida uma codificação de associação de números relacionados à Cadeia de Valor, da seguinte forma.

1º) O primeiro dígito identifica o tipo de cadeia, que pode ser finalística (número 1) ou de estratégia, gestão e suporte (número 2).

2º) O segundo dígito identifica o título da cadeia, relacionado ao valor que é entregue à sociedade. Foram identificados 9 títulos para a cadeia finalística e 8 para a cadeia de estratégia, gestão e suporte.

3º) O terceiro e o quarto dígitos identificam os objetos de custos, que são relacionados aos macroprocessos. Foram identificados 29 macroprocessos da cadeia finalística. Além disso, foram estabelecidos 8 macroprocessos da cadeia de estratégia, gestão e suporte como objetos de custo.

4º) O quinto e o sexto dígitos identificam o órgão beneficiado pelos custos incorridos. São os mesmos atores elencados no PMIMF, ou seja, quinze órgãos da administração direta do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista a representatividade dos custos do Ministério, foram estabelecidas sistemáticas diferenciadas no tratamento dos valores apurados, observando os seguintes grupos:

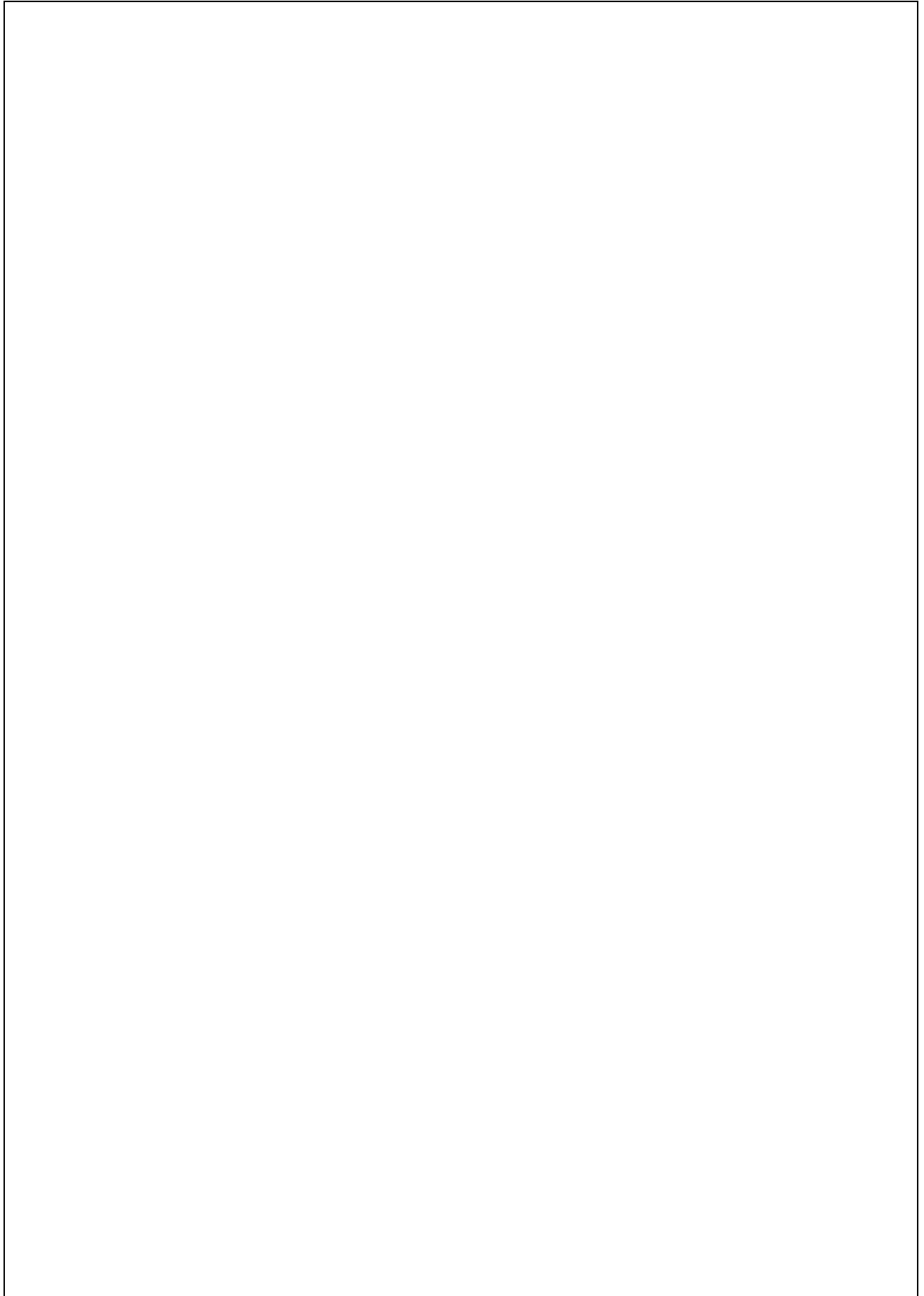
1) Pessoal, encargos e custeio na folha de pagamento (pessoal ativo, contribuições previdenciárias, assistência médica, auxílio alimentação, auxílio transporte) – leva-se em conta o nível de departamentalização e verifica-se a participação do custo de cada unidade organizacional ou, se necessário, nos objetos de custo do órgão;

2) Sistemas informatizados – a apropriação é realizada através da participação dos custos com sistemas informatizados em cada objeto de custo finalístico ou de estratégia, gestão e suporte; e,

3) Demais custos (diárias, passagens, serviços, consumo de material etc) – esses custos serão alocados conforme o benefício que a despesa gera em relação ao objeto de custo (macroprocesso). Observa-se que se forem relativos a despesas administrativas (ex. telefone, água, energia elétrica, vigilância etc) não serão alocados nos objetos finalísticos, mas nos objetos de estratégia, gestão e suporte.

O método de custeio predominante é o direto, com adoção de rateio para alguns custos indiretos.

Impactos na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos



Conforme o cronograma de implantação do projeto “Modelo de Mensuração dos Custos do MF”, a partir de 1º de outubro de 2014 iniciou-se o período de implantação do projeto-piloto, com término para 31 de dezembro de 2014. Nesse período, as UGs executoras da SPOA e respectivas Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados alocaram os custos aos seus objetos correspondentes via Siafi Web. A partir de 1º de janeiro de 2015 o projeto foi implantado em todo o Ministério, sendo que a validação do Modelo de Mensuração dos Custos pelos dirigentes desse órgão ocorrerá em 16 de abril de 2015.

Isso posto, vale dizer que, após a validação dos dirigentes, as unidades poderão utilizar as informações. Isso ocorrerá por meio da realização de reuniões periódicas de monitoramento da Cadeia de Valor, em nível estratégico, e da disponibilização de relatórios de custos aos gestores em todos os níveis.

Relatórios para análise de custos e tomada de decisão


Durante o período de implantação do projeto-piloto foi desenvolvido um modelo de relatório utilizando dados dos objetos de custo por Macroprocessos Finalísticos e de Estratégia, Gestão e Suporte, com detalhamento em gastos de folha de pagamento, sistemas informatizados e demais custos, por órgão. Além disso, serão disponibilizados relatório de custos de Programa e Ação conjugados por Unidade Orçamentária e Grupo de Natureza de Despesa, além de relatórios de custo de pessoal por unidade organizacional e relatórios de custeio por unidade gestora, executora e responsável, todos demonstrando a alocação dos custos aos seus objetos.

Data	Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2015.
Assinatura	<hr/> Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Fonte: MF/SPOA

12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ

Quadro 12.3.1 – Conformidade Contábil

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil
---	--

Conformidade Contábil

a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade.

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

A seguir é apresentada a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170003- Setorial do MF	SE	30	170006; 170013; 170025; 170032; 170045; 170050; 170064; 170069;

			170075; 170100; 170106; 170131; 170166; 170190; 170195; 170207; 170214; 170309; 170344; 170345; 170346; 170347; 170498; 170527; 170531; 170537; 170538; 170554; 170555; 170567
	STN	36	170007; 170403; 170453; 170500; 170502; 170504; 170505; 170506; 170508; 170510; 170512; 170526; 170528; 170579; 170600; 170700; 170701; 170702; 170703; 170705; 170706; 170707; 170708; 170709; 170711; 170712; 170713; 170719; 170720; 170721; 170723; 170724; 170726; 170727; 170804; 170999;
	SEAE	01	170004
	SAIN	01	170191
	SPE	01	170250
	CARF	01	170479
	ESAF	12	170009; 170017; 170039; 170057; 170077; 170087; 170115; 170132; 170155; 170176; 170216; 170402
	CEF/Dep.Jud. e Extrajudiciais	01	179104
170368 – Seccional da SAMF PR	SAMF / PR	01	170153
170371 – Seccional da SAMF MG	SAMF / MG	01	170085
170372 – Seccional da SAMF RJ	SAMF / RJ	01	170114
170373 – Seccional da SAMF RS	SAMF / RS	01	170175
170376 – Seccional da SAMF PE	SAMF / PE	01	170055
170378 – Seccional da SAMF CE	SAMF / CE	01	170038
170379- Seccional RFB	Unid.Centrais RFB	19	170010; 170279; 170289; 170290; 170291; 170293; 170294; 170295; 170296; 170297; 170298; 170299; 170301; 170302; 170304; 170305; 170307; 170339; 170568
170540- Seccional RFB 10ª RF	10ª RF	15	170177; 170178; 170179; 170180; 170181; 170182; 170183; 170184; 170185; 170186; 170187; 170240; 170263; 170269; 170270
170541- Seccional RFB 1ª RF	1ª RF	12	170018; 170019; 170020; 170109; 170110; 170111; 170192; 170198; 170247; 170271; 170388; 170516

170542- Seccional RFB 2ª RF	2ª RF	14	170022; 170024; 170201; 170205; 170209; 170210; 170213; 170217; 170218; 170219; 170332, 170333, 170334; 170520
170543- Seccional RFB 3ª RF	3ª RF	12	170028; 170030; 170035; 170040; 170041; 170042; 170108; 170225; 170330; 170337; 170387; 170532
170544- Seccional RFB 4ª RF	4ª RF	11	170047; 170052; 170058; 170059; 170060; 170061; 170066; 170335; 170338; 170340; 170341;
170545- Seccional RFB 5ª RF	5ª RF	09	170072; 170078; 170079; 170080; 170081; 170226; 170326; 170327; 170382

170546- Seccional RFB 6ª RF	6ª RF	15	170088; 170089; 170091; 170092; 170093; 170094; 170095; 170096; 170097; 170227; 170248; 170324; 170325; 170328; 170494
170547- Seccional RFB 7ª RF	7ª RF	15	170102; 170103; 170116; 170118; 170119; 170120; 170121; 170122; 170125; 170257; 170258; 170316; 170317; 170383; 170386
170548- Seccional RFB 8ª RF	8ª RF	32	170133; 170134; 170135; 170136; 170137; 170138; 170139; 170141; 170142; 170143; 170144; 170145; 170146; 170147; 170148; 170150; 170168; 170259; 170261; 170262; 170287; 170312; 170313; 170318; 170320; 170321; 170322; 170323; 170385; 170533; 170535; 170551
170549- Seccional RFB 9ª RF	9ª RF	17	170156; 170157; 170158; 170159; 170160; 170161; 170162; 170163; 170169; 170170; 170171; 170172; 170314; 170315; 170342; 170343; 170389

170517 – Seccional PGFN	PGFN	126	170008; 170026; 170033; 170056; 170073; 170076; 170086; 170101; 170107; 170154; 170167; 170196; 170204; 170215; 170228; 170229; 170230; 170231; 170232; 170233; 170234; 170235; 170236; 170237; 170238; 170239; 170252; 170253; 170265; 170266; 170267; 170268; 170272; 170285; 170286; 170308; 170310; 170331; 170349; 170350; 170351; 170352; 170353; 170354; 170355; 170357; 170358; 170404; 170405; 170406; 170407; 170408; 170409; 170410; 170411; 170412; 170413; 170414; 170415; 170416; 170417; 170418; 170419; 170420; 170421; 170422; 170423; 170424; 170425; 170426; 170427; 170428; 170429; 170430; 170431; 170432; 170433; 170434; 170435; 170436; 170437; 170438; 170439; 170440; 170441; 170442; 170443; 170444; 170445; 170446; 170447; 170448; 170449; 170450; 170451; 170452; 170456; 170460; 170461; 170462; 170463; 170464; 170465; 170466; 170467; 170468; 170469; 170470; 170471; 170472; 170473; 170480; 170481; 170482; 170483; 170486; 170487; 170488; 170489; 170490; 170491; 170492; 170493; 170523; 170524; 170525
170999 – CCONT/SUCON/STN	STN Dif.Cambial	01	179999
170501 – COFIN/Sist.Pagto.Brasil.	STN/SPB	01	170501
	Total	388	
a.2) Conformidade Contábil de Órgão:			

Setorial Contábil	Estrutura Administrativa do órgão	Quantidade de UG (função: executora)
170003- Setorial de Contabilidade do MF	SE - Secretaria Executiva	36
	STN – Secretaria do Tesouro Nacional	38
	SEAE – Secretaria de Assuntos Econômicos	01
	SAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais	01
	SPE – Secretaria de Política Econômica	01
	CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	01
	ESAF – Escola de Administração Fazendária	12
	CEF/Depósitos Jud. e Extrajudiciais	01

	RFB – Receita Federal do Brasil	171
	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	126
	Subtotal	388
170003- Setorial de Contabilidade do MF	Reserva de Contingência	01
	Subtotal	01
	Total	389

superior

conformidade Contábil de órgãos

Órgãos Vinculados

Setorial Contábil

170003- Setorial de Contabilidade do MF

25000 - Ministério da Fazenda
25201 - Banco Central do Brasil (OGU)
25280 - Banco Central do Brasil (Autoridade Monetária)
25203 - Comissão de Valores Mobiliários
25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
25208 - Superintendência de Seguros Privados
25211 - Casa da Moeda do Brasil
25901 - Fundo de Compensação e Variações Salariais
25904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural
25905 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
25914 - Fundo de Garantia a Exportação
25915 - Fundo Constitucional do Distrito Federal
25916 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA
71902 - Fundo Soberano do Brasil
90000 - Reserva de Contingência

conformidade às seguintes normas.

da Fazenda

nº 7.482, de 16 de maio de

Art. 5º

(...)

Parágrafo

de função no processo de registro da conformidade, o processo ocorre em

a Secretaria-Executiva comp

único. A Secretaria-Executiva Federal - SIPEC, quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Departamento Nacional de Arquivos - DNA, Departamento Federal, de Organização e Informação, Planejamento, Orçamento e Administração

o GM/MF nº 81, de 27 de ma

oativa exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal, Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços de Registro, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira e de Conformidade Federal, por intermédio da Subsecretaria

Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

Art. 24. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

(...)

Art. 31. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil compete:

(...)

Art. 40. À Coordenação de Análise Contábil compete:

(...)

IV - proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da administração direta do Ministério da Fazenda;

- Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009

Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

Art. 9º As competências de órgão setorial de contabilidade, previstas no art. 8º, poderão ser delegadas a órgão ou unidade que comprove ter condições de assumir as obrigações pertinentes, de acordo com normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

170007-CODIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
170403-UCP/STN PACE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170453-COAPI PPI TAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170500-COFIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Ressalva	2	2	2	2	2	1	0	1	0	1	1	1
Total	3	3	3	2	3	2	1	2	1	2	2	2
170502-STN/COFIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ressalva	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1
170504-COFIN EXT DOL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Total	0	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1
170505-COFIN EXT EU	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Total	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0
170506-COFIN EXT IENE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170508-COAPI DOAÇÃO BIRD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta													
Ressalva													

Total	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM
170510-COPAR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
170512-COAFI	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170526-COFIS PROJETO BIRD	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170600-CODIV	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170700-COPEC GEFIN	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
170701-COPEQ GECAP	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta													
Ressalva													
Total	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM
170702-COPEC GEFEX	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta													
Ressalva													
Total	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM	SM
170703-COPEC GERAG	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
170705-COFIS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

– Sem Movimento.

unidades gestoras 170701 e 170702 foram inativadas em 2015 conforme solicitação da COPEC, MSG SI 4/1436536.

descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando justificativas da não regularização.

170500 – Coordenação-Geral de Programação Financeira

Saldo invertido na conta 112152100 - ITR a Recuperar, no valor de R\$ 64.059,99.

170007 – Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional

Reconhecimento parcial de ativos intangíveis e respectivos procedimentos de mensuração subsequentes com a depreciação e redução ao valor recuperável, quando da aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o amortamento desses itens, em que são satisfeitos os critérios de reconhecimento.

Ressalto que há ausência de registros do resultado da equivalência patrimonial das participações societárias e das demonstrações contábeis, uma vez que os resultados dos exercícios das empresas controladas são publicados anteriormente ao encerramento do exercício da unidade gestora controladora (UG 170510-COPAR). Com visibilidade de tais efeitos, as empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial (PETROBRAS, BB, CAIXA e ELETROBRAS) tiveram sua posição registrada de acordo com as informações nos balanços de 30/09/2014, à exceção da PETROBRAS, cujas informações se referem ao balanço de


30/06/2014, em virtude da não divulgação das demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014 até a data do encerramento do exercício.

Data	Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2015.
Assinatura	Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Fonte: MF/SPOA

12.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL REFERENTE À ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 12.4.1 – Declaração do Contador

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil
---	--

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Secretaria do Tesouro Nacional	170007-CODIN; 170403-UCP/STN PACE; 170453-COAPI PPI TAL; 170500-COFIN; 170502-COFIN; 170504-COFIN EXT DOLAR; 170505-COFIN EXT EURO; 170506-COFIN EXT IENE; 170508-COAPI DOAÇÃO BIRD; 170510-COPAR; 170512-COAFI; 170526COFIS PROJETO BIRD; 170600-CODIV, 170700-COPEC GEFIN; 170701-COPEQ GECAP; 170702-COPEC GEFEX; 170703-COPEC GERAG e 170705-COFIS

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de **2014**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

UG 170500 – Coordenação-Geral de Programação Financeira
 - Saldo invertido na conta 112152100 - ITR a Recuperar, no valor de R\$ 64.059,99.

UG 170007 – Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional
 - Reconhecimento parcial de ativos intangíveis e respectivos procedimentos de mensuração subsequentes como amortização e redução ao valor recuperável, quando da aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento desses itens, em que são satisfeitos os critérios de reconhecimento.

Ressalto que há ausência de registros do resultado da equivalência patrimonial das participações societárias na data das demonstrações contábeis, uma vez que os resultados dos exercícios das empresas controladas são publicados posteriormente ao encerramento do exercício da unidade gestora controladora (UG 170510-COPAR). Com vista a minimizar tais efeitos, as empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial (BNDES, BB, PETROBRAS, CAIXA e ELETROBRAS) tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas nos balanços de 30/09/2014, à exceção da PETROBRAS, cujas informações se referem ao balanço de 30/06/2014, em virtude da não divulgação das demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014 até a data do encerramento do exercício.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	03 de fevereiro de 2015
Contador Responsável	_____ Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O-3 DF

Fonte: MF/SPOA

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO E EURE

- Contabilidade Pública

- *Revista das Demonstrações Contábeis da União*

Em setembro de 2014, a Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Subsecretaria de Contabilidade Pública, editou a *Revista das Demonstrações Contábeis da União – DCON Em Revista*, 3ª Edição, elaborada pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

A publicação é um canal de fácil acesso às Contas da União (forma resumida), que tem por objetivo propiciar ao cidadão, meios de exercer o seu direito de cidadania sobre o controle do gasto público.

A *DCON Em Revista – 3ª Edição* contém um resumo das demonstrações contábeis da União referentes ao exercício de 2013. A publicação é uma iniciativa voltada para a implantação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público que, além de divulgar análises das demonstrações contábeis, aborda matérias importantes no cenário contábil, tais como “Tecnologia para a nova Contabilidade Pública”.

A DCON Em Revista foi disponibilizada no sítio do Tesouro Nacional, juntamente com as edições anteriores: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/publicacoes-e-orientacoes#dconemrevista>

- Foro de Contadores Gubernamentales de América Latina (FOCAL)

A STN/SUCON participou do Primer Encuentro del Foro de Contadores Gubernamentales de América Latina, na cidade de Santiago do Chile, no período de 17 a 20 de novembro, proferindo as Palestras *Proceso de Convergencia de la Contabilidad y las Providencias para la Implantación de las NICSP en el Gobierno Central de Brasil e Implantación del Plan de Cuentas Aplicado al Sector Público en el SIAFI*.

A STN participou do evento com o objetivo de fortalecer as instituições responsáveis pela contabilidade governamental, por meio do intercâmbio de ideias e experiências, no contexto da América Latina.

O resultado do Foro se concretizou com a assinatura do Documento Constitutivo pelos países-membros, que representa para o Tesouro Nacional um importante marco no atual processo de mudanças da Contabilidade Pública. Novas oportunidades surgirão para a criação de uma rede de relacionamento entre os países participantes.

- Dívida Pública

Em 2014 foi elaborada e enviada proposta orçamentária da Dívida Pública Federal (interna e externa), para o exercício de 2015, com respectivos anexos, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a integrar o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

No decorrer do exercício de 2014, foi feito o acompanhamento da execução orçamentária, o que demandou a solicitação de diversos créditos adicionais e a formalização de utilização do superávit financeiro de 2013 junto à SPOA.

A eficiência na gestão da Dívida Pública tem permitido a redução do risco orçamentário. Devido à maior integração das áreas envolvidas na elaboração da proposta orçamentária e a melhor qualidade dos dados verifica-se uma redução da variação percentual entre o valor executado e o valor orçado, observada uma margem de segurança prudencial. Além disso observa-se também a aderência da peça orçamentária às diretrizes do Plano Anual de Financiamento da Dívida – PAF, permitindo clareza e facilidade de acompanhamento da proposta e da execução orçamentária por parte dos órgãos de controle, pelo Poder Legislativo, imprensa especializada e a sociedade civil em geral.

Foi também realizado o monitoramento dos pagamentos da Dívida Externa relativos a compromissos decorrentes de empréstimos garantidos pela União, evitando a inadimplência, que resulta na aplicação de sanções financeiras por parte dos credores, e na elevação do custo Brasil. Com o Banco Mundial, há a obtenção de desconto na taxa de juros e na taxa de comissão de compromisso para mutuários que não registram atrasos superiores a 30 dias. Por parte do BID, há a possibilidade de isenção da taxa FIV – Fundo de Inspeção e Vigilância, além de se evitar a aplicação de sanções, como a suspensão de desembolsos dos contratos em vigor. No caso dos demais credores, evita-se a aplicação de juros de mora e declaração de inadimplência por parte da União, na qualidade de garantidora.

O pontual acompanhamento da liquidação de todos os compromissos decorrentes de empréstimos com a garantia da União no exercício de 2014 evitou a ocorrência de atrasos superiores a 30 dias, não havendo necessidade do Tesouro Nacional, na qualidade de garantidor, honrar qualquer compromisso.

□ Demonstrativo de Garantias e Contragarantias da União

- Contratação Direta (Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens)

A União contratou, durante o exercício de 2014, operações de crédito externo no valor total de US\$ 32 milhões, firmadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), conforme Tabela abaixo.

Tabela 13.1.1 – Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens – 2014			
Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BID	28/03/2014	Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF) (PROFISCO/MF)	19.800.000,00
FIDA	22/08/2014	Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido - Projeto Dom Helder Câmara	12.248.183,83
TOTAL			32.048.183,83

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2014

Segue abaixo uma tabela constando a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2014, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

Tabela 13.1.2 – Operações de Crédito Externo – 2004 A 2014

US\$ Milhões											
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08	1.315,00	415,40	93,10	18,00	32,05
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0,00	1,27	0,45	0,00	0,00
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00	32,05

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2014

- Concessão de Garantias Externas

No ano de 2014 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 4.432,59 milhões, destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas, de acordo com a Tabela abaixo.

Tabela 13.1.3 – Concessão de Garantias Externas – 2004 A 2014							
US\$ Milhões							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
GARANTIAS CONCEDIDAS	8.411,22	4.085,01	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71	4.432,59
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	2.060,00	1.018,47	1.060,00	673,66	-	-	-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	6.351,22	3.066,54	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71	4.432,59

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2014.

Abaixo segue a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2014, com os respectivos mutuários, incluindo o valor contratado e descrição dos projetos.

Tabela 13.1.4					
Contratos de Garantia Externa Assinados em 2014					
Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
2941/OC-BR	Município de Niterói	28/02/2014	USD	26.470.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói - PROCIDADES
2912/OC-BR	Governo do Estado da BA	23/04/2014	USD	50.822.905,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo na Bahia - PRODETUR Nacional - Bahia
8327-BR	Governo do Estado do RJ	30/04/2014	USD	48.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado - RIO METROPOLE PROGESTÃO II

3127/OC-BR	Governo do Estado de SP	25/06/2014	USD	480.135.000,00	Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
3051/OC-BR	Governo do Estado de SP	25/06/2014	USD	270.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde

2992/OC-BR	Governo do Estado do AM	05/08/2014	USD	151.180.000,00	Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - PADEAM
8415-BR	Governo do Estado da BA	29/08/2014	USD	150.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia
8414-BR	Governo do Estado da BA	14/08/2014	USD	400.000.000,00	Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia - 2a. Etapa - PROINCLUSÃO II
FIDA435	Governo do Estado da BA	20/08/2014	SDR	42.392.180,60	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia - PróSemiárido
3129/OC-BR	Governo do Estado do PR	06/08/2014	USD	60.000.000,00	Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense
3065/OC-BR	Governo do Estado do PR	06/08/2014	USD	8.500.000,00	Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO/PR
3138/OC-BR	Governo do Estado do RS	29/05/2014	USD	200.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul II - PROCONFIS RS II
8379-BR	Governo do Estado do RS	20/08/2014	USD	280.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul II - PROCONFIS RS II
CAF-SCA-PROVIAS	Governo do Estado de SC	26/08/2014	USD	55.000.000,00	Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC)
AFD-SPOCPTM	Governo do Estado de SP	03/07/2014	EUR	246.933.904,03	Implantação da Linha 13 Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
CAF-SPO-MACRODREN	Governo do Estado de SP	25/07/2014	USD	204.000.000,00	Sistema de Macrodrenagem do rio Baquirivu-guaçu.

3079/OC-BR	Município de Florianópolis	14/07/2014	USD	58.860.000,00	Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis
8271-BR	Município do Rio de Janeiro	26/08/2014	USD	16.200.000,00	Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro - Projeto Rio Excelência
3241/OC-BR	Governo do Estado do RS	01/09/2014	USD	50.000.000,00	Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD
CAF-PROSAMIM	Governo do Estado do AM	29/09/2014	USD	52.500.000,00	Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM
8376-BR	Governo do Estado do AM	23/09/2014	USD	216.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Estado do Amazonas
2957/OC-BR	Governo do DF	10/09/2014	USD	50.000.000,00	PROCIDADES - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs
3168/OC-BR	CAESB - DF	24/10/2014	USD	170.840.000,00	Programa de Saneamento Ambiental da CAESB
3276/OC-BR	Governo do Estado de SP	23/09/2014	USD	480.135.000,00	Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - 2ª Fase
FI N. 83198	Governo do Estado de SP	20/10/2014	EUR	164.622.602,68	Aquisição de Trens para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
SPAULO 140678	Governo do Estado de SP	11/11/2014	USD	300.000.000,00	Reforma e melhorias em 650 km de estradas e reconstrução de pontes sobre os rios Tietê e Piracicaba
3262/OC-BR	Governo do Estado da BA	30/12/2014	USD	200.000.000,00	Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS
TOTAL (equivalente em USD)				4.432.591.592,31	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2014.

- Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contragarantias internas, foram concedidas (formalizadas) no ano de 2014 o montante de R\$ 23.187,8 milhões para cada grupo, sendo que, desse valor, 55,5% foram destinados a Estados, 4% a Municípios e 40,5% a Entidades Controladas (Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e Companhia CELG de participações – CELGPARG) no total de R\$ 8.400,0 milhões.

Tabela 13.1.5	
Concessão de Garantias Internas – 2014	
	R\$ Milhões
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2014
GARANTIAS CONCEDIDAS	23.187,81
- GARANTIAS A ESTADOS	12.865,81
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	921,99
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	9.400,00

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2014

Tabela 13.1.6 Concessão de Garantias Internas – 2014					
Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato Garantia nº 0920 PGFN-CAF	Estado de Ceará	10/03/2014	CAIXA	120.498.332,97	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0925 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	19/03/2014	BANCO DO BRASIL	1.537.318.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo, Complexo Viário Itaquera, Programa de Transportes do Estado de São Paulo
Contrato Garantia nº 0927 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	40.980.175,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0929 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	71.300.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0931 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	61.400.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0933 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	29.669.446,27	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0935 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	84.382.597,79	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0937 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	24.900.795,19	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014

Contrato Garantia nº 0939 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	12.521.979,24	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0941 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	99.527.369,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato Garantia nº 0943 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	11/04/2014	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa PACTO por Santa Catarina
Contrato Garantia nº 0945 PGFN-CAF	Município de Curitiba	11/04/2014	CAIXA	76.265.218,78	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0947 PGFN-CAF	Município de Curitiba	17/04/2014	CAIXA	27.281.782,81	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0949 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	CAIXA	120.887.500,00	Programa Saneamento para Todos

Contrato Garantia nº 0951 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	CAIXA	94.254.505,82	Programa Saneamento para Todos
Contrato Garantia nº 0953 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	CAIXA	237.500.000,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato Garantia nº 0955 PGFN-CAF	Estado do Paraná	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	816.831.240,58	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato Garantia nº 0958 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	30/05/2014	CAIXA	211.570.365,91	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0960 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	30/05/2014	BNDES	2.715.389.458,89	Programa Estruturador de Transporte Urbano
Contrato Garantia nº 0966 PGFN-CAF	Banco do Brasil	27/06/2014	BNDES	1.000.000.000,00	Financiamentos de Contrapartida do PAC, PMCMV e Projetos de Mobilidade Urbana - COPA 2014
Contrato Garantia nº 0968 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	04/07/2014	BANCO DO BRASIL	260.000.000,00	PROESTADO - Programa de Modernização do Estado de Tocantins e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato Garantia nº 0970 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	65.504.283,38	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana

Contrato Garantia nº 072 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	91.133.500,00	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto
Contrato Garantia nº 0974 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	36.010.129,33	Ampliação do Sistema Integrado da Adutora do Agreste de Itabaiana
Contrato Garantia nº 0976 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/07/2014	BNDES	3.000.000.000,00	Implantação da infraestrutura da linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro
Contrato Garantia nº 0979 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	CAIXA	149.450.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0981 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	CAIXA	10.550.000,00	Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa Minha Casa Minha Vida
Contrato Garantia nº 0985 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	04/08/2014	CAIXA	5.140.531,82	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0987 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	20.432.557,22	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0989 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	278.763.189,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0991 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	08/08/2014	CAIXA	3.044.764,48	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 0994 PGFN-CAF	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS	12/08/2014	CAIXA, BB	6.500.000.000,00	Atendimento de necessidades de capital de giro e do plano de investimentos
Contrato Garantia nº 0995 PGFN-CAF	Estado do Ceará	14/08/2014	BANCO DO BRASIL	68.253.400,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato Garantia nº 0998 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	29/08/2014	BNDES	39.996.000,00	PMAE - Programa de Modernização de Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
Contrato Garantia nº 1000 PGFN-CAF	Estado do Acre	05/09/2014	BNDES	240.662.000,00	SANEAC - Projeto Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre
Contrato Garantia nº 1002 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	10/09/2014	BANCO BTG PACTUAL	450.000.000,00	PROSUT - Programa de Suporta à Política de Transporte
Contrato Garantia nº 1004 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	11/09/2014	CREDIT SUISSE	600.000.000,00	PRODES-Programa de Desenvolvimento Socioambiental

Contrato Garantia nº 1006 PGFN-CAF	CELGPAR-GO	16/09/2014	CAIXA	1.900.000.000,00	Aporte de Capital na CELG Distribuição S.A.
Contrato Garantia nº 1010 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	CAIXA	25.200.000,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 1012 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	CAIXA	22.669.475,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 1014 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	CAIXA	2.000.000,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato Garantia nº 1020 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre - RS	31/12/2014	CAIXA	36.520.000,00	Implantação do BRT João Pessoa e Terminal Azenha
Total em Reais				23.187.808.598,88	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2014

Tabela 13.1.7 Concessão de Contragarantias Internas – 20					
					14
Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição

Contrato ContraGarantia nº 0921 PGFN-CAF	Estado do Ceará	10/03/2014	BB e BNB	120.498.332,97	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia nº 0926 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	19/03/2014	BANCO DO BRASIL	1.537.318.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo, Complexo Viário Itaquera, Programa de Transportes do Estado de São Paulo
Contrato ContraGarantia nº 0928 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	40.980.175,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0930 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	71.300.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0932 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	61.400.000,00	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0934 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	29.669.446,27	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0936 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	84.382.597,79	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0938 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	24.900.795,19	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia nº 0940 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	12.521.979,24	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014

Contrato ContraGarantia n° 0942 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre	19/03/2014	CAIXA	99.527.369,20	Projetos de Mobilidade Urbana Associados à Copa do Mundo de 2014
Contrato ContraGarantia n° 0944 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	11/04/2014	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa PACTO por Santa Catarina
Contrato ContraGarantia n° 0946 PGFN-CAF	Município de Curitiba	11/04/2014	BANCO DO BRASIL	76.265.218,78	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia n° 0948 PGFN-CAF	Município de Curitiba	17/04/2014	BANCO DO BRASIL	27.281.782,81	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia n° 0950 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	120.887.500,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato ContraGarantia n° 0952 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	94.254.505,82	Programa Saneamento para Todos
Contrato ContraGarantia n° 0954 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	237.500.000,00	Programa Saneamento para Todos
Contrato ContraGarantia n° 0956 PGFN-CAF	Estado do Paraná	13/05/2014	BANCO DO BRASIL	816.831.240,58	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato ContraGarantia n° 0959 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	30/05/2014	BANCO DO BRASIL	211.570.365,91	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia n° 0961 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	30/05/2014	BB E BRADESCO	2.715.389.458,89	Programa Estruturador de Transporte Urbano
Contrato ContraGarantia n° 0966 PGFN-CAF	Banco do Brasil	27/06/2014	BNDES	1.000.000.000,00	Financiamentos de Contrapartida do PAC, PMCMV e Projetos de Mobilidade Urbana - COPA 2014

Contrato ContraGarantia n° 0969 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	04/07/2014	BANCO DO BRASIL	260.000.000,00	PROESTADO - Programa de Modernização do Estado de Tocantins e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato ContraGarantia n° 0971 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	65.504.283,38	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia n° 0973 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	91.133.500,00	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto
Contrato ContraGarantia n° 0975 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	04/07/2014	CAIXA	36.010.129,33	Ampliação do Sistema Integrado da Adutora do Agreste de Itabaiana
Contrato ContraGarantia n° 0977 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/07/2014	BB E BRADESCO	3.000.000.000,00	Implantação da infraestrutura da linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro
Contrato ContraGarantia n° 0980 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	BB e BANESE	149.450.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato ContraGarantia n° 0982 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	17/07/2014	BB e BANESE	10.550.000,00	Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa Minha Casa Minha Vida
Contrato ContraGarantia n° 0986 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	04/08/2014	CAIXA	5.140.531,82	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana

Contrato ContraGarantia nº 0988 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	20.432.557,22	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0990 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	30/07/2014	CAIXA	278.763.189,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0992 PGFN-CAF	Município de Ribeirão Preto	08/08/2014	CAIXA	3.044.764,48	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 0993 PGFN-CAF	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS	12/08/2014	BANCO DO BRASIL	6.500.000.000,00	Atendimento de necessidades de capital de giro e do plano de investimentos
Contrato ContraGarantia nº 0996 PGFN-CAF	Estado do Ceará	14/08/2014	CAIXA, BB E BANESE	68.253.400,00	Projeto CPAC Minha Casa Minha Vida
Contrato ContraGarantia nº 0999 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	29/08/2014	BB, BANRISUL	39.996.000,00	PMAE - Programa de Modernização de Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
Contrato ContraGarantia nº 1001 PGFN-CAF	Estado do Acre	05/09/2014	BANCO DO BRASIL	240.662.000,00	SANEAC - Projeto Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre
Contrato ContraGarantia nº 1003 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	10/09/2014	BB e BRADESCO	450.000.000,00	PROSUT - Programa de Suporta à Política de Transporte
Contrato ContraGarantia nº 1005 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	11/09/2014	BB e BRADESCO	600.000.000,00	PRODES-Programa de Desenvolvimento Socioambiental
Contrato ContraGarantia nº 1007 PGFN-CAF	CELGPAR	16/09/2014	BB e CAIXA	1.900.000.000,00	Aporte de Capital na CELG Distribuição S.A.
Contrato ContraGarantia nº 1011 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	BANCO DO BRASIL	25.200.000,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 1013 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	BANCO DO BRASIL	22.669.475,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 1015 PGFN-CAF	Município de Sete Lagoas - MG	05/11/2014	BANCO DO BRASIL	2.000.000,00	PRO-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
Contrato ContraGarantia nº 1021 PGFN-CAF	Município de Porto Alegre - RS	31/12/2014	CAIXA	36.520.000,00	Implantação do BRT João Pessoa e Terminal Azenha
Total em Reais				23.187.808.598,88	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2014.

- Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional, no ano de 2014, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas:

- Operações Externas e,
- Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em:

- a) Fiança ou aval em operações de crédito; e
- b) Outras Garantias nos termos da LRF.

São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, o Seguro de Crédito à Exportação – IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB.

Os saldos das Garantias e das Contragarantias abaixo relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo, sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2014.

	Itaipu Binacional	0,00
	Fundos Credores	8.779.477.456,35
	Banco Federal	8.779.477.456,35
Outras Garantias nos Termos da LRF		63.760.514.679,75
	Exportadores	34.570.515.856,64
	Estatais Federais	779.323.918,76
	Fundos Devedores	33.791.191.937,88
	Fundos Credores	26.403.521.415,91
Externa		70.176.010.029,27
		38.413.492,09
	Organismos Multilaterais	38.413.492,09
	Estados e Municípios e Entidades Controladas	38.413.492,09
Fiança ou Aval em Operações de Crédito		70.137.596.537,18
	Agências Governamentais	2.249.898.550,48
	Banco Federal	419.393.996,07
	Empresas Privatizadas	3.180.274,52
	Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.472.061.934,97
	Estatais Federais	355.262.344,92
	Bancos Privados	1.906.979.630,05
	Banco Federal	307.360.285,85
	Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.562.432.544,20
	Estatais Federais	37.186.800,00
	Organismos Multilaterais	65.980.718.356,65
	Banco Federal	11.834.747.759,02
	Estados e Municípios e Entidades Controladas	53.324.390.872,60
	Estatais Federais	821.579.725,03
Interna		153.418.651.019,13
Fiança ou Aval em Operações de Crédito		89.658.136.339,38
	Banco Federal	80.878.658.883,03
	Banco Federal	7.295.060.108,62
	Estados e Municípios e Entidades Controladas	65.120.947.208,33
	Estatais Federais	8.462.651.566,08
	Estatais Federais	0,00

Tabela 13.1.8 _ Demonstrativo das Garantias Concedidas

	2014	R\$ 1,00
		3º Quadrimestre
Posição: 31/12/2014		
	Estatais Federais	6.012.820.364,12
	Fundos Devedores	277.142.408,98
	Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	19.527.208.443,00
	Seguros Garantias	586.350.199,81
	Outros Países	2.786.477.407,20
	Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.786.477.407,20
	TOTAL GERAL	223.594.661.048,40

Fonte: STN/CODIV

- *Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito*

No ano de 2014 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos dez anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

Mutuário	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2014	2004/2014
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-
Dívida em Processo de Assunção	-	-	-
Total	11,86	-	-

Fonte: STN/CODIV

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Transferências Financeiras

As consultas encaminhadas à STN/COINT são respondidas a contento via SIAFI, correio eletrônico, Ouvidoria, ofícios ou telefone, e dizem respeito às dúvidas relacionadas às transferências obrigatórias e voluntárias.

Em 2014, a STN/COINT manifestou-se em cerca de 419 solicitações relativas a demandas judiciais, entre as quais se inserem pedidos de:

- fornecimento de subsídios à defesa da União em juízo;
- suspensão no CAUC de registros de inadimplência relativos ao descumprimento de requisitos fiscais previstos na legislação mas cujo controle é da competência de outros órgãos e entidades federais;
- suspensão no CAUC de registros de inadimplência, os quais são de controle da STN e dizem respeito à regularidade em relação à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União e ao encaminhamento das contas anuais para fins de consolidação das contas dos entes federativos, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

- desconsideração do benefício da Lei Complementar nº 91/97, o qual envolve o Ganho Adicional e o respectivo Redutor Financeiro, para que se passe a considerar os coeficientes que os municípios demandantes deveriam ter em função de suas populações.

O principal meio para divulgação das informações é através do site do Tesouro Nacional na internet, onde se encontram vários documentos relacionados à matéria, incluindo comunicados, relatórios demonstrativos, boletins, previsões de repasse, cartilhas, links de interesse e dados sobre os valores transferidos. Como canal alternativo de consulta também é oferecido cadastramento em lista de distribuição específica para as informações das transferências constitucionais, além de um serviço de correio de voz para informações sobre os repasses.

Em 2014, a STN/COINT manifestou-se em 90 solicitações relativas a decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça com fulcro na Emenda Constitucional nº 62, decorrentes do regime especial de pagamento de precatórios, para que se efetivem retenções dos fundos de participação dos entes. O Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN), do Conselho Nacional de Justiça, prevê a automatização da execução de decisões judiciais dessa natureza, mas esse sistema, mantido pelo CNJ, ainda não se encontra integralmente em operação, razão pela qual ocorre a intermediação da STN nesse processo, mediante a expedição de ofícios ao Banco do Brasil, para que se viabilizem os sequestros solicitados de forma manual ou que se suspendam esses sequestros, por ordem dos tribunais. Após o bloqueio e repasse dos valores totais determinados, o Banco do Brasil informa a STN, que comunica o cumprimento das decisões aos respectivos tribunais demandantes.

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- Gestão de Haveres da União – Recursos Geridos pela STN/COPEC – UG 170700

Quadro 13.1.1 – Principais Receitas

		R\$ 1,00
UG	Ação Orçamentária	Receitas de 2014
170700		
	AGF – Estoques Estratégicos	793.653.218,17
	Programa de Investimento Rural e Agroindustrial	17.839.020,29
	Programa de Financiamento à Agricultura Familiar - PRONAF	154.118.650,21
	Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	1.303.285.056,77
	Unificados Rurais / Industriais	20.377.731,09
	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP	40.596.036,49
	PESA	621.590,57
TOTAL		2.330.491.303,59

Fonte: STN/COPEC

- Análise das Principais Receitas

As receitas do PRONAF vinculadas à UG 170700, de R\$ 154.119 mil em 2014, correspondem ao reembolso, por parte dos mutuários, dos financiamentos concedidos com recursos do Orçamento Geral da União. O valor ficou abaixo do previsto para o exercício (R\$ 266.012 mil)

porque as estimativas foram realizadas antes da autorização para renegociação de dívidas de produtores da região Nordeste, ocorrida em 30 de dezembro de 2013 pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.298. Assim, em virtude da renegociação de dívidas, as receitas do Programa apresentaram-se abaixo das expectativas iniciais.

Os valores referentes às receitas de Aquisições do Governo Federal e Formação de Estoques Estratégicos – AGF são relativos às vendas de produtos realizadas pela CONAB. Tendo em vista os cenários de preços dos produtos agrícolas observado em 2014, as receitas decorrentes das vendas de produtos foram de R\$ 793.653 mil e não alcançaram os valores projetados para o ano (R\$ 1.700.000 mil).

Os haveres do PROEX são denominados em moeda estrangeira e são oriundos de exportações brasileiras apoiadas pelo PROEX com base na Lei nº 10.184, de 2001. O objetivo é fomentar as exportações brasileiras com base em taxas compatíveis com as praticadas no mercado internacional. São elegíveis ao PROEX empresas com faturamento anual de até R\$ 600.000 milhões, exportações oriundas de acordos bilaterais e operações a países com dificuldade de acesso a financiamento de mercado. Acompanhando a execução orçamentária do PROEX, as receitas do Programa totalizaram R\$ 1.303.285 mil em 2014, ficando abaixo do previsto para o período (R\$ 2.352.562 mil). Vale ressaltar que foram inscritos R\$ 1,8 bilhão em Restos a Pagar de 2014, com previsão de execução ao longo do exercício de 2015, quando então as receitas referentes à aplicação desse montante deverão retornar.

- Assuntos Corporativos

- Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

□ Projeto PACE

O Projeto BRA 04/016, que encerrou sua vigência em 30/06/2014, tinha por objetivo apoiar ações de naturezas diversas voltadas para o aumento da produtividade total dos fatores na economia brasileira, focalizando medidas microeconômicas ou reformas institucionais nas áreas de logística, clima de negócios, inovação e intermediação financeira, permitindo ao país alcançar um patamar de desenvolvimento mais equitativo, sustentável e competitivo, a partir de uma base adequada de governança e de estabilidade macroeconômica.

O Projeto, com o final do Acordo de Empréstimo 7253-BR, teve seu orçamento reduzido para um valor de US\$ 6,597,427.00, contabilizando-se nesse montante apenas os recursos nacionais, uma vez que a partir do exercício 2011, não se utilizou os recursos do BIRD.

Não obstante sua finalização, no exercício de 2014, ainda foram implementadas importantes ações sob a responsabilidade do projeto, como a viabilização da vinda de palestrantes para a realização de seminários de interesse do corpo técnico da STN, a contratação de consultoria para análise e avaliação da efetividade da "Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas" e a finalização dos trabalhos da consultoria contratada para elaboração do "Diagnóstico situacional e planejamento estratégico da expansão da base atual de investidores do Programa Tesouro Direto", bem como pagamentos finais de consultoria para desenvolvimento de taxonomia de informações contábeis e financeiras para apoio do projeto SICONFI.

Essas ações foram responsáveis por uma execução, em 2014, de um valor da ordem de US\$ 252.304,20. Assim, o projeto PACE executou um montante final de US\$ 8,428,102.29, em valores atualizados de acordo com a taxa de dólar informada pelo PNUD.

Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável			
Ano – 2014			
Fundo 30071			
Atividade	Conta Contábil – Descrição	Orçamento	Executado
Activity 2 - Produtos 2.34, 2.36, 2.37, 2.46, 2.47	71200 - Consultorias Internacionais - pessoa física	\$100.000,00	\$0,00
	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física	\$252.467,03	\$192.006,49
	71600 - Viagem	\$11.328,21	\$2.913,81
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$91.404,81	\$1.314,15
	73500 - Reembolsos	\$3.284,89	\$200,00
	75100 - Facilidades e Administração	\$44.602,49	\$56.117,20
	75700 - Treinamentos e Workshops	\$45.000,00	\$0,00
	76100 - Perdas/Ganhos Cambiais	\$0,00	-\$247,45
Activity 5 - Produto 5.1	71600 – Viagens	\$7.295,08	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$7.350,00	\$0,00
	72500 - Publicações	\$15.163,26	\$0,00
	74200 -Impressões e Publicações	\$8.815,66	\$0,00
	74500- Despesa Miscelânea	\$200,00	\$0,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$1.941,20	\$0,00
Produtos 6.31 - Activity 6	71200 - Serviços Contratados Empresas	\$150.000,36	\$0,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$7.315,29	\$0,00
	TOTAL	\$746.168,28	\$252.304,20

A

Revisão Substantiva “P” prorrogou a vigência do Acordo de Cooperação Técnica BRA 04/016 até 30/06/2014, estabelecendo as metas financeiras para o exercício de 2014, que com a incorporação dos saldos oriundos do exercício de 2013, ficaram conforme quadro a seguir:

Quadro 13.1.2 – Orçamento e Execução

Fonte: Sistema Extranet PNUD

As metas físicas foram estabelecidas mediante o Plano de Trabalho de 2014, que foi assim especificado:

Quadro 13.1.3 – Plano de Trabalho 2014

									55.000,00	
		Atividade 2 - Realização de Workshops e Conferências - administração de finanças	x	x			STN	GOV	75700	25.000,00
									25.000,00	
Subtotal (US\$)									80.000,00	

Produto 2.37: Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional - Concluído

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	Fonte de Recursos	ORÇAMENTO PLANEJADO	
			1o Trim 2014	2o Trim 2014	3o Trim 2014	4o. Trim 2014			Linhas orçamentárias	Valor (US\$)
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase	2014	Atividade 1 - Contratação de consultoria para elaboração de projeto e construção do novo sítio da internet da Secretaria do Tesouro Nacional.					STN	BIRD/GOV.	72100	0,00
Subtotal (US\$)									0,00	

Produto 2.44: Desenvolvimento e adequações de soluções em banco de dados e apoio em soluções para a intranet do Tesouro Nacional - Concluído

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO		
			1o Trim 2014	2o Trim 2014	3o Trim 2014	4o Trim 2014		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase	2014	Atividade 1 - Promover o desenvolvimento e adequação de soluções em banco de dados Access e MySQL.	x	x			STN	GOV.	71305	0,00
Subtotal (US\$)									0,00	

Produto 2.46: Gerenciamento do desempenho do Tesouro Nacional na administração das finanças públicas - Aprimorar o desempenho na administração de Recursos Humanos da Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO		
			1o Trim 2014	2o Trim 2014	3o Trim 2014	4o Trim 2014		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do PACE.	2014	Atividade 1 - Contratação de consultoria para aperfeiçoar o modelo de gestão por competência, desenvolvendo ciclo de avaliação e políticas de RH.	x	x	x	x	STN	GOV.	72100	150.000,00
								GOV.	71200	100.000,00
		Atividade 2 - Contratação de consultoria - pessoa jurídica e física - criação, implantação, treinamento da equipe e acompanhamento na utilização de taxonomias segundo o padrão XBRL.	x	x	x	x	STN	GOV.	71305	250.000,00 97.620,00
Subtotal (US\$)									97.620,00	
Subtotal (US\$)									347.620,00	

Produto 2.47: Estudo sobre o Tesouro Direto

	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO		
			1o Trim 2014	2o Trim 2014	3o Trim 2014	4o Trim 2014		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do PACE.	2014	Atividade 1 - Atividade 1 Contratação de consultoria para elaboração estudo sobre o Tesouro Direto					STN	GOV.	71305	0,00
		Atividade 2 - Contratação de consultoria - pessoa jurídica para pesquisa sobre Tesouro Direto	x	x	x	x	STN	GOV.	72100	0,00 50.000,00
										50.000,00
Subtotal (US\$)										50.000,00
TOTAL GERAL										477.620,00

Produto 5.1: UCP/MF adequada para a coordenação da execução e gerenciamento do Programa, inclusive para o suporte para implementação ou apoio técnico aos componentes do Ministério da Fazenda (CVM, SEAE, STN e PGFN), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria Executiva) e do Ministério da Justiça (SDE, SRJ).

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO		
			1o Trim 2014	2o Trim 2014	3o Trim 2014	4o Trim 2014		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)
Resultado 5 - Unidades de execução e coordenação (UEPs e UCPs) adequadamente organizadas para a implementação e execução do Programa PACE.	2014	Atividade 1 - Qualificação de técnicos nos procedimentos de aquisição, contratação e gestão financeira de programas financiados pelo BIRD e implementados pelo PNUD.	x	x			UCP/STN	GOV	71600	5.000,00
								GOV	72100	5.000,00
								GOV	72500	5.000,00
								GOV	74200	8.815,66
								GOV	74500	200,00
Subtotal (US\$)									24.015,66	
TOTAL									24.015,66	

Produto 6.31: Estudo sobre a Percepção Social do Sistema de Justiça Brasileiro

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO		
			1o Trim 2014	2o Trim 2014	3o Trim 2014	4o Trim 2014		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)
Resultado 6 - Adoção e/ou aperfeiçoamento, por parte dos poderes Executivo e Legislativo, de políticas, processos, mecanismos e peças de legislação necessários para se propiciar ganhos de competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico equitativo e sustentável do país.	2014	Atividade 1 - Detalhamento do Plano de Execução do Projeto, definição do Cronograma e da Agenda de execução. Revisão e complementação da Matriz de Responsabilidades. Elaboração do questionário em colaboração com os órgãos envolvidos. Ensaio controlado e monitorado, a fim de validar a metodologia inicial.	x	x			SRJ	GOV	72100	50.000,00

	e adaptar as eventuais mudanças									
	Atividade 2 - Consolidação e sistematização de Dados Quantitativos e Qualitativos da Visão Segmentos da Sociedade, Usuários e Operadores sobre estrutura, acessibilidade e funcionamento do Judiciário		x	x						
	Atividade 3 - Mapeamento dos procedimentos e da forma de atendimento dos operadores do sistema de justiça, bem como aferição do nível de satisfação dos seus usuários.		x	x						
Subtotal (US\$)									50.000,00	

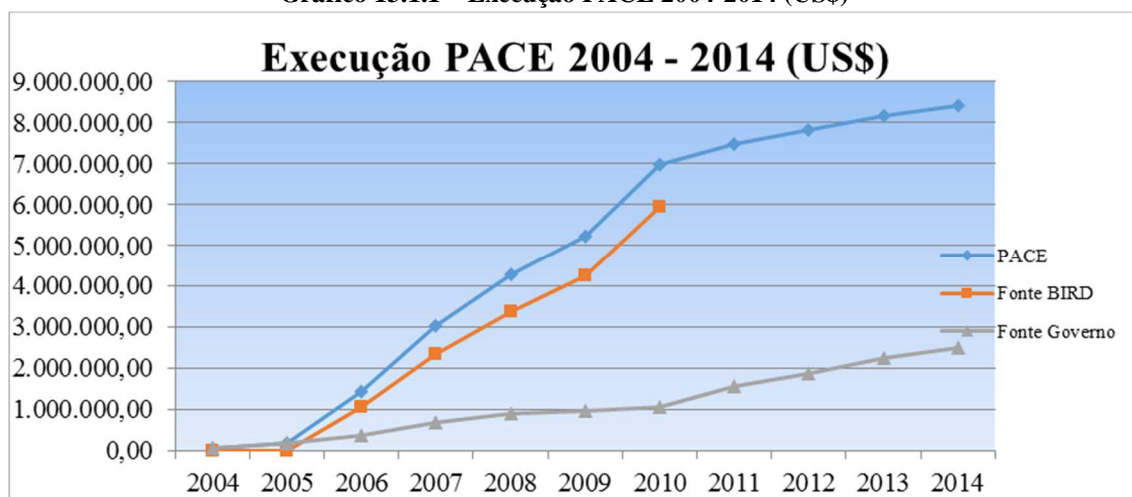
TOTAL

50.000,

A execução para o exercício de 2014 não pode atingir as metas planejadas, pois o prazo de execução, de apenas seis meses, se mostrou incompatível com os projetos a serem executados. Desse modo, restou um saldo financeiro ao projeto no valor de US\$ 879,614.15, que foi devolvido pelo PNUD, em 30/12/2014. Esse montante, convertido em moeda nacional, resultou em um aporte de R\$ 2.202.553,83 aos cofres públicos.

O Gráfico a seguir retrata a evolução da execução de recursos desde a implementação do PACE até 30 de junho de 2014.

Gráfico 13.1.1 – Execução PACE 2004-2014 (US\$)



Fonte: STN/CODIN

Durante sua vigência, o Projeto teve um impacto positivo sobre os órgãos e agências governamentais participantes, destacando-se o fortalecimento da CVM e da SUSEP, fortalecimento da gestão da dívida e gestão dos recursos públicos no âmbito do Ministério da Fazenda, fortalecimento da gestão de recursos humanos da STN/MF, além da realização de estudos relevantes para a política microeconômica (SPE/MF). Para tanto, o projeto apoiou o desenvolvimento de diversas ações, das quais pode-se pelo seu maior impacto, destacar as seguintes:

- Plano de Modernização da Administração Aduaneira do Brasil (SRF/MF);
- Elaboração de Estudo sobre o "Poder de Mercado Significativo em Telecomunicações no Brasil";
- Elaboração de Estudo sobre a "Experiência Internacional em Antidumping e Guia para Análise Econômica de Processos de Investigação de Dumping".(SEAE/MF);
- Elaboração de Estudo e Mapeamento de "Mercados Relevantes de Medicamentos"(SEAE/MF); - Aumento da capacidade do sistema de regulação da concorrência através de processos melhorados, sistemas e treinamento;
- Lei de Falências implementada através de regulamentações adequadas e formação de juízes e funcionários de tribunais (SPE/MF);
- Preparação do Plano de Desenvolvimento Institucional da SUSEP/MF;
- Elaboração de estudos de diagnóstico e planos de ação preparados para reduzir o custo do crédito e redução dos spreads financeiros através de estudos sobre a concorrência do sistema financeiro;(SPE/MF);
- Regulamentos e procedimentos para assegurar a aplicação da lei anti-trust no setor bancário;
- Estudo Microeconômico de Programas Sociais de Transferência de Rendas para Famílias Pobres (SPE/MF);
- Plano de Ação desenvolvido para reforçar a regulamentação e supervisão de seguros (SUSEP); - Fortalecimento da gestão da dívida e gestão dos recursos públicos no Ministério da Fazenda, através do maior desenvolvimento do sistema de dívida pública de informação STN/MF);
- Estudo sobre "Taxonomia dos Modelos Organizacionais da Administração Pública Brasileira" (MPO);
- Ações de Desenvolvimento Institucional no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Estudos para desenvolvimento de metodologias para Análise de Impacto regulatório;
- Desenvolvimento de estudos econômicos de apoio às políticas regulatórias e de supervisão da CVM;

- Desenvolvimento de Diretrizes e Estratégias pedagógicas para o projeto “Educação Financeira na Escola”;
- Desenvolvimento da Fase II da implantação do Sistema da Dívida Pública (SID/STN/MF);
- Estudo sobre o aperfeiçoamento das estatísticas de finanças públicas brasileiras;
- Pesquisa sobre os diversos públicos do programa Tesouro Direto e elaboração de um Plano para ampliar a base de investidores;
- Estudo sobre a efetividade da “Semana Orçamentária”;
- Desenvolvimento de taxonomia de XBRL e XBRL – GL de informações contábeis e financeiras; e
- Revisão da taxonomia de relatórios contendo informações contábeis e financeiras.

Nesse sentido, o projeto BRA/04/016 contribuiu para a implementação e aperfeiçoamento de políticas, processos, mecanismos e instrumentos legais necessários para a obtenção de ganhos de competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico equitativo e sustentável do país.

- Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PACE

Quadro 13.1.4 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo	BRA 04/016

Fonte: STN/CODIN

Quadro 13.1.5 – Contratos de Consultoria

R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000298-01					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de relatórios e estudos visando o aperfeiçoamento das estatísticas de finanças públicas brasileiras, em especial as relativas aos entes federativos, do ponto de vista de coleta e tratamento de dados, transparência e publicidade das informações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/08/2013	31/01/2014	65.000,00	37.375,00	37.375,00	65.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

<p>Produto 1 – Relatório contendo proposta de texto para seção, a ser agregada na revisão do DEFP, sobre a evolução das IPSAS, da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e das Estatísticas de Finanças Públicas no Brasil, de forma a apresentar as inovações implementadas nas bases de dados, sistemas informatizados, processos de compilação e aperfeiçoamento gradual da estrutura metodológica, em linha com as melhores práticas internacionais</p>	<p>13/08/2013</p>	<p>4.875,00</p>
<p>Produto 2 - Relatório contendo proposta de texto para seção, a ser incluída no DEFP, contendo as principais alterações no Manual revisto de estatística de Finanças Públicas, a ser publicado em 2013</p>	<p>22/08/2013</p>	<p>4.875,00</p>

<p>Produto 3 – Relatório detalhando necessidades de novas desagregações na Matriz de Saldos Contábeis à luz da adaptação das principais alterações no Manual revisto de Estatística de Finanças Públicas, a ser publicado em 2013</p>	06/09/2013	8.125,00
<p>Produto 4 – Relatório contendo análise e classificação das despesas por função para Estados e Municípios para o período 2006-2012, segundo os conceitos do Manual GFSM 2001, tomando por base as classificações por função do Balanço Orçamentário do QDCC e considerando o processo e as planilhas de consolidação de dados dos entes subnacionais com o Governo Central para obtenção do Governo Geral, para todo o período, assim como guia de compilação para as despesas por funções englobando o processo de coleta e classificação para entes subnacionais e o processo de compilação para Governo</p>	20/09/2013	6.500,00
<p>Produto 5 - Relatório detalhando necessidades de revisão e classificação das contas relativas a outros fluxos econômicos, considerando os dados disponíveis nas Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP obtidos por meio do SISTN, a partir de 2009 até o ano disponível</p>	04/10/2013	6.500,00
<p>Produto 6 - Relatório contendo atualização da compilação e produção da guia de compilação das estatísticas fiscais dos estados e municípios, incluindo o exercício de 2012, consolidando a série de 2006 a 2012 e incorporando variações decorrentes de outros fluxos, para os exercícios de 2011 e 2012. O material desenvolvido deve contemplar todos os ajustes de classificação e consolidação, bem como os critérios adotados para a execução dos mesmos</p>		
<p>Produto 7 - Relatório demonstrando a consolidação dos Demonstrativos de Fontes e Usos de Caixa para os Estados e Municípios, considerando os critérios do GFSM 2001, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, a partir da utilização dos dados disponíveis no SISTN contemplando os três estágios da despesa e as informações de restos a pagar</p>	18/10/2013	4.875,00
<p>Produto 8 - Relatório contendo proposição de regras de validação de negócios para verificação da taxonomia desenvolvida no âmbito do Projeto SICONFI para elaboração das estatísticas de finanças públicas, alinhadas como marco metodológico do GFSM 2001 e do MEF-Mercosul 2010</p>	30/10/2013	4.875,00
<p>Produto 9 - Relatório contendo análise sobre teste empírico do mapeamento (DE-PARA) realizado para elaboração das estatísticas de finanças públicas para Estados e Municípios, conforme GFSM 2001 e MEF-Mercosul 2010 a partir da estrutura da Matriz de Saldos Contábeis visando verificação da integridade e consistência</p>	08/11/2013	4.875,00
<p>Produto 10 - Material de apresentação e treinamento para ser utilizado em atividades de treinamento de usuários da STN sobre a produção de estatísticas de finanças públicas de estados e municípios, como resultado dos seis produtos anteriores e dos processos de trabalho já existentes na CESEF</p>		
<p>Produto 11 - Material didático para ser utilizado em curso online sobre estatísticas de finanças públicas em linha com o Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas - DEFP e o GFSM 2001,</p>	25/11/2013	8.125,00

contendo, no mínimo, texto base para estudo online, exercícios práticos, propostas de fóruns de discussão virtual e exercícios complementares	04/12/2013	4.875,00
	13/12/2013	6.500,00

Consultor contratado		
Nome do consultor: Manoel Victor G. Figueiredo		CPF: 839.482.608-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato sem comprometimento da execução.		

Código do Contrato: 2014/000057-00					
Objetivo da consultoria: Análise e avaliação da efetividade da "Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/02/2014	30/06/2014	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Plano de Trabalho	26/02/2014	10.750,00
Produto 2 - Relatório de análise da efetividade	24/03/2014	21.500,00
Produto 3 - Workshop de apresentação do relatório da análise de efetividade	24/03/2014	21.500,00
Produto 4 - Relatório de análise de custo x benefício para a STN	14/04/2014	21.500,00
Produto 5 - Workshop de apresentação do relatório da análise de custo x benefício para a STN	14/04/2014	21.500,00
Produto 6 - Relatório de análise dos participantes do evento	04/05/2014	21.500,00
Produto 7 - Workshop de apresentação do relatório de análise dos participantes do evento	04/05/2014	43.000,00
Produto 8 - Relatório de proposta de alterações e melhorias e Plano de Implantação	26/05/2014	10.750,00
Produto 9 - Relatório com a definição dos indicadores de desempenho	16/06/2014	21.500,00
Produto 10 - Workshop de apresentação da de proposta de alterações e melhorias e Plano de Implantação e uso indicadores de desempenho	23/06/2014	21.500,00

Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Aparecida Machado Pereira		CPF: 725.789.806-59
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: 2014/000294-00

Objetivo da consultoria: Capacitar gestores e equipe de multiplicadores em Feedback Corporativo visando aperfeiçoar o planejamento e ampliar a efetividade da capacitação, bem como melhorar o desempenho dos servidores do Tesouro Nacional na administração das finanças públicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/06/2014	30/06/2014	59.158,00	59.158,00	59.158,00	59.158,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Workshop com os Gestores e com a Equipe de Multiplicadores			27/06/2014	59.158,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor SIMONI MISSEL DAMICO				CPF 372.545.700-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2014/000301-00					
Objetivo da consultoria: Capacitar e sensibilizar servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, principalmente aqueles lotados na Gerência de Informação e Gestão Documental (GEIFO), sobre a importância da comunicação interna para gerar integração e engajamento nas diversas Unidades que compõem a Secretaria do Tesouro Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/06/2014	27/06/2014	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Workshop Comunicação interna para engajamento			25/06/2014	8.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Wilson Costa Bueno				CPF: 634.962.598-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Código do Contrato: 2014/000302-00					
Objetivo da consultoria: Capacitar os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional em técnicas e conceitos de gestão de conteúdo on-line e de governança para os portais da internet e da intranet.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/06/2014	30/06/2014	12.880,00	12.880,00	12.880,00	12.880,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Workshop Gestão de Conteúdo e Governança	26/06/2014	12.880,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fernando Viberti	CPF: 996.987.737-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Fonte: STN/CODIN e Extranet/PNUD

□ Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEF

A partir do exercício de 2011, o Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD, passou a ser gerenciado pela UCP/STN, de acordo com o disposto nas Portarias STN/MF de nº 39, 40 e 41 de 18/01/2011.

O Projeto tinha como objetivo inicial a contratação de serviços especializados de consultoria voltados para o desenho e implantação de metodologias de monitoramento, desenvolvimento de sistemas e treinamento de técnicos dos quadros das entidades envolvidas, assim como para a aquisição de bens. Desta forma, estes recursos contribuiriam decisivamente para que a STN, por meio da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos/COAPISTN, melhorasse sua capacidade de avaliação e monitoramento dos investimentos públicos, considerando aspectos de eficiência, estruturando fisicamente a sistemática que permitiria consolidar suas ações nesta área.

Contudo, as prioridades governamentais com relação ao monitoramento e avaliação da execução de projetos tomaram outros rumos que prescindiram da participação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional no desenvolvimento de um sistema com esse objetivo, permitindo, então que o projeto passasse a focar suas atenções nas outras vertentes da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional estabelecidas no Acordo de Empréstimo com o BIRD que visavam identificar oportunidades para melhorar a eficiência dos gastos públicos, por meio, inclusive, do aprimoramento do seu corpo gerencial e técnico, mediante treinamento e capacitação.

Sem ter utilizado os recursos provenientes do Acordo de Empréstimo, do qual solicitou sua exclusão, o projeto passou a ser financiado exclusivamente com recursos nacionais, por meio do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD.

Por meio da Revisão Substantiva “J”, o orçamento do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024 foi mantido, permanecendo na ordem de US\$ 9,071,747.03 e sua vigência foi prorrogada para 30/10/2016.

Em 2014, a execução do Projeto sofreu impacto em razão de uma licitação internacional de grande porte não ter logrado êxito, levando a que a execução atingisse um valor de US\$ 519, 187.09. Destacam-se, dentre as ações viabilizadas com os recursos do PREMEF, as ações de melhoria na administração financeira, em especial, o apoio ao Projeto SICONFI, com a contratação de consultoria internacional; as ações visando o aprimoramento do processo de atendimento prestado pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional, avaliação dos incentivos à gestão do Programa Bolsa Família, definição de indicadores de desempenho institucional e a elaboração do plano de comunicação institucional e mercadológico para o Programa Tesouro Direto.

Além disso, foram realizados processos de seleção simplificados para a seleção de consultorias de grande importância para o próximo exercício, como a implantação do novo portal do Tesouro Direto e o desenvolvimento de metodologia de dimensionamento da força de trabalho. Com a prorrogação do projeto, houve reformulação de suas metas físicas e financeiras para os

exercícios 2014, 2015 e 2016. Assim, as metas financeiras para 2014 ficaram assim estipuladas, conforme Quadro abaixo:

Quadro 13.1.6 – Orçamento PREMEF 2014

Ano – 2014

Fundo 30071

Resultado	Conta Contábil – Descrição	Previsto US\$	Executado US\$
Resultado 1	73500-Reimbursement Costs	\$0,00	\$200,00
	75100-Facilities & Administration	\$0,00	\$10,00
Resultado 7 -Produto 7.2	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física	\$137.247,47	\$20.485,55
	71600 - Viagem	\$5.032,63	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$0,00	\$0,00
	74200 - Impressões e Publicações	\$11.000,00	\$0,00
	75100 - Facilidades e Administração	\$9.914,01	\$1.024,28
Resultado 8 - Produtos 8.2 e 8.3	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física	\$91.128,33	\$43.630,48
	71600 - Viagem	\$8.956,82	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$14.500,00	\$0,00
	74200 - Impressões e publicações	\$35.714,04	\$6.241,52
	75100 – Facilidades e Administração	\$20.014,96	\$2.493,60
Resultado 9 - Produtos 9.5, 9.6, 9.7,9.8,9.9,9.10,9.12,9.13	71200 - Consultores Internacionais - pessoa física	\$129.050,00	\$129.050,00
	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física	\$240.747,06	\$64.363,98
	71600 - Viagem	\$37.743,35	\$600,03
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$122.922,12	\$64.832,84
	72500 - Publicações	\$17.547,19	\$1.093,48
	74200 - Impressões e Publicações	\$47.949,98	\$39.038,27
	75100 – Facilidades e Administração	\$23.098,97	\$7.397,13
	76100-Foreign Exchange Currency Loss	\$0,00	-\$1.873,46
Resultado 11 - Produto 11.1	71300 - Consultorias Nacionais – pessoa física	\$158.762,65	\$111.835,92
	71600 - Viagem	\$5.000,00	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$5.234,03	\$0,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$10.704,25	\$5.301,26
Resultado 14 - Produto 14.1	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física	\$62.448,62	\$22.344,96
	75100 – Facilidades e Administração	\$29.331,73	\$1.117,25
	TOTAL	\$1.224.048,21	\$518.977,09

Fonte: STN/CODIN

Quanto às metas físicas, o Quadro a seguir mostra as metas que se pretendia alcançar, conforme consignao na revisão Substantiva “J”:

Quadro 13.1.7 – Metas Físicas PREMEF 2014

Resultados	Produtos	Metas
------------	----------	-------

<p>7 – Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos com foco melhoria na eficiência do gasto público</p>	<p>Produto 7.2 – Aprimoramento do Clima Organizacional</p>	<p>2014/1 – a) Identificação de outras ações para aprimorar o Clima Organizacional- aspectos referentes à saúde do servidor;</p> <p>2014/2 -a) Elaborar projeto para implantação de processos de trabalho permanentes visando a saúde e bemestar dos servidores do Tesouro Nacional;</p>
---	--	--

<p>8 – Identificação de mecanismos para tomada de decisão e para avaliação das políticas públicas</p>	<p>Produto 8.2 – Avaliação de Políticas Públicas e melhoria da Gestão do Gasto Público em áreas finalísticas</p> <p>Produto 8.3 - Disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal</p>	<p>2014/1</p> <p>Produto 8.2: a) Estudos visando a identificação das condições de melhoria de sustentabilidades das contas públicas e ao aprimoramento da qualidade da gestão governamental</p> <p>Produto 8.3 b) Disseminar junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal técnicas de avaliação da qualidade do gasto público</p> <p>2014/2</p> <p>Produto 8.2: a) Estudos visando a identificação das condições de melhoria de sustentabilidades das contas públicas e ao aprimoramento da qualidade da gestão governamental</p> <p>Produto 8.3 Disseminar junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal técnicas de avaliação da qualidade do gasto público</p>
---	---	--

<p>9 – Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira</p>	<p>Produto 9.5 – Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal</p> <p>Produto 9.6 – Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional</p> <p>Produto 9.7 – Estudos e projetos para auxiliar na formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas</p> <p>Produto 9.8 - Elaboração do Projeto Tesouro Educacional</p> <p>Produto 9.9 :-Aperfeiçoamento do processo de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Gestão da Dívida Pública Federal</p> <p>Produto 9.10 -Aperfeiçoar o processo de informações fiscais da União, Estados e Municípios com o objetivo de aprimorar a transparência da gestão pública</p> <p>Produto 9.11:-Estruturação do modelo de gestão financeira dos recursos aportados no Fundo Social</p> <p>Produto 9.12: Desenvolvimento de modelo geral de gestão de ativos do Fundo Soberano do Brasil</p>	<p>2014/1</p> <p>Produto 9.5: estudos e projetos aperfeiçoamento do processo de coleta, tratamento e divulgação de informações fiscais dos Entes Federativos elaborados;</p> <p>Produto 9.7: elaboração de estudos e projetos referentes à formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas</p> <p>Produto 9.8: Finalização do projeto Tesouro Educacional</p> <p>Produto 9.9: Projeto SEORFI elaborado</p> <p>Produto 9.10: implantação da taxonomia e na definição das regras de integração do Módulo Fiscal com o SICONFI;</p> <p>Produto 9.12: a) estudos teóricos com formas eficientes de utilização dos recursos do FSB como instrumento auxiliar de política econômica anticíclica elaborados.</p> <p>Produto 9.13: a) processos dos servidores da Secretaria do Tesouro Nacional mapeados; b) melhorias identificadas em projetos de modernização e/ou estruturação implantadas; c) modelo de atendimento integrado na área administrativa desenvolvido; d) plataforma de inovação do Tesouro Nacional desenvolvida</p> <p>Produto 9.14: realização de palestras sobre economia. 2014/2</p>
--	--	--

	Produto 9.13: Desenvolvimento de instrumentos e técnicas para a melhoria da eficiência de processos da STN	Produto 9.5: estudos e projetos aperfeiçoamento do processo de coleta, tratamento e divulgação de informações fiscais dos Entes Federativos elaborados; Produto 9.7: elaboração de estudos e projetos referentes à formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas Produto 9.9 : Plano de Ação para o Tesouro Direto; Produto 9.10: Taxonomia XBRL: início da migração de dados de natureza declaratória para o recebimento de informações extraídas diretamente da contabilidade das unidades federativas; Produto 9.12: diagnóstico em relação ao modelo geral de governança, compliance a accountability utilizados pelo FSB; c) diagnóstico dos potenciais riscos relacionados aos controles internos dos processos do FSB elaborado; Produto 9.14: realização de ciclo de palestras e workshops sobre finanças economia, gestão institucional e tecnologia da informação
11 – Elaboração da metodologia de planejamento institucional da STN	Produto 11.1 – Elaboração da metodologia de planejamento institucional da STN	2014/1 – Planejamento Estratégico 2014 elaborado 2014/2 : a) Elaboração de metodologia para dimensionamento da força de trabalho; b) Diagnóstico do atendimento da CODIN; c) Definição de indicadores de desempenho institucional
13 – Sistema Integrado da Dívida Pública – SID	Produto 13.2 – Aperfeiçoamento do Sistema Integrado da Dívida Pública (SID)	2014/1 – Sistema de Gestão de Risco da STN implementado

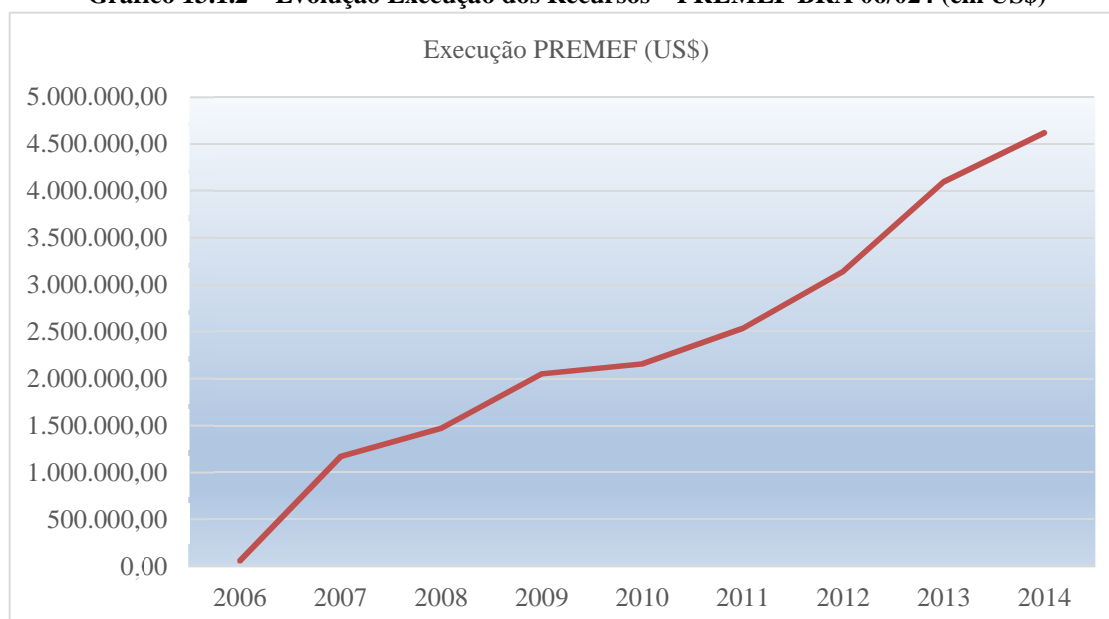
Fonte: STN/CODIN

Das metas físicas planejadas, foram obtidos produtos ao final de 2014, referentes às seguintes ações:

- Desenvolvimento do Projeto de Gestão Integrada de Riscos;
- Estudos para Avaliação da qualidade do gasto público;
- Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira;
- Aperfeiçoamento do processo de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Gestão da Dívida Pública Federal;
- Disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal;
- Consolidação do modelo de gestão de ativos do Fundo Soberano; - Elaboração da metodologia de Planejamento institucional da STN; e - Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional.

Até o exercício de 2014, a execução do projeto PREMEF alcançou um montante de US\$ 4,616,619,80, conforme Gráfico a seguir:

Gráfico 13.1.2 – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$)



Fonte: STN/CODIN

No exercício de 2014, foram executadas ações referentes a diversos projetos:

- Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal, concentrando os esforços em projetos que vão atender à implantação do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais, tais como o desenvolvimento de uma taxonomia em XBRL (Extensive Business Reporting Language);
- Estudos sobre a avaliação da qualidade do gasto público; e - Finalização de ações que estavam em execução.

Algumas metas não puderam ser alcançadas devido a processos seletivos que não lograram êxito, bem como a razões de cunho administrativo, o que ocasionou a transferência para os exercícios seguintes, em que se espera alcançar ambiente mais favorável à implementação.

- Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PREMEF

Quadro 13.1.8 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais	BRA 06/024

Fonte: STN/CODIN e Extranet/PNUD

Quadro 13.1.9 – Contratos de Consultoria

R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000089-02					
Objetivo da consultoria: Elaboração de projeto de institucionalização e integração das iniciativas educacionais da Secretaria do Tesouro Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/04/2013	31/12/2013	120.000,00	36.000,00	36.000,00	120.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1 - Planejamento Educacional das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional. Relatório contendo o Planejamento Educacional integrado das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional, contemplando proposta de criação, ampliação, restrição ou extinção de iniciativas educacionais.			15/05/2013	28.000,00	
2 - Projeto Pedagógico de cada uma das iniciativas educacionais.			27/05/2013	42.000,00	
3 - Plano de integração das iniciativas.			10/07/2013	18.000,00	
4 - Plano de Atividades de 12 meses. Relatório contendo proposta de estratégia de atuação do Tesouro Nacional.			15/07/2013	18.000,00	
5 - Workshop de Apresentação do Planejamento Estratégico. Workshop para apresentação dos resultados do serviço a ser realizado em Brasília para equipe do Tesouro Nacional.			15/07/2013	14.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: FRANCISCO ROBERTO F. DOS SANTOS				CPF: 262.187.041-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato.					

Código do Contrato: 2013/000019-01					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de programas voltados à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/03/2013	11/03/2014	117.000,00	35.100,00	35.100,00	117.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

<p>1 Relatório estruturado contendo o Programa, atividades, cronograma e recursos humanos, operacionais e financeiros necessários ao seu desenvolvimento.</p>	<p>06/03/2013</p>	<p>9.360,00</p>
<p>2. Relatório contendo o conjunto de indicadores necessários à gestão do Programa e Workshop de coordenação para alinhamento da implementação do Programa.</p>	<p>08/04/2013</p>	<p>9.360,00</p>
<p>3. Relatório contendo o modelo de gestão e Planos de Ação do Programa e Workshop de lançamento do Programa.</p>	<p>09/05/2013</p>	<p>11.700,00</p>
<p>4 1º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada. 	<p>10/06/2013</p>	<p>11.700,00</p>
<p>5. 2º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p>		

<p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos;</p> <p>ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados;</p> <p>iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>	10/07/2013	11.700,00
<p>6. Relatório contendo proposta de pesquisa específica de saúde ocupacional dos servidores com a descrição dos meios/recursos necessários para realizá-la.</p>	12/08/2013	4.680,00
<p>7. 3º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos;</p> <p>ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados;</p> <p>iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>	12/08/2013	11.700,00
<p>8. 4º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos;</p> <p>ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados;</p> <p>iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>	12/09/2013	11.700,00
<p>9. 5º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos;</p> <p>ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados;</p> <p>iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>	14/10/2013	11.700,00
<p>10. 6º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos;</p> <p>ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados;</p> <p>iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>	14/11/2013	11.700,00
<p>11. 7º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos;</p> <p>ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados;</p> <p>iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>		

	13/12/2013	11.700,00
--	------------	-----------

Consultor contratado	
Nome do consultor: Rosália Fonseca	CPF: 184.388.650- 20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato	

Código do Contrato: 2013/000139-01					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para capacitação em técnicas de detecção de outliers, bootstrapping e programação linear em análise envoltória de dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/05/2013	28/02/2014	79.120,00	15.824,00	15.824,00	79.120,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Capacitação da equipe do Tesouro Nacional sobre utilização técnicas de detecção de outliers em análise envoltória de dados.			14/06/2013	15.824,00	
2. Fornecer consultoria técnica para a implementação computacional das principais rotinas de detecção de outliers disponíveis na literatura.			09/08/2013	15.824,00	
3. Capacitação da equipe do Tesouro Nacional para utilizar técnicas de bootstrapping aplicadas à análise envoltória de dados.			13/09/2013	15.824,00	
4. Fornecer consultoria técnica para a implementação computacional das principais rotinas de bootstrapping disponíveis na literatura.			18/10/2013	15.824,00	
5. Capacitação em tópicos avançados de programação linear aplicada à análise envoltória de dados			06/12/2013	15.824,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Borko Stosic				CPF: 934.051.974-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato					

Código do Contrato: 2013/000424-01					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços de projeto assistido de representações de dados visuais e interativas, com a transferência de melhores práticas para a equipe da Secretaria do Tesouro Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/12/2013	31/12/2015	36.000,00	34.200,00	1.800,00	1.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

01	- Plano de Trabalho	31/12/2013	1.800,00
02	- Entrega de pelo menos 10 artefatos análogos a caso de uso do domínio de negócio dos sistemas da Execução Orçamentária e Financeira;	22/11/2014	14.400,00
03	- Entrega de pelo menos 05 artefatos análogos a caso de uso do domínio de negócio dos sistemas de informações fiscais;	06/02/2015	7.200,00
04	- Entrega de pelo menos 05 artefatos análogos a caso de uso do domínio de negócio dos sistemas de Haveres Mobiliários e	27/02/2015	7.200,00
05	- Workshop de transferência de conhecimento	06/03/2015	5.400,00
Consultor contratado			
Nome do consultor: Raquel Minardi		CPF: 046.454.366-51	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato			

Código do Contrato: 2012/000926-02					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada, pessoa física para elaboração de diagnóstico situacional dos processos atuais da estrutura organizacional da Secretaria do Tesouro Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/12/2012	31/03/2014	155.760,00	102.801,60	102.801,60	155.760,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.	Relatório de diagnóstico organizacional macro processos		15/01/2013	15.576,00	
2.	Workshop de Validação do relatório organizacional macro		21/01/2013	7.788,00	
3.	Relatório de diagnóstico organizacional de processos e sub processos envolvendo subsecretarias e coordenações		20/05/2013	23.364,00	
4.	Workshop de validação de diagnóstico de processos e sub processos em níveis de subsecretarias e coordenações		31/05/2013	15.576,00	
5.	Relatório do diagnóstico integrado		01/07/2013	23.364,00	
6.	Workshop de validação do diagnostico integrado		08/07/2013	11.682,00	
7.	Plano de ação para correção de principais problemas identificados		09/08/2013	23.364,00	
8.	Workshop de validação final		19/08/2013	11.682,00	
9.	Plano de atividades para 9 meses		20/09/2013	23.364,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Santiago Maya Lopes				CPF: 212.449.778-29	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato

Código do Contrato: 2012/000908-02

Objetivo da consultoria: Elaboração e desenvolvimento de modelo conceitual que contemple os requisitos necessários para a geração de dados essenciais à estruturação da sistemática de monitoramento integrado dos riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que a STN está exposta.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2013	30/05/2014	120.000,00	50.400,00	50,400,00	120.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1.Plano de trabalho detalhado cobrindo toda a consultoria.	12/12/2012	4.800,00
2. Relatório contendo os modelos conceituais com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do		

<p>risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas.</p> <p>3. Relatório contendo o modelo conceitual com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco de crédito a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas.</p> <p>4. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta.</p> <p>5. Relatório contendo os modelos conceituais com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco operacional a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas. O presente Relatório também contemplará a consolidação de todas as vertentes de risco.</p> <p>6. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de crédito a que a STN está exposta.</p> <p>7. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco operacional a que a STN está exposta e para integração de todas as vertentes de risco sistematizadas.</p> <p>8. Documentação técnica e treinamento para a equipe indicada pela COGER, envolvendo todo o trabalho da consultoria.</p>	<p>27/01/2013</p> <p>04/03/2013</p> <p>22/04/2013</p> <p>22/05/2013</p> <p>26/06/2013</p> <p>12/08/2013</p> <p>01/10/2013</p>	<p>18.000,00</p> <p>14.400,00</p> <p>18.000,00</p> <p>14.400,00</p> <p>14.400,00</p> <p>14.400,00</p> <p>14.400,00</p> <p>21.600,00</p>
Consultor contratado		
Nome do consultor: Oswaldo Noman		CPF: 102.305.806-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação do contrato		

Código do Contrato: 2012/000822-02

Objetivo da consultoria: Contratação de consultor sênior em Tecnologia da Informação para a avaliação do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI, e elaboração de um modelo conceitual que contemple a atualização de processos relacionados a execução orçamentária e financeira e de informações contábeis.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2012	31/03/2014	144.000,00	31.680,00	31.680,00	144.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Plano de trabalho detalhado e o cronograma de atividades.			15/10/2012	14.400,00	
2. Relatório contendo os modelos conceituais referentes à carga de dados do SIAFI (saldo orçamentário, financeiros, empenhos) e SID referente à rotina de importação da dívida contratual.			13/11/2012	11.520,00	
3. Relatório contendo os modelos conceituais referentes à carga de dados do SID relacionados à rotina de importação da dívida contratual.			05/12/2012	10.080,00	
4. Relatório contendo os modelos conceituais referente ao envio de dados para o SIAFI e a coleta de informações referentes às NL's, OB's (crédito, reserva), lista, GRU e GPS.			11/01/2013	14.400,00	
5. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais referente ao Pagamento das Despesas Administrativas com cálculos das taxas como Calculo de taxas DARF e DAR .			25/02/2013	17.280,00	
6. Relatório contendo os modelos conceituais referente ao pagamento de BuyBack relacionado a AE e aos processos internos do SEORFI			25/03/2013	11.520,00	
7. Relatório contendo os modelos de relatórios gerenciais específicos para o controle orçamentário e financeiro da dívida			21/05/2013	24.480,00	
8. Relatório contendo os modelos conceituais referente aos processos de receitas da dívida, Receitas Fontes Específicas, Receitas de emissões de Títulos, Leilões e fontes Próprias.			03/07/2013	17.280,00	
9. Relatório contendo os modelos conceituais referentes aos modelos de correção monetária dos títulos da dívida interna indexados pelo IGPM e contabilização do Tesouro Direto (emissão pagamentos)			17/07/2013	5.760,00	
10. Manual técnico e treinamento nos modelos para os técnicos da Codiv envolvendo todo trabalho da consultoria.			11/09/2013	17.280,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcelo Bittencourt				CPF: 611.475.591-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de nova prorrogação do contrato .					

Código do Contrato: 2013/000110-01					
Objetivo da consultoria: Gestão/ análise de reservas internacionais ou fundos de riqueza soberana.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2013	31/03/2014	41.500,00	29.050,00	29.050,00	41.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Diagnóstico inicial de utilização de FRS no âmbito do projeto			20/05/2013	6.225,00	
2. Relatório técnico com a revisão da literatura e das melhores práticas de fundos soberanos que possuam função de estabilização fiscal.			01/07/2013	6.225,00	
3. Relatório técnico analisando a utilização de FRS como instrumentos auxiliares de política anticíclica, com características fiscais, que já tenha incorporado os comentários e sugestões da STN, e workshop para apresentar os resultados e o estudo de caso elaborado.			10/12/2013	29.050,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Maria J.				CPF: N/A	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato					

Código do Contrato: 2014/000077-00					
Objetivo da consultoria: Realização de diagnóstico do processo de atendimento prestado pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional, assim como a elaboração de um plano de trabalho contendo subsídios, recomendações técnicas e cronograma de implantação que permitam ao Tesouro Nacional avançar no processo de adoção e implementação de um melhor atendimento.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/02/2014	28/11/2014	215.000,00	215.000,00	148.350,00	148.350,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

1. Relatório em meio físico e magnético, contendo diagnóstico e estudo do processo de melhoria no atendimento.	21/03/2014	43.000,00
2. Relatório em meio físico e magnético, contendo o planejamento das ações para melhoria do atendimento, incluindo a definição de indicadores para avaliação.	07/04/2014	21.500,00
3. Workshop para estruturação de acordos de serviços entre as áreas que impactam direta e indiretamente no atendimento.	22/04/2014	32.250,00
4. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	22/05/2014	7.525,00
5. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	23/06/2014	7.525,00
6. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	14/07/2014	7.525,00
7. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	04/08/2014	7.525,00
8. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	25/08/2014	7.525,00
9. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	15/09/2014	7.525,00
10. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	06/10/2014	6.450,00
11. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	27/10/2014	6.450,00
12. Workshops de capacitação da Liderança da CODIN e dos agentes de atendimento.	17/11/2014	6.450,00
13. Estruturação de ferramenta web para o gerenciamento do sistema de gestão de atendimento pela CODIN/STN, consolidado conforme o planejamento estabelecido no Produto 2.	27/11/2014	32.250,00
14. Workshop de validação final das recomendações resultantes dos diagnósticos elaborados no produto 2, contemplando apresentações	27/11/2014	21.500,00
edocumentos de trabalho que possam subsidiar a tomada de decisão para as atividades de convergência para melhoria do atendimento.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcello Araripe Coelho de ALMEIDA	CPF: 523.437.231-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Código do Contrato: 2013/000424-01					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento do projeto de avaliação dos incentivos à gestão do Programa Bolsa Família. Pretende-se com este projeto de pesquisa avaliar o atual desenho de mecanismos inerente ao indicador IGDM (Índice de Gestão Descentralizado), bem como sua importância como gerador de incentivos à melhor gestão dos recursos por parte dos entes subnacionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/09/2013	29/08/2014	70.000,00	63.000,00	63.000,00	70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Apresentação de Relatório na STN, em meio magnético, contendo Plano de Trabalho e revisão da literatura científica a respeito da avaliação dos incentivos de gestão de programas sociais de transferência de renda, de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN;			30/09/2013	7.000,00	
2. Apresentação de Relatório na STN contendo a metodologia e os resultados preliminares do estudo sobre a avaliação dos incentivos de gestão do Programa Bolsa Família bem como o envio em meio magnético das bases de dados e rotinas utilizadas;			20/10/2013	14.000,00	
3. Repasse de conhecimento à equipe do Tesouro Nacional sobre metodologias utilizadas na avaliação de programas sociais de transferência de renda, por meio de capacitação dos servidores envolvidos no projeto;			05/11/2013	14.000,00	
4. Repasse de conhecimento à da equipe do Tesouro Nacional sobre a metodologia escolhida na avaliação do PBF. O consultor deverá indicar o referencial teórico, incluindo bibliografia relevante (livros e artigos científicos), expor os fundamentos teóricos e computacionais da sua implementação e auxiliar a equipe do Tesouro Nacional a definir aplicações; e			25/11/2013	14.000,00	
5. Relatório em meio físico e magnético, contendo: i) estudo sobre avaliação dos incentivos de gestão do Programa Bolsa Família.			20/12/2013	21.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maurício Bugarin				CPF: 384.987.711-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato					

Código do Contrato: 2014/000065-02	
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de projeto de diagnóstico da política de crédito agrícola brasileira e modelagem da subvenção ao crédito agrícola que mitigue o problema de risco moral potencializado pela necessidade de renegociações ocasionadas por problemas localizados como: clima desfavorável, elevação de custos e ou queda no preço dos produtos agrícolas.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/02/2014	23/09/2014	57.000,00	57.000,00	11.400,00	11.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório, em meio magnético, contendo Plano de Trabalho e revisão da literatura científica a respeito da metodologia empregada de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN.			24/03/2014	11.400,00	
2. Relatório contendo diagnóstico da política de crédito agrícola no Brasil e o desenho de mecanismo para evitar o problema de risco moral ocasionado por diversas renegociações e perda da credibilidade da política de crédito agrícola, bem como os resultados dos mecanismos de incentivos que permitam a menor utilização da subvenção ao crédito agrícola associado ao custeio da produção, liberando maior montante de valores a ser direcionados ao investimento do setor.			26/05/2014	16.800,00	
3. Repasse de conhecimento à equipe do Tesouro Nacional por meio de relatório final e apresentação das metodologias implementadas em aulas ministradas pelo consultor aos funcionários do Tesouro Nacional. O consultor deverá indicar o referencial teórico, incluindo bibliografia relevante (livros e artigos científicos), expor os fundamentos teóricos e computacionais da sua implementação e auxiliar a equipe do Tesouro Nacional a definir aplicações.			21/07/2014	28.800,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Moisés de Andrade Resende Filho				CPF: 773.752.036-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o contrato foi rescindido.					

Código do Contrato: 2012/000939-02					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para elaborar projeto gráfico editorial para o desenvolvimento do livro sobre avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/12/2012	30/06/2014	43.200,00	8.640,00	8.640,00	43.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Entrega da proposta gráfica			04/02/2013	4.320,00	
2. Entrega da revisão da proposta gráfica			19/02/2013	4.320,00	
3. Entrega dos produtos esperados elencados na Seção III do TDR			06/03/2013	25.920,00	
4. Acompanhamento das etapas de diagramação e impressão			06/09/2013	8.640,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: Humberto Cunha	CPF: 989.790.511-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato.	

Código do Contrato: 2014/000579-00

Objetivo da consultoria: 1ª release da matriz de saldos contábeis a ser representada conforme taxonomia XBRL GL.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/10/2014	31/12/2014	100,000.00	100,000.00	100,000.00	100,000.00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Arquivos contendo o esquema XML (XML Schema) que representem os elementos da taxonomia XBRL GL a serem utilizados na representação da Matriz de Saldos Contábeis. Arquivos associados ao XML esquema que representem os linkbases que definirão as seguintes relações: apresentação (presentation), rótulos (label) e fórmulas. Arquivo em formato CSV (comma-separated values) que represente a matriz de saldos contábeis e permita seu mapeamento e conversão para instância XBRL GL	15/11/2014	40.000,00
2. Relatório contendo descrição e avaliação dos processos de criação e manutenção das instâncias de mapeamento utilizando as seguintes alternativas: a) Comparação e união de instâncias/tabelas gerando uma nova instância/tabela com os dados unificados; b) Utilização de instruções XPath armazenadas em elementos do módulo SRCD da taxonomia XBRL GL.	10/12/2014	30.000,00
3. Documento(s) de instância XBRL GL que representem os mapeamentos entre contas contábeis e informações adicionais para os conceitos das seguintes taxonomias de relatórios: a) Declaração de Contas Anuais (DCA); b) Demonstrações Contábeis Aplicadas do Setor Público (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstração das Variações Patrimoniais)	26/12/2014	30.000,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Gianluca Garbellotto	CPF: N/A
---	----------

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

Código do Contrato: 2014/000446-01

Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de projeto de instituição de indicadores de desempenho e de tendência da Secretaria do Tesouro Nacional.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/09/2014	30/06/2015	199.800,00	29.600,00	29.600,00	29.600,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Projeto, orientado a partir da metodologia PMBoK, contendo cronograma, funções, papéis e participações acordados com a Equipe da STN;	07/11/2014	3.700,00
Produto 2 - Relatório Técnico 1, por Subsecretaria, contendo a análise referente ao sistema de gestão; com destaque para o planejamento estratégico (objetivos e metas), cadeia de valor, macroprocessos e processos organizacionais instituídos, produtos e indicadores utilizados; levantados a partir de trabalho de campo e que contenha também o inventário de indicadores propostos em estudos prévios e não implementados.	30/11/2014	18.500,00
Produto 3 - Realização de dois workshops com a alta administração da STN, com o respectivo registro dos levantamentos e resultados;	31/01/2015	7.400,00
Produto 4 - Realização de três workshops para apresentação de metodologias potenciais, à equipe STN, definida pela CODIN, com		

<p>subsídios para avaliação e seleção da metodologia aplicável à STN, e do rol de ferramentas, instrumentos ou soluções tecnológicas associadas, entregando-se material de referência;</p>	15/12/2014	7.400,00
<p>Produto 5 - Realização de dois workshops (trinta e duas horas), com os Comitês Internos (CI), constituídos para fins consultivos e deliberativos, com servidores indicados pelas Subsecretarias de Assuntos Corporativos e Contabilidade Públicas para: I) transferência de conhecimento, relativamente à metodologia selecionada e instrumentos e ferramentas associadas (conforme executado no produto 4), seguindo programa proposto pelo Consultor e aprovado pela Equipe STN; II) levantar as questões que os indicadores necessitam responder; III) apresentar os resultados do produto 3; IV) produzir indicadores que possam responder a essas questões, seguindo a metodologia; V) selecionar, mediante aplicação de critérios objetivos, indicadores para a STN, que contenham atributos desejáveis; VI) detalhar os indicadores, mediante especificação (fórmula, dados, meta, responsáveis, público alvo, propósito, benefícios, dificuldades, frequência para geração e para revisão, processos relacionados e/ou outras) e o tratamento da informação (periodicidade, responsáveis, destinação, guarda e acesso e/ou outras); e VII) estabelecer os processos de medição;</p>	28/02/2015	22.200,00
<p>Produto 6 - Realização de dois workshops (trinta e duas horas), com os Comitês Internos (CI), constituídos para fins consultivos e deliberativos, com servidores indicados pelas Subsecretarias de Planejamento e Estatísticas Fiscais e de Relações Financeiras Intergovernamentais para: I) transferência de conhecimento, relativamente à metodologia selecionada e instrumentos e ferramentas associadas (conforme executado no produto 4), seguindo programa proposto pelo Consultor e aprovado pela Equipe STN; II) levantar as questões que os indicadores necessitam responder; III) apresentar os resultados do produto 3; IV) produzir indicadores que possam responder a essas questões, seguindo a metodologia; V) selecionar, mediante aplicação de critérios objetivos, indicadores para a STN, que contenham atributos desejáveis; VI) detalhar os indicadores, mediante especificação (fórmula, dados, meta, responsáveis, público alvo, propósito, benefícios, dificuldades, frequência para geração e para revisão, processos relacionados e/ou outras) e o tratamento da informação (periodicidade, responsáveis, destinação, guarda e acesso e/ou outras); e VII) estabelecer os processos de medição;</p>	31/103/2015	22.200,00
<p>Produto 7 - Realização de dois workshops (trinta e duas horas), com os Comitês Internos (CI), constituídos para fins consultivos e deliberativos, com servidores indicados pelas Subsecretarias de Políticas Fiscais e de Dívida Pública para: I) transferência de conhecimento, relativamente à metodologia selecionada e instrumentos e ferramentas associadas (conforme executado no produto 4), seguindo programa proposto pelo Consultor e aprovado pela Equipe STN; II) levantar as questões que os indicadores necessitam responder; III) apresentar os resultados do produto 3; IV) produzir indicadores que possam responder a essas questões, seguindo a metodologia; V) selecionar, mediante aplicação de critérios objetivos, indicadores para a STN, que contenham atributos desejáveis; VI) detalhar os indicadores, mediante especificação (fórmula, dados, meta, responsáveis, público alvo, propósito, benefícios, dificuldades, frequência para geração e para revisão, processos relacionados e/ou outras) e o tratamento da informação</p>		

<p>(periodicidade, responsáveis, destinação, guarda e acesso e/ou outras); e VII) estabelecer os processos de medição;</p>	<p>30/04/2015</p>	<p>22.200,00</p>
--	-------------------	------------------

<p>Produto 8 - Relatório Técnico 2, contendo,: I) o registro dos resultados da execução dos produtos 5, 6 e 7, por Subsecretaria, e II) as análises individuais (por indicador), por Subsecretaria, e conjuntas (sistema); e a interação das medições com o sistema de medições do programa PMIMF e o ambiente externo, mediante construção de um modelo de relacionamento que apresente a interrelação das medidas estabelecidas, de forma que seja possível visualizar prováveis relações de causa e efeito e antever conflitos;</p>	15/05/2015	37.000,00
<p>Produto 9 - Manual de Indicadores, contendo a metodologia de indicadores aplicada à instituição, com a descrição de instrumentos e ferramentas; os processos de medição e o modelo de monitoramento.</p>	30/05/2015	29.600,00
<p>Produto 10 - Plano de implantação dos indicadores, dos processos de medição e de monitoramento.</p>	30/06/2015	29.600,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Humberto Falcão Martins		CPF: 270.734.911-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato.		

Código do Contrato: 2014/000574-01					
Objetivo da consultoria: Elaboração, acompanhamento da implementação e avaliação de resultados de plano de comunicação institucional e mercadológico para o Programa Tesouro Direto, tendo como objetivo o fortalecimento da marca e a ampliação da base atual de investidores do Programa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/10/2014	31/12/2015	189.500,00	56.850,00	56.850,00	56.850,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1- Relatório de Diagnóstico de Comunicação Integrada do Tesouro Direto			31/10/2014	56.850,00	
Produto 2 - Relatório contendo o Plano de Comunicação Integrada do Tesouro Direto			30/03/2015	37.900,00	
Produto 3 - Entrega de relatório com indicações detalhadas das atividades planejadas para 12 meses			30/05/2015	56.850,00	
Produto 4 - Entrega de relatório com avaliação do novo site do Tesouro Direto			31/12/2015	37.900,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Vera Lucia Silvieri				CPF: 766.297.678-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato.					

Fonte: STN/CODIN e Extranet/PNUD

- EURE (Excedente Único de Riscos Extraordinários)

Criado pela Resolução de Diretoria IRB nº 306/73, de 31/07/1973, o EURE era uma faixa de cobertura que operava, na forma de resseguro de Excedente de Responsabilidade, acima das faixas automáticas (Consórcios e Contratos com o Exterior) para as operações de seguro contratadas no país. De acordo com o art. 5º e art. 6º do Decreto-Lei nº 073/66, sua finalidade era ampliar os limites de cobertura de resseguro para riscos vultosos, aumentando a capacidade de retenção de prêmios no país.

A partir do segundo semestre de 1992, o IRB-Brasil Re decidiu suspender a colocação de novos riscos sob a garantia do EURE, remanescendo apenas a gestão dos contratos ativos até final de sua vigência. De acordo com o IRB-Brasil RE, atualmente, o EURE não conta com nenhuma operação ativa.

Entre 2000 e 2010, discussões técnicas e jurídicas envolvendo a diretoria do IRB, consultoria jurídica externa, PGFN e STN, culminaram no encerramento do EURE e a transferência dos seus recursos para o Tesouro Nacional. O saldo que estava depositado em conta BB reservada ao EURE, bem como os das aplicações de seus ativos sob gestão da BBDTVM foram transferidos à Conta Única do Tesouro Nacional ao final de 2010, deduzidos da taxa de administração em favor do IRB pelo acompanhamento da carteira de operações remanescentes entre 1992 e 2010. Com a transferência, o IRB deu por encerrada as atividades do EURE sob sua gestão, cabendo ao Tesouro Nacional responder diretamente pelas responsabilidades atribuídas ao EURE eventualmente reclamadas. Embora considere o EURE como encerrado, o IRB não expediu nenhum normativo extinguindo-o em definitivo. Em tempo, cabe destacar que entre 1992 e 2010 não houve receitas de prêmios ao EURE, a fonte primária da remuneração do IRB pela administração do EURE.

Em 2012, uma parcela de prêmio em atraso relativa à cobertura securitária oferecida a equipamentos das Usinas Angra II e III estocados durante o período 03/01/2010 e 30/11/2010 foi paga ao IRB. Um percentual do pagamento era devido ao EURE, por cobertura extraordinária oferecida. Este valor residual foi recolhido pelo Ressegurador à Conta Única.

Por fim cabe destacar que, apesar da transferência dos recursos do EURE à Conta Única, a Secretaria do Tesouro Nacional não administra nenhuma estrutura ou operação vinculada ao EURE. O Excedente Único de Riscos Extraordinários era um conta criada e administrada pelo IRB-Brasil RE, e que conforme mencionado, não possui nenhuma operação ativa. Por este motivo não há provisão ou reservas especialmente constituídas pelo Tesouro Nacional para a honra de obrigações atribuídas ao EURE. Administrativamente, não há previsão de nenhuma despesa e eventual reclamação judicial por responsabilização do EURE exigirá a solicitação de crédito orçamentário na Lei Orçamentária Anual.

No exercício de 2014, não ocorreram operações (pagamentos/recebimentos) relacionadas ao EURE.